

# PORTVGALIA

VOLUME XXXIII



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
2012

VOLUME XXXIII

PORTVGALIA

PORTO 2012

ISSN 0871-4290



COM O APOIO DE:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

# PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2012

DIRECTOR / EDITOR:  
Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD:  
Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA  
Mário Jorge BARROCA  
Rui Manuel Sobral CENTENO  
Susana de Oliveira JORGE  
Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES  
Maria de Jesus SANCHES  
Armando Coelho Ferreira da SILVA  
Teresa SOEIRO

COMISSÃO CIENTÍFICA / SCIENTIFIC BOARD:  
Fernando ACUÑA CASTROVIEJO (Universidad de Santiago de Compostela)  
Jorge de ALARCÃO (Universidade de Coimbra)  
Martin ALMAGRO (Real Academia de la Historia, Madrid)  
Joaquim Pais de BRITO (Museu de Etnologia, Lisboa)  
Luis CABALLERO ZOREDA (CCHS-CSIC, Madrid)  
Domingos de Jesus da CRUZ (Universidade de Coimbra)  
João Pedro CUNHA-RIBEIRO (Universidade de Lisboa)  
Germán DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)  
Carlos FABIÃO (Universidade de Lisboa)  
Maria Paz GARCÍA-BELLIDO (CEH-CSIC, Madrid)  
José Avelino GUTIERREZ GONZALEZ (Universidad de Oviedo)  
Wenceslas KRUTA (Université de Paris 4 - Sorbonne)  
Patrick LE ROUX (Université de Paris 13 - UFR LSHS)  
José Maria Amado MENDES (Universidade de Coimbra)  
Juan ZOZAYA STABEL-HANSEN (Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid).

TÍTULO / TITLE:  
Portvgalia  
Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Journal of Archaeology of the Department of Heritage Studies, Oporto University - Faculty of Arts

LOCAL:  
Porto

EDITOR:  
Departamento de Ciências e Técnicas - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISSN:  
0871-4290

DEPÓSITO LEGAL:  
189069/02

IMPRESSÃO:  
Litogaia - Artes Gráficas

ENDEREÇO / ADDRESS:  
PORTVGALIA  
A/C Mário Jorge BARROCA  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO

INTERCÂMBIO / EXCHANGE:  
PORTVGALIA  
Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO

Revista com Arbitragem Científica / Journal with Peer Review  
A PORTVGALIA está registada na Latindex e na DOAJ

Solicita-se permuta - We would like exchange - On prie bien de vouloir établir l'échange  
Sollicitiamo scambio - Tauschverkerhr erwünscht

PORTV<sup>T</sup>GALIA



UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

# PORTVGALIA

VOLUME XXXIII





# ‘MIL ROCHAS E TAL...!’: INVENTÁRIO DOS SÍTIOS DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA

Mário Reis<sup>1</sup>

## RESUMO:

Desde a sua descoberta, e a partir da sua divulgação pública em finais de 1994, a arte rupestre do vale do Côa não tem cessado de aumentar os seus números, que se traduzem neste momento em mais de 70 sítios, com uma quantidade de rochas historiadas que ultrapassa já o milhar de registos. Paralelamente, também a diversidade destes sítios e registos se tem incrementado notavelmente. Neste texto apresenta-se uma descrição de cada um dos sítios da arte do Côa, salientando-se as suas características topográficas, o historial da evolução das descobertas e o estado actual da prospecção, a quantidade e a cronologia dos registos inventariados, e as suas características sumárias, salientando as principais rochas e motivos.

**Palavras-chave:** Arte Rupestre; Vale do Côa; Prospecção.

## ABSTRACT:

Since its discovery, and from its public announcement in late 1994, the rock art of the Côa valley has not ceased to increase its numbers, which are reflected at this point in more than 70 sites, with a quantity of engraved rocks that now exceeds one thousand records. In parallel, the diversity of these sites and records has also increased remarkably. This paper presents a description of each site of the Côa rock art, pointing out its topographical features, the history of the evolution of the discoveries and the current state of archaeological survey, the quantity and chronology of the known records and their characteristics, highlighting the main rocks and motifs.

**Keywords:** Rock-art; Côa Valley; Archaeological Survey.

## 1. INTRODUÇÃO.

Este texto surge como sequência lógica de um outro, apresentado nas actas do V Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Reis, M., 2011). Realizamos aí o último ponto da situação sobre a prospecção e inventário da arte rupestre do Côa, dentro e nas imediações da área do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), tomando como limite temporal o mês de Maio de 2009, altura em que o congresso teve lugar. Para além de uma quantificação dos resultados da prospecção então disponíveis, aproveitamos para fazer uma série de reflexões sobre variados aspectos da arte do Côa, e o artigo ganhou uma dimensão bastante grande, consideravelmente superior ao que inicialmente tínhamos em mente.

Dessa forma, não foi então possível publicar o que era para nós uma parte essencial desse ponto da situação, uma descrição individual de todos os sítios conhecidos, e que apresentamos agora aqui.

---

<sup>1</sup> Arqueólogo, Parque Arqueológico do Vale do Côa

Por outro lado, tendo em conta a grande quantidade de sítios, decidimos também dividir este texto em duas partes distintas, estando previsto publicar a segunda no número seguinte da revista *PORTVGALIA*. Para isso, aproveitamos o facto da chamada arte do Côa se distribuir segundo dois eixos principais: os rios Côa e Douro. Nesta primeira parte apresentamos os sítios distribuídos ao longo do Côa, o principal<sup>2</sup> e mais longo destes eixos, e o que apresenta maior quantidade de sítios.

Tendo como referência aquela comunicação de Maio de 2009, não iremos manter os números de então. De facto, desde 2009 até à redacção final deste texto muitas novas descobertas ocorreram na região, em novos sítios e em novos registos<sup>3</sup>. Assim, incluiremos todos os novos sítios descobertos, e actualizaremos a informação sobre os restantes. Na segunda parte do texto apresentaremos um novo e global ponto da situação.

## 2. METODOLOGIA DA PROSPECÇÃO DE ARTE RUPESTRE.

Os dados que apresentamos em seguida resultam de um longo trabalho de prospecção e inventariação que tem vindo a ser efectuado desde que se descobriram os primeiros vestígios de arte rupestre na região. Já anteriormente publicámos de forma sumária o historial da prospecção da arte do Côa e a metodologia utilizada (Baptista, A. M. & Reis, M., 2008: 65-66; 2009: 146-154; Reis, M., 2011). Em relação à evolução dos achados, remetemos os interessados para os textos referidos, e dizemos apenas que desde 2005 nos tocou continuar e aprofundar um árduo trabalho prévio de prospecção feito por outros investigadores, sistematizando a informação existente e prosseguindo com o frutuoso trabalho de descobrir novos vestígios rupestres, com o frequente contributo de outros investigadores no Parque Arqueológico e, por vezes, de pessoas externas ao Parque.

Faremos, no entanto, uma breve resenha da metodologia de prospecção que tem sido utilizada. Resumidamente, pode-se dizer que a prospecção orientada para a arte rupestre passa por duas fases: primeiro, uma prospecção de âmbito territorial, que procura determinar as características da distribuição da arte rupestre e os seus limites, identificando e delimitando os diferentes sítios rupestres; em seguida, uma vez identificados os sítios, a prospecção procura intensificar o conhecimento em cada sítio, tendo como objectivo último a inventariação de todos os vestígios rupestres existentes.

Para definir um novo sítio de arte rupestre basta descobrir um só registo historiado, com gravuras e/ou pinturas, independentemente de se tratar de uma rocha, placa, estela ou pedra solta. A definição dos limites desse novo sítio procura seguir critérios lógicos e topográficos, tendo em conta a realidade no terreno e o confronto com outros sítios na vizinhança. Na região da arte do Côa, grande parte dos sítios conhecidos encontra-se sobre os rios principais, o Côa e o Douro, sendo geralmente definidos ou como encostas sobre os rios ou como os vales de linhas de água afluentes desses rios<sup>4</sup>. Não existe propriamente um método estabelecido para procurar novos sítios, é uma busca que depende grandemente do conhecimento do terreno, e o ponto de partida é simples: onde há afloramentos rochosos pode haver arte rupestre, e é preciso ir ver *in loco* se esta ocorre ou não.

Embora longe de terminada, esta prospecção territorial encontra-se avançada e, como veremos, há algumas áreas onde está completa, ou quase, nomeadamente no troço final do Côa (entre a foz e a Canada do Inferno), ou na margem esquerda do Douro, entre a aldeia do Pocinho e a foz da Ribeira de Aguiar.

---

<sup>2</sup> A distinção entre os dois eixos é sobretudo quantitativa e não tanto qualitativa, pois ambos têm numerosos sítios, que *grosso modo* se equivalem na tipologia e na qualidade científica e patrimonial. Ainda assim, apontaríamos uma ligeira “vantagem” ao conjunto do Côa sobre o do Douro, que se traduz numa maior diversidade no tipo de sítios e de registos, com o quase exclusivo das pinturas pré-históricas e das gravuras paleolíticas em picotado ou abrasão da fase mais antiga. Diga-se, no entanto, que a prospecção no Douro é mais prejudicada pela subida das águas causada pela barragem do Pocinho.

<sup>3</sup> Usamos a expressão “registo” para designar qualquer tipo de suporte pétreo historiado e inventariado no conjunto da arte do Côa. A esmagadora maioria destes registos são “rochas”, ou seja, afloramentos rochosos *in situ* com gravuras e/ou pinturas, mas existem algumas excepções (placas, pedras soltas ou estelas) que justificam a não generalização da expressão “rocha” (cf. Reis, M., 2011: 16-18).

<sup>4</sup> Ver Reis, M., 2011: 62-65, para uma caracterização tipológica dos sítios da arte do Côa. Se os sítios ao longo dos eixos principais são, em regra, fáceis de definir e delimitar, já aqueles em áreas planálticas ou em torno de achados isolados costumam ser de definição menos intuitiva, e os seus limites são frequentemente arbitrários.

Temos procurado delimitar cartograficamente as áreas prospectadas, recorrendo a GPS, e definindo dois tipos de prospecção distintos. Em primeiro lugar, aquilo que designamos por “prospecção geral”, e que consiste numa vistoria com alguma profundidade de uma determinada área, permitindo caracterizar a zona e saber, com uma pequena margem de erro, se nesta poderá ou não existir arte rupestre. Caso se detectem gravuras ou pinturas, estas são inventariadas e a zona fica marcada como merecendo uma nova e mais aprofundada prospecção. Se nada for descoberto, a área fica cartograficamente assinalada como sendo vazia, o que é igualmente importante, não só para o planeamento futuro de trabalhos de prospecção como também para o estudo da distribuição territorial da arte rupestre, sendo nesse caso igualmente importante tomar nota das características dos afloramentos rochosos observados, e se são ou não adequados para a existência de gravuras ou pinturas.

Uma vez definido um sítio rupestre, pode-se então planear o que chamamos “prospecção sistemática”, a qual tem por objectivo a descoberta de “todos” os vestígios rupestres existentes dentro da área que é prospectada. A única forma de atingir este objectivo é observar, uma a uma, todas as superfícies rochosas existentes aptas para serem historiadas dentro da área de terreno seleccionada. A prospecção sistemática precisa assim de ser metódica e cuidadosa, implicando uma batida do terreno ordenada e sequencial, sempre com cuidado para não esquecer e deixar para trás determinadas superfícies. Implica geralmente a escolha prévia aproximada dos limites da área a prospectar, que serão assinalados com GPS para serem cartografados. Os limites podem ser inconspícuos no terreno, se necessário, mas é preferível corresponderem a realidades visíveis e demarcáveis, como caminhos, muros, linhas de água, estruturas ou mesmo rochas inventariadas. Nesta região da arte do Côa, de geologia sobretudo xistosa, a prospecção sistemática normalmente é feita de cima para baixo nas encostas, em linhas tendencialmente paralelas, ao longo das curvas de nível naturais, ou seguindo plataformas naturais ou artificiais, como os socacos, tão frequentes na região, tendo sempre atenção para ver se de uma plataforma para outra não ficam no meio superfícies rochosas de difícil detecção. As áreas prospectadas terão uma dimensão dependente da dificuldade que o terreno oferece e da quantidade de vestígios que se encontram. Nesta região, em que os dois factores (elevada dificuldade e muitos vestígios) frequentemente se associam, as áreas de prospecção sistemática são geralmente pequenas. Como exemplo paradigmático, o sítio da Foz do Côa, o primeiro onde aplicamos este método de prospecção, em 2005 (cf. Baptista, A. M. & Reis, M., 2008). É uma encosta de formato irregular, com comprimento máximo de 850 metros por uma largura aproximada de 350 metros, fazendo uma área total de 367600 m<sup>2</sup>. A prospecção sistemática de toda esta zona exigiu a sua divisão final em 75 áreas mais pequenas, a maior das quais com 26300 m<sup>2</sup>, a menor com apenas 130 m<sup>2</sup>. Naturalmente, nem todos os sítios são tão grandes ou complicados de prospectar como a Foz do Côa. O sítio em frente, a Quinta das Tulhas, necessitou apenas de seis áreas de prospecção sistemática, e um sítio tão importante como a Penascosa foi prospectado em cinco áreas apenas. Por outro lado, a prospecção pode e deve adaptar-se à realidade do terreno, e frequentemente as áreas de prospecção sistemática seguem os grupos de afloramentos no terreno, ignorando as zonas, por vezes grandes, onde não há afloramentos rochosos visíveis. Assim, por exemplo, o sítio do Vale de José Esteves, que, tal como foi definido, tem uma área de 617000 m<sup>2</sup>, está quase totalmente prospectado, faltando apenas pequenos detalhes, mas as nove áreas de prospecção sistemática que efectuamos não só têm algumas descontinuidades entre elas como ocupam apenas 64600 m<sup>2</sup> em conjunto, pouco mais de 10% da área do sítio.

### 3. OS SÍTIOS AO LONGO DO CÔA.

Um dos rios importantes da bacia do Douro, o Côa é um afluente da margem esquerda do Douro, correndo tendencialmente de Sul para Norte, com um percurso superior a 140 quilómetros<sup>5</sup>. O complexo de arte rupestre do Côa encontra-se no seu trecho final, assim como na área subsequente do Douro. Pre-

---

<sup>5</sup> Sobre a geologia e geografia da região da arte do Côa, recomendamos, entre outras, as seguintes referências: Aubry, T., 2009a, Meireles, J., 1997 ou Ribeiro, M. L. & Silva, A. F., 2000.

sentemente, desde a sua foz até ao último sítio conhecido temos aproximadamente 28 quilómetros em linha recta, que sobem para 34 medindo pelo curso do rio. Este último sítio é a Quinta da Moreirola onde, para além outras gravuras menos importantes, se conhece uma rocha com motivos paleolíticos incisos.

Apresentamos uma descrição sumária dos sítios até ao momento inventariados, com as suas características físicas, a evolução das descobertas e uma vista geral da sua arte rupestre. Dividiremos os sítios dentro de grandes grupos na área considerada, em diferentes troços ao longo do Côa e também nos seus principais afluentes. As referências bibliográficas que apresentamos para cada sítio não são exaustivas. Tentamos mencionar as primeiras referências, os principais inventários e os textos mais específicos ou desenvolvidos sobre o todo ou uma parte de cada um<sup>6</sup>. Referimos desde já, em vez de o fazer sítio a sítio, um conjunto de importantes artigos de três arqueólogos do PAVC, com uma abordagem à fase mais antiga da arte paleolítica do Côa numa perspectiva fenomenológica, e que apresentam com algum detalhe as gravuras de oito sítios, todos localizados no Côa: Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira de Piscos, Fariseu, Vale de Figueira, Vale de Videiro, Canada do Inferno e Rego da Vide (Baptista, A. M., Santos, A. T. & Correia, D., 2006, 2008, 2009).

### **3.1. O percurso final do vale do Côa, entre a foz e a Canada do Inferno.**

Esta área, com uma extensão de aproximadamente 3,4 quilómetros<sup>7</sup>, encontra-se completamente prospectada no que toca à inventariação dos seus sítios, ou seja, já não haverá mais sítios por identificar. As excepções poderão estar nas áreas planálticas adjacentes ao vale, como as recentes descobertas dos sítios do Azinhate e Cavalaria atestam. É toda de geologia xistosa, pertencente à Formação da Desejosa<sup>8</sup>. Conhecem-se doze sítios com arte rupestre, dos quais cinco (Foz do Côa, Quinta das Tulhas, Vale do Forno, Moinhos de Cima e Vale de Moinhos) foram já sistematicamente prospectados, na totalidade ou quase. Esta é assim das áreas melhor conhecidas em toda a região da arte do Côa, faltando terminar a prospecção sistemática dos restantes sítios, incluindo alguns tão importantes como a Canada do Inferno. Estes sítios, da forma como são definidos (encostas sobre o Côa, ou linhas de água afluentes do Côa), seguem-se de forma contínua neste troço, sem intervalos, em ambas as margens, embora os da margem esquerda sejam tendencialmente maiores (isto é, com mais registos) e mais importantes que os da margem oposta do Côa. Este troço final, a par do troço seguinte para montante e das zonas adjacentes do Douro, é um excelente exemplo da densa sequência de muitos sítios com muitas gravuras, tão característico da arte do Côa.

#### **3.1.1. Foz do Côa.**

O sítio de arte rupestre da Foz do Côa é o que apresenta maior quantidade e densidade de rochas gravadas de toda a arte do Côa, nos três períodos representados: Paleolítico Superior, Idade do Ferro e Época Histórica. Em termos quantitativos, não tem rival em nenhum outro sítio da região, e não cremos que as prospecções futuras venham alterar esse quadro. Esta sua particularidade poderá ficar a dever-se à conjugação simultânea de dois factores: a imensa quantidade de afloramentos com superfícies graváveis dispersos por uma vasta área, e a sua localização singularmente atractiva no encontro dos dois rios que formam os eixos que marcam e definem a região.

A primeira referência à existência de gravuras vem na sequência dos trabalhos realizados no sítio do Vale da Casa em 1982 quando, numa primeira visita até à área da embocadura do Côa, se descobriram seis rochas com picotados recentes (Baptista, A. M., 1983: 69, Nota 2; ver também Baptista, A. M.,

---

<sup>6</sup> A maioria destas referências pode ser consultada e descarregada na página da Internet do Parque Arqueológico e Museu do Côa, [www.arte-coa.pt](http://www.arte-coa.pt). Também as imagens de muitas das figuras que iremos referir ao longo do texto podem aqui ser visualizadas.

<sup>7</sup> Estas medidas são feitas ao longo do leito dos rios e linhas de água, e não em linha recta.

<sup>8</sup> A variabilidade dos xistos na região foi determinada recorrendo a Ribeiro, M. L. & Silva, A. F., 2000. Para uma análise da distribuição dos sítios rupestres em função da geologia, ver Reis, M., 2011: 56-62.

1999: 184, 186; Baptista, A. M. & Reis, M., 2008: 75). No Relatório de 1997 (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215), há alguma confusão na inventariação deste sítio, referindo-se as seis rochas mas cartografando-se em conjunto com as rochas já conhecidas na margem oposta, no sítio que mais tarde foi inventariado separadamente como Quinta das Tulhas, o que ocorre provavelmente pela inventariação pouco clara feita em 1995 por Nelson Rebanda (1995a: 3; 1995b: 12, 14). Nos primeiros tempos da investigação mais algumas rochas vão paulatinamente aparecendo, chegando a um total de 17 em 2004, sendo o sítio também incluído nos inventários da arte paleolítica (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238). Mas é a partir de 2005, com a prospecção sistemática que efectuamos, que o sítio ganha a magistral importância que hoje detém no âmbito da arte do Côa. Nesse ano, entre Janeiro e Setembro prospectamos a totalidade da área do sítio e chegamos à espantosa cifra de 188 registos, incluindo dois conjuntos de pedras com gravuras em construções recentes. Publicou-se então uma primeira e sumária monografia do sítio (Baptista, A. M. & Reis, M., 2008), sendo estes os dados referidos num outro artigo feito a partir de uma comunicação apresentada em 2006 na cidade espanhola de Salamanca (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 173). Mas ainda haveria mais novidades. Em princípios de 2007 descobrimos uma nova rocha, junto à ponte ferroviária, que por lapso tinha escapado à prospecção sistemática (Reis, M., 2011: 33). Finalmente, em Dezembro de 2007, prospectamos uma faixa de quatro metros colocada a descoberto com um abaixamento das águas da albufeira do Pocinho, e descobrimos mais seis rochas gravadas com motivos filiformes, subindo os registos para 195, o total apresentado no último ponto da situação (Reis, M., 2011: 120-123).

Naturalmente, a área que se entende associada à foz de um qualquer rio abrange ambas as margens em torno da embocadura desse rio, e o Côa não é excepção. No entanto, do ponto de vista do inventário da arte do Côa e da delimitação dos seus sítios, o sítio designado como Foz do Côa encontra-se unicamente na margem esquerda. Na margem direita, a encosta em frente é também um sítio com arte rupestre, mas foi inventariado separadamente, sob a designação de Quinta das Tulhas. A Foz do Côa define-se assim como sendo a encosta na margem esquerda e de águas vertentes para o Côa, orientada *grosso modo* para Leste, desde a embocadura do rio até ao limite com o sítio do Vale do Forno. A sua delimitação visual é fácil, pois as duas pontes aqui existentes assinalam os limites inferiores: a ponte ferroviária sobre a própria foz e a ponte rodoviária a montante. No seu limite inferior a encosta tem uma extensão máxima de 850 metros. As cotas variam entre os 361 e 110 metros, numa largura média de 350 metros, estando os últimos 15 metros actualmente submersos na albufeira do Pocinho. Ao longo da encosta surgem algumas linhas de escorrência de água, mas apenas uma, situada mais a montante, assume algum protagonismo visual, se bem que sem correspondência ao nível da distribuição dos registos conhecidos. Os afloramentos distribuem-se ao longo de toda a área da encosta, apenas com alguns pequenos vazios intermédios, densificando paulatinamente de cima para baixo e de montante para jusante. A descoberta das seis novas rochas em 2007, numa estreita faixa de 4 metros abaixo da actual linha de água, é um claro indicador de que mais devem estar ainda por descobrir na restante área inundada, de aproximadamente mais uma dezena de metros, sendo expectável que se venha a ultrapassar a marca dos 200 registos.

Em relação aos textos já apresentados, há algumas alterações a registar. Em primeiro lugar, o achado da rocha 187. Esta tem um conjunto com algum interesse de gravuras modernas, algumas datáveis da segunda metade do século XIX, incluindo a data de 1860 e um elaborado conjunto de cruciformes, e também um conjunto de gravuras posteriores, incluindo a data de 1909. Em segundo lugar, as seis rochas descobertas em finais de 2007, rochas 188 a 193. Observadas em condições difíceis e com péssima luminosidade, a sua interpretação está, como sempre, sujeita a revisão, quando tal for possível. A rocha 188 é a única em que se observam motivos de Época Histórica, destacando-se uma ou outra representação de armas, nomeadamente bestas, sendo mais uma do interessante conjunto de rochas ao longo da região do Côa com este tipo particular de figuras. É possível, mas não temos a certeza, que possa também ter motivos paleolíticos e/ou da Idade do Ferro. As outras cinco rochas são todas paleolíticas. Nas rochas 189 e 190 detectamos grande quantidade de traços, mas sem que conseguíssemos discernir motivos definidos, ainda que estes devam existir. A rocha 191 tem um notável duo de veados,

feitos pela mesma mão, em traço simples e com grande armação, colocados lado a lado na mesma posição oblíqua no painel, de cabeça voltada para cima, como se estivessem a trepar uma encosta íngreme. Na rocha 192, entre mais alguns poucos traços, surge uma cabeça de veado de imensa armação, muito apagada e de difícil visualização, sendo difícil de dizer se tem ou não o resto do corpo, e se é em traço simples ou múltiplo. Por fim, a rocha 193 é a melhor das seis e uma das melhores de todo o sítio da Foz do Côa, com um expressivo conjunto de cervídeos e caprinos de traço múltiplo, e um ou dois equídeos de traço simples.

Dos 195 registos aqui inventariados, 96 apresentam motivos do Paleolítico Superior, 68 da Idade do Ferro e 50 de Época Histórica, havendo ainda 24 de cronologia indeterminada. A futura revisão destas rochas poderá originar algumas pequenas alterações nesta contabilidade. Já anteriormente fizemos uma descrição geral deste sítio e das suas principais características, para os três períodos cronológicos representados, pelo que não o iremos repetir (Baptista, A. M. & Reis, M., 2008). Posteriormente fizemos algumas correcções e acrescentos, salientando mais algumas rochas ou motivos (Reis, M., 2011).

Para finalizar, iremos fazer duas pequenas correcções a descrições anteriormente apresentadas. Em primeiro lugar, uma afirmação acerca da existência de uma falcata na rocha 148 (Baptista, A. M. & Reis, M., 2008: 78-79). Na verdade, após revisão e desenho dessa parte da rocha, em colaboração com Fernando Barbosa do PAVC, concluímos que não se trata de uma falcata mas de uma amálgama de traços, pertencentes a mais que um motivo, e que, ajudados pela própria fracturação da superfície, criam a ilusão da forma de uma falcata (bastante perfeita, por sinal). Na mesma ocasião observamos e desenhámos o antropomorfo da Idade do Ferro da rocha 42 (Baptista, A. M. & Reis, M., 2008: 82), e verificamos que afinal tem as pernas completamente delineadas (ainda que o seu sulco interior seja quase invisível), não terminando a meio do tronco, como tínhamos afirmado, e são as pernas ou os pés, em posição torcida face ao resto do corpo, que estão em cima da fractura da diáclase que separa o painel mais recuado (onde se encontra o motivo) do painel inferior e mais avançado, dando a impressão que a figura emerge do interior da fractura.

### **3.1.2. Quinta das Tulhas.**

A identificação das duas primeiras rochas da Quinta das Tulhas é feita em Dezembro de 1994 por João Félix e Manuel Almeida, mas só serão devidamente inventariadas em 1996. O sítio é então designado por Fonte Frieira, sendo assim referido no Relatório de 1997 (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215), mas a cartografia das rochas deste sítio é incorrecta, assinalando-se duas pertencentes ao sítio da Broeira, e misturando-se as rochas da Foz do Côa com as duas da encosta em frente. Mais tarde, a designação de Fonte Frieira é abandonada, adoptando-se definitivamente o nome de Quinta das Tulhas, com que aparece nos inventários seguintes (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 193). Em 2006 descobriram-se mais duas rochas, na sequência do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) das obras de beneficiação da estrada entre Almendra e Vila Nova de Foz Côa (Branco, A. & Alves, L. B., 2006), apresentando-se assim um total de quatro rochas (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 184, 185; aqui, por lapso, trocamos as descrições da rocha 1 com a rocha 2, e da rocha 3 com a rocha 4). Em 2007 efectuamos a prospecção sistemática de toda a área, atingindo-se um total de 16 rochas inventariadas, referidas no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Em Maio de 2010 inventariámos ainda a rocha 17, ao lado da rocha 6, que por deficiente observação não tinha antes sido considerada.

É o troço de encosta final sobre o Côa na margem direita, voltada para Noroeste. A sua delimitação a Norte é simples, pois é a própria embocadura do rio, assinalada pela antiga ponte ferroviária. A Sul, no entanto, a sua delimitação do sítio contíguo da Broeira é menos evidente, pois este é também uma encosta sobre o Côa. A delimitação faz-se pela inclinação das respectivas encostas, a da Quinta das Tulhas voltada para Noroeste, a da Broeira orientada para Sudoeste, havendo uma discreta mas visível linha de separação, que passa ao lado do grupo de rochas mais a montante, as rochas 4, 5, 6, 7 e 17. É um dos

mais pequenos sítios da arte do Côa, tendo pouco mais de 500 metros de comprimento junto ao rio. A parte superior da encosta está na cota dos 250 metros, mas foi toda lavrada e está vazia de afloramentos xistosos. Estes iniciam-se aproximadamente à cota de 150 metros, pouco acima dos 125 actuais, pelo que a Quinta das Tulhas tem os seus registos densamente concentrados junto à água, numa área com grande concentração de afloramentos rochosos, com muitas e amplas superfícies verticais. São conhecidas fotografias antigas desta zona, antes da construção da barragem do Pocinho, e é notória a imensa quantidade de afloramentos existentes na área hoje submersa, sendo quase certo que muitas mais rochas gravadas deverão existir debaixo de água, devendo este ser, à semelhança da Canada do Inferno, um sítio proporcionalmente muito afectado pela subida das águas.

Todos os motivos de todas as épocas são filiformes. O Paleolítico Superior está pouco representado, apenas em três rochas, enquanto a Época Histórica se encontra em cinco rochas e a Idade do Ferro em 10 rochas, havendo quatro rochas de cronologia indeterminada. Nas rochas paleolíticas destacam-se algumas figuras de traço múltiplo da rocha 2 e, particularmente, toda a rocha 5 e o seu magnífico painel central. Este, à primeira vista, parece estar quase unicamente preenchido com variadas figuras de veados de traço simples, todos machos com armação, todos com o mesmo estilo, dimensões similares (e relativamente grandes) e a mesma orientação, parecendo assim ser uma representação de um grupo apenas com machos. Pelo meio, distingue-se com dificuldade o que parece uma figura de cavalo, sendo possível que outros motivos possam existir. A Época Histórica é pouco relevante, destacando-se os cruciformes das rochas 7 e 16, o motivo floral da rocha 4 e, sobretudo, a muito curiosa representação de uma casa na rocha 9. Claramente, a Idade do Ferro domina neste sítio, com grande destaque para a rocha 2, uma das superfícies mais intensamente repletas de gravuras de toda a arte do Côa, tanto mais notável quanto é de enormes dimensões. O seu sector direito está todo submerso, incluindo as figuras antropomórficas desta rocha. Merece também realce a qualidade e originalidade de muitas das suas figuras, incluindo um cavalo com rédeas mas sem cavaleiro (único na região, até ao momento), e o que nos parece ser uma figura de cariz mitológico, talvez de carácter monstruoso (à semelhança de tantas figuras monstruosas da mitologia clássica), muito semelhante a outra que se encontra na rocha 93 da Foz do Côa (na iconografia, não no estilo). Ambas são representadas de forma similar, sem corpo, apenas com um longo pescoço que, em ambos os casos, sai de uma fissura vertical na superfície do painel, terminando numa grande cabeça que nos parece de ave, de boca aberta em postura “ameaçadora”. Na rocha 1 destacáramos a sua única figura, um magnífico veado de imensa armação, e a rocha 6 destaca-se também pela quantidade e qualidade das figuras, incluindo vários antropomorfos, dois animais magnificamente decorados e, sobretudo, a sua cena de luta entre três figuras de guerreiros, um dos quais aparece de cabeça para baixo, ao que tudo indica por estar representado “fora de combate”. Podemos referir ainda as rochas 12 e 15, ambas com numerosos motivos, e também a rocha 11, com um pequeno conjunto de figuras, de difícil visualização e interpretação, mas sobretudo pela sua implantação diferente do normal, um pequeno abrigo de difícil acesso.

### **3.1.3. Vale do Forno.**

Foi identificado em 1995, com um lote inicial de quatro rochas, número que sobe paulatinamente até catorze em 2003, distribuídas então em dois grupos, um maior na parte superior do vale e outro junto à foz da ribeira. Nos primeiros tempos apenas se identificaram rochas da Idade do Ferro, (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19). Mais tarde, em 2005 e 2006, inventariamos mais algumas rochas, sendo um total de 25 referidas em 2006 (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 171, 173). Em 2007 e 2008 fizemos a prospecção sistemática de quase toda a margem esquerda do vale, faltando apenas investigar melhor alguns sectores da margem direita. O número de rochas subiu então para um total de 79, referidas no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123), e incluindo a rocha 35, descoberta em finais de 2007 na faixa de quatro metros colocada a descoberto pelo abaixamento das

águas da albufeira do Pocinho<sup>9</sup>. Em Fevereiro e Abril de 2012 fizemos a prospecção sistemática de uma outra área em falta na margem direita, e o número total de registos subiu para 86. Assim, nesta altura, este é o segundo maior sítio da arte do Côa em quantidade de registos.

A ribeira do Vale do Forno nasce no planalto, perto de Vila Nova de Foz Côa, na cota de 430 metros, e segue um percurso total de 4500 metros, mantendo sempre a direcção geral de Oeste para Leste. Mais de metade é em zona planáltica, onde recebe o concurso de diversos pequenos afluentes. A escavação profunda do vale inicia-se a partir da cota dos 350 metros e o percurso final em vale encaixado tem uma extensão de 1700 metros. A parte inicial do troço encaixado faz uma curva acentuada para Norte, mas rapidamente retoma o percurso para Leste. O vale é profundo, com um desnível máximo de 150 metros, mas bastante aberto, com uma largura máxima superior a 700 metros. Os afloramentos circunscrevem-se, quase todos, à margem esquerda, em concentrações normalmente bem definidas, com espaços quase vazios de permeio. Apenas na parte inicial do encaixe se encontram grandes afloramentos na margem direita, ainda não prospectados. O sítio confina a Sul com os Moinhos de Cima na parte inferior, com Vale de Moinhos na parte superior, e a Norte com a Foz do Côa.

A Idade do Ferro domina quantitativamente, com motivos em 43 rochas, seguida do Paleolítico Superior, presente em 33 rochas, e da Época Histórica, em 17 rochas, havendo ainda 9 rochas de cronologia indeterminada. Todos os motivos são filiformes excepto dois estranhos motivos picotados da rocha 55, aparentemente recentes. Após a prospecção as características da distribuição das rochas alteraram-se em relação ao que era conhecido e, curiosamente, a distribuição é similar à do sítio do Vale de José Esteves, mas simétrica: onde neste sítio o maior grupo de rochas está junto à foz da ribeira, no Vale do Forno esse grupo encontra-se na parte alta do vale, no princípio do seu encaixe. As rochas distribuem-se por seis grupos principais, de alto a baixo no vale, e todas se encontram do lado esquerdo da ribeira, desde os pontos mais elevados da encosta até ao seu leito. A sua distribuição segue de perto a dos afloramentos com painéis verticais.

Um primeiro grupo surge na embocadura da ribeira com o Côa, composto por quatro rochas, duas da Idade do Ferro e duas paleolíticas, uma das quais a rocha 35 atrás referida. Cerca de 100 metros acima surge outro pequeno grupo que, tal como o anterior, está ao lado da linha de cumeada que marca a transição para a encosta do sítio da Foz do Côa. É composto por seis rochas, quatro com gravuras paleolíticas e duas com gravuras da Idade do Ferro que, tal como sucede em baixo, não se misturam nos mesmos painéis. O terceiro grupo surge cerca de 400 metros acima, na parte superior da encosta, em redor da cota dos 300 metros, perto da orla do planalto e igualmente perto da linha de cumeada que separa este sítio da encosta da Foz do Côa. É composto por doze rochas, predominantemente com gravuras paleolíticas, mas já com algumas gravuras modernas e outras, mais raras, da Idade do Ferro. Entre os dois grupos anteriores surge um conjunto bastante disperso de seis rochas, cinco das quais com escassos e pouco relevantes motivos paleolíticos, e uma apenas com poucos motivos da Idade do Ferro. Na parte central do vale e a meia encosta, fazendo a transição entre o terceiro grupo e a cabeceira do vale, surge um conjunto de sete rochas que, apesar da sua dispersão, podemos considerar como outro grupo, embora também fosse lícito considerar a sua divisão em dois pequenos grupos de três rochas cada e uma outra isolada. Curiosamente, não há aqui gravuras paleolíticas, tendo sobretudo gravuras da Idade do Ferro e algumas modernas. Por fim, o grande grupo superior, no início da zona encaixada sobre a curva para Norte, e cujos painéis verticais se orientam assim para Leste, em direcção ao Côa, sendo bem perceptíveis a grande distância e dominando todo o enquadramento do vale. Neste espaço relativamente curto, contido entre duas pequenas linhas de água dispersam-se, desde a orla do planalto até à ribeira, 51 rochas gravadas, numa das maiores concentrações de rochas historiadas da arte do Côa. Aqui juntam-se gravuras de Época Histórica, da Idade do Ferro e do Paleolítico Superior, embora raramente nos mesmos painéis.

---

<sup>9</sup> Ao lado desta rocha descobrimos ainda um sítio de habitat pré-histórico, também hoje submerso, com cerâmicas decoradas atribuíveis ao III milénio a. C..

O Paleolítico Superior não se distingue particularmente. Destacá-riamos a rocha 35, com alguns belos animais de traço múltiplo, incluindo um possível cervídeo de grandes dimensões, infelizmente fraturado e incompleto. Também se realçam os dois cavalos da rocha 9, de estilo idêntico e seguramente gravados pela mesma mão, um com o corpo inteiramente preenchido a traço múltiplo, o outro delineado a traço simples e com a cabeça preenchida a traço múltiplo. Também na rocha 69 surge um avultado conjunto de figuras, em traço simples e múltiplo, destacando-se uma bela figura de animal com o corpo realisticamente desenhado e preenchido a traço múltiplo mas sem cabeça, terminando o pescoço num feixe de vários traços, numa convenção relativamente abundante na arte paleolítica do Cõa, e que deverá pertencer à sua fase terminal. Também interessante nesta rocha é um conjunto de pequenos veados de traço múltiplo, três ou talvez quatro, de formas toscas e esquematizadas, mas reconhecíveis pelas imensas armações, pouco realistas.

A Idade do Ferro domina claramente o sítio, em quantidade e diversidade, destacando-se os guerreiros com escudo e espada (incluindo uma espada claramente curva, mas que não tem a forma de uma falcata) da rocha 1, os magníficos conjuntos de antropomorfos, armas e animais das rochas 6 e 22, ou alguns originais motivos das rochas 74 e 79. Muito original é também a rocha 59, única no seu género na arte do Cõa. É um painel de razoável dimensão, com cerca de três metros de comprimento por pouco mais de um metro de altura. Está quase inteiramente repleto de traços, de ponta a ponta, mas a originalidade está no facto de se distinguirem poucos motivos em concreto. Há uma ou outra figura zoomórfica ou geométrica identificável, mas a grande maioria dos traços não se parece integrar naquilo a que convencionalmente chamamos um “motivo”. A sua distribuição parece estar relativamente ordenada, são alguns milhares de traços, bem feitos, de sulco firme e fundo, fortemente patinados, e preenchem densamente uma grande parte do espaço operativo do painel, mas não formando figuras reconhecíveis (pelo menos à primeira vista, e sem um desenho em que nos apoiarmos). A existência de traços avulsos é uma constante na arte do Cõa de todas as épocas, mas não nesta escala.

Mas a principal revelação na prospecção deste sítio foi nas gravuras mais recentes, fazendo do Vale do Forno um dos principais conjuntos de gravuras modernas da arte do Cõa, não tanto pela sua quantidade, embora esta seja relevante, mas pela sua qualidade, diversidade e, nalguns casos, originalidade. Assim, aos estranhos picotados da rocha 55 juntam-se o conjunto de figuras de besta da rocha 1, os pentagramas da rocha 21<sup>10</sup>, as representações de aves das rochas 57 e 61, os cruciformes das rochas 66 e 69, o barco à vela da rocha 76 ou o grande conjunto de reticulados da rocha 77<sup>11</sup>. Algumas rochas assumem grande protagonismo. Por exemplo, a rocha 31, um dos raros abrigos dos afloramentos da arte do Cõa, bastante grande e com paredes laterais repletas de motivos, avultando cruciformes, inscrições, a possível representação de um casal, homem e mulher, e até a patriótica figuração heráldica do escudo português, com sete quinas (em vez das cinco regulamentares). As rochas 56 e 69 distinguem-se pela grande quantidade de motivos (incluindo um cavalo da Idade do Ferro na primeira e vários motivos paleolíticos na segunda), destacando-se as suas representações familiares de cariz doméstico, no primeiro caso com a representação de um casal e mais uma ou outra personagem associados a grande quantidade de motivos, formando uma verdadeira cena doméstica, e no segundo caso o mesmo, com menos motivos mas com o ineditismo do casal ser representado com o que presumivelmente será um filho. Mas, acima de todas, está a rocha 48, por ter também grande quantidade de motivos, vários dos quais integrando o que se pode considerar uma raríssima cena mitológica, e em que tem um papel central uma figura antropomórfica, coroada e armada de escudo e lança, em cuja cabeça cai um longo raio de uma representação solar colocada mais acima, e cujo corpo se transforma num corpo ondulado de serpente, decorado internamente. Um verdadeiro “rei-serpente”, talvez uma representação do diabo, ou de uma outra personagem da mitologia popular.

<sup>10</sup> Que erradamente tínhamos colocado na rocha 20 em Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 173.

<sup>11</sup> Provavelmente jogos; é um tipo de motivo frequente na arte moderna do Cõa, podendo por vezes confundir-se com figuras similares da Idade do Ferro.

### **3.1.4. Moinhos de Cima.**

Sítio identificado em 1997, algumas das suas rochas aparecem já cartografadas no Relatório (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 215), mas o sítio não está individualizado como tal, provavelmente por lapso. No entanto, aparece desde logo nos primeiros inventários da arte paleolítica (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Diez, M., 2002: 193). Em 2005 fizemos uma prospeção sistemática que abrangeu quase toda a área com relevância para a arte rupestre, atingindo-se um total de 25 rochas inventariadas, referidas nos últimos inventários (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 171; Reis, M., 2011: 120-123). Em Abril de 2009 prospectamos uma área na zona elevada da encosta, para cima da rocha 16, com poucos afloramentos e onde nada descobrimos. Recentemente, em Julho de 2011, fizemos uma última prospeção sistemática numa área entre a rocha 16 e a rocha 21, chegando-se ao total de 26 rochas. Consideramos terminada a prospeção, com a evidente excepção do sector submerso na albufeira do Pocinho, pois a restante área não prospectada não apresenta afloramentos.

É uma encosta orientada a Leste, na margem esquerda do Côa, limitada a Sul e Sudeste por Vale de Moinhos, e a Norte e Noroeste pelo Vale do Forno. Tem grande inclinação, com uma variação de cotas entre os 400 metros do planalto até ao Côa. A meio é cortada por uma discreta mas evidente linha de água central, havendo uma outra mais curta e ainda mais discreta ligeiramente a jusante. A encosta estende-se por aproximadamente 1000 metros, junto ao rio. No entanto, a sua metade Sul está quase vazia de afloramentos. Estes surgem maioritariamente a jusante da linha de água central, concentrando-se na parte inferior da encosta, onde formam em algumas zonas altos paredões de xisto, e onde também surge a maior parte das rochas gravadas.

Quatro rochas têm motivos modernos, seis têm motivos paleolíticos e quinze têm motivos da Idade do Ferro, havendo ainda cinco rochas de cronologia indeterminada. Não é sítio que se destaque particularmente na arte do Côa, mas tem algum interesse. A Época Histórica está pouco representada, salientando-se o antropomorfo da rocha 1, o galo da rocha 7 ou os reticulados da rocha 13. O Paleolítico Superior tem uma quantidade reduzida de rochas gravadas, todas com poucos motivos, filiformes em traço simples ou múltiplo. Os cervídeos estriados das rochas 9 e 14 são interessantes, mas merecem destaque os belos animais de traço simples da rocha 10, particularmente uma cabra de boca aberta e um bode de grande armação, assim como uma grande e detalhada figura de auroque macho. A Idade do Ferro é o período mais representado, havendo algumas rochas e figuras que merecem realce. Por exemplo, os animais indeterminados com longuíssimos corpos muito estreitos da rocha 2, talvez cavalos ou cervídeos, os belos veados da rocha 7, o grande conjunto de motivos da rocha 4, em que salta ao olhar um guerreiro associado a uma longa espada, ou o cavaleiro da rocha 8. Mas é sobretudo a rocha 5 que se destaca, com um grande painel amplamente gravado com muitas figuras, num conjunto de grande diversidade e originalidade, em que pontuam essencialmente representações zoomórficas e geométricas, sendo de relevar a ausência de figuras antropomórficas<sup>12</sup>. Para além de um ou outro cervídeo de excelente desenho, salienta-se pela estranheza um conjunto de quadrúpedes de espécie indeterminada, e que poderão até ser figuras fantásticas, com o seu corpo largo, focinho curto e “cauda de escorpião”.

### **3.1.5. Vale de Moinhos.**

As primeiras gravuras paleolíticas deste vale foram descobertas em Abril de 1992, pela equipa do então chamado Projecto Arqueológico do Côa, chefiado por Nelson Rebanda (1995a: 6; 1995b: 11), figurando este sítio constantemente nos primeiros inventários publicados (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Diez, M., 2002: 193), ainda que com escassos registos, apenas seis até 2004. Em 2006, realizamos a prospeção sistemática

---

<sup>12</sup> As representações humanas são relativamente escassas na arte rupestre da Idade do Ferro do Côa (cf. Reis, M., 2011: 86), mas os grandes painéis profusamente repletos de motivos (que são raros) quase sempre apresentam este tipo de motivo, por contraste com os abundantes pequenos painéis com poucos motivos, onde as figuras humanas são menos frequentes.

de quase toda a área relevante do sítio. Nessa mesma altura, com a nossa prospecção ainda a iniciar-se, realizou-se um outro trabalho no âmbito de um EIA, onde Lara Bacelar Alves descobriu quatro novas rochas<sup>13</sup> numa zona intermédia do vale (Branco, A. & Alves, L. B., 2006: fichas 10, 11, 12, 13), sendo treze rochas o limite do conhecimento na altura do ponto da situação de 2006 (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 171). Quando em Novembro de 2006 terminamos os trabalhos de prospecção, o número total de registos elevou-se para 40 rochas gravadas, referidas no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Faltava então completar alguns detalhes, nomeadamente na margem direita do vale, onde ainda há pequenos conjuntos de afloramentos por ver. Efectivamente, em 2010 mais duas rochas foram identificadas nessa margem: em finais de Março a rocha 41, descoberta por Delfina Bazaréu, do PAVC, e em Maio a rocha 42, descoberta numa pequena área de prospecção sistemática em frente à rocha 3.

Esta ribeira nasce em pleno planalto perto de Vila Nova de Foz Côa, à cota de 430 metros, e junta inicialmente diversas pequenas linhas de água. Tem um percurso total de 6200 metros, seguindo ao princípio de Sul para Norte, mas rapidamente inflectindo para Leste, em direcção ao Côa. A escavação do vale mais encaixado começa aproximadamente na cota dos 380 metros, e a ribeira, neste troço, tem um percurso de 3600 metros. Esta vasta extensão deve-se, em grande medida, à elevada sinuosidade da parte inicial do encaixe, num troço ainda não muito fundo mas rochoso, onde a ribeira deambula no meio de grandes afloramentos, tornando-se mais linear no troço final. O vale é abrupto, com uma profundidade máxima de aproximadamente 150 metros, tendo um acentuado perfil em V. A encosta do lado esquerdo é aproximadamente contínua, com poucas linhas de escorrência de água, e concentra a maioria dos afloramentos do sítio, do topo da encosta até à ribeira. A margem direita é cortada por numerosos pequenos afluentes, alguns também pontuados por afloramentos, e apresenta menores concentrações rochosas que a margem oposta.

Actualmente, conhecem-se dezanove rochas com gravuras paleolíticas, catorze com gravuras da Idade do Ferro, onze com gravuras modernas e cinco de cronologia indeterminada. As rochas conhecidas distribuem-se de alto a baixo no vale, geralmente em pequenos grupos, e algumas isoladas. Estão sobretudo na margem esquerda, em regra no fundo do vale, mas havendo um grupo importante nas partes intermédia e superior da encosta, com duas rochas paleolíticas e uma da Idade do Ferro (rochas 29, 30 e 31) situadas na orla da cumeada. Na margem direita encontram-se onze rochas, o maior conjunto de rochas conhecidas na “margem oposta” dos vales com gravuras no Côa<sup>14</sup>. Refira-se ainda a curiosa e inédita implantação da rocha 24, com escassas gravuras paleolíticas e da Idade do Ferro, e que se encontra mesmo no meio do leito da ribeira, com a água (quando corre, o que não é sempre) a passar-lhe de ambos os lados. Podemos salientar também as rochas 28 e 41, não tanto pelo seu conteúdo, que se restringe a uma única figura paleolítica, mas pela sua localização. Encontram-se na encosta do lado direito do vale, na sua zona intermédia e final, não longe da linha de cumeada e, apesar de haver mais afloramentos nas imediações com condições para serem gravados, surgem isoladas, não tendo mais gravuras em redor.

Quase todas as gravuras de todas as épocas são filiformes, mas há algumas excepções relevantes. As rochas 3 e 9 têm, cada uma, um animal picotado paleolítico, enquanto que as rochas 10, 20, 21, 22 e 23, todas associadas a moínhos, têm alguns motivos modernos picotados, que na rocha 21 são também abrasionados.

A Época Histórica é aqui pouco relevante. Para além das datas da rocha 10, das mais antigas que conhecemos na região<sup>15</sup>, há cruces picotadas nas rochas 20, 22 e 23, uma pequena figura incisa de uma ave na rocha 11<sup>16</sup> e, sobretudo, uma pitoresca representação de um homem de cartola na rocha

---

<sup>13</sup> A numeração das novas rochas foi coordenada entre nós e os autores do EIA, tendo aquelas quatro rochas recebido os números de 10 a 13.

<sup>14</sup> Sobre a questão da distribuição das rochas gravadas ao longo dos sítios e, em particular, dos vales, com as habituais diferenças conhecidas entre as diferentes margens, ver Reis, M., 2011: 55-75.

<sup>15</sup> Em relação à rocha 10, por lapso referimos anteriormente (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 171) que as suas duas datas picotadas seriam de 1604, quando na verdade são ambas de 1614.

<sup>16</sup> Ainda que sem termos certezas absolutas, discordamos da cronologia da Idade do Ferro que foi atribuída a esta figura no EIA acima referido (Branco, A. & Alves, L. B., 2006: ficha 11).

21, associado a assinaturas e data de 1953. A Idade do Ferro também não se distingue particularmente neste sítio. Salientaríamos os cavalos da rocha 6, ou o antropomorfo em posição orante da rocha 38. Destacam-se as rochas 25 e 36, pelo grande conjunto e variedade de motivos que cada uma tem, e pela sua implantação, a primeira na parede lateral de um grande abrigo na base de um enorme afloramento localizado na margem direita do vale, na sua parte superior, e a segunda com uma implantação bastante peculiar: a grande superfície vertical do painel está sobre uma pequena e estreita plataforma, bastante elevada sobre a plataforma abaixo, sendo assim de acesso difícil. As gravuras na superfície vertical da rocha são divididas a meio por uma larga e espessa saliência rochosa, que se prolonga até ao fim da plataforma e que tem apenas uma pequena abertura na parte inferior. Ou seja, para além do acesso relativamente difícil à plataforma, para se passar de um para o outro lado do painel é preciso rastejar por baixo da saliência. Por fim, a rocha 42 tem uma interessante associação de motivos, claramente feitos pela mesma mão: um cavaleiro armado de lança surge ao lado de uma égua que amamenta a sua cria. Apenas na rocha 38 da Bulha conhecemos uma associação similar: uma égua a amamentar a cria numa cena de combate entre cinco guerreiros.

Claramente, este sítio notabiliza-se pela sua excelente arte paleolítica. Já anteriormente nos referimos à figura picotada da rocha 3, única no seu tipo, estilo e técnica entre a arte paleolítica do Côa, e que interpretamos como uma possível representação de bisonte (Reis, M., 2011: 107-108). Podemos salientar também o prótomo de cavalo picotado da rocha 9, uma das raras figuras nesta técnica identificadas mais recentemente e, junto com a figura da rocha 3, a que se conhece mais a jusante no Côa. A rocha 9 apresenta ainda um raro conjunto de figuras incisas de grandes dimensões, dois cavalos de traço simples e um veado em traço múltiplo, com mais de meio metro de comprimento, e várias pequenas figuras em traço simples e múltiplo, incluindo dois peixes feitos com grande detalhe. As rochas 1 e 2 também sobressaem, com um amplo conjunto de animais em traço simples e múltiplo e alguns signos (cf. Baptista, A. M., 1999: 148-151; Baptista, A. M., 2008b: 48). Também merecem realce o veado da rocha 41 e o caprino da rocha 30, ambos em traço simples, ou o conjunto de motivos de traço múltiplo das rochas 12 e 31.

### **3.1.6. Azinhate.**

Este sítio foi descoberto por Dalila Correia, do PAVC, em Março de 2010, estando ainda inédito. Mais do que um “sítio” propriamente dito, trata-se de um achado isolado de uma pedra com gravuras. A pedra em causa é um bloco trabalhado de forma rectangular, colocado na entrada de uma propriedade agrícola. A posição em que se encontra não permite uma boa observação, e as arestas estão bastante fragmentadas, mas poderá tratar-se de uma antiga soleira de porta reaproveitada. Está a 300 metros de distância de um importante sítio arqueológico com ocupação romana e medieval, Azinhate (Coixão, A. N. S., 1996: 184-188), e parece provável que a sua origem esteja nesse sítio.

Na face voltada ao exterior são visíveis diversas gravuras em traço filiforme, todas formando o mesmo tipo de motivo: podomorfos, num mínimo de cinco. Alguns têm apenas a forma delineada exteriormente, e os restantes têm o interior decorado com um denso reticulado. A sua atribuição cronológica é problemática, sobretudo tendo em conta a falta de paralelos na arte do Côa. Na região apenas se conhecem podomorfos na rocha 23 do Vale da Casa (Baptista, A. M., 1983: 63; 1999: 180-181), e estes são estilisticamente diferentes e gravados por picotagem, sendo presumivelmente do Bronze Final. Não se conhecem exemplares evidentes destes motivos nem nas gravuras da Idade do Ferro nem nas modernas. Apenas na rocha 1 da Azenha, sítio sobre o Douro quase em frente ao Vale da Casa, se conhecem dois motivos filiformes que eventualmente serão podomorfos, e cuja cronologia é, inequivocamente, da Idade do Ferro, tendo em conta a sua evidente associação aos restantes motivos da rocha. Mas são também tipologicamente muito distintos dos podomorfos do Azinhate.

Tendo em conta que esta pedra foi possivelmente uma soleira de porta<sup>17</sup> e que a sua provável origem é um sítio com ocupação romana e medieval então, por associação contextual, podemos colocar a hipótese destes motivos pertencerem a um destes períodos. A ser assim, serão das primeiras gravuras da região com possibilidades de integrarem esta fase, *grosso modo* os primeiros 1500 anos da era cristã, e que se tem notabilizado pela ausência no conjunto da arte do Côa (cf. Reis, M., 2011: 14).

### 3.1.7. Broeira.

A primeira rocha deste sítio foi descoberta em Fevereiro de 1995 (Rebanda, N., 1995a: 12; 1995b: 14), na embocadura da pequena linha de água que desce perpendicularmente a encosta e divide o sítio a meio. Ainda hoje esta é a melhor rocha conhecida no sítio, mas o acesso ao painel está submerso, e a sua visualização é difícil. É a única mencionada nos primeiros inventários (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19). Nos anos 2000 e 2001 são descobertas mais três rochas, uma (rocha 4, também paleolítica) muito perto da rocha 1, as outras duas formando um pequeno grupo cerca de 300 metros a jusante, junto ao Côa, com gravuras modernas e da Idade do Ferro, aparecendo nos inventários seguintes (Baptista, A. M., 2001: 238; Baptista A. M. & García Diez, M., 2002: 193). Em 2005 prospectamos uma parte da área superior do sítio, e descobrimos seis novas rochas<sup>18</sup>. Em 2006 descobrimos mais três rochas nas imediações das rochas 1 e 4. Este total de treze rochas foi o referido nos últimos inventários (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 183; Reis, M., 2011: 120-123). Em Julho de 2011 fizemos a prospecção sistemática total do conjunto rochoso em torno da rocha 1, descobrindo mais duas e fazendo um total de 15 rochas inventariadas. De momento, apenas esta e a pequena área que abrange as rochas 5 a 10 foram sistematicamente prospectadas, e há potencial para o aparecimento de mais rochas, particularmente na parte superior da encosta.

É uma encosta na margem direita do Côa, orientada a Oeste, delimitada pela Quinta das Tulhas a Norte e o Meijapão a Sul. Tem em frente os sítios da Foz do Côa, Vale do Forno, Moinhos de Cima e Vale de Moinhos. É assim uma vasta encosta, estendendo-se por cerca de 1800 metros na parte inferior, sendo sulcada por quatro linhas de escorrência de água. Apresenta uma forte pendente, iniciando-se à cota máxima de 396 metros. Como nos sítios vizinhos, todo o sector inferior está submerso na albufeira do Pocinho, desconhecendo-se o grau de afectação dos seus registos. Os afloramentos distribuem-se irregularmente, com vastos troços quase despídos e outros, sobretudo nos pequenos vales que cortam a encosta, com grande densidade rochosa.

Seis rochas apresentam gravuras paleolíticas, sete têm gravuras da Idade do Ferro, e cinco têm motivos modernos. A Época Moderna é pouco relevante, realçando-se apenas uma curiosa figura cruciforme (ou antropomórfica?) na rocha 6, umas figuras geométricas na rocha 2, uma estrela de cinco pontas (signo-saimão) na rocha 1, e representações de bestas nas rochas 1 e 8. A Idade do Ferro é pouco abundante em motivos, destacando-se o conjunto da rocha 7 e o grupo de três antropomorfos da rocha 3, que parecem formar uma cena, com personagens algo bizarras, uma das quais em posição deitada, mas sem armas.

O Paleolítico é o período melhor representado. Todas as seis rochas conhecidas se encontram na embocadura da linha de água principal, com a única companhia do cavalo da Idade do Ferro da rocha 15. As rochas 4, 12 e 13 apresentam uma ou outra figura de animal, com realce para o belo cavalo em traço simples de aspecto arcaico da rocha 13 e um grande veado de traço múltiplo da rocha 12. Na rocha 4 distinguem-se dois intrigantes animais de traço simples, um cervídeo de estranha tipologia e outro quadrúpede de difícil identificação, mas que poderá ser um felino. A rocha 11, logo acima da rocha 1, não tem figuras zoomórficas, mas apresenta, dispersos ao longo do painel, um conjunto de signos, fusiformes, zigzagues e vários conjuntos caóticos de traços. Mas a rocha 1 domina o sítio. É um grande painel

---

<sup>17</sup> E tudo indica que a face gravada é aquela que estaria voltada para cima.

<sup>18</sup> Rochas 5 a 10; corrigimos assim a informação errada que demos anteriormente (Baptista & Reis, 2009: 183) em que referíamos sete rochas nesta área.

sobre a embocadura da linha de água, repleto de motivos. Na periferia direita do painel encontra-se um veado em traço múltiplo. Todo o painel apresenta diversos signos, de diferentes tipos: longos feixes de traços rectilíneos, feixes de traço múltiplo de forma semi-circular, e diversas variantes de conjuntos de pequenos traços paralelos ao longo de uma linha. Um destes encontra-se na parte superior do painel e atravessa-o de lado a lado, sendo uma longa linha ondulante com numerosos pequenos traços oblíquos na parte inferior. Com quase um metro de comprimento, é um dos maiores signos da arte do Côa. O destaque do painel vai para dois interessantes cavalos de traço simples na zona central superior do painel. Delineados em traço inciso fundo, repassado e muito vincado, que se distingue dos traços dos outros motivos, são dois animais de corpo largo e pesado, a lembrar as tipologias mais arcaicas da arte paleolítica. Em ambos os casos a cabeça é representada em traço muito ténue e pouco vincado, de difícil visualização, no que parece ser uma opção intencional. Num dos casos é visível a forma da cabeça em “bico de pato”, o que é mais um factor a remeter estas figuras para uma cronologia mais antiga que a maioria das figuras incisas conhecidas na arte do Côa. Também o cavalo da rocha 13 e, possivelmente, uma figura incompleta da rocha 12 são tipologicamente similares, fazendo da Broeira um sítio importante para o melhor conhecimento dos ciclos iniciais ou intermédios da arte do Côa.

### **3.1.8. Cavalaria.**

Este sítio foi identificado em 2010 por Filipe Alves Pina no acompanhamento arqueológico das obras de requalificação da EN 222 entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra (Pina, F. A., 2010: ficha 13). Em Março de 2012 prospectamos a restante área do sítio e encontramos mais seis rochas, fazendo um total de oito. Consideramos a prospecção terminada, e nada mais deverá haver por descobrir<sup>19</sup>.

É um sítio muito interessante pela sua implantação. Trata-se de uma linha de água que corre para o Côa. No seu troço final, corre pela encosta inclinada do sítio da Broeira, sendo no seu término que se encontra o conjunto de rochas paleolíticas deste sítio. No entanto, as oito rochas da Cavalaria não estão nesta encosta da Broeira mas sim na área planáltica por cima, onde a ribeira é pouco cavada e a ribeira tem um reduzido desnível. Pode-se assim considerar um sítio parecido com o Tudão, o primeiro identificado em topografia aplanada. Tem ainda o interesse de se situar numa zona que faz transição entre o Côa e o Douro. Para Oeste o sítio é contíguo à encosta da Broeira sobre o Côa, e para Leste é contíguo à encosta do sítio do Garrido, sobre o Douro. Junto às rochas gravadas a percepção visual é reduzida, não se vendo nem o Côa nem o Douro, mas no topo da encosta Norte, tem-se excelente visibilidade sobre o encontro dos dois rios e o Museu do Côa.

Entre a nascente e o início da encosta da Broeira, a ribeira percorre uma curta distância, pouco menos de 500 metros, descendo da cota 370 para a cota de 300 metros. As rochas distribuem-se por dois grupos, separados por aproximadamente 200 metros. As duas primeiras rochas estão no topo da encosta do lado direito (Norte) da ribeira, à cota de 380 metros, e as gravuras surgem em painéis de disposição sub-horizontal ao nível do solo. As restantes seis rochas estão mais perto da linha de água, num grupo pequeno e pouco denso de afloramentos, cinco na margem direita e apenas uma do lado esquerdo, quase encostada à linha de água, encontrando-se as gravuras nos típicos painéis verticais.

Na vizinhança das duas primeiras rochas encontram-se vestígios patrimoniais que as poderão contextualizar: um pouco ao lado e a Nordeste passa a antiga estrada calcetada entre Vila Nova de Foz Côa e Castelo Melhor, que atravessava o Côa na sua embocadura. A sua origem não é inteiramente clara mas poderá remontar à Idade Média. É provável que o topónimo “Cavalaria” se relacione com este caminho. Por outro lado, a poucas dezenas de metros a Norte das rochas encontram-se vestígios superficiais de ocupação pré-histórica, com algumas cerâmicas e materiais líticos (Pina, F. A., 2010: ficha 13). A rocha 1 apresenta mais de quarenta cruces picotadas, de diversas tipologias, estando talvez a sua presença aqui relacionada com a estrada. A rocha 2 tem uma reduzida quantidade de covinhas, e embora atribuir cro-

---

<sup>19</sup> A eventual excepção poderá estar em um ou dois afloramentos que não conseguimos observar por estarem na área de um grande colmeal de abelhas.

nologias a covinhas seja sempre um exercício arriscado, parece provável que se possam relacionar com o vizinho sítio pré-histórico, à semelhança do que acontece com as conhecidas nos sítios dos Tambores ou do Fumo. As restantes seis rochas apresentam todas gravuras incisas da Idade do Ferro, havendo ainda incisões modernas pouco relevantes na rocha 4. A distribuição e organização espacial das gravuras da Idade do Ferro segue uma tipificação já detectada noutros sítios (cf. Baptista, A. M. & Reis, M., 2008: 73): diversas rochas com poucos motivos em torno de uma rocha abundantemente gravada e onde dominam figuras antropomórficas. Assim, as rochas 3, 5 e 6 apresentam um único animal cada, cavalos ou veados, por vezes acompanhados de traços ou figuras geométricas pouco expressivas. A rocha 8, com o maior painel de todas, apresenta só escassas figuras geométricas, incluindo um bonito reticulado. A rocha 4, situada na margem oposta às restantes, tem um maior conjunto de figuras, incluindo vários cavalos e figuras geométricas diversas, e também uma lança, mas sem figuras humanas. Por fim, a rocha 7, no meio do conjunto, tem um pequeno painel densamente gravado, que inclui uma cena de caça ao veado, com um cavaleiro armado de lança e vários cervídeos, um outro cavaleiro com lança, de estilo diferente e aparentemente desinserido da cena de caça, e vários geométricos muito expressivos, incluindo uma original linha labiríntica e algumas representações estelares ou solares, muito raras no contexto regional.

### **3.1.9. Meijapão.**

A rocha 1 é descoberta em Dezembro de 1992 (Rebanda, N., 1995a: 14; 1995b: 15), mencionada no primeiro inventário (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215). A rocha 2 é descoberta em 1998, e ambas aparecem nos inventários seguintes (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 193). Em 2006 descobrimos mais duas rochas junto às restantes, sendo quatro referidas nos últimos inventários (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 183; Reis, M., 2011: 120-123).

O Meijapão consiste numa pequena linha de água, que segue na direcção Leste-Oeste, com cerca de 1350 metros de extensão, iniciando-se quase no interior da aldeia do Orgal, à cota de 380 metros, e percorrendo 600 metros no planalto antes de, à cota 350, se lançar para o Côa, escavando ligeiramente o seu vale e desaguando na sua margem direita um pouco a montante da foz da ribeira de Vale de Moinhos. O sítio confina a Norte com o sítio da Broeira, e a Sul com a Canada do Amendoal. O vale é uma depressão pouco cavada, de perfil em V relativamente aberto. Tal como na Canada do Amendoal, a zona inferior foi profundamente afectada pelas obras da barragem do Côa, não restando quase nada para prospectar. Os afloramentos existentes encontram-se na parte superior da zona encaixada, numa e noutra margem, mas na margem direita há maior quantidade e foi a única minimamente prospectada.

Apenas uma rocha tem gravuras modernas, três têm motivos da Idade da Ferro, e três também têm motivos paleolíticos. A rocha 3 é um pequeno abrigo em cujas paredes se encontra um reticulado (jogo?) moderno, e se dispersam alguns motivos da Idade do Ferro pouco relevantes. Deste período destaca-se claramente a rocha 1, com um amplo conjunto de figuras, sobretudo animais, e um magnífico conjunto de cavaleiros armados de lanças. Na rocha 2 surgem ainda alguns geométricos, incluindo um pequeno reticulado de belo efeito. Do Paleolítico Superior, presente nas rochas 1, 2 e 4, realce sobretudo para a rocha 2, com um conjunto de figuras de traço múltiplo de difícil visualização, nas quais se distingue com mais facilidade apenas um cervídeo.

### **3.1.10. Canada do Amendoal.**

As primeiras gravuras deste sítio são identificadas em Dezembro de 1992, começando-se pela que veio mais tarde a ser numerada como rocha 4 (Rebanda, N., 1995a: 11; 1995b: 14). Em finais de 1994 são conhecidas quatro rochas, sendo estas as referidas nos primeiros inventários (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238). No entanto, apenas uma é mencionada em 2002 (Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 193), apesar de na altura se conhecerem gravuras paleolíticas em três das quatro rochas. Em princípios de 2006 descobrimos mais duas rochas

na parte superior do vale, sendo o total de seis referido nesse ano em Salamanca (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 182). No final desse mesmo ano apareceu uma sétima rocha, por intermédio do senhor Manuel António, do Orgal, número referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Falta fazer prospeccção sistemática, particularmente na parte intermédia e superior do vale, onde há grandes formações rochosas em ambas as margens, nas quais se localizam seis das sete rochas conhecidas. Apenas a rocha 4 fica mais abaixo no vale, numa área muito afectada pelas obras da barragem do Côa e onde pouco mais haverá por descobrir.

É uma longa ribeira, com 4900 metros de extensão, que começa no sopé Norte do Monte de São Gabriel, à cota de 550 metros. Alonga-se no planalto por 3450 metros, num percurso sinuoso com a orientação tendencial Sudeste-Noroeste. A ocidente da aldeia do Orgal inflecte o curso para Oeste e, à cota de 400 metros, inicia a escavação do vale para o Côa, numa extensão final de 1430 metros. Este troço final é paralelo ao Meijapão, que lhe corre a Norte, e desagua na margem direita do Côa, em frente ao Rego da Vide. A metade inferior deste troço final é mais aberta e menos profunda que a superior. Aqui, o vale é muito encaixado, entre altas paredes rochosas, e embora a profundidade máxima não atinja os 100 metros, o vale pouco ultrapassa os 150 metros de largura máxima. É assim um verdadeiro canhão nos xistos, pequeno mas já respeitável.

Duas rochas têm gravuras modernas, enquanto que motivos da Idade do Ferro e do Paleolítico Superior surgem em cinco rochas cada. A rocha 4 tem alguma originalidade no contexto da arte paleolítica do Côa, por ser um pequeno painel, discreto e escondido, com uma orientação divergente do normal, estando de costas para o Côa e voltado para a parte superior do vale, em frente a um acentuado declive no leito da ribeira que no Inverno forma uma elevada queda de água. Apresenta algumas pequenas figuras de traço múltiplo, de muito difícil visibilidade, em que alguns signos fusiformes se juntam a umas originais figuras de caprinos (?), nos quais as patas e as cabeças estão fortemente vincadas e bem visíveis, contrastando com os respectivos corpos, que estão fracamente delineados e são quase invisíveis, no que parece tratar-se de um efeito intencional. Destacam-se ainda o conjunto de figuras de traço múltiplo, essencialmente cervídeos, das rochas 2 e 5, com realce para a primeira, pela quantidade e qualidade, e também pela minúscula dimensão de alguns destes motivos. Da Idade do Ferro destacam-se os conjuntos de cavalos e geométricos das rochas 1 e 2 e, na rocha 7, também um cavaleiro, algo indistinto, associado a um punhal. A Época Histórica é representada quase exclusivamente por um antropomorfo na rocha 3, uma grande, complexa e detalhada figura, amplamente fálica e de farfalhudo bigode, que não parece ser muito recente, podendo talvez recuar ao século XVIII, e que tem fortes semelhanças com uma outra figura, desta feita feminina, que se encontra na rocha 5 da Canada da Moreira (orientado ao Douro), sendo provavelmente feitas pelo mesmo autor, o qual terá talvez origem na aldeia do Orgal, situada a meia distância entre os dois sítios.

### **3.1.11. Rego da Vide.**

Junto com a Canada do Inferno, este é dos primeiros sítios da arte do Côa a ser identificado e investigado na primeira fase dos trabalhos, desde Setembro de 1993 (Rebanda, N., 1995a: 7; 1995b: 12; Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 150). Em Outubro de 1995 conheciam-se cinco rochas e, nesse mês, aproveitando um abaixamento generalizado das águas da albufeira do Pocinho, descobriram-se outras quatro (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 255). Apenas uma não está hoje submersa, mas foram todas desenhadas naquela ocasião e publicadas no Relatório de 1997 (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215, 255-261, 298-305), pelo que este sítio é dos mais bem conhecidos da região (ver também Baptista, A. M., 1999: 56-57, 184-185; 2008b: 50-51). Estas nove rochas são referidas nos inventários seguintes (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista, A. M. & García Diez, M., 2002: 194; Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 170-171). Em Março de 2009 inventariamos mais três rochas, referindo assim doze no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Por fim, em 2010, e a partir de informações fornecidas pelos primeiros prospectores no

Côa<sup>20</sup>, resolvemos incluir mais uma rocha no inventário. Essa rocha terá sido descoberta em 1991, e um esboço existe das suas gravuras, mas terá sido destruída pelas obras da barragem pouco depois da sua descoberta, pelo que foi sempre ignorada nos inventários mas, mesmo tendo gravuras modernas pouco relevantes, pertence sem dúvida ao acervo da arte do Côa.

O Rego da Vide é o vale de uma linha de escorrência de água, que nasce ainda no planalto, à cota de 400 metros, mas inicia imediatamente a queda para o Côa e a abertura do respectivo vale na encosta sobre o rio, na margem esquerda. Segue na direcção Noroeste-Sudeste, e tem uma extensão de aproximadamente 1300 metros. O vale é bastante profundo, com um desnível máximo na ordem dos 200 metros, mas muito largo, com uma abertura máxima superior a 700 metros. O sítio confina a Norte com Vale de Moinhos, e a Sul com a Canada do Inferno. É o sítio mais extensamente afectado pelas obras da barragem do Côa, nomeadamente na sua parte inferior, tanto por destruição directa como por ocultação debaixo de escombrelas das obras.

Das treze rochas presentemente conhecidas, cinco têm gravuras paleolíticas e nove gravuras modernas. As rochas 1 a 9 foram já publicadas (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 255-261, 298-305). A rocha 13, que foi destruída, tinha figuras filiformes modernas, incluindo uma interessante figura antropomórfica com chapéu de três bicos, de aparência um tanto napoleónica, e um possível quadrúpede paleolítico em traço simples. Quanto às rochas 10 a 12, ocupam um lugar particular no historial da arte do Côa.

Em 2009 resolvemos explorar um pouco a parte superior do vale, com dois objectivos em mente. Em primeiro lugar, dar uma primeira vista de olhos aos vários grupos rochosos existentes ao longo dessa área, para aferir do seu potencial, mas também ir registar um pequeno grupo de rochas gravadas de cuja existência já tínhamos conhecimento há algum tempo. Algo surpreendentemente, a prospecção revelou-se completamente infrutífera, tendo em conta a quantidade relativamente avultada de afloramento e as condições propícias de vários para a realização de gravuras. Embora não tenhamos feito prospecção sistemática, e falte ainda ver um ou dois grupos de afloramentos, pensamos agora que o mais provável é não haver gravuras antigas naquela zona do sítio. Quanto ao segundo objectivo, tínhamos conhecimento da existência de um conjunto de gravuras muito recentes, feitas em 1995 por um habitante de Vila Nova de Foz Côa, Fernando Mimoso. Em plena polémica da barragem do Côa, o objectivo era confessadamente (até num programa televisivo da altura) mostrar que qualquer um podia fazer aquelas gravuras ditas paleolíticas, e que por isso elas deveriam ser recentes e se poderia fazer a barragem. Ao todo são três rochas distintas, ao lado umas das outras, numa pequena linha de água afluente da canada principal, na parte mais elevada do sítio, perto do planalto. Se a implantação é pouco típica do paleolítico, o mesmo acontecendo com as superfícies escolhidas, de superfícies grosseiras e de costas voltadas ao Côa, já as gravuras mostram alguma mestria por parte do seu autor. São cópias não fiéis dos originais que na altura se iam sendo conhecidas pelo grande público, sobretudo as da Canada do Inferno e do Rego da Vide, e foram todas obtidas por picotagem. Com excepção de uma tosca e quase infantil imitação do antropomorfo paleolítico da Ribeira de Piscos, as restantes figuras imitam razoavelmente os originais paleolíticos, nas dimensões, nas formas (com os corpos por vezes algo desproporcionados), na disposição dentro dos painéis e nos estilos (ocasionalmente misturando na mesma figura estilos diversos). Para além do razoável efeito estético conseguido, estas gravuras pertencem a um momento muito específico da história do Côa merecendo, na nossa opinião, integrar o lote dos seus registos.

### **3.1.12. Canada do Inferno.**

A primeira referência escrita de que temos conhecimento sobre a existência de gravuras na Canada do Inferno surge pela mão do conhecido abade de Baçal que, na sua monumental obra dedicada ao Distrito de Bragança, publica uma muito breve referência a Vila Nova de Foz Côa, em que menciona

---

<sup>20</sup> Nomeadamente João Félix e Manuel Almeida, que integraram a partir de 1991 o “Projecto Arqueológico do Côa”, e também Fernando Barbosa, a quem agradecemos as informações prestadas.

a existência de uma cruz gravada na Canada do Inferno (Alves, F. M., 1938: 282-283). Esta referência passará despercebida, e só muito mais tarde a Canada do Inferno voltará à ribalta. Primeiro, e ainda hesitantemente, com a descoberta de umas gravuras filiformes por Francisco de Sande Lemos em 1989, quase seguramente paleolíticas, mas numa rocha que hoje não sabemos identificar (Lemos, F. S., 1995: 145). Posteriormente, em 1991, com a descoberta da rocha 1 por Nelson Rebanda (1995a: 6-7; 1995b: 11-12), seguida de várias outras. Em 1995, a equipa chefiada por António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes irá aprofundar o inventário, chegando às 38 rochas, na sua grande maioria submersas. Uma primeira monografia surge ainda nesse ano (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1995), consideravelmente aprofundada em 1997 (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215, 217-254, 261-297). Naturalmente, terá sempre lugar de destaque nos inventários que vão saindo (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 194), e em todas as publicações sobre a arte do Côa.

Há alguma incongruência nas primeiras referências ao número total de rochas conhecidas no sítio. Assim, em 1995 e 1997 referem-se 36 rochas conhecidas (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1995: 357; 1997: 214, 218). Em 1998 e 1999 identificam-se as rochas 39 e 40, ambas emersas e acessíveis, e é este número referido no inventário de 1999 (Baptista, A. M., 1999: 19). Entretanto, ficaram para trás as rochas 37 e 38, que sabemos estarem submersas, e que não tiveram oportunidade de serem descobertas depois do mês de Setembro de 1995, uma vez que a albufeira do Pocinho não voltou a ser esvaziada após essa altura. Esta incongruência terá, seguramente, a ver com a pressa com que os trabalhos tiveram que ser realizados em 1995, pois o esvaziamento foi de curta duração e o trabalho a realizar era muito, sabendo-se de várias rochas com gravuras na área submersa que ficaram por inventariar (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 217-218). Finalmente, em 2000 identificam-se as rochas 41 e 42, por intermédio de Manuel Almeida e João Félix, e em 2005 aparece a rocha 43, descoberta por Dalila Correia, sendo esse o número referido nos últimos inventários (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 170; Reis, M., 2011: 120-123).

Trata-se de uma pequena ribeira, com pouco mais de 3150 metros de comprimento. Nasce em área planáltica, à cota de 430 metros, e segue um percurso de Oeste para Leste. Inicia a descida para o Côa e a escavação do vale à cota de 350 metros, fazendo um percurso final em vale encaixado com 1350 metros de extensão. O vale é pronunciado mas não excessivamente encaixado, pouco passando dos 100 metros de profundidade máxima. A parte superior da margem direita foi toda alterada pela exploração das pedreiras do Poio, nada restando aí para observar. A margem oposta apresenta afloramentos de alto a baixo, mas a maior concentração é claramente na parte terminal. A entrada da ribeira na margem esquerda do Côa faz-se numa praia fluvial, hoje submersa e que nunca foi possível investigar, mas para a qual há expectativas de ter vestígios de ocupação antigos. Sabe-se que algumas das rochas paleolíticas na zona submersa estão parcialmente enterradas neste terraço, e poderão ocorrer situações semelhantes às das rochas 1 e 19 do Fariseu<sup>21</sup>.

Neste conjunto de 43 rochas conhecidas, apenas quatro tem gravuras da Pré-história Recente, enquanto nove têm gravuras de Época Histórica. O Paleolítico Superior domina amplamente, com 37 rochas, e há ainda uma rocha com gravuras de cronologia indeterminada. Muitas das rochas do primeiro lote de 36 inventariadas foram já extensamente publicadas (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1995; 1997: 217-254, 261-297). As gravuras da Pré-história Recente consistem sobretudo em animais, essencialmente caprinos e alguns peixes, presentes nas rochas 3, 4 e 5, e surgindo em grande número na rocha 36. A temática é comum ao Paleolítico Superior, mas o estilo e técnica das representações, com picotados em “bago de arroz” muito distintos dos paleolíticos, remetem para uma cronologia pós-glaciar. A Época Histórica é particularmente exuberante neste sítio, avultando a temática religiosa, presente em múltiplas cruces, custódias, algumas inscrições e várias figurações humanas, algumas das quais também de cariz religioso. Estão enquadradas por várias datas gravadas, entre princípios do século XVII e o século XX, sendo a mais antiga de 1600, na rocha 24, ainda hoje a mais antiga das datas gravadas conhecidas na região. A maioria das representações é picotada, sendo raras as figuras incisas. Uma destas é uma

---

<sup>21</sup> Ver mais à frente a descrição do sítio do Fariseu.

representação esteliforme na rocha 10, para a qual se aventou a hipótese de pertencer à Idade do Ferro (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 24, 264). Tendo em conta a ausência de outras representações conhecidas deste período na Canada do Inferno, e também a quase ausência de paralelos conhecidos para este tipo de motivo na arte proto-histórica da região, em conjugação com a existência de motivos similares claramente modernos, parece mais provável que seja uma figura recente. Quanto às gravuras paleolíticas, integram o melhor da arte do Côa, e mais conhecidas seriam se houvesse acesso à zona submersa, pois muito do melhor das gravuras da Canada do Inferno se encontra aí. Referimos apenas brevemente três das rochas mais recentemente descobertas e que se encontram acessíveis. A rocha 40 tem um auroque picotado. A rocha 43 apresenta um conjunto de figuras em traço múltiplo, numa técnica que é um misto de raspagem e incisão, associando alguns cervídeos a um conjunto de signos fusiformes. Por fim, a rocha 41 tem figuras incisas de enorme qualidade estética, com um pequeno conjunto de signos fusiformes e reticulados associados a alguns animais de traço múltiplo e, sobretudo, a um grupo de três belos cavalos de traço simples, de grande delicadeza e detalhe.

As rochas conhecidas encontram-se na parte terminal da ribeira, na maioria já voltadas ao Côa, de um e outro lado da foz. Também já se conhecem algumas na margem esquerda da ribeira, perto do leito, formando um pequeno grupo aproximadamente a duas centenas de metros para montante das restantes rochas. Falta ainda prospectar sistematicamente toda a área emersa do sítio, sendo possível que mais algumas rochas possam ainda aparecer, e seria importante rever toda a zona submersa, pois deve ter surpresas importantes por revelar.

### **3.2. O vale do Côa, entre a Canada do Inferno e o grupo da Quinta da Barca/Penascosa.**

Esta área é toda de geologia xistosa mas, ao contrário da anterior, já não pertence integralmente à Formação da Desejosa. Um pouco a Sul da Ribeira de Piscos inicia-se uma nova e estreita faixa xistosa, pertencente à chamada Formação do Pinhão, que integra os sítios da Ribeira das Cortes, Quinta da Barca, Penascosa e Foz da Ribeirinha, e que por sua vez dá lugar a uma nova faixa de xistos, da chamada Formação do Rio Pinhão, e à qual pertencem já as quatro rochas do sítio da Ribeira da Volta.

Nesta área conhecemos actualmente onze sítios, nas encostas e afluentes do Côa em ambas as margens, numa extensão aproximada de 7,1 quilómetros, desde a Canada do Inferno até à Foz da Ribeirinha. Cinco destes sítios formam um grupo denso no sector mais a montante do troço, composto pelos sítios da Ribeira das Cortes, Quinta da Barca, Penascosa, Ribeira da Volta e Foz da Ribeirinha. A intensidade da prospecção é semelhante à da área anterior, mas apenas dois sítios, Penascosa e Quinta da Barca, foram já sistematicamente prospectados. Também na prospecção geral há alguns detalhes por fazer, não se podendo ainda dizer que todos os sítios estão descobertos. Em particular, na margem esquerda não temos a certeza se a encosta do Poio, localizada entre os sítios da Canada do Inferno e de Vale de Videiro, poderá ou não ter arte rupestre, a sua prospecção ainda não foi realizada, se bem que o seu grau intenso de destruição pela exploração de antigas pedreiras possa eventualmente não permitir vir a ter certezas neste aspecto. Também a margem direita do Côa nesta área precisa de mais prospecção, sendo possível que surja mais um sítio ou dois. O curto troço entre a Quinta de Ervamoira e a Penascosa, em ambas as margens, precisa de ser melhor prospectado. Em relação à área anterior, entre a foz do Côa e a Canada do Inferno, nota-se agora a menor importância da margem direita, com poucos sítios, e alguma descontinuidade na sua sequência, particularmente na margem esquerda na zona da Quinta da Ervamoira, entre a Ribeira de Piscos e a Ribeira das Cortes, que a recente descoberta do sítio das Olgas de Ervamoira só em parte colmata. Não é impossível que mais sítios com mais gravuras possam vir a aparecer futuramente neste último troço, em ambas as margens, mas não há condições para a existência de grandes sítios profusamente gravados. A única zona que teria condições para isso seria a encosta do Alto da Escavada, sobre o vale do João Coelho, logo a jusante da Penascosa, mas a prospecção realizada revelou-se infrutífera.

Refira-se ainda que, incluindo os sítios do Rego da Vide e da Canada do Inferno, referidos na área anterior, é neste trecho do Côa que se encontram quase todas as figuras paleolíticas gravadas por picotagem ou abrasão e que estilisticamente pertencem à fase mais antiga da arte paleolítica do Côa, formando um grupo homogéneo numa área restrita do vale, definida por António Martinho Baptista como o “santuário arcaico” (Baptista, A. M., 2008b: 170-172), por contraposição ao “santuário recente”, muito mais expandido territorialmente, até à embocadura do Côa e invadindo amplamente o Douro. Este santuário arcaico incluiria ainda as figuras paleolíticas da Faia, e talvez também o cavalo paleolítico picotado da rocha 9 de Vale de Moinhos. A recente exceção a esta distribuição restrita das gravuras paleolíticas da fase mais antiga está na rocha 4 do Vale Escuro, localizada num pequeno vale sobre o Douro perto da aldeia do Pocinho, no limite setentrional da distribuição actualmente conhecida da arte do Côa. Resta saber se esta única figura do Vale Escuro, um prótomo de veado, anuncia a expansão do santuário arcaico para o Douro, porventura escondido sobre as águas da albufeira do Pocinho, ou se é uma rocha e figura isolada, à semelhança de outras que tem vindo a aparecer ao longo do Vale do Douro. Curiosamente, medindo as distâncias em linha recta até ao coração deste santuário arcaico no Côa (que podemos considerar os dois sítios vizinhos da Penascosa e Quinta da Barca), a distância até à rocha do Vale Escuro é similar à distância até ao auroque recentemente descoberto no rio Águeda no sítio do Redor do Porco (Baptista, A. M. & Reis, M., 2011), que também parece estar isolado. Assim, parece provável que o santuário arcaico se restrinja a esta área no Côa, havendo depois um conjunto de rochas e figuras mais ou menos isoladas ao longo do Vale do Douro.

### **3.2.1. Vale de Videiro.**

A rocha 1 foi descoberta em Novembro de 1994 (Rebanda, N., 1995a: 7; 1995b: 12) mas, na inventariação a seguir elaborada, este sítio começou por não ser registado, sendo esta rocha provavelmente incluída no conjunto de Vale de Figueira (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215). A rocha 2, com pinturas esquemáticas da Pré-história Recente (Baptista, A. M., 1999: 161), incluindo figuras antropomórficas, foi identificada em 1999 e, a partir daí, este sítio surge já inventariado separadamente (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 194; Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 170; Reis, M., 2011: 120-123). Refira-se ainda que Nelson Rebanda (1995a: 9; 1995b: 13) se refere ao único motivo, em picotado e abrasão, da rocha 1 como sendo uma representação de rena (*Rangifer tarandus*). A figura, pouco estudada e conhecida, até por estar submersa, aparenta ser uma figura compósita, e a sua identificação como rena não parece consistente (Baptista, A. M., Santos, A. T. & Correia, D., 2009: 131).

A ribeira tem um percurso de cerca de 5100 metros, correndo de Oeste para Leste. Nasce no planalto, à cota de 440 metros, e percorre neste 1200 metros até, à cota de 390 metros, iniciar a escavação do vale encaixado. No troço final atinge a máxima profundidade, na ordem dos 250 metros, e é também aqui que, à semelhança de Vale de Figueira, aparecem os primeiros afloramentos rochosos, nos últimos 400 metros do percurso, numa e noutra margem, embora na margem direita alguns tenham sido destruídos na exploração de uma pedreira hoje abandonada. A rocha 2 está na margem esquerda da ribeira, perto do leito, num enorme afloramento destacado na paisagem, a 300 metros da foz. A rocha 1 está sobre o Côa, num painel semi-submerso acessível apenas de barco.

### **3.2.2. Vale de Figueira.**

A inventariação deste sítio e dos seus registos tem um historial algo complicado e com pequenas incongruências e indefinições, que podemos tentar esmiuçar. A primeira referência surge em 1989, quando Francisco de Sande Lemos identifica um painel com gravuras do tipo “unhadas do diabo”, não lhe atribuindo na altura um número de inventário, numa rocha que mais tarde será inventariada como rocha 3 (Lemos, F. S., 1995: 145). Provavelmente devido ao seu mau estado de conservação e difícil visibilidade

de, não reparou então na existência de pinturas neste mesmo afloramento, em dois painéis laterais ao anterior. Mais tarde, pouco antes da revelação pública da existência da arte do Côa, é descoberta a rocha 1 em Novembro de 1994 (Rebanda, N., 1995a: 7; 1995b: 12), na foz da Ribeira de Vale de Figueira. Com a nova equipa de investigação que se forma em 1995, novas rochas vão sendo encontradas até, numa primeira fase, se atingir um total de cinco. No entanto, no primeiro inventário publicado, são referidas seis rochas (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215). Sabemos, no entanto, que a rocha 6 é descoberta apenas em 2006, pelo que estas seis rochas devem seguramente incluir a rocha 1 de Vale de Videiro, sítio que neste inventário não estava ainda discriminado embora esta rocha já fosse conhecida. Destas cinco rochas então inventariadas, quatro têm gravuras paleolíticas, mas continuou a haver alguma confusão no inventário. Em 1999 são apenas referidas quatro rochas, duas das quais com gravuras paleolíticas (Baptista, A. M., 1999: 19). Em 2001 referem-se quatro rochas paleolíticas (Baptista, A. M., 2001: 238) mas, em 2002, esse número desce para três (Baptista A. M. & García Diez, M., 2002: 194). Em 2006, André Tomás Santos e Dalila Correia, do PAVC, descobrem a rocha 6, com uma grande figura incompleta de auroque em traço picotado, e mais um ou outro motivo filiforme, e é com este número que surge o penúltimo ponto da situação (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 170). Em 2007 fizemos uma pequena área de prospecção sistemática na encosta sobre o Côa, entre a rocha 3 e a pedreira que se para Vale de Figueira do sítio do Fariseu, e descobrimos e registamos a rocha 7, já referida no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

A ribeira inicia o seu percurso nos limites do planalto de Foz Côa, à cota de 430 metros, e começa imediatamente a escavação do vale encaixado. Percorre um caminho quase linear, de 2150 metros de extensão, na direcção Oeste-Leste. As ribeiras de Vale de Figueira e de Vale de Videiro são muito parecidas uma com a outra, na sua configuração, orientação, profundidade e quantidade de afloramentos, embora a primeira seja mais curta e menos sinuosa. Os seus vales estão separados por uma longa e estreita linha de cumeeada. No troço final, ambas rodeiam o mesmo monte por lados opostos, o chamado monte Teixugo ou Texugo, um cabeço elevado de forma cónica e topo arredondado, que se destaca no meio das duas ribeiras<sup>22</sup>. Embora Nelson Rebanda comece por referir separadamente os dois sítios, parece ter havido posteriormente a ideia de os juntar num só, sob a designação de Teixugo. No entanto, provavelmente por se tratar de duas longas ribeiras, e de já haver vários exemplos de distribuição de rochas ao longo de ribeiras similares, optou-se por separar definitivamente os dois sítios. É uma decisão compreensível, e faria todo o sentido se, como se esperava, se viessem a descobrir mais rochas no interior das duas linhas de água. No entanto, quase todas as rochas conhecidas situam-se ao longo do Côa, e não dentro das ribeiras (a rocha 1 está na embocadura). Em Vale de Videiro, apenas a rocha 2 apareceu na ribeira, e tudo indica que será a única, embora seja necessário prospectar mais intensamente. Em Vale de Figueira, tal como na anterior, são poucos os afloramentos no interior da ribeira e, embora falte também prospecção, duvidamos que venham aí a aparecer novos registos. Assim, é pena que a hipótese inicial de inventariar estes sítios como um só não se tenha concretizado, pois para além da separação entre eles ser arbitrária, não há uma descontinuidade óbvia entre a distribuição das rochas num e noutro sítio, particularmente das paleolíticas, e é muito provável que uma futura prospecção da zona submersa só venha acentuar esta continuidade. Quanto à zona emersa, há ainda muito por prospectar, no interior das ribeiras (para confirmar ou desmentir o que atrás afirmamos), nas imediações das rochas actualmente conhecidas, e em toda a encosta do Monte Teixugo, que apresenta uma das mais densas concentrações de afloramentos de xisto de toda a região da arte do Côa.

Das sete rochas, duas têm motivos da Pré-história Recente e seis apresentam motivos paleolíticos, havendo ainda alguns traços modernos pouco relevantes na rocha 6.

Apenas a rocha 3 não tem figuras paleolíticas. Motivos picotados encontram-se em quatro rochas. As rochas 2, 5 e 6 têm um único animal cada: incompleto e indeterminado na rocha 2, um auroque na rocha 6, fragmentado e reduzido à parte traseira, e um prótomo de cerva na rocha 5. A rocha 1 tem grande quantidade de motivos picotados, sobretudo auroques, e um interessante signo em forma de ponte,

---

<sup>22</sup> Em cujo topo descobrimos um pequeno sítio arqueológico de cronologia pré-histórica.

único no seu género e um dos raríssimos signos picotados da arte do Côa. Motivos incisos encontram-se em quatro rochas: as rochas 4 e 7 com pequenos conjuntos de motivos de difícil interpretação, um possível animal de traço simples na rocha 6, coberto por líquenes e pouco visível, e a rocha 1, que congrega no sector direito grande quantidade de motivos, sobretudo cervídeos de traço múltiplo e algumas raras figuras indeterminadas em traço simples.

As rochas 1 e 3 mostram uma apreciável variedade de motivos pré-históricos. Na rocha 3 há figuras pintadas a vermelho: alguns antropomorfos esquemáticos e várias manchas de difícil interpretação. Na rocha 1 surgem duas ou três figuras zoomórficas picotadas, de caprinos e/ou cervídeos, muito esquemáticas e desenhadas por aglomerações de múltiplos pontos dispersos, uma técnica de “bago de arroz” muito distinta das picotagens concentradas paleolíticas. Em ambas as rochas aparecem as conhecidas gravuras lineares profundamente gravadas conhecidas como “unhadas do diabo”, em quantidades numerosas<sup>23</sup>. Como curiosidade, refira-se na rocha 1 uma figura de veado paleolítico de traço múltiplo cujos traços na cabeça são claramente sobrepostos por uma única gravura linear do tipo “unhada do diabo”. Por si só este dado não fornece uma cronologia para estas misteriosas gravuras, mas é mais um apoio à tese de que datarão da Pré-história Recente.

### 3.2.3. Namorados.

As primeiras três rochas dos Namorados foram identificadas logo em 1996, mas a rocha 3 apresenta apenas alguns filiformes modernos pouco relevantes, e só as duas primeiras foram tomadas em conta nos primeiros inventários (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19). Em meados de 2006, quando relocalizamos as três rochas conhecidas, descobrimos também a rocha 4. Logo a seguir o senhor Manuel António, da aldeia do Orgal, mostrou-nos a rocha 5, e na mesma ocasião descobrimos ainda as rochas 6 e 7, sendo esta a súmula apresentada nos últimos inventários (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 180-182; Reis, M., 2011: 120-123).

A Canada da Quintanilha é um curso de água que corre paralelamente e a Sul da Canada do Amendal, mas apenas o seu percurso final adopta este topónimo, numa extensão linear e de encostas profundas com aproximadamente 1000 metros.<sup>24</sup> Antes, o curso de água toma o nome de ribeira do Piçarral, iniciando-se no planalto, à cota de 550 metros, no sopé Norte do Monte de São Gabriel, e percorrendo cerca de 1000 metros antes de, à cota de 400 metros, iniciar a escavação do vale encaixado. Este estende-se por 1400 metros, num percurso sinuoso, de Leste para Oeste, até ao princípio da Canada da Quintanilha, à cota de 250 metros. Tem variados afluentes de ambos os lados, cada um com o seu pequeno mas profundo vale. Estes têm os seus próprios topónimos, e aquele onde primeiro foram identificadas rochas decoradas tem o topónimo de Namorados<sup>25</sup>, razão pela qual foi adoptada esta designação para este sítio na sua globalidade, correspondente à algo intrincada bacia hidrográfica da parte intermédia da ribeira, entre a orla do planalto e o princípio da Canada da Quintanilha. As rochas 1, 2, 3 e 4 encontram-se neste pequeno afluente, que corre de Sul para Norte e se junta à ribeira principal não longe do início da escavação do vale. As restantes estão junto ao leito da ribeira, pouco abaixo das anteriores.

O sítio tem alguma complexidade topográfica, com diversas pequenas e profundas linhas de água afluentes da ribeira principal e, embora os grupos de afloramentos não sejam grandes, vão aparecendo em várias situações, intercalando com trechos de encostas despidas. Prevíamos assim o aparecimento de mais rochas, até porque pouca prospecção tinha sido realizada. Em princípios de 2009 efectuamos essa prospecção em diversos locais do sítio, alguns bastante extensos. Não foi prospecção sistemática, mas foi bastante intensa, com a intenção de avaliar com rigor o potencial arqueológico das zonas e gru-

---

<sup>23</sup> Ao longo da bacia do Douro Superior existem numerosos exemplares deste tipo de gravuras, formando um grande grupo regional no qual se integram os exemplares conhecidos na região da arte do Côa. Tradicionalmente consideradas pré-históricas, ainda que sem argumentos convincentes, iremos também assim considerá-las aqui, pelo menos enquanto não surgir evidência em contrário.

<sup>24</sup> Ainda não prospectamos este troço final da ribeira, e não conhecemos aqui rochas historiadas.

<sup>25</sup> Segundo a população local, o verdadeiro topónimo será “Namoradas”, e não “Namorados”, como foi sempre designado nas publicações científicas.

pos de afloramentos observados. Para nossa surpresa, nada mais apareceu. Uma vez que a prospecção não abrangeu a área toda, não é impossível que alguma rocha possa ainda surgir mas, neste momento, parece-nos que este sítio pouco mais terá para oferecer.

É um sítio pouco típico no contexto da arte do Côa, com predominância de gravuras da Pré-história Recente, nas rochas 1, 5 e 7. A Época Moderna e a Idade do Ferro estão representadas cada uma na sua rocha, havendo ainda duas de cronologia indeterminada. Todas as figuras da Pré-história Recente são picotadas, enquanto as restantes são em traço inciso, com excepção do único motivo da rocha 6, de cronologia indeterminada, e que se salienta pela estranheza. É uma grande figura picotada, de traço extremamente irregular, aparentemente incompleta e não formando um motivo perceptível. Poderá ser parte do corpo de uma figura zoomórfica, mas tal não é certo. A sua cronologia é claramente incerta, mas parece antiga, da Pré-história Recente ou até, porque não, do Paleolítico Superior.

Olhando para o conjunto de rochas, salienta-se a rocha 1 com o seu amplo conjunto de antropomorfos esquemáticos com capacete de cornos (Baptista, A. M., 1999: 162-163), encostada ao leito do afluente, e logo acima de uma queda de água<sup>26</sup>. Em frente, na outra margem, encontra-se a rocha 4, com o seu único cavalo filiforme da Idade do Ferro, aparentemente isolada e dissociada de mais rochas e gravuras do mesmo período, uma raridade na arte proto-histórica do Côa. Para cima, na parte inicial deste afluente, a rocha 3 tem algumas incisões pouco relevantes, destacando-se duas figuras de aves que se vem juntar ao reportório já abundante deste tipo de motivo na arte moderna na região. No extremo oposto, já na linha de água principal e um pouco acima da rocha 6, surge o conjunto das rochas 5 e 7, a primeira com mais antropomorfos similares aos da rocha 1, a outra com uma pequena figura de ofídio, de corpo ondulante e boca aberta.

#### **3.2.4. Fariseu.**

As primeiras duas rochas deste sítio são descobertas em 1995 pela nova equipa de investigação da arte do Côa formada nesse ano<sup>27</sup>, aparecendo nos primeiros inventários (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19). Um pouco mais tarde são referidas sucessivamente cinco rochas (Baptista, A. M., 2001: 238) e seis rochas (Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 194). No entanto, em finais do ano 2000 conheciam-se pelo menos já oito rochas, na altura ainda não estudadas e inventariadas. Esse número sobe para onze rochas em 2004. Em 2005, na prospecção sistemática efectuada em toda a área do sítio (excepto, obviamente, na zona submersa nas águas da albufeira do Pocinho), o número subiu para 18 e em seguida para 19, com a rocha encontrada na escavação desse ano (Aubry, T. & Sampaio, J., 2008: 11, 21), já referida nos últimos inventários (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 169-170; Reis, M., 2011: 120-123).

Corresponde a uma encosta na vertente Leste do Monte Fariseu, numa pronunciada curva do Côa, confinando a Norte com Vale de Figueira e a Sul com a Ribeira de Piscos, sendo em ambos os casos a separação bem demarcada por antigas pedreiras. A encosta termina num terraço fluvial sobre o Côa, e encosta e terraço são separados em duas metades por uma pequena linha de água, pouco profunda mas bem assinalada na paisagem. O terraço é bastante extenso, prolongando-se por cerca de 500 metros, mas pouco largo, não ultrapassando os 50 metros de largura. Quase todo o terraço se encontra hoje submerso. Das dezanove rochas conhecidas, apenas cinco se encontram nas margens da pequena ribeira, distribuindo-se as restantes sobre o Côa, de um e outro lado da sua foz numa extensão de 300 metros, algumas no terraço, outras na encosta imediatamente sobranceira.

Uma rocha tem motivos da Idade do Ferro, enquanto três apresentam gravuras de cronologia indeterminada. O Paleolítico Superior domina claramente, com gravuras em 17 rochas. A isto devemos ainda acrescentar o amplo conjunto de placas com gravuras paleolíticas que tem vindo a ser descoberto no

---

<sup>26</sup> O painel desta rocha foi vandalizado com graffiti em 2009, estropiando irremediavelmente o belo efeito estético do conjunto dos picotados

<sup>27</sup> Essa equipa será liderada por António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes, que sucederam a Nelson Rebanda, mas incorporará alguns dos seus colaboradores, nomeadamente Fernando Barbosa, João Félix e Manuel Almeida.

decurso da escavação arqueológica (Aubry, T., 2009b; Baptista, A. M., 2008b: 65-71, 104; Garcia Diez, M., 2009; Garcia Diez, M. & Aubry, T., 2002), que já numeram várias dezenas de exemplares. À semelhança do critério que adoptamos para os sítios da Cardina, Paço, Cruzeiro Velho ou Vinagreira, preferimos considerar este conjunto de placas gravadas como um só registo (muito diversificado), sendo assim o vigésimo do sítio.

A rocha 1 é, sem dúvida, a principal do sítio, e um dos mais espectaculares painéis de toda a arte do Côa. Estava quase toda soterrada pelos sedimentos recentes formados pela albufeira da barragem do Pocinho, colocados a descoberto com o abaixamento das águas efectuado em 1995, e eram apenas visíveis alguns picotados na sua parte superior. Tem um grande painel com vários metros de comprimento e altura, integralmente gravado com quase uma centena de motivos, na sua grande maioria por picotagem ou abrasão. Foi recentemente publicada (Baptista, A. M., Santos, A. T. & Correia, D., 2008; Baptista, A. M., 2008b: 56-67), e uma réplica pode ser observada no Museu do Côa. Com excepção de peixes, tem o conjunto completo dos animais normalmente representados na região, sendo de destacar as camurças (*Rupicapra rupicapra*), raras no contexto regional.

Mais motivos picotados paleolíticos encontram-se nas rochas 2, 3, 5, 6, 9 e 19, geralmente em escassa quantidade. A rocha 2, a única localizada no interior da pequena ribeira, tem um grande veado, na rocha 3 surgem dois ou três cavalos. A rocha 5, hoje enterrada nos lodos recentes trazidos pelo alteamento das águas, apresenta um veado e um cavalo, enquanto a rocha 6, localizada na continuação superior da rocha 1, tem unicamente uma grande cabeça de veado, representado com a boca aberta a bramir. Na rocha 9 é visível um único traço picotado, que se prolonga para a parte enterrada do painel, sendo provável que haja mais figuras nesta rocha. A rocha 19 foi descoberta no decurso da escavação arqueológica, mas apenas foi possível entrever uma parte muito reduzida da parte lateral do seu painel (Aubry, T. & Sampaio, J., 2008: 11, 21). Foram perceptíveis diversos traços picotados, pertencentes seguramente a várias figuras ainda indeterminadas. Esta rocha surge logo em frente ao painel da rocha 1, sendo mais baixa que esta, e não se sabendo ainda qual a sua cota inferior. Como se afigura provável que o seu painel se prolongue mais para baixo que o painel da rocha 1, é possível que novos dados cronoestratigráficos sobre a relação entre a realização de gravuras e a ocupação paleolítica no vale do Côa possam ser acrescentados aos já obtidos com a escavação da rocha 1, nomeadamente se novas e mais antigas camadas aparecerem a recobrir gravuras. É uma possibilidade em aberto, nomeadamente tendo em conta que a escavação de 2007 revelou uma nova camada anterior às previamente conhecidas (Aubry, T. & Sampaio, J., 2009: 82-83).

Mais abundantes são as figuras filiformes nas restantes rochas paleolíticas, merecendo destaque o conjunto de figuras na rocha 4, (nomeadamente um enorme auroque), um signo em forma de meandro ondulado da rocha 10, alguns animais, sobretudo cervídeos em traço múltiplo das rochas 12 ou 18 e, sobretudo, o grande conjunto de figuras da rocha 8 com algumas excelentes figuras de caprinos, um ou outro signo, e a única figura antropomórfica conhecida fora do sítio da Ribeira de Piscos (Baptista, A. M., 2008b: 90-91). Na rocha 7 surgem dois ou três cervídeos muito esquematizados que, como referimos noutro sítio, poderão talvez ser epipaleolíticos (Reis, M., 2011: 109-113).

Da Idade do Ferro conhece-se a rocha 7, com um grande conjunto de motivos, em que se distingue um antropomorfo, variados animais e muitos geométricos. É possível que as rochas 13, 14 e 15 tenham também gravuras deste período mas, com uma revisão recente que fizemos, achamos preferível considerá-las indeterminadas.

Há referências fidedignas por parte da população local à existência de pelo menos mais uma rocha com muitas gravuras picotadas, localizada a jusante da rocha 4, na periferia da distribuição actualmente conhecida. Essa rocha estaria nas imediações de um antigo moinho, hoje submerso, mas cujos anexos são ainda hoje visíveis na encosta, fora de água, um pouco antes do início da zona de pedreira que separa o sítio do Fariseu do sítio de Vale de Figueira<sup>28</sup>. Não sabemos se essas gravuras serão recentes ou antigas, mas as pessoas que conheceram o local não se recordam de figuras tipicamente modernas,

---

<sup>28</sup> O moinho está assinalado na carta militar mais antiga, de 1946.

como cruces, custódias ou inscrições, pelo que é provável que seja mais uma rocha com gravuras paleolíticas. Refira-se ainda que a futura visualização desta rocha implicará mais do que apenas o abaixamento das águas da albufeira do Pocinho. Em finais de 2007, quando as águas foram baixadas quatro metros para a realização da escavação, tivemos ocasião de percorrer aquela área, a qual se encontra hoje toda colmatada por uma espessa camada de lodo recentemente depositada. Ou seja, e como já se tinha constatado na escavação arqueológica, toda a topografia do terreno foi fortemente alterada (e alteada) com estas deposições, e é altamente provável que, à semelhança das rochas 1, 5, 9 e 19, e desta outra possível rocha associada ao moinho, outras mais estejam ocultas sob água e terra.

### **3.2.5. Ribeira de Piscos.**

As rochas 1 e 2 foram descobertas em Novembro de 1994, por João Félix e Manuel Almeida, e uma terceira rocha surge no ano seguinte, o grande painel com três auroques que será depois inventariada como rocha 13 (Rebanda, N., 1995a: 7-8; 1995b: 12). Em 1996, com a intensificação dos trabalhos, o número sobe para 21, referidas no primeiro inventário, onde são também descritas e levantadas com detalhe as rochas 1, 2, 3, 5, 6 e 7 (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215, 307-325; ver também Baptista, A. M., 1999: 118-129, 161, 182; 2008b: 24-25, 74-75, 78, 86-87, 92-93, 102-103, 163-165, 172-173). Em 1998 descobrem-se mais duas, e em finais de 1999 o total fixa-se em 28 rochas, referidas nos posteriores inventários, ainda que no inventário desse ano se refiram ainda só 26 (Baptista, A. M., 1999: 19), a maioria das quais de cronologia paleolítica (Baptista, A. M., 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 194-195; Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 168-169). Em finais de 2008 voltou a haver novidades, com a descoberta da rocha 29 por Luís Luís, do PAVC. No princípio do ano seguinte descobrimos mais quatro rochas, a última das quais em conjunto com Carla Magalhães, do PAVC, chegando às 33 rochas, referidas no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Por fim, em Outubro de 2011 descobrimos as rochas 34 e 35, e ainda colocamos no inventário a rocha 36, a qual foi descoberta e fotografada por Fernando Barbosa em 1995, estando entretanto desaparecida.

Estas últimas descobertas resultaram de vistorias gerais, não de prospeção sistemática, mas permitiram determinar melhor os limites do sítio. Este é maior do que se pensava, e a distribuição das gravuras prolonga-se até à confluência com a ribeira do Vale da Cabra, o principal afluente da ribeira de Piscos. Esta continua ainda por uma longa distância para lá desta confluência, e não sabemos se haverá mais rochas historiadas nessa área a montante, mas os dados actuais apontam para esta zona da confluência das duas ribeiras como um término da distribuição conhecida das rochas e, em princípio, se vierem a aparecer mais a montante, faremos a sua inventariação num novo sítio. Assim, desde o encontro da ribeira do Vale da Cabra com a de Piscos, até à foz desta última, mede uma distância de aproximadamente 2700 metros, num percurso muito sinuoso mas que mantém sempre a orientação geral de Oeste para Leste. O vale é bastante profundo, mas com um perfil assimétrico neste troço final, com as encostas da margem esquerda mais elevadas que as opostas, com uma diferença que chega aos 150 metros. O desnível de cotas entre o leito da ribeira e o topo das encostas da margem esquerda atinge os 250 metros. Na margem direita, para além das encostas serem mais baixas, são também mais uniformes e menos variadas, sendo sulcadas por poucas e discretas linhas de escorrimento de água, e tendo poucas zonas rochosas, ainda por prospectar. Na margem oposta há uma superior variedade paisagística, com várias importantes linhas de escorrimento de água a rasgar as encostas, com alguma profundidade, apresentando por vezes grandes grupos de afloramentos. O troço final da ribeira está na base do Monte Fariseu, e na encosta deste voltada à ribeira surge um imponente maciço rochoso, que marca indelevelmente a paisagem. Os registos inventariados têm uma distribuição bastante alargada. Das 36 rochas conhecidas, doze encontram-se já nas encostas sobre o Côa, perto deste, quatro a montante da foz, incluindo a rocha 24, e oito a jusante, incluindo a rocha 13 com os seus enormes auroques picotados. A maioria das restantes rochas encontra-se concentrada no troço final da ribeira, por baixo do grande maciço rochoso da encosta do Monte Fariseu, quase todas na margem esquerda perto do leito da ribeira, embora

se conheçam duas na margem oposta. Quatro das rochas descobertas ultimamente dispersam-se pela parte superior do sítio, sempre na margem esquerda, a cotas muito variadas, duas na parte superior da encosta, uma a meia encosta e outra na parte inferior da encosta. No geral, consideramos que ainda falta muito para prospectar no sítio da Ribeira de Piscos, incluindo na zona terminal onde se encontra a maioria das rochas conhecidas, e mais rochas deverão estar por descobrir.

O Paleolítico Superior domina claramente, representado em 25 das 36 rochas. Os restantes períodos cronológicos estão escassamente representados, havendo motivos modernos em sete rochas, da Idade do Ferro em oito, e alguns motivos da Pré-história Recente em apenas três rochas. Destes últimos salientam-se os antropomorfos pintados da rocha 18, o conjunto de barras pintadas da rocha 14 e o antropomorfo picotado da rocha 4. A Idade do Ferro tem uma inusual dispersão dos seus motivos, cada rocha tendo uma pequena quantidade de motivos: um único animal nas rochas 6 e 9 (provavelmente cavalos), um cavalo na rocha 28, um veado e geométricos na rocha 32 e, na rocha 31, um ou outro geométrico, incluindo um motivo espiralado similar a outros assinalados noutros sítios, como na Foz do Côa, Cascalheira ou Vale de José Esteves. As rochas 34 e 35 estão lado a lado, havendo um excelente cavaleiro na rocha 35 e alguns veados e geométricos na rocha 34. Interessante e de características únicas é a rocha 36, que está desaparecida apesar dos nossos esforços para a relocalizar, devendo estar não longe das rochas 34 e 35. Pelas fotografias de 1995 vê-se que apresenta alguns animais, possivelmente cavalos, mas o interesse reside nas suas características físicas: é um grupo de pequenos blocos localizados ao nível do solo numa encosta muito inclinada e pedregosa sobre o Côa.

A Época Moderna tem alguns motivos de interesse. Na rocha 2 encontra-se uma estrela de cinco pontas, ou signo-saimão, motivo relativamente frequente na região. A rocha 12 tem motivos picotados bastante originais, grandes figuras de relógios associadas a datas de meados do século XX. A rocha 17 tem um muito interessante conjunto de três figuras antropomórficas, vestidas com trajes orientais, e duas delas empunhando armas, uma pistola num caso e duas espadas noutra. Pela tipologia do vestuário e das armas serão datáveis dos séculos XVII ou XVIII (Baptista, A. M., 1999: 182). A rocha 33 tem características pouco comuns na arte histórica do Côa. Encontra-se na grande crista rochosa na encosta Sudoeste do Monte Fariseu, voltada à ribeira de Piscos, e parece estar isolada. As gravuras, embora não datadas, parecem bastante recentes, talvez já do século XX ou, quanto muito, do século XIX. A temática é religiosa. Entre outros motivos, o conjunto é encimado por uma carantonha de diabo, tendo logo por baixo uma grande cruz derrubada. Mais abaixo, surge outra cruz, tendo ao lado o que poderá ser uma inscrição bíblica, quase ilegível, e uma outra inscrição aos pés da cruz em que se lê nitidamente “Jeová Meu Deus”. A referência explícita a Jeová não é comum (é a única que conhecemos na região), e não sabemos bem se este conjunto estará ligado ao catolicismo popular, se terá algo a ver com a população judaica que em tempos foi abundante na região, ou se estará relacionada com cultos mais recentes como, por exemplo, as Testemunhas de Jeová.

Das 25 rochas paleolíticas presentemente conhecidas, apenas cinco tem motivos picotados pertencentes à fase mais antiga da arte do Côa. Uma é a bem conhecida rocha 1, com os dois cavalos de cabeças cruzadas, e é a única que está situada no interior da própria ribeira, estando as restantes quatro já sobre o Côa. A rocha 24 tem um quadrúpede incompleto na parte superior, sendo possível que houvesse mais figuras desta fase, entretanto desaparecidas. A rocha 16 apresenta duas camurças, a rocha 15 tem um bode e dois veados, e a rocha 13 tem um impressionante conjunto de três enormes auroques, quase em tamanho natural, num painel elevado e de difícil acesso (Baptista, A. M., 2008b: 74-5). As gravuras incisas da fase mais recente são muito mais abundantes. Algumas são já bem conhecidas, como os belos cavalos de traço simples da rocha 3, a égua e a sua cria da rocha 5, o conjunto de cabras da rocha 7, ou o imenso conjunto de figuras da rocha 2, incluindo a famosa figura humana fálica, o “Homem de Piscos”. Também o grande conjunto de figuras de animais diversos em traço múltiplo da rocha 4 merece destaque, assim como os pequenos painéis das rochas 8 e 11, que ostentam unicamente signos. Destaque também para a possível figura de ave da rocha 9, ainda que a interpretação desta figura não seja segura. Das rochas mais recentemente aparecidas em prospecção, as rochas 30 e 31 estão lado a lado, aparentemente isoladas, e são as mais elevadas até ao momento neste sítio, à cota de 370 metros,

na parte central do vale largo de uma linha de escorrência de água na margem esquerda da ribeira de Piscos, apresentando algumas figuras de traço múltiplo. A rocha 29 é a que surge mais a montante em todo o sítio, já bastante perto da foz da ribeira do Vale da Cabra, e tem uma implantação que merece relevo. Está na periferia montante de um grande e denso grupo de afloramentos, que se estende por uma ampla distância na parte baixa da margem esquerda da ribeira. Surgem aqui bastantes painéis verticais com boas condições, mas apenas na rocha 29 encontramos gravuras, apesar da prospecção com alguma intensidade que efectuamos. Apresenta, para além de alguns poucos traços sem definição aparente, uma única figura de um cervídeo em traço simples, de apreciáveis dimensões. De certa forma, parece ser a figura, isolada, que marca o início ou o final do sítio e da distribuição das suas figuras paleolíticas, o que poderá vir a ser confirmado ou desmentido por uma prospecção mais detalhada e completa. Por fim, nunca é demais salientar a extraordinária qualidade da rocha 24, onde se encontra uma magnífica colecção de quase uma vintena de figuras antropomórficas paleolíticas, todas em traço filiforme, de muito pequenas dimensões e difícil visibilidade e, como é característico destas raras representações na arte paleolítica europeia, com aspectos de grande originalidade e excentricidade face aos típicos motivos zoomórficos. Recentemente, muitas destas gravuras foram publicadas com maior detalhe (Baptista, A. M., 2008a; 2008b). Salienta-se também a excepcional qualidade artística e estética das suas figuras zoomórficas, onde pontuam em particular uma grande quantidade de auroques. A rocha encontra-se do lado montante da embocadura da ribeira de Piscos com o Côa, muito perto do leito deste e, quando foi identificada, estava em grande medida soterrada, sendo visíveis apenas algumas figuras da parte superior, incluindo o seu único motivo em traço picotado. No ano 2000 fez-se uma primeira sondagem arqueológica, pondo a descoberto mais algumas gravuras, e em 2003 escavou-se o resto, descobrindo-se a totalidade do painel e das suas gravuras. A escavação revelou a existência de um contexto arqueológico do Paleolítico Superior, com poucos artefactos líticos e restos de talhe, de difícil caracterização, sem relação estratigráfica directa entre esses vestígios e as gravuras (Luís, L., 2009: 84-93).

### **3.2.6. Olgas de Ervamoira.**

O local assim designado situa-se na margem esquerda do Côa, no sopé da Quinta da Ervamoira, a uma cota um pouco superior à do rio. O sítio foi descoberto por Thierry Aubry e Jorge Sampaio, do PAVC, em finais de Março de 2009, tendo-se assinalado então a existência de uma rocha com um feixe de traços filiformes, de aparência paleolítica. Logo a seguir, nos princípios de Abril, fizemos uma primeira prospecção geral do sítio, tendo descoberto mais três rochas gravadas, todas com filiformes paleolíticos, referidas no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

As Olgas de Ervamoira são um terraço fluvial baixo e comprido, delimitado pelo Côa por um lado (Leste) e por bancadas bastante elevadas do outro lado, que assinalam o início dos terrenos cultivados com vinha da Quinta de Ervamoira. O terraço é também um terreno agrícola, ocupado na sua extremidade Norte por um olival de grande antiguidade, e na restante área tendo terrenos baldios de pasto e alguma vinha. Estende-se por quase 600 metros, mas a sua metade mais a montante é muito estreita, cerca de 30/40 metros. Alarga-se consideravelmente na zona central, atingindo quase 100 metros de largura, estreitando progressivamente para Norte, até terminar abruptamente, dando lugar a uma encosta sobre o rio, algo declivosa mas baixa, com pouco mais de 30 metros de desnível. A maioria dos afloramentos encontra-se nesta última zona, na encosta e na margem do rio, numa extensão de aproximadamente 100 metros, sendo pouco abundantes.

Este terraço fluvial, bastante largo, de grande potência estratigráfica e bem protegido pelas bancadas elevadas que o rodeiam, tem à partida todas as condições para ser um bom local para a ocupação humana. Efectivamente, a descoberta das suas gravuras deve-se à investigação arqueológica que aqui foi feita nos princípios de 2009, com a realização de sondagens (Aubry, T. *et al.*, 2010). Estas mostraram a existência de fases de ocupação da Pré-história Recente e Paleolítico Superior, insuficientemente caracterizadas mas, numa das áreas sondadas, conservadas num registo estratigráfico com mais de seis

metros, o mais espesso de todos os observados até ao momento nos sítios arqueológicos da região do Côa, o que torna provável a existência de afloramentos actualmente recobertos por sedimentos, mas que estariam visíveis no Paleolítico Superior, sendo assim possível que mais rochas gravadas possam vir futuramente a ser identificadas (Aubry, T. *et al.*, 2010: 139-140). Seria sem dúvida de grande interesse a descoberta neste sítio de nova associação entre estratigrafia arqueológica e gravuras paleolíticas.

Das quatro rochas identificadas, nenhuma tem motivos claramente definidos, e a sua atribuição ao Paleolítico é hipotética, baseando-se, para além da associação ocupacional, sobretudo nas características dos traços, na pátina e elevado desgaste, e no facto de se tratar exclusivamente de traços isolados e pequenos feixes de traços, tão típicos da arte paleolítica do Côa. As rochas 1, 2 e 3 formam um pequeno grupo na extremidade Norte do sítio, já para lá do terraço, na encosta e na margem do Côa, marcando o término do grupo de afloramentos onde a encosta inflecte a sua orientação. A rocha 4, com um só feixe de traços, está isolada na zona em que o terraço termina e dá lugar à encosta sobre o Côa, marcando o início dos afloramentos rochosos.

### **3.2.7. Ribeira das Cortes.**

As primeiras sete rochas deste sítio são descobertas no ano de 2003. Algumas chegaram a estar ameaçadas, nesse mesmo ano, por uma expansão da área de vinha da Quinta de Ervamoira, com a qual a ribeira confina. Um ou outro afloramento foram destruídos antes da paragem das terraplanagens, sem que tivesse sido possível averiguar se tinham ou não gravuras. A primeira referência surge no inventário de 2006 (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 168), bastante preliminar. Ainda nesse ano de 2006 são descobertas mais duas rochas, subindo o total para nove. Como entendíamos que o sítio parecia ter grande potencial e que o número de rochas conhecido não ilustrava devidamente as características do local e da distribuição das suas gravuras, nos últimos dias de Fevereiro de 2009 fizemos uma prospecção mais intensa em novas áreas, particularmente na parte intermédia do vale, e o número total de registos subiu para 24, referidos no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123), e diversificando consideravelmente o conteúdo gravado e a distribuição ao longo do vale. Esta é ainda uma pequena quantidade, e o sítio tem potencial para bastante mais, não só nas áreas onde actualmente conhecemos algumas rochas, visto que nenhuma foi ainda sistematicamente prospectada, como também na parte mais superior do vale, ainda por prospectar, tendo numerosos pequenos afluentes, alguns dos quais repletos de afloramentos nas encostas. Aliás, este é um dos sítios em que a quantidade de afloramentos aumenta à medida que nos afastamos da foz da ribeira.

Excepto no troço final, onde a bacia do vale estreita e se reduz unicamente à própria ribeira das Cortes, este é um sítio topograficamente complexo, com a ribeira a receber muitos pequenos afluentes de ambos os lados, com diferentes graus de profundidade, encaixe e quantidade de afloramentos, seja ao longo do leito ou pelas encostas acima. Com poucas excepções (como no troço final onde se encontram as rochas 2 e 3, ou alguns troços dos afluentes na parte superior, bastante estreitos ainda que não muito profundos), o vale não é muito encaixado e as encostas, embora nalguns casos bastante elevadas, tendem a não ser muito declivosas, e há um troço do vale em que se este se pode considerar um vale aberto, nomeadamente os cerca de 500 metros de extensão entre a rocha 4 e as rochas 14 e 15, a montante. A ribeira nasce à cota de 400 metros, numa estreita faixa planáltica que faz a transição para a bacia da ribeira de Piscos, e percorre cerca de 3850 metros até ao Côa, num curso repleto de pequenos meandros, mas mantendo em geral a orientação de Oeste para Leste. Confina a Sul com Quinta da Barca e também com o vale intermédio da ribeira da Volta. Com excepção de duas ou três encostas na parte superior do vale, com densas aglomerações rochosas, os afloramentos tendem a dispersar-se de forma esparsa pelas encostas existentes. As 24 rochas conhecidas distribuem-se nos últimos 1500 metros do vale, quase todas do lado esquerdo com excepção das rochas 2, 3 e 4, e dispersam-se desde as partes superiores das encostas até às imediações da ribeira.

O Paleolítico Superior domina quantitativamente, tendo motivos em 15 das 24 rochas. Segue-se a Idade do Ferro, representada em oito rochas, e a Época Histórica em cinco rochas, havendo ainda uma rocha com gravuras de cronologia indeterminada. Todos os motivos de todas as épocas são em traço filiforme. As gravuras recentes são poucas, destacando-se apenas dois cruciformes na rocha 9 e uma curiosa associação entre uma figura antropomórfica e um equídeo (cavalo ou burro) na rocha 24, no que poderá ser uma rara representação de cariz laboral. As gravuras da Idade do Ferro não se destacam particularmente no conjunto da arte do Côa, mas há alguns detalhes interessantes, como o conjunto de três lanças da rocha 1 (mais um quarto traço paralelo e similar aos restantes, que poderia ser uma quarta lança, mas sem ponta), a bonita cerva da rocha 4, isolada num minúsculo painel da margem direita da ribeira, o grande veado acompanhado de um ou outro geométrico da rocha 10, o denso e caótico aglomerado de traços da rocha 15 e, sobretudo, o amplo conjunto de motivos da rocha 21, a única para já onde surge uma figura antropomórfica, acompanhada de vários quadrúpedes e geométricos. Por fim, as rochas com gravuras paleolíticas apresentam alguma diversidade. As rochas 2 e 3 têm uma implantação interessante, no alto de uma encosta na margem direita, numa posição onde dominam visualmente todo o trecho final da ribeira até à sua embocadura no Côa, numa extensão de 250 metros, sendo facilmente assinaláveis da margem oposta do Côa. As rochas 5, 6, 7 e 8, perto umas das outras, têm algumas figuras de traço múltiplo, destacando-se os cervídeos ou caprinos das rochas 6 e 7. A rocha 12 tem uma única figura de traço múltiplo, pouco visível, que parece ser um veado. As rochas 17, 18 e 19 formam um pequeno grupo a meia encosta, e a rocha 18 destaca-se pelo grande conjunto de figuras de traço simples e múltiplo, com realce para vários cervídeos. Por fim, a rocha 21 tem uma única cerva de traço múltiplo no meio do grande conjunto de figuras da Idade do Ferro, e a rocha 22, situada um pouco mais abaixo é, claramente, a mais original do sítio. Tem um painel de médias dimensões, quase integralmente preenchido com traços e motivos. Há várias associações aparentemente caóticas de traços, e não se distinguem figuras zoomórficas. O painel está cheio de signos de vários tipos, havendo pelo menos um escalariforme, mas avultando os meandros ondulados formados por vários traços paralelos, compondo um conjunto de belo efeito e raro no contexto da arte paleolítica do Côa.

### **3.2.8. Quinta da Barca.**

As primeiras rochas da Quinta da Barca são descobertas em Fevereiro de 1995 (Rebanda, N., 1995b: 12). No final deste ano estão inventariadas sete rochas, número que sobe para dez no ano seguinte, e chega às 25 em 1997, quantidade que é referida nos primeiros inventários (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Diez, M., 2002: 195). O número foi subindo paulatinamente, até em 2005 chegar às 32 rochas, que são referidas no inventário seguinte (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 168). Em 2007 fizemos a prospeção sistemática da totalidade da área do sítio, atingindo então a marca de 60 registos, que sobe no ano seguinte para 61 quando acrescentamos a casa da quinta, cujas paredes internas apresentam numerosas gravuras modernas, sendo essa a quantidade referida no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

A rocha 33 foi também inventariada em 2007, mas esta não é na verdade uma descoberta recente, podendo-se considerar uma redescoberta<sup>29</sup>. Terá sido primeiramente identificada em 1997, tendo-lhe então sido atribuído o número 15 de inventário, mas esse mesmo número foi também então atribuído a outra rocha na parte alta do sítio e, com este lapso, a rocha mais o seu veado picotado caíram no esquecimento, até 2007.

É um sítio topograficamente diversificado. Tem uma pequena ribeira do lado Sul (a ribeira da Quinta da Barca), que corre de Oeste para Leste, nascendo na orla planáltica à cota de 320 metros, e percorrendo 1150 metros até ao Côa, num percurso de reduzida sinuosidade. As encostas no troço inicial são altas e declivosas, com um desnível superior a 100 metros, mas o troço final é baixo e aberto, com a ribeira a abrir caminho através de um terraço fluvial. Este terraço prolonga-se para Norte, por mais de 500 metros

---

<sup>29</sup> Pelos arqueólogos Luís Luís e André Santos, um pouco antes do início da prospeção sistemática do sítio.

até à foz da ribeira das Cortes, tendo uma largura máxima na ordem de 150 metros. Eleva-se cerca de 30 metros acima do Côa, sendo a encosta final curta mas bastante inclinada e rochosa, cortada por várias pequenas linhas de água. Por cima do terraço ergue-se nova encosta inclinada, com aproximadamente 70 metros de altura, que entronca com a encosta da margem esquerda sobre o troço inicial da ribeira da Quinta da Barca.

Para além da grande quantidade e qualidade de muitos dos novos achados, a prospecção recente revelou também uma nova zona de distribuição das gravuras deste sítio. Assim, a maioria das rochas conhecidas encontra-se nas imediações do Côa, algumas concentrando-se na foz da ribeira e as restantes distribuindo-se ao longo da encosta do terraço sobre o Côa. Algumas encontram-se no interior da ribeira, uma ou outra nas pequenas linhas de água que cortam o terraço fluvial. As rochas 15, 16 e 17 eram anteriormente as mais elevadas e afastadas do Côa, no sector intermédio da encosta acima do terraço fluvial. No entanto, a parte superior da ribeira da Quinta da Barca passa para detrás deste terraço, e a cumeada da sua encosta sobre a margem esquerda entronca, quase perpendicularmente, na parte traseira desta encosta sobre o terraço. As últimas oito rochas descobertas, quase todas paleolíticas, estão na margem esquerda da parte superior da ribeira, na metade superior da encosta, incluindo as rochas 56 e 60, com gravuras picotadas.

Entre os 61 registos inventariados neste sítio, merece realce a ausência de gravuras da Idade do Ferro, até porque estas estão presentes em três sítios contíguos: a Penascosa em frente, e a Ribeira das Cortes e Ribeira da Volta ao lado. De resto, apenas duas rochas têm motivos da Pré-história Recente, e apenas há cinco registos com gravuras modernas, incluindo a casa da quinta. Gravuras paleolíticas encontram-se em 46 rochas, havendo ainda dez rochas de cronologia indeterminada.

As gravuras de Época Histórica são poucas mas com algum interesse. Na rocha 40, entre outros motivos e traços de difícil leitura, alguns possivelmente antigos, distingue-se uma representação de uma ave, provavelmente um galo, tema recorrente na arte rupestre deste período. Na rocha 46 surgem alguns cruciformes misturados com geométricos e traços desconexos. As rochas 49 e 50, situadas muito perto uma da outra, têm, respectivamente, uma cruz abrasionada e uma confusão de traços sobrepostos pela grande figura de uma estrela de cinco pontas ou signo-saimão. Mas o registo mais interessante deste período surge não num afloramento, mas no interior da casa da Quinta da Barca, abandonada e em progressiva ruína. Nesta casa, um belo e excelente exemplar de arquitectura rural, o interior divide-se funcionalmente em dois espaços distintos, o laboral, do lado Sul, e o doméstico, do lado Norte, separados por um pátio interno, e unidos no corredor da entrada voltada ao Côa. As gravuras encontram-se ao longo das paredes do espaço doméstico, num corredor, em dois dos quartos e na sala maior, tendo sido gravadas a traço filiforme nas pedras da parede e no reboco branco pouco espesso que as cobre. Há grande variedade de motivos, alguns de difícil decifração. Distinguem-se vários barcos à vela, geralmente com mastro, vela e bandeira, sendo este outro dos temas recorrentes da arte moderna no Côa. São frequentes as aves, geralmente galináceas, associadas a duas ou três representações antropomórficas. Aparecem também poucos quadrúpedes, uma representação de uma casa, e alguns geométricos, sobretudo linhas em ziguezague. O tema mais abundante é constituído por conjuntos de traços paralelos verticais dispostos em bandas tendencialmente horizontais, que interpretamos como contagens, até porque há duas que estão separadas pelo sinal “+”.

A Pré-história Recente encontra-se em duas rochas, em ambos os casos com motivos picotados. Na rocha 7 surgem dois quadrúpedes, provavelmente cervídeos, e na rocha 23 um antropomorfo esquemático (Baptista, A. M., 1999: 166). Também nesta rocha, no painel inferior junto ao antropomorfo, há duas figuras picotadas de cervídeos que poderão ser pós-paleolíticas, tendo fortes semelhanças estilísticas e técnicas com o veado da rocha 1 de Vale de Cabrões ou com o quadrúpede indeterminado da rocha 15 da Cascalheira. Há ainda a possibilidade do motivo picotado da rocha 18 ser também pós-glaciar. Esta figura tem sido considerada de cronologia paleolítica, interpretando-se como um ser híbrido, misturando características humanas e animais (cf. Baptista, A. M., Santos, A. T. & Correia, D., 2009: 104, (fig. 9), 112; Baptista, A. M., 2008b: 90). Essa parece-nos também a hipótese mais provável, mas não excluimos

a possibilidade de ser simplesmente uma representação zoomórfica pouco naturalista da Pré-história Recente, até porque os atributos humanos, embora se adivinhem, não são totalmente explícitos.

O Paleolítico Superior domina esmagadoramente, e esse domínio deverá ser ainda maior porque algumas das rochas que consideramos de cronologia indeterminada deverão ser, muito provavelmente, também paleolíticas. Algumas das rochas da Quinta da Barca estão entre as principais da arte do Côa, como as rochas 1 e 3, entre outras (cf. Baptista, A. M., 1999: 114-117; 2008b: 132-137, 148-151, 167-171, 185-187). Das rochas com gravuras paleolíticas, 28 têm gravuras em traço largo (incluindo nesta contagem a rocha 18 atrás referida), e poucas são as que não tem gravuras filiformes. Estas assumem particular importância e exuberância em alguns casos, como nas rochas 23, 30, 31, 41 ou 56, havendo outros casos de rochas com menos motivos mas não necessariamente menor importância. A prospecção sistemática revela assim que o universo das gravuras filiformes assume também grande destaque neste sítio da Quinta da Barca, à semelhança do que sucede na maioria dos restantes sítios onde, numa fase inicial dos trabalhos, se tinha identificado sobretudo gravuras de traço largo, e levando-nos assim a emendar uma anterior afirmação de que os filiformes seriam raros na Quinta da Barca (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 168).

### **3.2.9. Penascosa.**

As primeiras rochas foram descobertas em Janeiro de 1995 (Rebanda, N., 1995b: 12). No final desse ano conheciam-se nove, número que sobe para 23 no ano seguinte, que serão as publicadas no Relatório de 1997, catorze das quais com levantamento e descrição detalhada (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215, 327-406, ver também Baptista, A. M., 1999: 88-113; 2008b: 80-85, 138-141, 158-159, 175). É certamente por lapso que na contagem de rochas da página 214 se refiram apenas 19 rochas, pois no texto são correctamente referidas as 23 inventariadas. Em 1999 descobre-se mais uma, que será tida em conta nos inventários seguintes (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 195). Em 2000 descobre-se a rocha 25, e em 2005 a rocha 26, quantidade referida no penúltimo inventário (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 180). Em 2007 fizemos a prospecção sistemática de toda a área do sítio e descobrimos mais dez rochas, fixando o total de registos em 36 (Reis, M., 2011: 120-123).

A Penascosa é um cabeço na margem direita do Côa, em frente à Quinta da Barca, cuja encosta Oeste desemboca numa extensa praia fluvial, mais baixa que o terraço fronteiro da Quinta da Barca. O cabeço atinge a cota máxima de 267 metros, elevando-se assim quase 140 metros acima do Côa, que aqui passa à cota de 130 metros. Para além de alguns dispersos pela encosta, os afloramentos distribuem-se por duas zonas distintas: em primeiro lugar, um grupo ao longo da base da encosta, no início da praia fluvial, e que se estende por cerca de uma centena de metros; em segundo lugar, uma crista rochosa que marca a encosta do cabeço, elevando-se desde a base até ao topo. As rochas gravadas conhecidas distribuem-se todas nestas duas áreas de dispersão de afloramentos.

O Paleolítico Superior está representado em 29 das 36 rochas, enquanto apenas duas têm motivos da Pré-história Recente, três têm motivos da Idade do Ferro, e quatro têm motivos modernos, havendo duas de cronologia indeterminada.

As gravuras modernas são escassas e de reduzido interesse. Salientam-se apenas duas curiosas figuras da rocha 24, de patas curtas, corpo comprido e estreito, em ambos os casos decorado internamente por linhas cruzadas, cabeça oval ou arredondada, e grandes caudas em leque. Parecem toscas representações de aves. Sendo estranhas, a sua cronologia não é inteiramente clara, e poderiam ser da Idade do Ferro, mas parece mais provável que sejam recentes. Da Pré-história Recente há apenas dois motivos. Na rocha 17 surge um interessante antropomorfo ictifílico, gravado por incisão e com o corpo preenchido por raspagem, que tem semelhanças formais com algumas das figuras antropomórficas pintadas da Faia (Baptista, A. M., 1999: 112-113, Reis, M., 2011: 76). Na rocha 5 encontra-se uma figura que foi interpretada como um antropomorfo esquemático da Pré-história Recente (Baptista, A. M. &

Gomes, M. V., 1997: 347, 390-391). Não é uma figura totalmente evidente, os seus traços picotados são similares aos das figuras paleolíticas picotadas da mesma rocha, e poderá ter também uma cronologia paleolítica, eventualmente.

A Idade do Ferro é pouco representada. Na rocha 14 surge uma única figura de cervídeo, com o corpo decorado (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 362-363, 406). Na rocha 20, para além de alguns traços avulsos, surgem dois motivos: um reticulado, e um punhal, aparentemente embainhado, e com empunhadura biglobular. Na rocha 29 aparece um quadrúpede indeterminado e alguns geométricos pouco definidos.

Das 29 rochas com motivos paleolíticos, 10 apresentam gravuras da fase antiga, todas publicadas (cf. Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997), com excepção da rocha 1, muito degradada e na qual restam apenas alguns traços de alguns quadrúpedes indeterminados. Motivos incisos encontram-se na grande maioria das rochas, incluindo todas as encontradas mais recentemente. Destaca-se claramente a rocha 10, com uma enorme quantidade de motivos, incluindo uma enorme figura de veado raspado, visível a larga distância, uma das raras figuras com esta técnica na arte paleolítica do Côa (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997). Das dez rochas encontradas mais recentemente, sete são de cronologia paleolítica, uma é da Idade do Ferro e duas têm traços ou motivos de cronologia indeterminada, mas que com grande probabilidade serão também paleolíticos. Algumas situam-se no entorno das anteriores rochas, mas outras sobem até ao topo da encosta do monte, alargando assim a área de distribuição anteriormente reconhecida. Quase no alto do monte encontram-se as rochas 27 e 28, as mais altas das rochas paleolíticas da Penascosa, à cota de 250 metros, na rocha 27 com motivos indeterminados e na rocha 28 com um único animal em traço múltiplo de cabeça tapada por líquenes, impedindo a identificação da espécie. A meio da encosta salienta-se ainda a rocha 30, igualmente com uma única figura, em traço simples, também de difícil identificação, mas que parece ser um cavalo. As rochas 33 e 34 têm também algum interesse, sendo dois pequenos painéis situados na transição da encosta para o terraço, na base da crista rochosa que sobe a encosta do monte, e que assinalam assim o princípio da distribuição das gravuras nesta crista. Apresentam grande quantidade de traços, sobretudo a rocha 33, muito patinados mas que não formam motivos definidos. Ambas têm a base soterrada, podendo haver mais gravuras por identificar.

### **3.2.10. Ribeira da Volta.**

Este sítio foi por nós identificado no mesmo dia em que terminamos a prospeção sistemática da Quinta da Barca, em Novembro de 2007. Para já, consiste num grupo compacto de quatro rochas com gravuras da Idade do Ferro. Está ao lado do caminho de acesso à casa da Quinta da Barca, acima desta mas na encosta voltada ao lado oposto, pertencendo assim a outro sítio que não a Quinta da Barca. Desconhecemos o topónimo da pequena linha de água sobre a qual as rochas se debruçam, mas esta aflui a uma ribeira mais importante chamada ribeira da Volta, topónimo que adoptamos para designar este novo sítio, referido já no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

A ribeira da Volta é um curso de água longo e encaixado, bastante sinuoso, que corre de Oeste para Leste, situando-se na margem esquerda do Côa, encostando-se ao sítio da Quinta da Barca, a Sul deste. A ribeira nasce em pleno planalto granítico das Chãs, ligeiramente a Sul e muito perto desta aldeia, e desagua no Côa em frente à foz da Ribeirinha, do lado oposto do Côa. Percorre uma distância de aproximadamente 8150 metros, medidos ao longo do leito, que se reduzem a aproximadamente 5350 medidos em linha recta, da nascente à foz. Apenas os primeiros 1270 metros se desenrolam em terreno granítico, sendo pouco depois da transição para os xistos (da Formação do Rio Pinhão), que a ribeira inicia a escavação mais profunda do vale. Este está longe de ser dos mais fundos e encaixados da região, e apenas na zona central do seu percurso atinge desníveis maiores, havendo sobretudo uma pequena zona em que o vale é profundo e estreito, de perfil em “V” muito acentuado, com uma profundidade que chega perto dos 200 metros. É também aqui que surge a maior quantidade de afloramentos nas encostas, qua-

se todos na margem esquerda. O troço final do vale é menos profundo, sendo mais largo e aberto, e os afloramentos diminuem em quantidade. Para além do entorno imediato das quatro rochas conhecidas, este troço final foi para já o único onde efectuamos uma prospecção, relativamente aprofundada mas não sistemática, de resultados infrutíferos.

Existem diversos pequenos afluentes ao longo do percurso, na sua maioria pequenos e pouco relevantes. Um dos maiores fica na margem esquerda, entroncando na ribeira logo abaixo da casa da Quinta da Barca. O seu vale é relativamente largo, com um perfil em “V” algo aberto, e tendo uma profundidade máxima de 140 metros. É aqui que ficam as quatro rochas conhecidas, a meia encosta de um cabeço de topo arredondado, à cota de 270 metros, muito perto da linha de cumeada que separa esta encosta da que se orienta a Norte para a parte superior da ribeira da Quinta da Barca.

As quatro rochas estão ao lado umas das outras, e apresentam todas faces verticais orientadas para Sudoeste. Tem gravuras filiformes da Idade do Ferro, formando um grupo estilisticamente muito coeso e homogéneo. A rocha 2 apresenta ainda na parte superior do afloramento, num painel de disposição horizontal, um pequeno grupo de covinhas, motivo raro na arte do Côa, sendo difícil de saber se estão ou não associadas às restantes gravuras proto-históricas. Por um lado, tal seria o mais natural, até porque esta rocha está mais ou menos no centro do conjunto mas, por outro lado, seria o único caso identificado na região.

As rochas 1 e 3 são as principais do conjunto, com grandes painéis densamente preenchidos, formando das mais densas e complexas composições de motivos proto-históricos de toda a arte do Côa. As gravuras destas rochas são nitidamente obra de diversos gravadores, mas nota-se a unidade estilística no conjunto das quatro. A rocha 3 é a mais complexa e densamente preenchida do conjunto. Surgem alguns animais, tipologicamente algo estranhos, e alguns geométricos. Muitos mais motivos estarão por identificar, sobretudo nas caóticas associações de traços. Mas nesta rocha salientam-se em particular dois tipos de motivos, os quais lembram motivos semelhantes (embora não rigorosamente iguais) existentes na rocha de Molelinhos, em Tondela no centro de Portugal (cf. Cunha, A. M. C. L., 1991). O primeiro, constituído por poucos exemplares, lembra vagamente uma foice, com lâmina de ponta aguçada e recurvada. Em pelo menos dois dos casos é representada a empunhadura, e as figuras poderão ser representações de facas afalcatadas. No entanto, são tipologicamente distintas das outras facas afalcatadas representadas na região, como por exemplo o exemplar da rocha 145 da Foz do Côa. O outro motivo, muito abundante, e que poderá chegar às duas dezenas de exemplares<sup>30</sup>, é nitidamente uma arma. Têm ponta aguçada e lâmina triangular comprida e estreita, por vezes com nervura central, embora esta não seja maioritária nas representações. Em alguns casos estão decorados. A empunhadura é estreita e comprida, feita numa só peça. Pelas proporções, um punhal seria a hipótese mais provável, ainda que não se possa descartar a possibilidade de serem espadas curtas. No entanto, tendo em conta que em todos os casos, sem excepção, a hipotética empunhadura do punhal ou espada não apresenta uma terminação final que representasse o pomo, sendo lisa e sem entalhes que permitam a uma mão segurar-se firmemente e, ainda por cima, tende a estreitar da lâmina para fora (embora haja excepções). Dessa forma, ou se trata de representações irrealistas de empunhaduras, ou deverá colocar-se outra hipótese interpretativa. Parece-nos assim, como terceira hipótese, que poderá tratar-se de representações de pontas de lança, com o encaixe para uma haste em madeira que não é figurada. Recentemente, o aparecimento de um motivo similar noutra sítio vem reforçar esta hipótese. Na rocha 6 do sítio da Cascalheira, no Douro, encontra-se uma arma em tudo parecida com estas, que neste caso surge colocada atravessando o corpo de um cervídeo, no que parece uma cena de caça. A forma destes motivos é perfeitamente compatível com a forma genérica de uma ponta de lança, e enquadra-se bem em alguns dos tipos de pontas conhecidas na Península Ibérica (cf. Quesada Sanz, F., 1997: 307-434).

Na rocha 1 a quantidade e sobreposição de motivos são muito grandes, sendo difícil a correcta identificação de muitos deles. Observam-se vários geométricos, por vezes de apreciável complexidade,

---

<sup>30</sup> Outra originalidade no Côa, onde raramente se repetem tão abundantemente na mesma rocha motivos tipológica e estilisticamente idênticos.

e é possível que possa haver motivos similares aos que se encontram na rocha 3, mas de momento não é possível afirmá-lo categoricamente. Predominam as figuras zoomórficas, na maioria cervídeos. Ainda que haja grande variabilidade, a típica figura é o cervídeo em que os corpos, patas, pescoço e orelhas são compridos e estreitos, e em que todos ou alguns destes elementos corporais são decorados com bandas de pequenos traços paralelos. Curiosamente, e sem excepção, a cabeça nunca é decorada. No mesmo estilo, e decorado da mesma maneira, observa-se o que parece ser uma representação de uma cobra. Por fim, as rochas 2 e 4 têm pequenos painéis com poucos motivos. Na rocha 2 surge um cervídeo, não decorado, e mais uma lâmina como as da rocha 3. A rocha 4 tem um só motivo, outra grande lâmina como nas rochas 3 e 2.

### **3.2.11. Foz da Ribeirinha.**

Este sítio foi por nós primeiramente inventariado em finais do ano de 2006, seguindo indicações de Thierry Aubry e Jorge Sampaio, que já lá teriam anteriormente avistado gravuras filiformes paleolíticas. Neste reconhecimento inicial inventariamos quatro rochas. Mais tarde, em Março de 2009 fizemos um novo reconhecimento e inventariamos outras quatro rochas, fixando o todo actual em oito, referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Mais à frente fazemos uma descrição sumária do vale da extensa linha de água conhecida como Ribeirinha. São presentemente conhecidos quatro sítios com arte rupestre neste vale, e utilizamos a designação “Foz da Ribeirinha” para distinguir este novo sítio do primeiro a ser descoberto e inventariado no vale, e que foi designado simplesmente de “Ribeirinha”.

Podemos definir este sítio como sendo o troço final da ribeira em terrenos de xisto, numa extensão de aproximadamente 3800 metros, desde a linha de transição dos granitos para xistos até ao encontro com o Côa, na margem direita deste. Na sua parte final, o sítio confina a Norte com a Penascosa. De momento, para Sul, não são conhecidos mais sítios nesta área xistosa do Côa. Para já ainda só se fez um reconhecimento muito preliminar do terreno, e não se sabe bem quais as características da distribuição das rochas ao longo do vale. No entanto, todas as rochas presentemente conhecidas se encontram nos últimos 1450 metros do percurso da ribeira, para jusante da foz do principal afluente da Ribeirinha, a ribeira do Picão<sup>31</sup>. Da vistoria que já fizemos do vale da Ribeirinha a montante da foz desta ribeira, pareceu-nos pouco provável que venham aí a ser identificadas gravuras o que, a confirmar-se, poderá circunscrever a delimitação deste sítio até à ribeira do Picão, ficando por saber se esta última também não terá gravuras ao longo do seu vale.

Todo o percurso da Ribeirinha é altamente sinuoso, e o troço final, da ribeira do Picão ao Côa, não é excepção. A ribeira assume aqui claramente uma direcção Leste-Oeste, orientação idêntica à da própria ribeira do Picão, e os vales das duas linhas de água são contínuos, de dimensão e configuração idêntica, confundindo-se facilmente um com o outro. Nesta zona, há uma dualidade curiosa na configuração dos vales, com uma diferenciação muito nítida entre uma margem e outra. Na margem esquerda, as encostas sobem continuamente até às cotas planálticas, num desnível de aproximadamente 250 metros. Pelo contrário, na margem direita, a encosta sobre o leito tem um desnível na ordem dos 30/40 metros, dando lugar a uma larga plataforma aplanada, no fim da qual surgem de novo elevadas encostas até ao nível do planalto. Os afloramentos de xisto distribuem-se por uma e outra margem, em regra situando-se perto do leito, embora haja pequenos grupos a cotas mais elevadas. Não há grupos rochosos grandes e compactos, os afloramentos surgem dispersos em grupos de baixa densidade, separados por zonas vazias.

As rochas gravadas conhecidas, todas tendo exclusivamente gravuras filiformes, estão na margem direita, entre as cotas 150 e 160, muito perto do leito da ribeira. Distribuem-se em dois grupos distintos, o primeiro a uma distância aproximada de 500 metros da foz da ribeira, e o outro a cerca de 1100 metros, já perto da confluência da ribeira do Picão. Seis das oito rochas são de cronologia paleolítica, tendo as duas restantes gravuras de cronologia indeterminada, talvez também paleolíticas. Num conjunto pouco espectacular, salientam-se o quadrúpede (cervídeo?) de traço múltiplo da rocha 2, de corpo longo

<sup>31</sup> Não confundir com outro vale do mesmo nome, inventariado como sítio de arte rupestre, e que é uma outra ribeira afluente do Douro.

e estreito e sem cabeça, o conjunto de figuras de traço múltiplo das rochas 1 e 4, de visibilidade extremamente difícil e ainda não devidamente interpretadas, o grande cervídeo em traço múltiplo da rocha 5 e, sobretudo, o grupo variado de figuras da rocha 7. Esta é a maior e melhor do sítio até ao momento, com vários motivos de traço simples e múltiplo, destacando-se um grande quadrúpede em traço simples, infelizmente com a zona da cabeça fracturada e perdida, e que parece um veado.

### **3.3. O vale da ribeira de Piscos.**

A ribeira de Piscos inicia o seu percurso no Vale da Veiga, integrado na grande falha tectónica da Vilariça. O seu percurso inicial acompanha a própria falha, seguindo na direcção Sul-Norte, e tendo aqui a designação de ribeira da Centieira. O vale é largo e de fundo aplanado, numa zona granítica com, aparentemente, pouco potencial para arte rupestre, ainda que as encostas sejam elevadas e com alguns afloramentos. Subitamente, quando atinge o que se conhece como Quinta da Canameira, a ribeira desvia-se bruscamente para Leste em direcção ao Côa, adoptando então o nome de ribeira de Piscos, e entrando imediatamente em zona xistosa. Aqui irá passar sucessivamente pelas três principais formações xistosas da região, as Formações do Rio Pinhão, do Pinhão e da Desejosa, dentro da qual chega ao Côa. Até à foz o vale prolonga-se por 9,7 quilómetros, sendo profundo e bastante encaixado. O sítio designado por “Ribeira de Piscos”, que se inclui no lote de onze sítios do troço anteriormente descrito, delimita-se precisamente desde a foz da ribeira do Vale da Cabra até ao Côa, havendo rochas historiadas conhecidas em toda a sua extensão, embora ainda não esteja sistematicamente prospectado. Na restante área da ribeira nada mais se conhece por enquanto, sendo necessário prospectar futuramente, pois o potencial parece ser elevado para a existência de mais arte rupestre.

A ribeira de Piscos tem apenas um afluente com alguma importância, a chamada ribeira do Vale da Cabra. Esta desenrola-se de Noroeste para Sudeste, nascendo ainda dentro do Vale da Veiga, e tem uma extensão total de quase 6 quilómetros, até desaguar na margem esquerda da ribeira de Piscos, cerca de 2,7 quilómetros antes da sua foz. Apesar de ser uma ribeira menos importante e comprida que a ribeira de Piscos, a sua bacia hidrográfica é consideravelmente mais complexa. O seu vale pode dividir-se em duas linhas de água principais que correm paralelas, a ribeira do Vale da Cabra propriamente dita e a ribeira das Alminhas, que lhe corre a Norte do lado esquerdo, desaguardo cerca de 900 metros antes da foz da ribeira do Vale da Cabra. Ambas as ribeiras têm uma miríade de pequenos afluentes. O vale das duas ribeiras é assim largo e aberto, com cerca de 2 quilómetros na zona mais larga, e pouco elevado, tendo um perfil em W, devido à zona de plataforma larga e aplanada que separa as duas ribeiras. Apesar da amplitude da área, os afloramentos rochosos são poucos e dispersos. Investigamos já grande parte das poucas zonas rochosas visíveis, e descobrimos dois novos sítios com gravuras incisais, Ninho d’Água e Ribeiro da Cumieira, ainda inéditos, e que descreveremos a seguir. Note-se, como comentário final, que os vales das ribeiras de Piscos e do Vale da Cabra são a principal via de ligação entre o rio Côa e o Vale da Veiga, um amplo vale de origem tectónica, que seguramente teve grande importância para as populações de diferentes épocas.

#### **3.3.1. Ninho d’Água.**

Esta designação corresponde a uma pequena linha de escorrência de água na encosta do lado esquerdo do vale. Esta pequena ribeira nasce já na área planáltica, à cota de 430 metros, e tem um percurso pouco sinuoso de 980 metros, de Norte para Sul, até desaguar na margem direita do ribeiro da Cumieira, que por sua vez é afluente da ribeira das Alminhas. O pequeno vale é inclinado e estreito, e rochoso em ambas as margens. A razão para o seu nome parece estar na abundância de água, que não costuma secar no Verão. Em Setembro de 2009 identificamos uma primeira rocha gravada, na margem direita, a qual foi entretanto já razoavelmente prospectada, sem novos resultados, faltando ainda prospectar a margem esquerda. A rocha 1 está quase encostada à ribeira, na zona de transição entre o

planalto e o princípio da encosta. Tem um pequeno painel vertical onde se vislumbram alguns pequenos grupos de traços, sem que se distingam, pelo menos de momento, figuras concretas. A sua atribuição cronológica é assim problemática. No entanto, tendo em conta o tipo de traço e o seu enorme desgaste, apontaríamos o Paleolítico Superior como a cronologia mais provável.

### **3.3.2. Ribeiro da Cumieira.**

Este sítio encontra-se a cerca de 600 metros de distância em linha recta do Ninho d'Água. É uma encosta de uma pequena colina, orientada a Sul, sobre o ribeiro da Cumieira, e sendo acompanhada por uma curta linha de escorrência de água afluente da margem direita do ribeiro da Cumieira. Este pequeno afluente estende-se por 460 metros, desde o topo do monte à cota de 400 metros até ao ribeiro da Cumieira, à cota de 300 metros. Em Abril de 2010 descobrimos três rochas com gravuras incisas neste sítio, todas aproximadamente à mesma cota de 340 metros, duas lado a lado a meio da encosta, e a rocha 3 mais afastada para Oeste na margem direita do pequeno afluente. A rocha 1 tem alguns grupos de traços de cronologia indeterminada. A rocha 2 tem alguns motivos modernos: dois cruciformes bastante recentes e alguns motivos mais antigos, que poderão eventualmente representar bestas. Por fim, a rocha 3, para além de uma mancha de pontos picotados, tem conjuntos de traços longos que, à semelhança do que acontece no Ninho d'Água, poderão ser paleolíticos.

### **3.4. O vale da Ribeirinha.**

A Ribeirinha é um longo curso de água, com 20,1 quilómetros de extensão, que desagua na margem direita do Côa, imediatamente ao lado e a montante da Penascosa. Nasce no planalto granítico, não longe da aldeia de Algodres, e segue aqui um percurso Sul-Norte, tendo um pequeno vale discreto e pouco escavado, numa zona pontuada por afloramentos graníticos. Quando se aproxima do Côa, começa a inflectir para Noroeste, iniciando então a escavação mais profunda do vale. Na zona de transição dos granitos para os xistos o vale é já um verdadeiro canhão, estreito e profundo. Essa profundidade mantém-se na zona xistosa, pertencente à Formação do Pinhão (com uma extensão de aproximadamente 3,8 quilómetros), embora o vale abra um pouco, e a ribeira neste troço final, sendo bastante sinuosa, apresenta *grosso modo* uma orientação Leste-Oeste. Conhecem-se presentemente quatro sítios ao longo do vale. Um está no seu troço final, a Foz da Ribeirinha, na zona xistosa, e inclui-se no conjunto de sítios atrás referidos. Os outros três situam-se na zona granítica do vale. Destes, um está em pleno planalto, o Moinho da Barbuda, a marcar o início da escavação do vale e, não muito longe, os outros dois, Ribeirinha e Fumo, estão já na zona mais profundamente escavada do vale. Do ponto de vista da prospecção arqueológica, nenhum destes sítios foi ainda sistematicamente visto, mas provavelmente apenas a Foz da Ribeirinha e, eventualmente, a Ribeirinha, poderão ter mais rochas por descobrir. A detecção de sítios estará também quase completa no troço entre a embocadura da ribeira e o sítio do Moinho da Barbuda, havendo mais potencial no vale da ribeira do Picão, afluente da Ribeirinha na zona xistosa.

#### **3.4.1. Fumo.**

É um sítio arqueológico com ocupação da Idade do Bronze, localizado na margem esquerda da Ribeirinha, a meia encosta, sobre o término do profundo e estreito canhão que marca a passagem desta ribeira de terrenos graníticos para xistosos. Descoberto em 1992 no âmbito dos trabalhos do EIA da barragem do Côa (Carvalho, A. F., 2004: 186), começou a ser investigado a partir de 1996, primeiro por uma equipa do PAVC chefiada por António Faustino de Carvalho (cf. Aubry, T., Carvalho A. F. & Zilhão, J., 1997: 103, 195-209; Carvalho, A. F., 2004), mais tarde com um projecto de investigação de Glória Donoso Zapata e Maria Fernanda Sousa, a decorrer e de resultados ainda inéditos. É no âmbito deste projecto que

a única rocha historiada aqui conhecida é descoberta em 2006, por Carla Magalhães, do PAVC., sendo referida no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

Corresponde a uma plataforma depressionada a meia encosta, à cota de 314 metros, ainda em terrenos graníticos, delimitada a Noroeste por uma crista rochosa ligeiramente soerguida face à plataforma, com a cota máxima de 323 metros, e que a separa da encosta final sobre a ribeira. A rocha encontra-se na periferia Sudoeste da crista, ao lado mas no exterior da área com vestígios de ocupação, no sector mais baixo e menos imponente da crista. É um pequeno batólito granítico, baixo, de forma irregular e topo aplanado, onde se encontra menos de uma dezena de grandes covinhas.

### **3.4.2. Ribeirinha.**

A única rocha conhecida foi descoberta em Fevereiro de 1993 (Rebanda, N., 1995a: 3; 1995b: 13), figurando desde então nos inventários publicados (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215; Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 167-168; Reis, M., 2011: 120-123). É um imponente abrigo granítico na margem direita da ribeira, junto ao leito, com dois painéis verticais e perpendiculares um ao outro no interior, profusamente decorados com motivos pintados da arte esquemática pré-histórica. Predominam figuras antropomórficas, ainda que o mau estado de conservação das pinturas impeça a correcta identificação da maioria dos motivos.

A rocha encontra-se entre os sítios do Moinho da Barbuda, 1400 metros a montante, e do Fumo, pouco mais de 800 metros a jusante. Surge no princípio da zona encaixada do vale da ribeira, aqui ainda pouco profundo, com um desnível pouco superior a 30 metros. O vale orienta-se neste troço de Sudeste para Noroeste, e não tem uma grande densidade rochosa em torno do abrigo, embora esta aumente para jusante, com o acréscimo acentuado da profundidade e encaixe do vale. Falta prospectar o sítio, podendo ainda aparecer mais pinturas ou gravuras.

### **3.4.3. Moinho da Barbuda.**

Este moinho abandonado localiza-se na margem direita da Ribeirinha, cerca de 1400 metros a montante do abrigo pintado da Ribeirinha, mas já em pleno planalto, numa área em que a ribeira quase não tem um vale escavado. A sua única rocha gravada foi casualmente descoberta em 2008 por Rosa Jardim, do PAVC, sendo efectivamente inventariada em princípios de 2009, e referida pela primeira vez no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Trata-se de uma grande laje horizontal de granito, situada em frente ao moinho, à cota de 420 metros. Apresenta uma data picotada, encerrada numa cartela rectangular. A data é de 1881, e tem a curiosidade de ser lida de igual modo para um observador situado em qualquer posição na rocha, pois os dois números “1” são representados como simples traços verticais. O moinho tem ainda uma inscrição ilegível na padieira da porta, e alguns cruciformes nas duas ombreiras.

### **3.5. O Monte de São Gabriel.**

Situado entre o Côa e o Douro, o Monte de São Gabriel é a unidade geomorfológica mais destacada no centro da região da arte do Côa, elevando-se até aos 650 metros de altura, bem acima da altitude média dos planaltos em redor, que ronda os 400 metros. A razão para este destaque está na geologia quartzítica que marca o topo do monte, muito mais resistente à erosão que os xistos. Esta mancha quartzítica tem uma forma ovalada, estendendo-se sensivelmente de Leste para Oeste, com aproximadamente 2.4 quilómetros de comprimento por pouco mais de 0,8 quilómetros de largura. A vertente superior Sul e Sudoeste é assinalada por uma longa e elevada crista rochosa quartzítica, perfeitamente destacada na paisagem, que se estende por quase todo o comprimento da própria mancha quartzítica, havendo mais uma ou outra formação separada da crista principal. Presentemente, na área do monte, conhecemos dois sítios de arte rupestre. O primeiro é o sítio homónimo, situado na área de transição dos quartzitos

para os xistos, e pode-se dizer que está no final da grande crista quartzítica, ainda que algo separado desta. O outro consiste nas pedras decoradas da Rua dos Namorados, na periferia da aldeia de Castelo Melhor, na base Leste do monte.

Ainda não foi possível partir para a prospecção deste monte, havendo sobretudo interesse em saber se haverá mais pinturas nos abrigos existentes ao longo da crista, que possam eventualmente formar um grupo coerente com a rocha 1 de São Gabriel.

### **3.5.1. São Gabriel.**

A rocha 1 foi descoberta em 1998 por Thierry Aubry e Jorge Sampaio, e foi primeiramente referida no penúltimo inventário (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 190). Em Novembro de 2006 descobrimos uma segunda rocha nas imediações da primeira, referindo-se as duas no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

Trata-se de um pequeno conjunto de afloramentos quartzíticos, perto da transição para os xistos. Localizam-se na encosta Leste do Monte de São Gabriel, em torno da cota dos 530 metros, estando aproximadamente a meio entre o alto do Monte de São Gabriel, a 650 metros de distância, e a capela com o mesmo nome sobranceira à aldeia de Castelo Melhor, a 550 metros. Nas imediações da capela, nomeadamente na encosta voltada a Sul e com visibilidade directa para as rochas historiadas, surgem à superfície alguns materiais arqueológicos datáveis da Pré-história Recente.

A rocha 1 apresenta um único motivo pintado a vermelho, de apreciáveis dimensões, formando um reticulado, muito apagado e de difícil visualização. A rocha não apresenta um abrigo ou pala, e a pintura está exposta aos elementos, sendo muito precariamente protegida apenas por uma ligeira inclinação do painel para a frente. Quando observamos o motivo pintado, ficamos com a ideia que a tinta já não forma uma película na superfície, tendo desaparecido desta, e que a visibilidade do motivo se deve ao facto de alguma da tinta se ter “entranhado” na superfície rochosa, resistindo assim à acção dos elementos. Não estamos, no entanto, completamente seguros desta interpretação, que poderá ser confirmada ou desmentida por uma observação mais aprofundada e experiente. Quanto à rocha 2, é um afloramento com um painel de disposição horizontal, com apenas quatro pequenas covinhas, podendo haver mais uma ou outra oculta por musgos ou líquenes. Ainda não prospectamos sistematicamente este conjunto rochoso, mas parece improvável que haja mais rochas historiadas no entorno imediato das outras duas.

### **3.5.2. Rua dos Namorados.**

Como o nome indica, trata-se de uma das artérias da pequena povoação de Castelo Melhor, no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Está na periferia Noroeste da aldeia, do lado oposto ao castelo, e é a rua que, saindo da aldeia, dá acesso ao caminho para a capela de São Gabriel. A primeira referência que conhecemos à existência de pedras gravadas nesta rua surge em 1938, num dos volumes da monumental obra do abade de Baçal sobre o distrito de Bragança<sup>32</sup>, a partir de informações prestadas por José Silvério de Andrade, personalidade de Vila Nova de Foz Côa (Alves, F. M., 1938: 282). Pouco depois, é o próprio Silvério de Andrade que publica uma breve referência a estas pedras (Andrade, J. S., 1940: 504). Muito posteriormente, são incluídas na Carta Arqueológica de Vila Nova de Foz Côa (Coixão, A. N. S., 1996: 215-216), e referidas num artigo (García Diez, M. & Luís, L., 2003: 213-216). Já referimos anteriormente estas pedras mas sem as incluir formalmente no inventário da arte do Côa (Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 146-147), o que fizemos no último inventário, considerando o conjunto das pedras gravadas como um só registo (Reis, M., 2011: 120-123).

A referência de Silvério de Andrade é muito curta, não adiantando detalhes sobre as condições do achado, mas referindo algumas das temáticas das pedras gravadas: motivos florais e zoomórficos, em-

---

<sup>32</sup> Vila Nova de Foz Côa não pertence àquele distrito, mas é ocasionalmente mencionada na obra.

bora omitindo os motivos geométricos (Andrade, J. S., 1940: 504). Mais preciso, o abade de Baçal indica que a temática é composta por “flores, bestiário e ornatos geométricos” (Alves, F. M., 1938: 282). Diz também que as pedras se encontravam num muro soterrado, colocado a descoberto em 1932 quando a rua estava a ser adaptada ao trânsito automóvel, sendo considerado pela população da aldeia como um muro muito antigo e fora da memória local. Refere ainda a existência de algumas pedras similares existentes em paredes de casas da aldeia, o que é também reiterado por António de Sá Coixão (1996: 215). É também o primeiro a considerar que as pedras teriam feito parte de um edifício, e que a sua colocação no muro e nas paredes das casas seria posterior à demolição desse edifício. Essa é uma hipótese que nos parece de facto plausível. Em muitos dos casos as composições existentes adaptam-se perfeitamente ao espaço operativo existente em cada pedra, o que indica que as gravuras foram feitas após as pedras serem extraídas ou se fragmentarem dos respectivos afloramentos. A grande qualidade de muitas destas gravuras, todas obtidas por picotagem num tipo de pedra de superfície muito dura, não sugere, como já aponta o abade de Baçal, que tivessem sido feitas com o propósito de decorar um humilde muro rural. Marcos García Diez e Luís Luís sugerem uma cronologia entre os séculos XV e XVIII (García Diez, M. & Luís, L., 2003: 214), que parece verosímil, ainda que não haja elementos cronológicos precisos no conjunto dos motivos.

O actual muro dos Namorados deverá resultar de uma reconstrução do que foi desenterrado em 1932. Conhecem-se de momento mais de 80 pedras gravadas ali inseridas. Mais algumas devem existir, não só as que possam estar com a face gravada escondida, no muro, mas também outras existentes em outros muros e paredes. O abade de Baçal menciona ainda que nove pedras foram enviadas para o museu de Bragança na altura da descoberta. Ainda não tivemos ocasião de ir procurar estas nove pedras em Bragança, assim como falta encetar uma busca mais intensa na aldeia.

Estas gravuras distinguem-se do restante acervo histórico da arte do Côa, formando um conjunto algo apartado, pelo seu estilo, pelo conjunto temático, pela qualidade do desenho e pela sua eventual funcionalidade e inserção espacial. As temáticas vegetalista e geométrica dominam claramente, formando as maiores e mais vistosas composições, nalguns casos de grande complexidade e beleza. Há vários tipos diferentes de geométricos, como espirais, círculos concêntricos, ferraduras, meandros ondulados ou estrelas de cinco pontas, entre outros. Existem ainda outros temas, como a figura de um peixe entre ondas, uma cabeça de cão de boca aberta e dentes em evidência, um cavaleiro, ou um interessante motivo representando o que parece ser uma sequência de colunas unidas por arcos, numa aparente representação arquitectónica.

### **3.6. O vale do Côa, entre o grupo da Quinta da Barca/Penascosa e a foz da Ribeira de Massueime.**

É a zona terminal dos xistos, pertencentes quase exclusivamente à Formação do Rio Pinhão (apenas com um pequeno troço a Norte pertencente à Formação do Pinhão), que dão lugar aos granitos precisamente na zona da embocadura da Ribeira de Massueime. Este troço do Côa, entre a foz da Ribeirinha e a foz da Ribeira de Massueime, com uma extensão de 4,0 quilómetros, mantém-se como uma área pouco prospectada. Em Abril de 2010 fizemos prospecção não sistemática entre a foz da Ribeirinha e a zona do Salto do Boi, em frente ao sítio arqueológico da Cardina, num trecho longo mas estreito ao longo da margem direita do Côa. Os resultados foram nulos, e pensamos que esta margem não terá rochas gravadas, mas falta ainda ver algumas zonas rochosas mais afastadas, em encostas ou linhas de água afluentes do Côa. A margem esquerda é mais rochosa e parece ter mais potencial, mas ainda não se fez prospecção orientada para a arte rupestre. Assim, não se conhecem sítios com rochas historiadas, mas sim dois conhecidos acampamentos paleolíticos, o Salto do Boi/Cardina e a Quinta da Barca Sul, onde apareceram, nas respectivas escavações arqueológicas, placas com gravuras filiformes. Falta saber se estes sítios de ocupação têm ou não nas imediações vestígios de arte rupestre, como sucede nalguns outros habitats em implantações similares, como o Fariseu, por exemplo.

### **3.6.1. Quinta da Barca Sul.**

É um terraço fluvial na margem esquerda do Côa, à cota média de 140 metros. Inicia-se junto à foz da ribeira da Quinta da Barca, prolongando-se por mais de 600 metros para Sul, com uma largura máxima pouco superior a 100 metros. Foi sondado em 1996, tendo-se encontrado duas fases de ocupação, uma da Pré-história Recente e outra do Magdalenense Final (Aubry, T., Carvalho A. F. & Zilhão, J., 1997: 144-160). A esta última fase pertence uma placa de xisto com gravuras incisadas em ambas as faces, compostas por traços lineares, rectilíneos ou levemente curvados, que não formam figuras definidas (Aubry, T., 2009b: 382-383; García Diez, M., 2009: 376-377; García Diez, M. & Aubry, T., 2002: 175). Embora mencionada de passagem no último inventário (Reis, M., 2011: 17), só agora é formalmente incluída no inventário da arte do Côa.

### **3.6.2. Cardina.**

Este sítio, também conhecido por “Salto do Boi”, é um terraço fluvial na margem esquerda do Côa, localizado numa ampla mas apertada curva do rio, onde este ultrapassa um filão de riolite. É mais largo e mais curto que o terraço da Quinta da Barca Sul, e está a uma cota mais elevada, chegando quase aos 170 metros. Em linha recta dista 2 quilómetros para Sul daquele terraço, que sobem para 2,5 quilómetros se medidos ao longo do rio, e encontra-se a pouco mais de 1000 metros para Norte da foz da ribeira de Massueime, onde terminam os xistos e se iniciam os granitos. Foi alvo de escavações em 1995 e 1996, tendo-se definido uma sequência ocupacional com fases da Pré-história Recente, Magdalenense e Gravettense (Zilhão, J. et al., 1995; Aubry, T., Carvalho A. F. & Zilhão, J., 1997: 161-182). Duas placas de xisto com gravuras incisadas foram encontradas na escavação. Uma de um nível Magdalenense tem escassos traços lineares não figurativos (Aubry, T., 2009b: 382; García Diez, M., 2009: 377). A outra, encontrada num nível Gravettense, apresenta o que poderá ser o fragmento de uma figura zoomórfica, hoje não reconhecível (Aubry, T., 2009b: 382). Tal como a Quinta da Barca Sul, este sítio foi mencionado de passagem no último inventário (Reis, M., 2011: 17), sendo agora incluído no inventário da arte do Côa.

### **3.7. O troço final do vale da ribeira de Massueime.**

A chamada ribeira de Massueime é, na verdade, o maior e mais importante dos afluentes do Côa, merecendo talvez a designação de “rio” em detrimento de “ribeira”. Nasce perto da cidade da Guarda, e percorre várias dezenas de quilómetros até desaguar no Côa, cerca de 3,0 quilómetros a jusante das primeiras rochas do sítio da Faia. O seu troço final é profundamente encaixado, similar ao do Côa. Sendo um curso tão longo e que se prolonga tanto para fora da área do Parque, não é possível ser todo investigado no âmbito da prospecção da arte do Côa. O limite a partir do qual se poderá incluir os seus vestígios arqueológicos nesta região é, naturalmente, arbitrário. Sugerimos a chamada ponte do Juízo, entre as aldeias da Gateira e do Juízo, a partir da qual o encaixe do seu vale começa a aumentar. Este troço final estende-se por 14,1 quilómetros, quase integralmente em região granítica, apenas com uma ou outra mancha xistosa nas imediações da ponte. Todo este troço está por prospectar, conhecendo-se apenas um único sítio com gravuras, o Moinho do Chocho. À semelhança deste, é provável que os vários moinhos existentes ao longo do percurso possam também ter gravuras de Época Moderna associadas. A existência de pinturas pré-históricas parece-nos da mesma forma altamente provável. Só a prospecção poderá dizer se haverá ou não gravuras e/ou pinturas paleolíticas, à semelhança das existentes na Faia. É de referir ainda que a montante da ponte o Massueime passa por uma grande mancha xistosa, na qual poderão talvez reaparecer as típicas gravuras da região do Côa, paleolíticas e não só.

### **3.7.1. Moinho do Chocho.**

A par do Moinho da Barbuda, é um dos dois únicos sítios até ao momento identificados que se associam exclusivamente a moinhos, tendo unicamente gravuras de Época Moderna. Encontra-se na margem esquerda da ribeira de Massueime, à cota de 230 metros, a três quilómetros da embocadura desta com o Côa, não longe da aldeia de Santa Comba. O vale é já bastante profundo e encaixado nesta zona, de geologia granítica, mas enquanto a margem direita apresenta enorme declive até ao rio, a margem esquerda é mais aberta e espaiada, permitindo a existência do moinho. Foi inventariado em Fevereiro de 2008, e referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

A existência da rocha gravada é conhecida da população de Santa Comba, que utiliza este local como praia fluvial, e a rocha foi-nos mostrada por Marcelo Silvestre, do PAVC. Encontra-se ao lado do moinho, na base da encosta, e tem um único painel vertical, com uma inscrição picotada, em várias linhas e de grandes caracteres, ilegível devido aos líquenes que a cobrem. As ombreiras da porta do moinho apresentam também algumas cruzes picotadas. O sítio ainda não foi devidamente prospectado e poderá ter mais gravuras.

### **3.8. O vale do Côa, entre a foz da ribeira de Massueime e os sítios do Alto da Cotovia/Quinta da Moreirola.**

Este é um longo troço do Côa, estendendo-se por aproximadamente 19,5 quilómetros, desde a foz da ribeira de Massueime até à foz da ribeira das Cabras, logo a jusante das Quintas da Cotovia e da Moreirola, e a qual consideramos como o limite meridional para a prospecção da arte do Côa. É uma zona ainda muito insuficientemente conhecida, apenas com oito sítios de arte rupestre inventariados, dois dos quais relativamente insignificantes, o Picão da Lapa e a Faia do Coto. Os restantes, no entanto, são sítios importantes, particularmente a Faia, mas também as pinturas pré-históricas do Ervideiro, Lapas Cabreiras e Mioteira, e as gravuras paleolíticas do Alto da Cotovia e da Quinta da Moreirola. Apenas as Lapas Cabreiras foram sistematicamente prospectadas, e vários destes sítios tem potencial para o aparecimento de mais rochas historiadas, em particular a Faia, Ervideiro e Alto da Cotovia. Grande parte deste troço é granítico, mas existem duas importantes manchas de xisto, pertencentes à Formação do Rio Pinhão e à Formação da Excomungada, sendo esta a mais meridional e onde estão os sítios do Alto da Cotovia e Quinta da Moreirola, onde reaparecem gravuras filiformes paleolíticas. A jusante desta há uma outra mancha xistosa, maior que a anterior, e cujo potencial é uma incógnita, havendo entre as duas uma zona quartzítica, pouco extensa mas não desprezível, pertencente aos quartzitos da serra da Marofa, e que também não é ainda conhecida.

É provável que mais sítios possam vir a ser identificados neste troço, sejam sítios com gravuras modernas, sobretudo associados a moinhos, sejam pinturas pré-históricas, nos granitos ou na mancha quartzítica atrás referida, sejam ainda gravuras paleolíticas, estas sobretudo nas zonas xistosas, onde é mais expectável que possam surgir, pesem embora as gravuras da Faia que, para já, continuam como exemplares únicos em granitos.

#### **3.8.1. Picão da Lapa.**

Este sítio e a sua única rocha terão sido inicialmente vistos em 1997 por Thierry Aubry e Jorge Sampaio, mas só foram inventariados em princípios de 2006, tendo-nos sido mostrado pelo presidente da Junta de Freguesia de Algodres, o senhor Marcos Gualter Quadrado Velho. Foi já referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

O sítio consiste numa pequena e discreta elevação rochosa, composta por diversos batólitos graníticos, alguns de grande dimensão. Esta elevação encontra-se na separação entre o planalto aplanado de Algodres, tendo campos agrícolas do lado Leste, e a encosta altamente declivosa para o Côa, a Oeste,

estando assim rigorosamente no rebordo do planalto, à cota de 350/360 metros, na margem direita do Côa. Está a pouco menos de 100 metros da margem esquerda de uma pequena linha de água, a ribeira da Fonte de Espinho, que neste ponto se lança abruptamente para o Côa. A única rocha gravada encontra-se do lado da elevação oposto ao Côa, tendo um painel sub-horizontal onde se encontra uma inscrição picotada, de grandes caracteres e poucas letras, enquadrada dentro de uma cartela rectangular, e quase indetectável e ilegível devido à espessa cobertura de líquenes que a cobre. Nada mais observamos, mas não é impossível que mais gravuras possam existir.

### **3.8.2. Faia do Coto.**

Este sítio foi inventariado em princípios de 2006, quando nos foi mostrado pelo presidente da Junta de Freguesia de Algodres, o senhor Marcos Gualter Quadrado Velho. Registamos então três rochas, mas é possível que mais uma ou outra possam ainda vir a aparecer, sendo necessário fazer uma última prospecção mais cuidada. Foi referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123).

É uma pequena plataforma aplanada que se abre na encosta sobre o Côa, na margem direita e voltada a Oeste, um pouco a jusante do sítio da Faia. Está à cota de 340 metros, 50 metros abaixo do rebordo do planalto, e 160 metros acima do leito do Côa. A plataforma está pontuada de diversos batólitos graníticos, de dimensões variadas e, sendo aplanada, foi em tempos aproveitada para a agricultura, restando alguns muros de sustentação nos seus limites e um pequeno casebre agrícola no seu centro. As três rochas gravadas deverão relacionar-se com esta exploração agrícola, tendo motivos picotados de cronologia histórica. A rocha 1 apresenta um pequeno conjunto de covinhas e uma inscrição em grandes caracteres, ilegível devido aos líquenes que a cobrem. O mesmo sucede na rocha 2. A rocha 3 apresenta pelo menos duas cruzes. Em todas as rochas faz falta uma observação em melhores condições, sendo possível que novos motivos possam aparecer.

### **3.8.3. Faia.**

O sítio da Faia perdeu o título de sítio paleolítico mais meridional da arte do Côa, com a descoberta e inventariação do Alto da Cotovia e da Quinta da Moreirola, mas mantém a exclusividade das gravuras paleolíticas em granito, assim como dos vestígios de pinturas do mesmo período, e continua a ter o melhor conjunto de pinturas da Pré-história Recente da arte do Côa. Foi descoberto em 1989 por Francisco de Sande Lemos, nos primeiros trabalhos do EIA da barragem do Côa (Lemos, F. S., 1995: 146). Na altura são referidas quatro rochas com pinturas pré-históricas, que não foram então numeradas, e a numeração que mais tarde será feita não seguirá exactamente a ordem de aparecimento. Destas quatro rochas, Sande Lemos menciona especificamente, numa delas, duas figuras zoomórficas pintadas a ocre vermelho, que classifica como cervídeos, mas que seguramente serão os dois bovídeos da agora designada rocha 1. Menciona ainda duas grandes figuras antropomórficas estilizadas de um outro abrigo, que nos parece que só poderá corresponder ao que mais tarde foi inventariado como rocha 5. Em princípios de 1995 são descobertas mais duas rochas na Faia, por intermédio de João Félix e Manuel Almeida, incluindo mais uma rocha com pinturas e outra com pinturas e também gravuras paleolíticas, na rocha 6, as primeiras a serem identificadas na zona granítica, e ainda com a originalidade bem conhecida de terem o traço gravado pintado por cima com ocre vermelho (Rebanda, N., 1995a: 8, 11, 13; 1995b: 14, 15). Ainda no ano de 1995, no mês de Junho, os mesmos prospectores descobrem a rocha 7, esta com uma única figura paleolítica gravada. Este é o número de rochas conhecidas até Maio de 2009, e que tem vindo a ser referido nos vários inventários publicados, ainda que, certamente por lapso, no Relatório de 1997 surja o número de oito rochas (Baptista, A. M. & Gomes, M. V., 1997: 214-215), corrigido nos inventários posteriores (Baptista, A. M., 1999: 19; 2001: 238; Baptista A. M. & García Díez, M., 2002: 195; Baptista, A. M. & Reis, M., 2009: 167; Reis, M., 2011: 120-123).

No ano de 2001, na realização do EIA do Alto Côa (García Diez, M., Rodrigues, A. F. C. & Maurício, J. M. G., 2001), foi descoberta na Faia outra rocha com pinturas, designada como Faia 8 (García Diez, M., Rodrigues, A. F. C. & Maurício, J. M. G., 2001: ficha 121). Relocalizamos essa rocha em Agosto de 2009, que foi inventariada efectivamente como a rocha 8 da Faia<sup>33</sup>. Em Outubro de 2009 registamos dez novas rochas com gravuras modernas na margem direita e na extremidade Norte do sítio, subindo a quantidade de rochas inventariadas para 18, que se mantém actualmente. Uma destas rochas, inventariada como rocha 17, vem também referida no EIA do Alto Côa (ficha 122). Falta ainda relocalizar e inventariar outras dez rochas com gravuras modernas mencionadas neste estudo, situadas na área mais a Sul, em ambas as margens (fichas 125 a 134).

No geral, apesar da sua importância, a área deste sítio mantém-se pouco prospectada, com excepção das margens e das imediações das rochas conhecidas. Tal deve-se sobretudo às dificuldades de acesso e de mobilidade na margem e nas encostas. Para além das outras rochas mencionadas no EIA, haverá possibilidades de aparecimento de mais registos, até porque quase nada se viu nas zonas intermédia e superior das encostas.

Como já tem sido descrito, a Faia é um longo e profundo canhão granítico, que se estende quase linearmente na direcção Sul-Norte. Consideramos os seus limites como sendo duas zonas um pouco mais abertas, uma na extremidade Norte e outra na extremidade oposta, onde confluem linhas de água de um e doutro lado, que interrompem nitidamente a sequência abrupta das encostas, formando zonas um pouco mais espaiadas. Não por acaso, é nestas duas áreas que se situam a maioria dos moinhos modernos inventariados no EIA. A área a Sul faz a transição para o sítio do Ervideiro. A área a Norte forma uma larga ínsula no meio do rio, conhecida como Mouchão da Faia, inventariada como sítio com vestígios arqueológicos da Pré-história Recente (Aubry, T., Carvalho A. F. & Zilhão, J., 1997: 104). Para jusante inicia-se nova zona de canhão profundo, similar à Faia e ainda mais longo, até à foz do Massueime e à transição para a zona xistosa, sobre a qual estão os sítios do Picão da Lapa e Faia do Coto.

O sítio da Faia desenrola-se então entre estas duas zonas abertas, numa extensão aproximada de 2300 metros, se as incluirmos. O canhão profundo e contínuo reduz-se a aproximadamente 1450 metros, sendo marcado pelas suas encostas abruptas e extremamente rochosas, que formam um perfil em V muito fechado, e em que as linhas de escorrência de água que vão surgindo numa e noutra margem não são suficientes para formar descontinuidades assinaláveis. É bem visível a diferença de cota do leito do rio entre uma extremidade e outra, na área aberta a Sul (montante) está a uma altitude absoluta de pouco mais que 220 metros e, no final do Mouchão da Faia, a jusante, desceu quase aos 190 metros. Assim, num espaço pouco superior a dois quilómetros o leito do Côa sofre uma variação superior a 30 metros. Por outro lado, as encostas fazem a transição para o planalto aproximadamente à cota de 350 metros, havendo assim um desnível perto dos 150 metros entre o leito e o topo das encostas.

Cronologicamente, as rochas 6 e 7 apresentam motivos paleolíticos, sete rochas ostentam pinturas esquemáticas da Pré-história Recente (rochas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8), e as restantes dez têm gravuras modernas. Apenas na rocha 6 se misturam cronologias distintas, Paleolítico Superior e Pré-história Recente. As rochas inventariadas situam-se na metade Norte do canhão, apenas com a rocha 7 a descair para a parte mais meridional.

As gravuras modernas são pouco interessantes. Na maioria associam-se directamente a moinhos, como é o caso da rocha 9 por um lado, e do denso conjunto de gravuras formadas pelas rochas 10 a 17. As gravuras são pouco variadas, algumas cruces, pequenas inscrições, e conjuntos de gravuras lineares tipo “unhadas do diabo”, que neste caso deverão ser simplesmente marcas de afiadores. A rocha 18 é mais original. Apresenta um conjunto ordenado de pequenas covinhas, que formam um quase rectângulo. Embora esteja perto, não está directamente associada a moinhos, mas encontra-se no meio do imenso caos de blocos no meio do leito do rio, sendo visível apenas nos meses mais secos do ano, e estando submersa nos restantes.

---

<sup>33</sup> Neste estudo foram também encontradas duas outras rochas com pinturas, designadas ali como Faia 9 e Faia 10, mas que ficam mais a montante e pertencem a um novo sítio, Ervideiro, que descrevemos a seguir.

As rochas 1, 2, 4 e 6 tem algumas pinturas típicas da arte esquemática peninsular, as rochas 3 e 5 têm pinturas antropomórficas de um estilo diferente, talvez relacionável com a arte Levantina (cf. Reis, M., 2011: 76), o mesmo se podendo dizer, provavelmente, dos dois grandes bovídeos pintados da rocha 1, que estilisticamente diferem bastante das restantes figuras aqui presentes (cf. Baptista, A. M., 1999: 158-160; 2008b: 46-47, 72-73). A rocha 8 é de todas a que apresenta maior quantidade de motivos, num grande painel repleto de pinturas. Este é a única destas rochas onde os dois estilos se misturam. A grande maioria dos motivos são pequenos antropomorfos típicos da arte esquemática peninsular, mas num canto encontram-se duas ou três grandes figuras similares às das rochas 3 e 5. A rocha 1 situa-se a curta distância do Mouchão da Faia, marcando assim o princípio do lado Norte do encaixe profundo deste troço do vale. As rochas 2, 3 e 4 vão surgindo isoladas, a intervalos mais ou menos regulares. As rochas 5 e 6 estão lado a lado, na zona central do canhão, e a rocha 8 encontra-se em frente na outra margem.

As duas rochas paleolíticas encontram-se na zona central do sítio, a rocha 6 na margem esquerda e a rocha 7 na margem direita, cerca de 200 metros para Sul da anterior. Como é bem sabido, ambas apresentam os únicos exemplares de gravuras paleolíticas feitas em superfícies graníticas e, na rocha 6, encontra-se o único caso conhecido de pintura paleolítica da arte do Côa, com traços gravados por picotagem e pintados a vermelho no seu interior em algumas das figuras, havendo um caso de uma cabeça de auroque em que uma linha do focinho é representada unicamente por um traço pintado, sem gravura (Baptista, A. M., 1999: 24-25, 152-157; 2008b: 46-47, 72-73).

A rocha 7 tem ficado um pouco à margem nas descrições e imagens que tem aparecido das rochas e motivos da Faia, de forma imerecida pois, sem ter a espectacularidade e variedade da rocha 6, apresenta também amplos motivos de interesse. Tem uma única gravura picotada, uma figura completa de auroque, provavelmente fêmea, numa implantação muito interessante. Encontra-se num grande conjunto de vários penedos graníticos, numa espécie de pequena “saliência” de caos de blocos no término da encosta, sobre o leito da ribeira. Os blocos do conjunto são de grandes dimensões, e um deles tombou em tempos para a frente, formando com isso uma dupla situação abrigada. Externamente, este e outro bloco de dimensão similar formam uma pala protectora sobre a plataforma adjacente. Internamente, a queda do bloco originou um abrigo, de razoáveis dimensões, com duas aberturas, uma pequena e lateral, a outra maior e frontal, dando acesso à plataforma atrás referida. Esta abertura, no entanto, encontra-se elevada, sendo necessário subir, com algum esforço, a uma bancada sobre a plataforma. A figura foi gravada nesta abertura, na parede lateral direita, com a cabeça voltada para dentro. Esta parede é oblíqua, e a figura encontra-se gravada na vertical e de cabeça para baixo, não tendo assim a típica orientação de perfil. Quem quer que suba à bancada para entrar no abrigo enfrenta directamente a figura, começando pela sua cabeça, com a disposição da entrada e da parede a “obrigar” a esse enfrentamento. Este motivo está assim colocado num ponto que, para além de ser de passagem obrigatória para quem queira entrar no abrigo, faz a transição entre a luz do exterior (ainda que essa luminosidade nunca seja directa sobre a parede gravada) e a penumbra do abrigo (cuja escuridão, durante o dia, também nunca é total). Por fim, refira-se que no interior do abrigo já se encontraram alguns materiais líticos de superfície, mal caracterizados mas que indicam a existência de uma ocupação pré-histórica, restando saber se estará ou não relacionada com a figura paleolítica.

#### **3.8.4. Ervideiro.**

Este sítio foi descoberto em 2001, nos trabalhos do EIA do Alto Côa, sendo referidas quatro rochas, duas com pinturas esquemáticas pré-históricas e duas com gravuras modernas (García Diez, M., Rodrigues, A. F. C. & Maurício, J. M. G., 2001: fichas 189, 229, 230, 231). Em Junho de 2011 tivemos oportunidade de realocar as duas rochas com pinturas, integrando-se o sítio no conjunto da arte do Côa.

Tem características muito similares às da Faia, sendo aliás a sua continuação para montante. É uma profunda e estreita garganta granítica do Côa que, tal como a Faia, é orientada tendencialmente

de Sul para Norte, ainda que com um percurso bastante mais sinuoso. Do lado Norte inicia-se na mesma zona mais aberta que assinala o limite meridional do sítio da Faia. A sua terminação a Sul é menos evidente, não havendo acidentes geológicos ou topográficos marcantes. De momento, e antes de uma prospeção mais intensa, fazemos esse limite pela linha de água chamada Canada da Abóbora, que desce a encosta do lado direito e se inicia ao lado do sítio das Lapas Cabreiras. Desta forma, este sítio prolonga-se por 1250 metros. A variação de cota do leito do rio é bastante inferior ao que sucede na Faia, cerca de 10 metros entre as duas extremidades.

Embora, como é típico da zona granítica do Côa, as encostas e as margens sejam pontuadas por múltiplos rochedos, existe um aspecto que distingue este sítio, e que é a existência de um imenso penhasco na encosta do lado direito, perto da extremidade Norte do sítio, formando uma imponente parede quase vertical, desde a margem até ao topo da encosta, tendo quase 150 metros de altura. Este acidente topográfico marca visualmente o sítio, e a rocha 2 encontra-se na sua base, numa zona assinalada ainda por uma praia sobre um alargamento do rio abaixo de um acentuado desnível natural deste, provocado por uma grande concentração de blocos rochosos no leito. A rocha 1 situa-se na margem esquerda, cerca de 380 metros a Sul da rocha 2.

A rocha 1 tem um pequeno painel com poucas figuras pintadas, de difícil percepção mas parecendo ser exclusivamente antropomorfos esquemáticos. A rocha 2 tem um enorme painel, repleto com numerosas pinturas. Predominam, uma vez mais, as figuras antropomórficas, mas surgem também várias figuras solares, e poderá haver ainda outros tipos de motivos, de visualização difícil pelo desgaste e apagamento das pinturas. Por outro lado, a rocha 1 é um painel discreto que passa facilmente despercebido no meio dos afloramentos em redor, mas que está bem assinalado por estar na base de um conjunto rochoso muito destacado. Desta forma, a sua implantação tem algo de similar à da rocha 2, e há ainda um outro factor que aproxima as duas rochas. Em ambos os casos, as rochas com pinturas têm em frente, do outro lado do rio, uma larga bancada de rocha intensamente polida pela água, de cor esbranquiçada e facilmente assinalável na paisagem. Não será coincidência que as duas rochas com pinturas conhecidas estejam em frente às duas únicas bancadas com estas características existentes no sítio, fazendo uma evidente interrupção no típico caos de blocos das margens do Côa granítico.

### **3.8.5. Lapas Cabreiras.**

Este sítio foi assinalado por Carla Magalhães, em nossa companhia, em Junho de 2008, e foi referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Encontra-se um pouco a montante da Faia e sobranceiro ao Ervideiro, no término do planalto e sobre o início da encosta voltada a Oeste sobre a margem direita do Côa. Topograficamente, a zona caracteriza-se por ter uma sequência de cabeços rochosos, pouco elevados e de topo aplanado, que se desenvolvem obliquamente ao curso do rio, de Nordeste para Sudoeste. Estes cabeços são delimitados a Sudeste por uma linha de água, designada de Canada da Abóbora, pouco pronunciada no terreno, e que segue no planalto a mesma orientação da sequência dos cabeços e, no término Sudoeste destes, inflecte brevemente para Oeste antes de mergulhar abruptamente ao longo da encosta em direcção ao Côa. Do outro lado, a sequência dos cabeços delimita uma plataforma aplanada, que é o limite do planalto antes da encosta sobre o Côa. É uma vasta plataforma, comprida e com uma largura máxima que ultrapassará um pouco os 100 metros.

A rocha historiada encontra-se na base do último dos cabeços antes do início da encosta, do seu lado Oeste sobre a plataforma e olhando para a abertura do canhão sobre o Côa. Esta base do cabeço apresenta uma série de abrigos consecutivos, uns quatro ou cinco, todos a rondar a cota absoluta de 400 metros, e que já prospectamos em busca de mais vestígios, mas sem que descobríssemos mais evidências de arte rupestre. Uma vez que todos têm também boas ou razoáveis condições para a existência de pinturas, supomos que a existência de uma única parede pintada dentro do conjunto das várias disponíveis seja uma opção intencional.

O abrigo com as pinturas encontra-se a meio, e é o mais alto e mais evidente do conjunto. É um enorme abrigo de abertura rectangular, com um espaço interno de forma e dimensão similar à abertura. Tanto o interior como a zona em frente estão juncados de blocos graníticos, de dimensões diversas, e é provável que o abrigo já tenha sido maior. Para quem olha de frente, a parede pintada é a parede lateral esquerda do abrigo, com o painel de maiores dimensões e mais obviamente acessível do conjunto, mais até do que a parede de fundo, que está em parte obstruída por blocos.

Uma questão com alguma importância, a que de momento não conseguimos responder, é se a fragmentação e queda daqueles blocos no interior e frente do abrigo se deu antes ou após a sua utilização na Pré-história. Para além de questões de habitabilidade do abrigo e maior ou menor preservação de eventuais vestígios de ocupação, também do ponto de vista do acesso às pinturas essa é uma questão pertinente, pois parece-nos que as condições de acesso à plataforma em frente à parede pintada, e as próprias dimensões desta plataforma, poderão ter sofrido alterações relevantes. Presentemente, o painel pintado surge na parte superior da parede lateral, sobre uma plataforma elevada, que está cerca de dois metros acima do solo inferior do abrigo. Há duas maneiras de aceder a esta plataforma, e ambas apresentam dificuldades, obrigando a alguma ginástica. Por outro lado, uma vez na plataforma elevada, quase todas as pinturas são facilmente acessíveis, mas há um pequeno grupo de motivos que se encontra para lá do limite da plataforma, fora de alcance. Tudo isto levanta a questão de saber se estas dificuldades foram procuradas pelos autores das pinturas, ou se ocorreram alterações posteriores no abrigo.

O painel apresenta assim diversos motivos pintados que se enquadram na típica arte esquemática peninsular, mas tendo alguma originalidade no contexto das pinturas conhecidas na arte do Côa. Um dos motivos de interesse reside na diversidade de pigmentos existentes, pelo menos três diferentes cores, talvez quatro. Outro está na insistência no tema “mão”. A composição é dominada por um grande motivo, de cor laranja vivo, representando uma grande mão na vertical, com cinco dedos voltados para baixo e o arranque do pulso para cima. Imediatamente ao lado está uma figura antropomórfica, de cor laranja clara, composta por uma barra vertical central, da qual saem dois braços na horizontal com enormes mãos de dedos abertos. Para o lado oposto surge uma outra figura na mesma cor, muito indistinta e de difícil visualização, que parece ser mais uma mão na vertical. Nas imediações surgem diversas manchas de motivos de difícil interpretação, alguns numa cor castanho-vinhoso, que por vezes parecem aglomerações de pontos e barras. Por fim, na extremidade esquerda do painel, já fora do limite da plataforma, surge um conjunto de motivos em cor castanho-vinhoso. Esta cor, embora parecida com a anterior, é mais escura e carregada, e poderá tratar-se de um pigmento diferente. Dentro do conjunto, distingue-se com facilidade apenas mais um motivo de uma mão, na mesma disposição que as anteriores.

Naturalmente, uma vez que o tema da mão pintada é recorrente em muitas grutas com arte paleolítica, é de perguntar se estas mãos não poderiam ter uma cronologia paleolítica. Não podemos afastar por completo a hipótese, e supomos que pelo menos o pigmento mais escuro poderá fornecer elementos de datação, mas uma cronologia tão recuada parece-nos muito improvável. Estas mãos são tipologicamente muito distintas das paleolíticas, e enquadram-se bem nos estilos da arte esquemática (se a grande mão laranja não nos oferece grandes dúvidas na sua interpretação, as outras duas são menos óbvias, e não afastamos de todo a hipótese de se tratar de figuras antropomórficas), o mesmo acontecendo com o antropomorfo das duas mãos. Por outro lado, há um contexto de ocupação que aponta também para a Pré-história Recente. Na grande plataforma subjacente aos cabeços, podemos encontrar alguns escassos vestígios de ocupação, dispersos por uma grande área, consistindo num núcleo de quartzito, um nódulo de barro de cabana e dois ou três fragmentos de cerâmica manual. A escassez de vestígios poderá talvez indicar um bom estado de preservação dos vestígios arqueológicos. No interior do abrigo com pinturas, e num outro ao lado, apareceram à superfície mais fragmentos de cerâmica manual, que pertencem inequivocamente à Pré-história Recente.

### **3.8.6. Mioteira.**

A única rocha com pinturas deste sítio da Mioteira foi descoberta em 2001, no âmbito dos trabalhos do EIA do Alto Côa (García Diez, M., Rodrigues, A. F. C. & Maurício, J. M. G., 2001: Ficha 96), e foi realocada em Março de 2009, sendo incluída no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Está a cerca de 1500 metros a Sul das Lapas Cabreiras, também na margem direita do Côa, e partilha com esta rocha algumas características a nível da implantação. Encontra-se na base Sudoeste de um pouco destacado cabeço de topo aplanado que é a parte terminal de uma sequência de cabeços orientada de Nordeste para Sudoeste. A rocha está à cota absoluta de 400 metros, e à sua frente, para Oeste, desenvolve-se uma ampla plataforma que antecede a encosta final sobre o Côa. É no entanto um sítio visualmente menos óbvio, e a relação com o Côa é menos directa, até porque para Noroeste e Sudoeste da rocha se desenvolvem outras duas elevações antes da queda final para o Côa, a última mais baixa que a rocha mas a primeira à mesma cota. Por outro lado, o tipo de rocha e painel são muito distintos. Nas Lapas Cabreiras as pinturas estão colocadas no interior de um abrigo, numa parede lisa. Na Mioteira, o painel utilizado é a parede frontal de um bloco de granito, em pleno ar livre, tendencialmente vertical mas de formato levemente arredondado para o exterior, de textura muito rugosa e irregular. Neste painel distinguem-se com alguma dificuldade diversas manchas avermelhadas correspondentes a antigas pinturas, sem que hoje se consiga identificar motivos concretos. O número total de motivos deveria rondar a dezena, e é provável que alguns correspondessem a pequenos antropomorfos esquemáticos. Por vezes é problemático diferenciar estas manchas pintadas, muito desgastadas pelo tempo, de manchas também avermelhadas de origem natural, comuns nos granitos da região.

Não podemos definir com segurança os limites deste sítio, uma vez que ainda não prospectamos a envolvente. Não sabemos se estará limitado a esta rocha ou se poderá haver outras de características similares no entorno. No entanto, a existência de pinturas neste painel obriga a uma atenção redobrada na prospecção de pinturas neste tipo de granitos pois, à partida, não considerariamos provável que este tipo de painéis pudesse ostentar pinturas. A futura prospecção deverá também tomar em conta o contexto arqueológico do sítio, pois parece-nos possível que, à semelhança das Lapas Cabreiras, haja uma relação de proximidade entre a rocha pintada e sítios de ocupação. De momento conhecemos dois sítios pré-históricos nas imediações: um no cabeço a Noroeste da rocha, o Alto da Mioteira, enfrentando-a quase directamente, um recinto muralhado referido em primeiro lugar por Manuel Sabino Perestrelo (2003: 42, n.º 24), e um outro sítio mais afastado, a 900 metros de distância para Norte, um habitat aberto designado de Casa Grande, ainda inédito. A cronologia precisa de ambos é desconhecida, o primeiro será provavelmente mais recente que o segundo, e a prospecção poderá revelar a existência de mais sítios de ocupação nas redondezas.

### **3.8.7. Alto da Cotovia.**

Este sítio foi descoberto em 2001, no âmbito dos trabalhos do EIA do Alto Côa (García Diez, M., Rodrigues, A. F. C. & Maurício, J. M. G., 2001: Fichas 108-112), e foi por nós realocado em Abril de 2009, sendo já incluído no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). Para além de uma cruz picotada associada a um moinho (Ficha 108), que inventariamos como a rocha 1, eram referidas mais quatro ocorrências, todas descritas como tendo traços filiformes não figurativos de cronologia indeterminada. Destas, uma resolvemos ignorar e não inventariar, por considerarmos que tinha apenas alguns traços muito recentes e sem interesse (Ficha 112). Não encontramos para já uma das outras ocorrências (Ficha 109). O afloramento da Ficha 110 foi inventariado como rocha 4, enquanto o afloramento da Ficha 111, maior e mais fácil de relocalizar, foi inventariado como rocha 2. A rocha 3 foi descoberta nesta primeira relocalização, não fazendo parte do conjunto primeiramente inventariado no EIA. Uma nova ocorrência foi descoberta em Setembro de 2009 e inventariada como rocha 5, sendo este o total de registos de momento.

Trata-se de uma encosta sobre a margem esquerda do Côa, orientada a Leste. Geologicamente, integra-se quase toda na Formação da Excomungada, tendo os afloramentos que observamos alguns painéis verticais de excelente textura, de cores castanha e cinzenta e, por vezes, com manchas de um vermelho vivo. No entanto, esta zona tem algumas intrusões de xistos da Formação do Rio Pinhão, e as rochas conhecidas estão perto da zona de transição. Assim, enquanto a rocha 1 integra esta última formação, as restantes estão na Formação da Excomungada. O sítio é fácil de delimitar a Sul, pois a encosta dá lugar a um aberto e extenso terraço fluvial. Para Norte é mais difícil, e só a prospecção permitirá uma melhor delimitação. A mancha de xistos continua por mais 1500 metros, cedendo lugar a um curto trecho dos quartzitos da serra da Marofa, que numa extensão aproximada de 1000 metros cruzam aqui o Côa, e que por sua vez dão lugar a uma pequena área de granitos, seguidos de um amplo trecho de uma nova área de xistos da Formação da Excomungada que, por fim, cedem lugar à longa extensão de granitos que se prolonga até à foz do Massueime. Toda esta área está muito pouco prospectada, e o potencial de aparecimento de novos sítios de arte rupestre é grande.

A encosta tem uma inclinação elevada, iniciando-se à cota de 450 metros e terminando no Côa aos 310 metros. Todas as rochas identificadas estão no trecho inicial do lado Sul, perto do terraço fluvial e junto ao Côa, entre as cotas 310 e 320 metros, a rocha 1 isolada junto de um moinho e, cerca de 150 metros mais à frente, as restantes rochas inventariadas, aglomeradas em conjunto. A encosta é grande e está longe de estar prospectada, devendo haver mais rochas por identificar, nas imediações do rio e no princípio da encosta do lado Sul, onde se concentram as ocorrências inventariadas, mas também para jusante e na parte superior da encosta, onde surgem afloramentos similares.

A rocha 1 tem apenas uma cruz picotada, gravada num afloramento de disposição sub-horizontal, na zona do canal da levada de um antigo moinho em ruínas. As outras rochas têm painéis verticais, com gravuras filiformes paleolíticas. No caso das rochas 3, 4 e 5, distinguimos apenas associações de traços extremamente finos e patinados, nalguns casos fazendo feixes de traços, mas com a percepção dos conjuntos dificultada pelos líquenes que cobrem as superfícies. A rocha 2, onde surge o mesmo problema, é claramente a mais importante do conjunto, com alguns grupos distintos de traços, num dos quais se distinguem motivos concretos, de evidente cronologia paleolítica. Surge um conjunto de figuras de traço múltiplo, de difícil interpretação, que tanto poderá ser um signo abstracto de elevada complexidade como, talvez mais provavelmente, um conjunto de quatro cabeças de animais (caprinos?) sobrepostas e colocadas na vertical, aumentando progressivamente de tamanho de cima para baixo.

Por fim, o terraço fluvial da Quinta da Cotovia fornece um interessante contexto ocupacional, não só para este sítio do Alto da Cotovia mas também para o sítio fronteiro da Quinta da Moreirola. Já referido no EIA do Alto Côa (Ficha 65), com o aparecimento de algum material lítico de superfície incaracterístico, uma recente prospecção efectuada por Thierry Aubry e Jorge Sampaio, em nossa companhia, permitiu, para além da identificação de vestígios romanos, confirmar a existência de material lítico do Paleolítico Superior.

### **3.8.8. Quinta da Moreirola.**

Tal como o Alto da Cotovia, o sítio da Quinta da Moreirola foi identificado em 2001 no EIA do Alto Côa (García Diez, M., Rodrigues, A. F. C. & Maurício, J. M. G., 2001: Fichas 97-102). Das sete ocorrências então assinaladas, uma foi logo correctamente interpretada como tendo um motivo paleolítico, tornando-se na manifestação mais meridional da arte paleolítica do Côa. Em Abril de 2009 relocalizamos o sítio, que foi já referido no último inventário (Reis, M., 2011: 120-123). De momento, apenas foram revistas duas das sete ocorrências (Fichas 97 e 98), respectivamente a rocha 1 e a rocha 2, ambas com painéis verticais de xisto, a primeira com vários conjuntos de linhas filiformes de cronologia indeterminada, a segunda com, entre mais alguns traços, uma bonita figura filiforme de um caprino de traço simples. As restantes ocorrências têm descrições sumárias, sendo necessário a sua relocalização para avaliar da sua importância.

Estas rochas distribuem-se ao longo da margem direita do Côa, na base de uma encosta voltada a Oeste, numa curva pouco acentuada do rio, um pouco a montante da casa da quinta da Moreirola. Tal como o Alto da Cotovia, os terrenos são xistosos e integram a Formação da Excomungada, embora o limite Norte da encosta esteja na zona de transição para uma intrusão de xistos da Formação do Rio Pinhão. A encosta situa-se em frente ao terraço fluvial da Quinta da Cotovia que referimos atrás, delimitando-se a Norte pelo final do terraço e pelo princípio da encosta do Alto da Cotovia, na margem oposta, e terminando a Sul em frente à foz da ribeira das Cabras. Tem assim uma extensão total de 870 metros. Não é, em geral, muito declivosa, embora tenha pequenos trechos de maior inclinação. As primeiras plataformas aplanadas que marcam o término superior da encosta surgem à cota de 400 metros, enquanto em baixo o rio está na cota de 320 metros. É assim uma encosta mais curta, mais baixa e muito menos evidente na paisagem que a encosta fronteira do Alto da Cotovia. As duas rochas inventariadas estão lado a lado na margem do Côa, na zona central da encosta, logo a jusante da margem direita de uma linha de água que desce linearmente a encosta e a divide a meio. Quase todos os afloramentos existentes estão ao longo do Côa, havendo painéis de orientação vertical e de orientação sub-horizontal, estes em geral polidos pelas águas. Para além das cinco referências do EIA que ainda falta relocalizar, poderá também haver mais algumas novas rochas por encontrar, ainda que este sítio não nos pareça ter potencial para grande quantidade de registos.

#### **4. CONCLUSÃO.**

Os trabalhos de prospeção prosseguem na região da arte do Côa, e novos sítios e novas rochas vão aparecendo com regularidade. Na segunda e última parte deste artigo apresentaremos também um novo balanço dos resultados, forçosamente provisório como todos os que tem sido apresentados até ao momento.

Como vimos, podemos dividir a distribuição dos sítios de arte rupestre na região em dois grandes eixos, o maior no troço final do rio Côa, numa extensão aproximada de 34 km, e o menor ao longo do rio Douro, para ambos os lados da embocadura do Côa, numa extensão inferior a 20 km. Ao longo deste troço final do Côa conhecem-se de momento 41 sítios de arte rupestre (55% do total), com um conjunto de 711 registos (65% do total). Esta superioridade quantitativa do Côa sobre o Douro deve-se à maior extensão da distribuição dos sítios no Côa, mas também à maior intensidade da prospeção arqueológica realizada nos últimos anos, desde o início dos trabalhos arqueológicos, numa primeira fase entre 1989 e 1995 com os trabalhos associados à construção da Barragem do Côa e, a partir de 1995, com a constituição do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Esta prospeção permitiu descobrir grande quantidade de sítios com arte rupestre, havendo já algumas zonas do Côa em que a identificação dos seus sítios se pode considerar completa, ou quase. Por outro lado, a prospeção sistemática de alguns destes sítios permitiu a descoberta de grande quantidade de rochas gravadas, sendo frequentes os sítios com várias dezenas de registos. Aqui, a Foz do Côa, com quase 200 registos, reina incontestada.

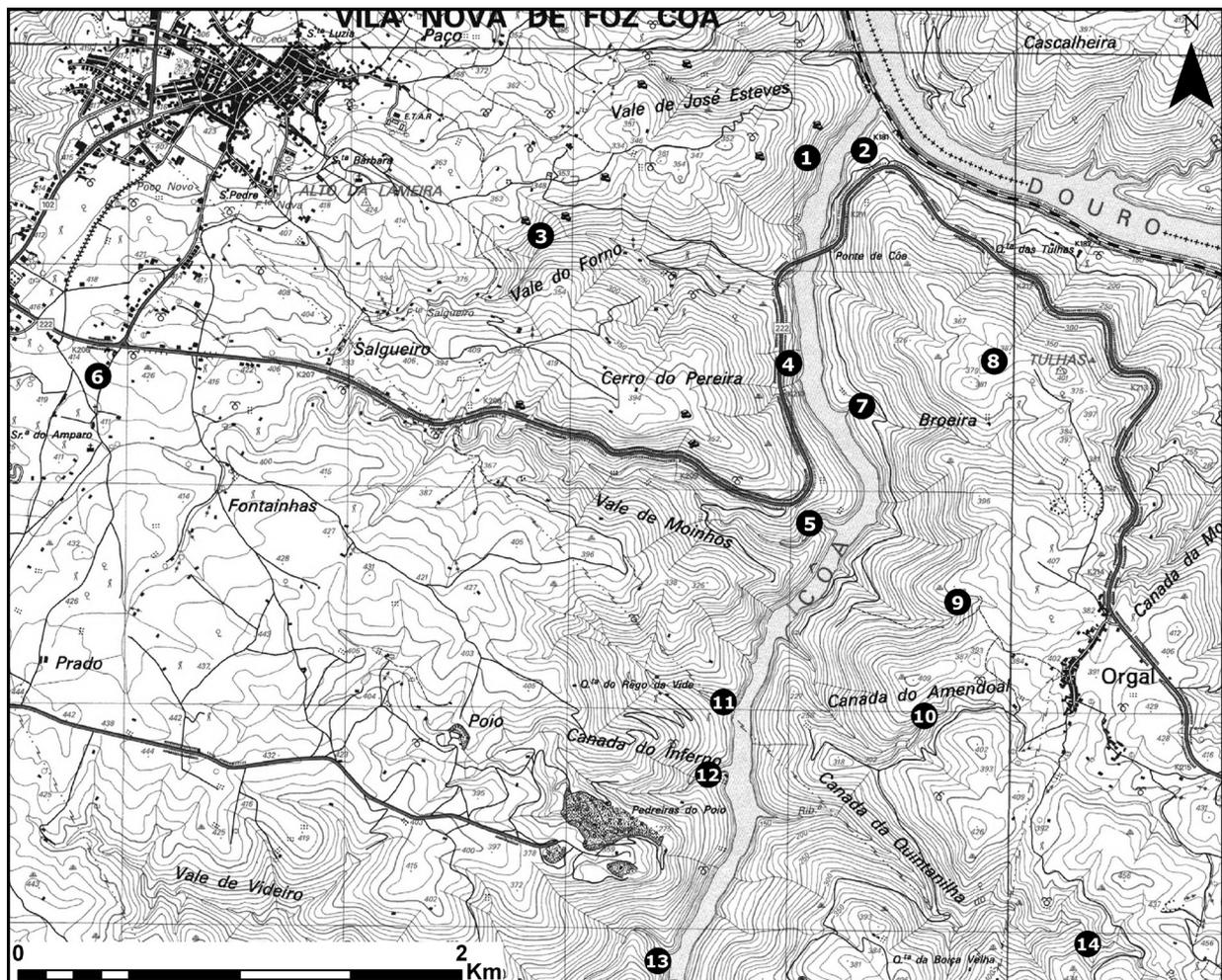
Os motivos conhecidos da arte do Côa têm também aumentado e diversificado consideravelmente e o Côa apresenta, para já, maior variedade tipológica, estilística e cronológica que o Douro. Quase todos os motivos pintados da arte esquemática da Pré-história recente estão no Côa, assim como quase todas as gravuras paleolíticas em picotado ou abrasão. Quanto às gravuras em traço inciso dos três grandes períodos cronológicos da arte do Côa (Paleolítico Superior, Idade do Ferro e Época Histórica), distribuem-se em grande quantidade ao longo dos dois rios. São sobretudo estes últimos motivos que tem aparecido em catadupa nos últimos anos, aumentando enormemente o acervo conhecido: se o número de sítios ultrapassa as sete dezenas e a quantidade de rochas gravadas ultrapassa o milhar, o número de motivos representados nestas rochas é na ordem dos vários milhares.

## BIBLIOGRAFIA

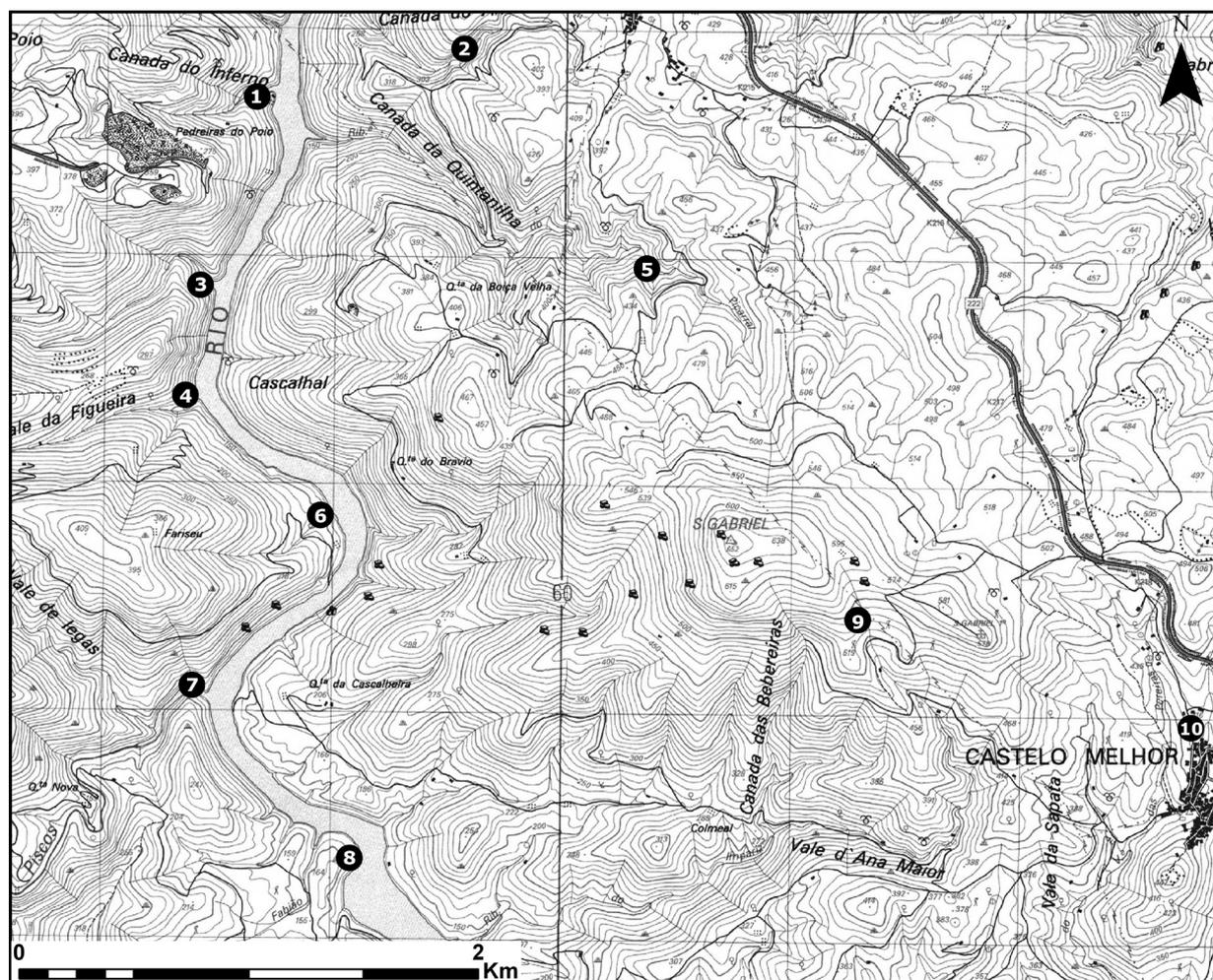
- ALVES, F. M. (1938), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo X – Arqueologia, Etnografia e Arte, Porto, 872 pp.
- ANDRADE, J. S. (1940), Vila Nova de Fozcoa. In CORDEIRO, J. A. (ed.), *Anuário da Região Duriense*. Régua, Imprensa do Douro, pp. 498-505
- AUBRY, T. (2009a), Enquadramento geográfico. In AUBRY, T. (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa, IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 21-27
- AUBRY, T. (2009b), Actualisation des données sur les vestiges d'art paléolithique sur support mobilier de la Vallée du Côa. In AUBRY, T. (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa, IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 382-395
- AUBRY, T.; CARVALHO, A. F. & ZILHÃO, J. (1997), Arqueologia. In ZILHÃO, J. (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 74-209
- AUBRY, T.; DIMUCCIO, L. A.; SAMPAIO, J. D. & SANTOS, A. (2010), Olgas de Ervamoira: Seis metros de Arquivo da Pré-História nas Margens do Rio Côa. *Côavisão*, 12, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 133-143
- AUBRY, T. & SAMPAIO, J. (2008), Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – Pré-história. Gestos Intemporais. Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 7-30
- AUBRY, T. & SAMPAIO, J. (2009), Escavações e sondagens. In AUBRY, T. (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa, IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 36-83
- BAPTISTA, A. M. (1983), O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 57-69
- BAPTISTA, A. M. (1999), *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa, CNART/PAVC, 189 pp.
- BAPTISTA, A. M. (2001), The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal). In ZILHÃO, J., AUBRY, T. e CARVALHO, A. F. (eds.), *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998*. Lisboa, IPA [Trabalhos de Arqueologia, 17], pp. 237-252.
- BAPTISTA, A. M. (2008a), Aspectos da Arte Magdalenense e Tardiglaciar no Vale do Côa. In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional (Vila Nova de Foz Côa, 28 a 30 de Junho de 2007)*, Vol. 03 – Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 14-31
- BAPTISTA, A. M. (2008b), *O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal*. Vila Nova de Foz Côa, Edições Afrontamento/PAVC, 253 pp.
- BAPTISTA, A. M. & GARCÍA DIEZ, M. (2002), L'art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal). La symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air. In SACCHI, D. (ed.), *L'art paléolithique à l'air libre: le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 Octobre 1999)*. Saint-Estève, GAEP/ GÉOPRE, pp. 187-205
- BAPTISTA, A. M. & GOMES, M. V. (1995), Arte rupestre do Vale do Côa. 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões. In JORGE, V. O. (coord.), *Dossier Côa*. [Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35 (4)], Porto, pp. 349-385
- BAPTISTA, A. M. & GOMES, M. V. (1997), Arte rupestre. In ZILHÃO, J. (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 210-406

- BAPTISTA, A. M. & REIS, M. (2008), Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico Superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – *Pré-história. Gestos Intemporais*. Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 62-95
- BAPTISTA, A. M. & REIS, M. (2009), Prospecção da Arte rupestre no Vale do Côa e Alto Douro Português: ponto da situação em Julho de 2006. In BALBÍN BEHRMANN, R. (ed.), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*. Junta de Castilla y León, pp. 145-192
- BAPTISTA, A. M. & REIS, M. (2011), A rocha gravada de Redor do Porco. Um novo sítio com arte paleolítica de ar livre no rio Águeda (Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo). *Côavisão*, 13, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 15-20
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T. & CORREIA, D. (2006), Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa. Reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/Quinta da Barca. *Côavisão*, 8, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 156-184
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T. & CORREIA, D. (2008), Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa). In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – *Pré-história. Gestos Intemporais*. Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 38-61
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T. & CORREIA, D. (2009), O santuário arcaico do Vale do Côa: novas pistas para a compreensão da estruturação do bestiário Gravettense e/ou gravetto-solutrense. In BALBÍN BEHRMANN, R. (ed.), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*. Junta de Castilla y León, pp. 89-144
- BRANCO, A. & ALVES, L. B. (2006), *E.N. 222 – Beneficiação entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra. Relatório de Análise Patrimonial no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental*. Relatório policopiado, IPA
- CARVALHO, A. F. (2004), O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (Trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(1), Lisboa, IPA, pp. 185-219
- COIXÃO, A. N. S. (1996), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 231 pp.
- CUNHA, A. M. C. L. (1991), Estação de arte rupestre de Molelinhos: notícia preliminar. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 253-265
- GARCÍA DIEZ, M. (2009), Grafismo mueble: las estaciones de Fariseu, Quinta da Barca Sul y Cardina I. In AUBRY, T. (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa, IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia,52], pp. 361-395
- GARCÍA DIEZ, M. & AUBRY, T. (2002), Grafismo mueble en el Valle de Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu. *Zephyrus*, 55, Salamanca, pp. 157-182
- GARCÍA DIEZ, M. & LUÍS, L. (2003), José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia. *Estudos Pré-Históricos*, X-XI, Viseu, CEPBA, pp. 199-223
- GARCÍA DIEZ, M.; RODRIGUES, A. F. C. & MAURÍCIO, J. M. G. (2001), *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos do Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Côa*. Relatório policopiado, IPA
- LEMOS, F. S. (1995), Dossier Côa I: O relatório de impacto patrimonial (1989). *Forum*, 15/16, Braga, Universidade do Minho, pp. 141-156

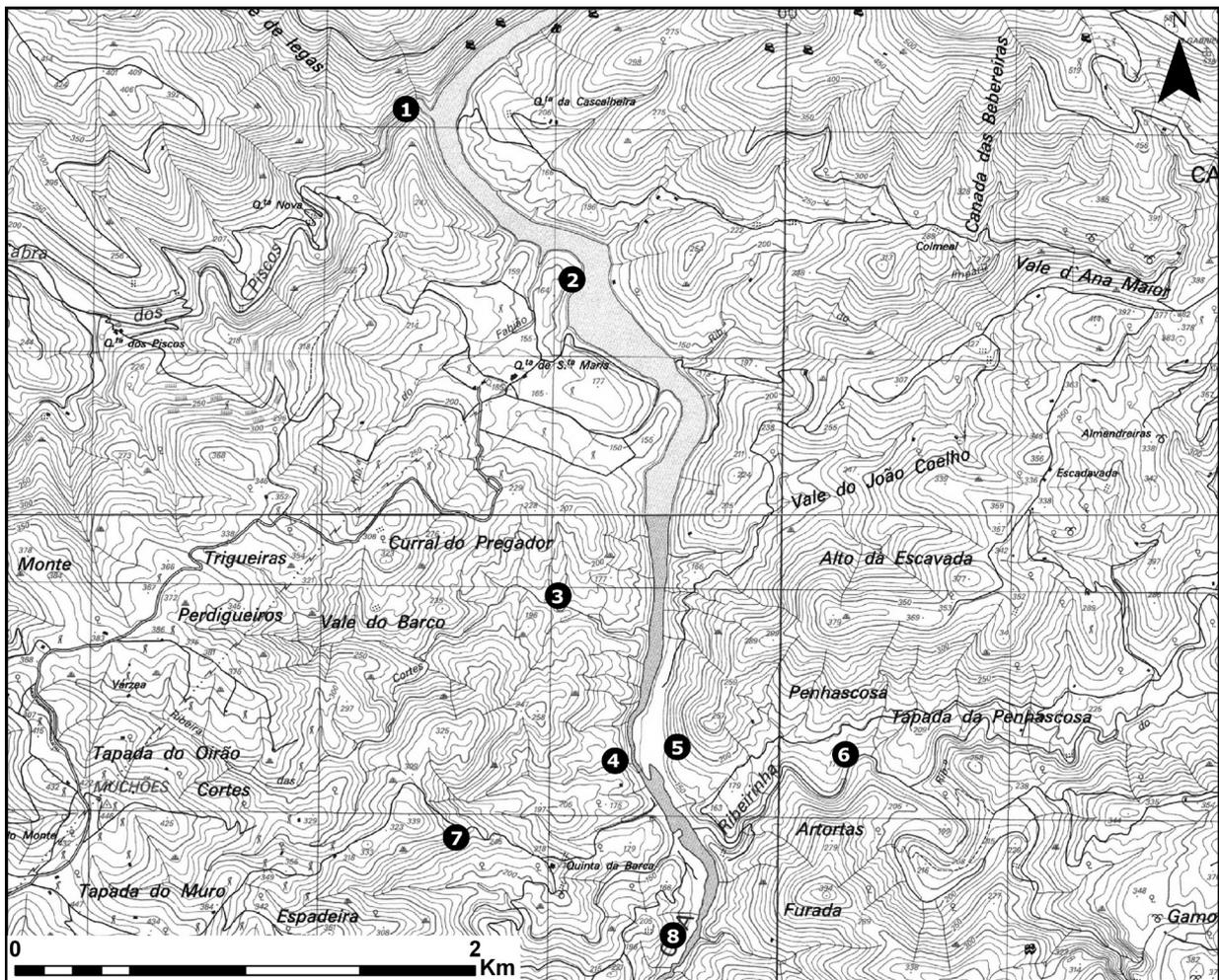
- LUÍS, L. (2009), A rocha 24 da Ribeira de Piscos: contexto estratigráfico de uma rocha gravada. In AUBRY, T. (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa, IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 84-93
- MEIRELES, J. (1997), O Quaternário do Vale do Côa. In ZILHÃO, J. (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 11-37
- PERESTRELO, M. S. G. (2003), *A Romanização na bacia do rio Côa*. Vila Nova de Foz Côa, PAVC, 206 pp.
- PINA, F. A. (2010), *Acompanhamento Arqueológico da EN 222 (Beneficiação entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra)*. Relatório policopiado, IGESPAR
- QUESADA SANZ, F. (1997), *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Monographies Instrumentum, n.º 3, Montagnac, Éditions Monique Mergoïl, 2 Vols., 962 pp.
- REBANDA, N. (1995a), *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*. Lisboa, IPPAR, 17 pp.
- REBANDA, N. (1995b), Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre, In *Boletim da Universidade do Porto*, 25, Junho, Porto, Universidade do Porto, pp. 11-16
- REIS, M. (2011), Prospecção da arte rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009. In RODRIGUES, M. A.; LIMA, A. C. & SANTOS, A. T. (coord.), *Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, 13 a 16 de Maio de 2009)*. Porto, Caleidoscópio/Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 11-123
- RIBEIRO, M. L. & SILVA, A. F. (2000), *Carta Geológica Simplificada do Parque Arqueológico Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa, PAVC
- ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. F.; ZAMBUJO, G. & ALMEIDA, F. (1995), O sítio arqueológico paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), Porto, SPAE, pp. 471-497



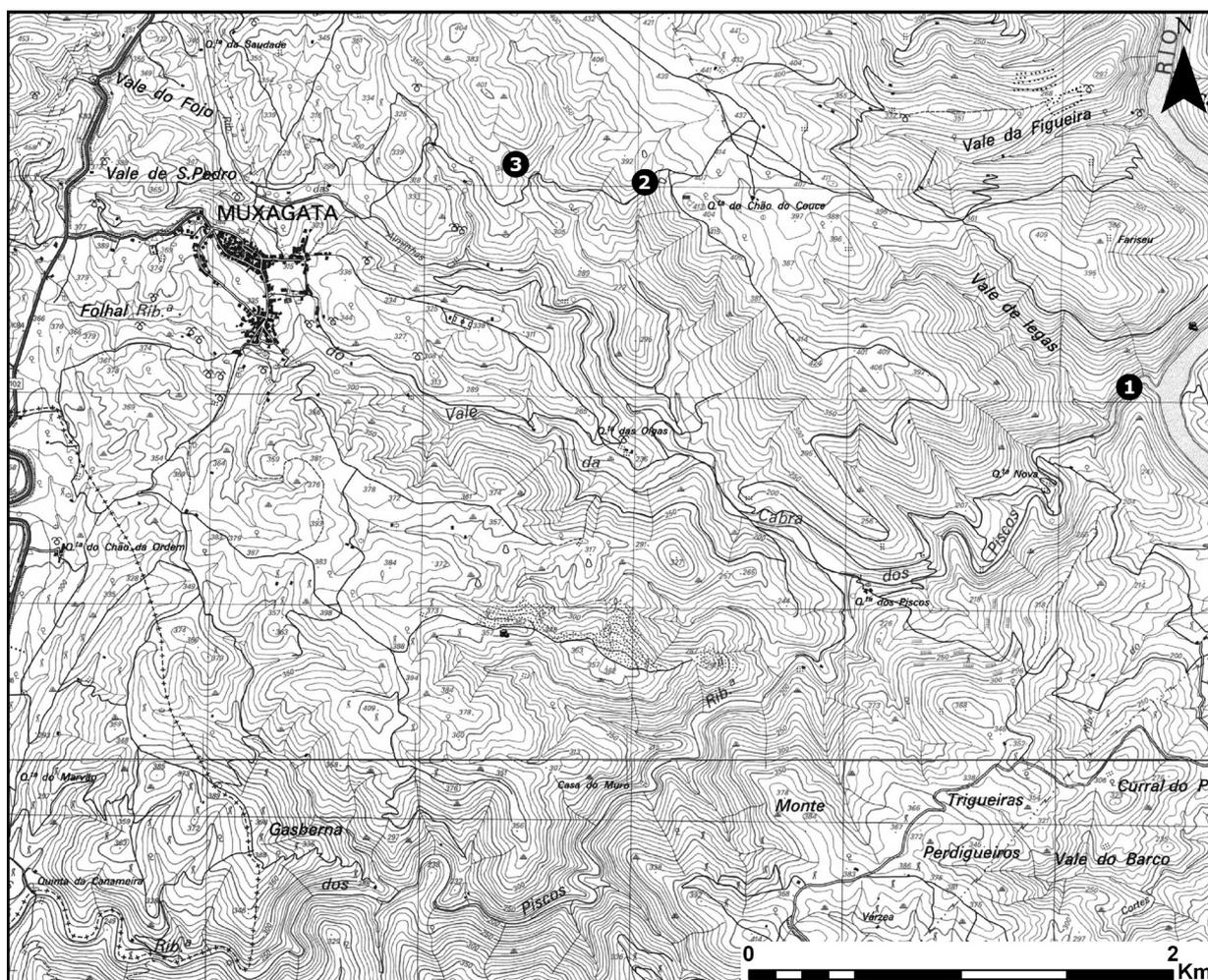
**Fig. 1** – Em cima, localização da região da arte do Côa na Península Ibérica. Em, baixo, localização dos sítios no troço final do Côa, entre a foz e a Canada do Inferno: 1 – Foz do Côa; 2 – Quinta das Tulhas; 3 – Vale do Forno; 4 – Moinhos de Cima; 5 – Vale de Moinhos; 6 – Azinhate; 7 – Broeira; 8 – Cavalaria; 9 – Meijapão; 10 – Canada do Amendoal; 11 – Rego da Vide; 12; Canada do Inferno; 13 – Vale de Videiro; 14 – Namorados (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folha 141).



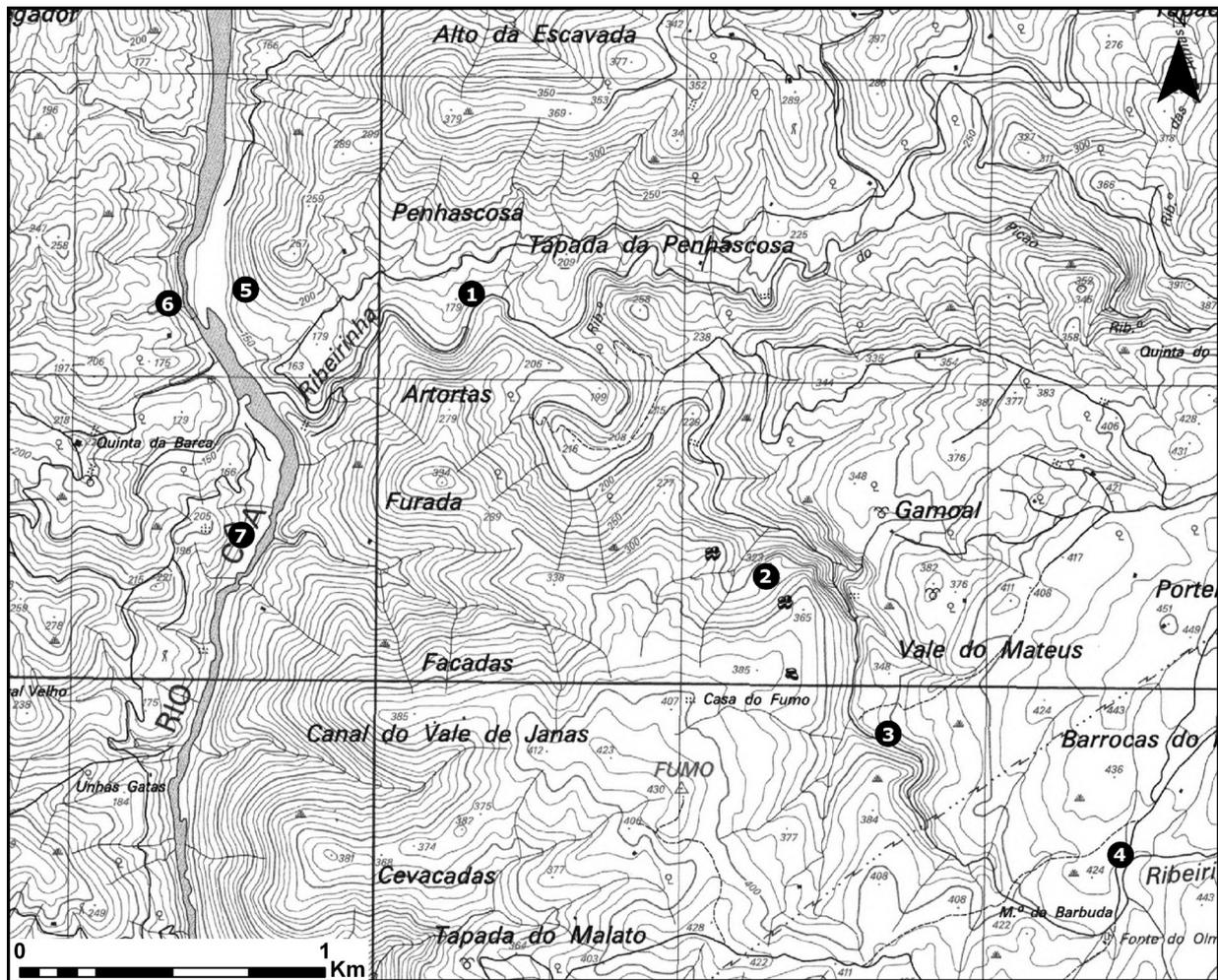
**Fig. 2** – Localização dos sítios entre a Canada do Inferno e a Quinta de Ervamoira, incluindo o Monte de São Gabriel e a aldeia de Castelo Melhor: 1 – Canada do Inferno; 2 – Canada do Amendoal; 3 – Vale de Videiro; 4 – Vale de Figueira; 5 – Namorados; 6 – Fariseu; 7 – Ribeira de Piscos; 8 – Olgas de Ervamoira; 9 – São Gabriel; 10 – Rua dos Namorados (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folha 141).



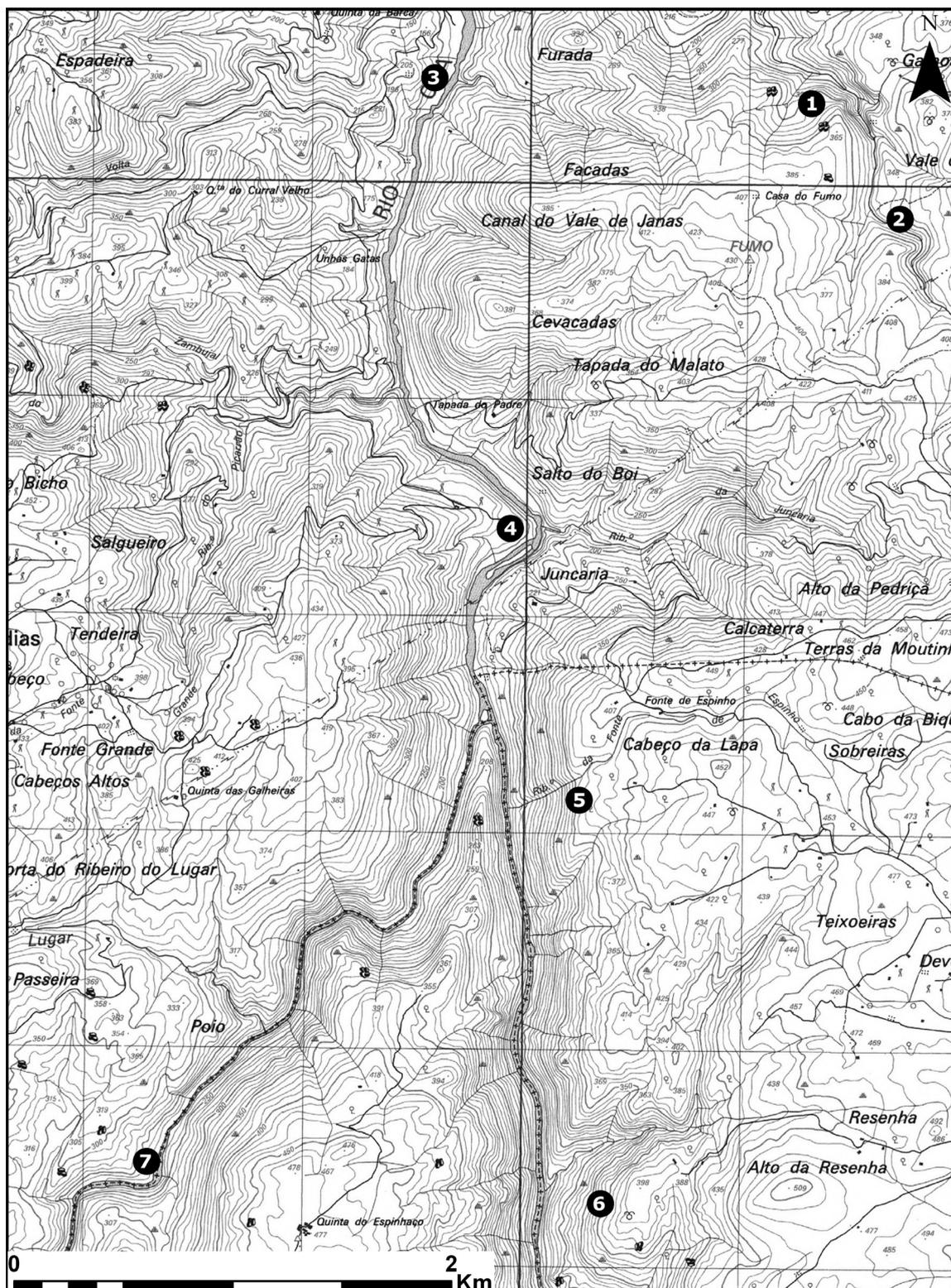
**Fig. 3** - Localização dos sítios entre a Ribeira de Piscos e a Ribeirinha: 1 - Ribeira de Piscos; 2 - Olgas de Ervamoira; 3 - Ribeira das Cortes; 4 - Quinta da Barca; 5 - Penascosa; 6 - Foz da Ribeirinha; 7 - Ribeira da Volta; 8 - Quinta da Barca Sul (Instituto Geográfico do Exército - Extracto da Carta Militar de Portugal - Folhas 141 e 151).



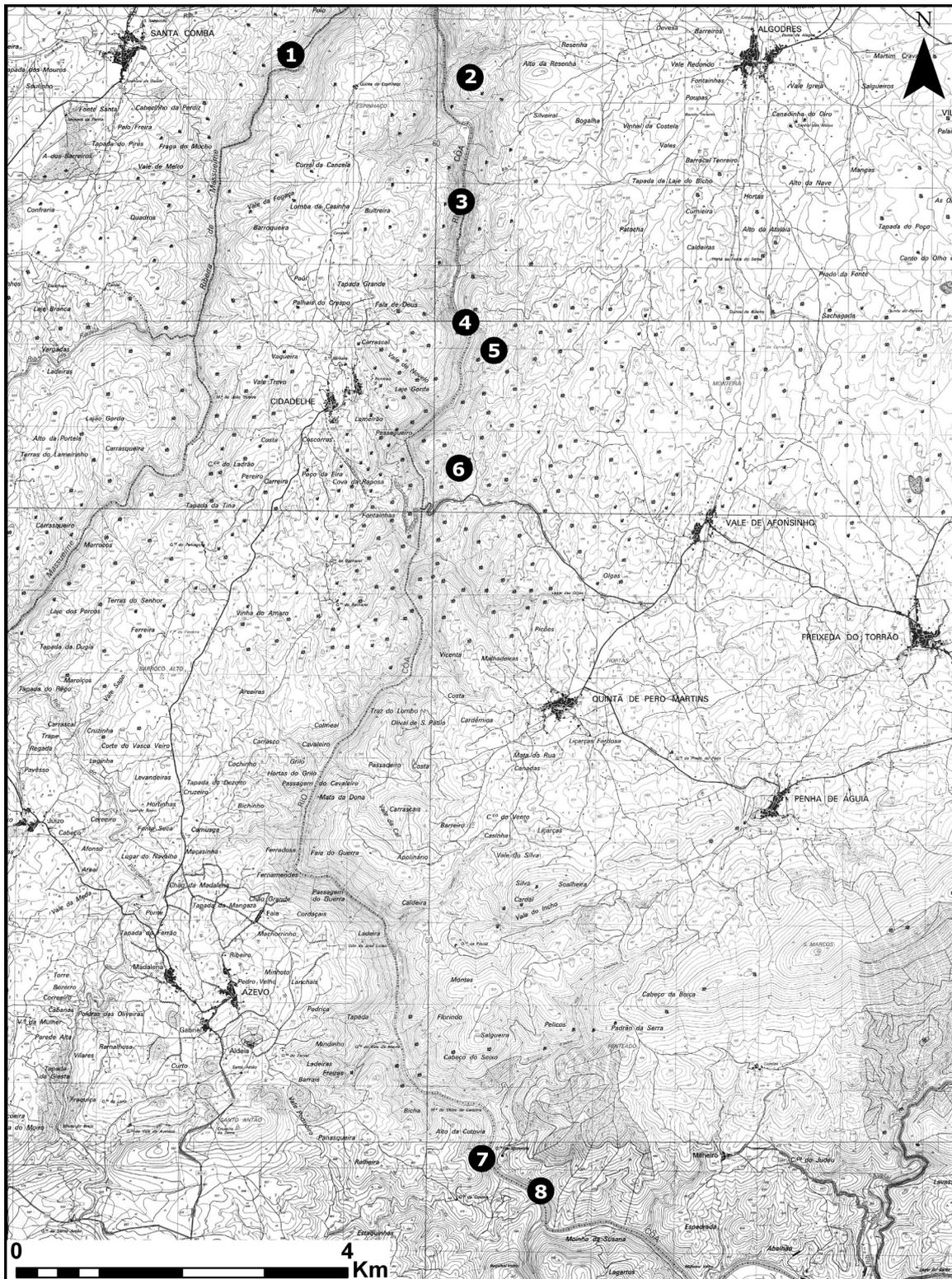
**Fig. 4** – Os sítios no vale da ribeira de Piscos: 1 – Ribeira de Piscos; 2 – Ninho d’Água; 3 – Ribeiro da Cumieira (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folhas 141 e 151).



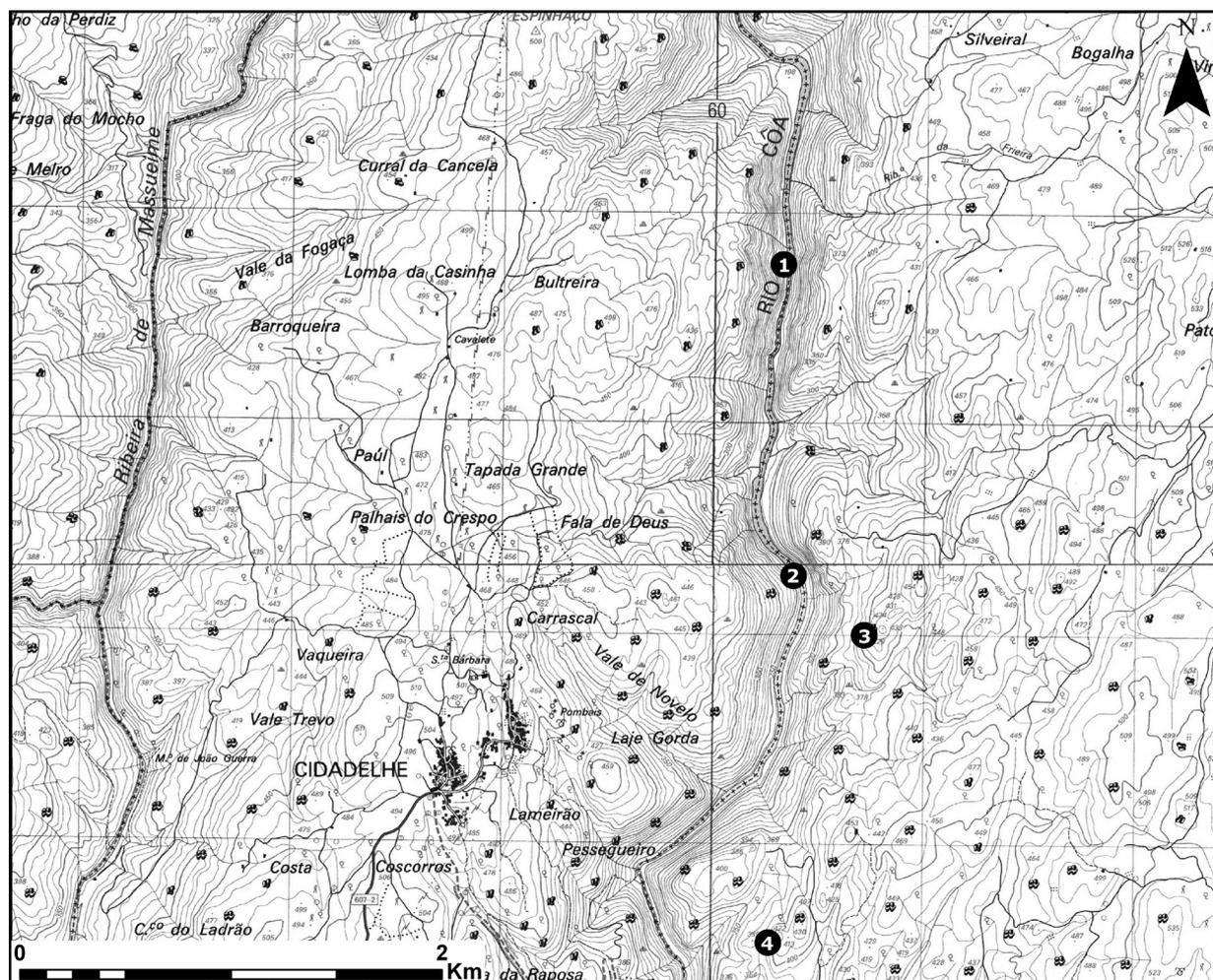
**Fig. 5** - Os sítios no vale da Ribeirinha: 1 - Foz da Ribeirinha; 2 - Fumo; 3 - Ribeirinha; 4 - Moinho da Barbuda; 5 - Penhascosa; 6 - Quinta da Barca; 7 - Quinta da Barca Sul (Instituto Geográfico do Exército - Extracto da Carta Militar de Portugal - Folha 151).



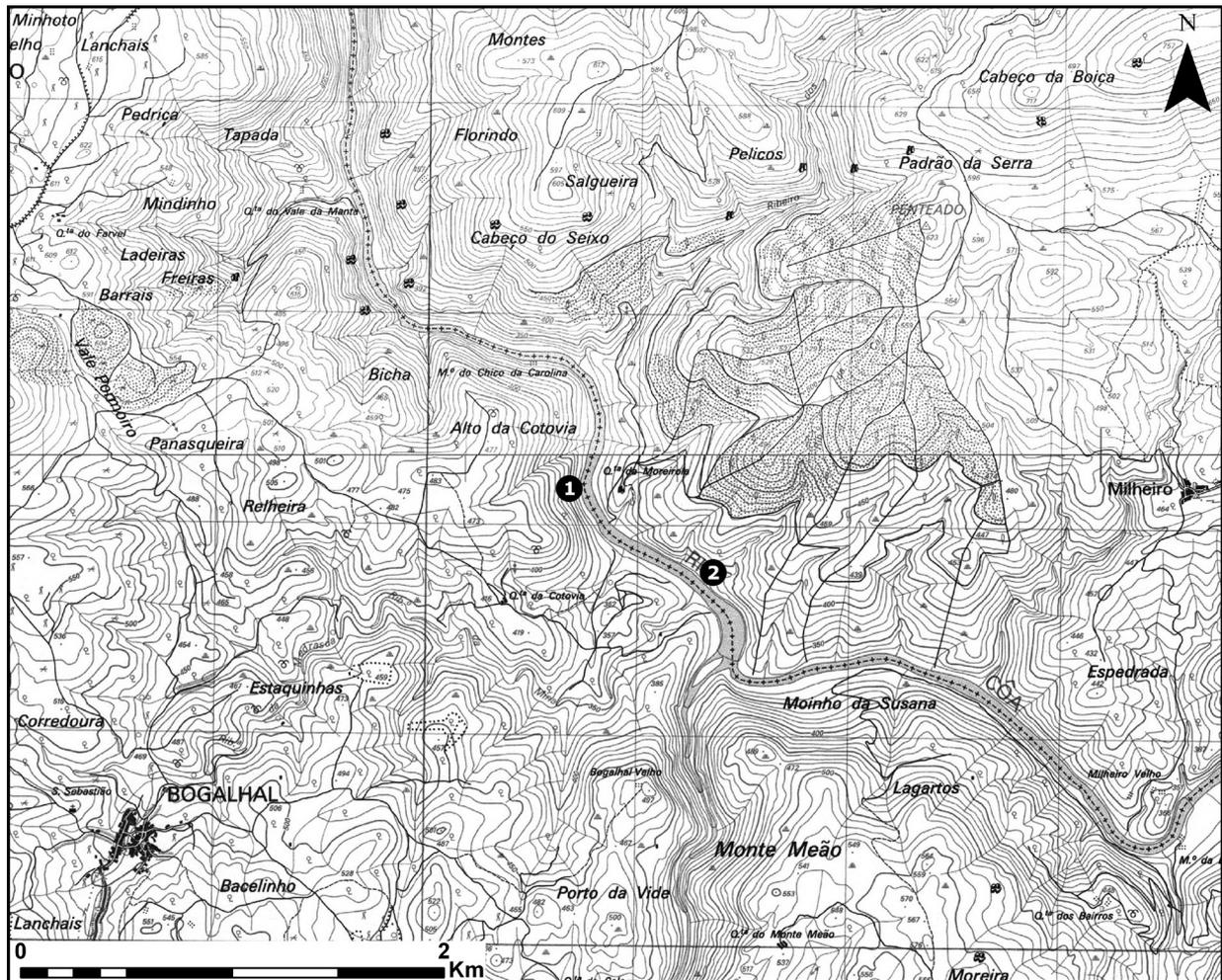
**Fig. 6** - Os sítios na transição do xisto para o granito, incluindo o troço final da ribeira de Massueime: 1 - Fumo; 2 - Ribeirinha; 3 - Quinta da Barca Sul; 4 - Cardina; 5 - Picão da Lapa; 6 - Faia do Coto; 7 - Moinho do Chocho (Instituto Geográfico do Exército - Extracto da Carta Militar de Portugal - Folha 151).



**Fig. 7** – O conjunto mais meridional dos sítios da arte do Côa: 1 – Moinho do Chocho; 2 – Faia do Coto; 3 – Faia; 4 – Ervideiro; 5 – Lapas Cabreiras; 6 – Mioiteira; 7 – Alto da Cotovia; 8 – Quinta da Moreirola (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folhas 151, 161 e 171).



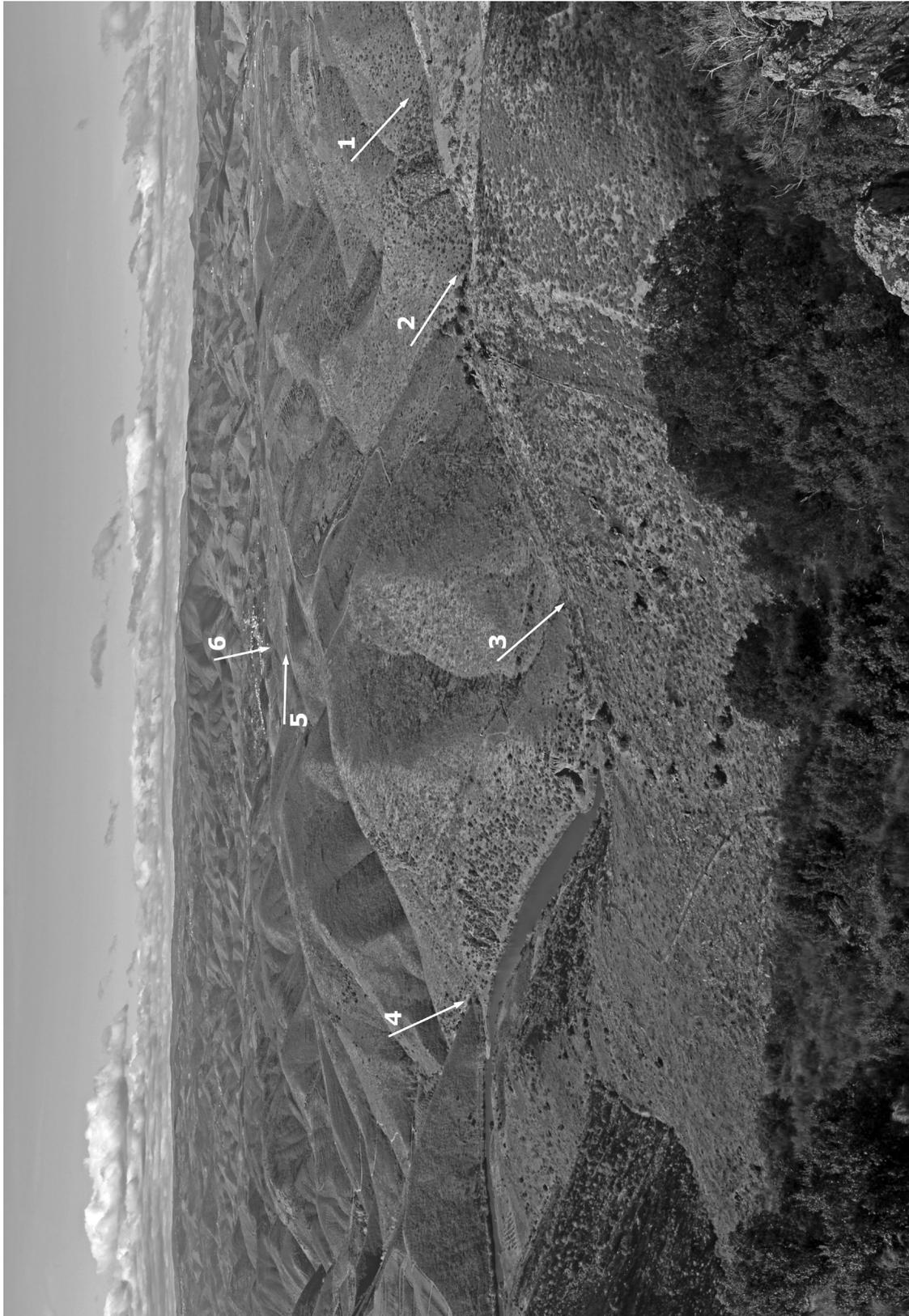
**Fig. 8** – Os principais sítios da área granítica do Côa do Côa: 1 – Faia; 2 – Ervideiro; 3 –Lapas Cabreiras; 4 – Mioteira (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folhas 151 e 161).



**Fig. 9** – Os dois sítios mais a sul da arte do Côa: 1 – Alto da Cotovia; 2 – Quinta da Moreirola (Instituto Geográfico do Exército – Extracto da Carta Militar de Portugal – Folhas 161 e 171).



**Fig. 10** – A densa concentração dos sítios rupestres, da embocadura do Côa à Canada do Inferno: 1 – Foz do Côa e Quinta das Tulhas; 2 – Broeira; 3 – Meijapão; 4 – Cavalaria; 5 – Namorados; 6 – Vale do Forno; 7 – Moinhos de Cima; 8 – Canada do Amendoal; 9 – Vale de Moinhos; 10 – Rego da Vide; 11 – Canada do Inferno; 12 – Azinhate. Vila Nova de Foz Côa e as antigas obras da barragem do Côa são bem visíveis. O Museu do Côa surge disfarçado na paisagem, acima da Foz do Côa. Fotografia tirada do alto do Monte São Gabriel.



**Fig. 11** – Continuação da sequência dos sítios rupestres, até ao vale da ribeira de Piscos: 1 – Vale de Videiro; 2 – Vale de Figueira; 3 – Fariseu; 4 – Ribeira de Piscos; 5 – Ninho d'Água; 6 – Ribeira da Cumieira. Fotografia tirada do alto do Monte São Gabriel.



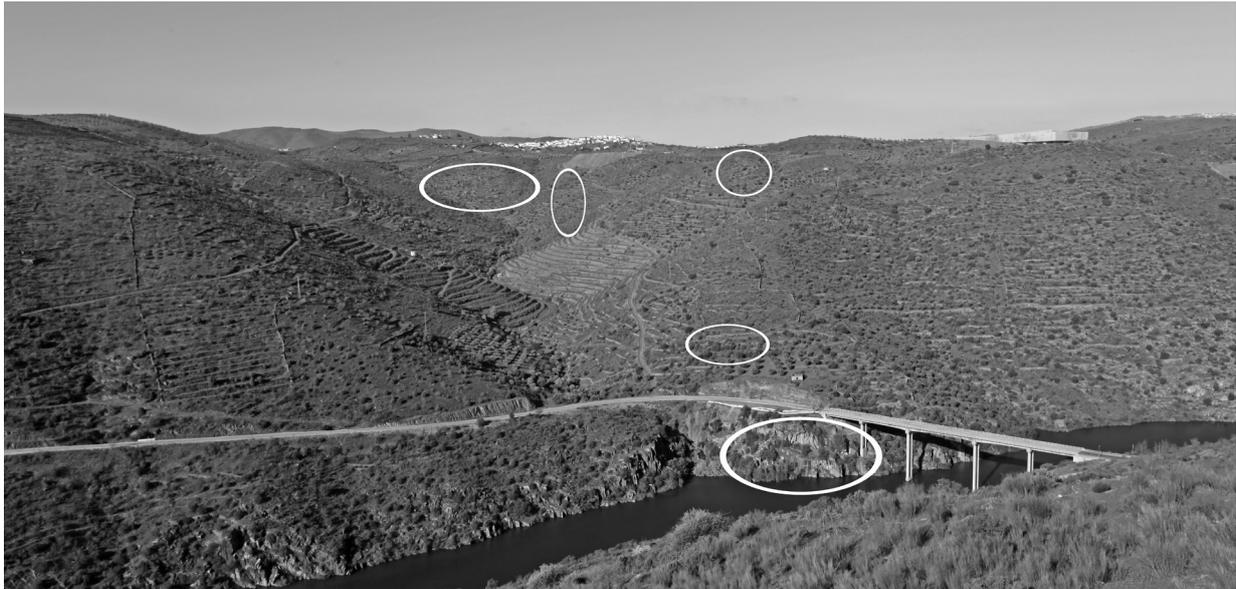
**Fig. 12** – O grupo final dos sítios rupestres antes do início dos terrenos graníticos, entre a ribeira de Piscos e a zona da Penascosa/Quinta da Barca: 1 – Ribeira de Piscos; 2 – Olgas de Ervamoira; 3 – Ribeira das Cortes; 4 – Quinta da Barca; 5 – Penascosa; 6 – Foz da Ribeirinha; 7 – Ribeira da Volta. Fotografia tirada do alto do Monte São Gabriel.



**Fig. 13** – Em cima, vê-se a estrada que desce de Vila Nova de Foz Côa para o rio, primeiro ao longo de Vale de Moinhos, continuando depois pela encosta dos Moinhos de Cima, e cortando a foz do Vale do Forno antes de atravessar o rio pela ponte, no início da encosta da Foz do Côa. Na margem oposta aos Moinhos de Cima está a encosta da Broeira. Em baixo, vê-se em frente a Canada do Inferno, por baixo das pedreiras do Poio. Para a direita encontra-se o Rego da Vide, fortemente afectado pelas obras da barragem. Para a esquerda, vê-se o monte cónico do Teixugo, rodeado por Vale de Videiro por um lado e Vale de Figueira por outro, e tendo o Monte Fariseu por detrás.



**Fig. 14** – Em cima, o sítio do Ervideiro, no Cõa granítico. A Faia encontra-se no prolongamento do rio para trás do penhasco. A seta indica o abrigo das Lapas Cabreiras. Em baixo, a encosta rochosa ao centro é o sítio do Alto da Cotovia. As rochas do sítio da Quinta da Moreirola encontram-se na margem oposta, por baixo do local onde é tirada a fotografia. O terraço fluvial à esquerda do Alto da Cotovia tem vestígios de ocupação paleolítica.



**Fig. 15** – Em cima, as cinco áreas de distribuição de rochas gravadas no Vale do Forno. A principal é a superior, na cabeceira do vale, com mais de 50 rochas com gravuras do três períodos aqui representados: Paleolítico Superior, Idade do Ferro e Época Moderna. À direita é bem visível o Museu do Côa, sobre a encosta da Foz do Côa. Aqui, as rochas gravadas distribuem-se desde quase a altura do Museu até ao rio. Em baixo, distribuição das rochas com gravuras e pinturas (do Paleolítico Superior e Pré-história Recente) dos sítios de Vale de Figueira (à esquerda) e de Vale de Videiro (à direita).



**Fig. 16** – Em cima, distribuição das rochas gravadas na encosta da Penascosa. Em baixo, distribuição das rochas gravadas no sítio da Quinta da Barca. O ponto mais à esquerda assinala a casa da quinta, em cujas paredes internas se encontram variadas gravuras recentes. A seta assinala a última área de distribuição de gravuras a ser descoberta, na parte superior do sítio, com oito rochas, não directamente visíveis na imagem, e incluindo duas rochas com gravuras paleolíticas picotadas da fase mais antiga de gravação na região do Côa.

# VIDRO ARQUEOLÓGICO DA CASA GOUVEIA (ÉVORA): DO VIDRO ROMANO AO VIDRO INDUSTRIAL

Manuela Almeida Ferreira<sup>1</sup>

## RESUMO:

Em 1998, quando este artigo foi redigido, eram poucos os conjuntos de vidro Moderno – o grupo mais significativo deste espólio – que tinham sido recuperados em escavações urbanas realizadas em Portugal. O espólio da Casa Gouveia, de Évora, compreende vidros desde a época romana (do séc. I até ao Baixo Império) até ao século XX (vidro prensado). O interesse desta publicação reside nesta longa diacronia dos materiais e, particularmente, no vidro moderno, em especial no que respeita os copos e os dispositivos farmacêuticos dos séculos XVI e XVII.

**Palavras-chave:** Vidro Romano, Medieval-Renascentista e Moderno – Vidro gravado – Vidro prensado – Vidro de Farmácia.

## ABSTRACT:

In 1998, when this article was achieved, few Modern Times glassware – the more impressive group of these finds – had been recovered yet from Portuguese archaeological urban sites. The finds from Évora date from Roman times (1<sup>st</sup>-century to late Empire) till the 20<sup>th</sup>-century (pressed glass). Hence the interest of this publication, especially in what concerns the drinking glasses and the pharmaceutical devices of the 16<sup>th</sup>-and 17<sup>th</sup>-centuries.

**Keywords:** Roman, Medieval & Renaissance and Modern Glassware – Engraved Glassware – Pressed Glassware – Apothecary Glass Devices.

## INTRODUÇÃO

Afigura-se-nos muito heterogéneo, a vários níveis, o espólio vítreo proveniente da Casa Gouveia<sup>2</sup>. No que toca ao vidro romano, tal heterogeneidade vem somar-se à incerteza aportada à datação de certos espécimes pela discrepância cronológica dos paralelos oriundos de diferentes regiões do Império Romano. Tais factores determinaram a abordagem deste espólio por grupos funcionais. O ensaio de ordenação das formas reconhecíveis no qual fazemos corresponder, sempre que possível, os vidros de Évora às formas das tipologias de referência habitual (Isings e Morin-Jean) revela, de resto, a dispersão cronológica do material.

Por outro lado, a ausência de estratigrafia dificulta especialmente a datação relativa do vidro post-romano. Assim, após havermos considerado, à luz de critérios cronológico-funcionais, a vidraria que con-

---

<sup>1</sup> Mestre em Arqueologia

<sup>2</sup> Estudo e publicação autorizados pela Delegação Regional de Évora do (então) Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico.

sideramos medieval e aquela que datámos do Renascimento e do Barroco, passaremos a examinar ora sob uma óptica tecnológica, ora do ponto de vista funcional, as peças mais recentes ou, como é o caso das braceletes, aquelas que é difícil localizar num período, ou períodos, determinado.

## A – ESTUDO TIPO-CRONOLÓGICO DO VIDRO ROMANO (FIG. 1)

### Taças e copos (n.ºs 1 – 14)

O n.º 1 é uma taça de copa canelada, prensada em molde, correspondente à forma 3a de Isings<sup>3</sup> e ao tipo 68 de Morin-Jean<sup>4</sup>. Data, portanto, da primeira metade do séc. I. As taças sobre o hemisférico n.ºs 2 a 5 afiguram-se-nos seguir a forma 41a de Isings, datável da segunda metade do séc. I<sup>5</sup>.

Não lográmos encontrar paralelo para a taça n.º 6. Apesar de atípico, a qualidade do vidro autoriza a classificação deste fragmento como vidro romano.

Os fios aplicados em relevo ao redor da parede do n.º 7 sugerem a datação do vaso, que julgamos tratar-se de uma taça, no século III, século áureo deste tipo de decoração. Dos finais do século I e do século II são os paralelos dos n.ºs 8 e 9, taças que correspondem, *grosso modo*, à forma 47 de Isings<sup>6</sup>. É análoga a certas taças de Conimbriga, datadas de c. 200 d.C.<sup>7</sup>, aquela (n.º 10) que reconstituímos de acordo com a sugestão, quanto ao tipo de base, apresentada para os paralelos invocados<sup>8</sup>.

O fragmento n.º 11 pertenceu a uma taça, do tipo 73 de Morin-Jean<sup>9</sup>, datável do século III tardio ao século IV. São numerosos os exemplares, aliás notáveis pela decoração gravada, deste tipo de taça. Os motivos geométricos variam pouco. Paradigmático é o espécime de Bona publicado por Follmann-Schultz<sup>10</sup>. As taças deste tipo e ornadas deste modo que detectámos, e seguem, afinal, modelos metálicos cuja estética se enraíza no artesanato persa<sup>11</sup>, foram datadas do Império Médio (século III)<sup>12</sup> ao século IV<sup>13</sup>.

Os n.ºs 12 e 13 parecem-nos, pelos perfis, ter pertencido a copos altos, eventualmente repousando sobre bases cónicas, da forma 86 de Isings, datáveis dos finais do século II e do século III<sup>14</sup>, análogos àquele, publicado por Fremersdorf, que ocorreu associado a moedas de Antonino Pio e Marco Aurélio<sup>15</sup> e, ainda, ao de Dijon dos séculos II-III<sup>16</sup>.

Provenientes de Conimbriga, são conhecidos bordos idênticos aos destes copos que foram datados de c. 200 D.C. e são, todavia, atribuídos a taças<sup>17</sup>. De qualquer forma, e qualquer que se considere ter sido o tipo de vaso a que pertenceram os bordos de Évora, a decoração de fios aplicados concorda com a cronologia de ambas as formas propostas. As paredes terão sido decoradas por aplicações vermiculares do estilo das que se observam no n.º 25 A & B.

<sup>3</sup> Isings, 1957, p. 18-19.

<sup>4</sup> Morin-Jean, 1913, p. 122, fig. 151.

<sup>5</sup> Isings, 1957, p. 56-57.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

<sup>7</sup> Alarcão e Alarcão, 1965, p. 80, est. IV/115; *Fouilles...*, 1976, p. 186, est. XL/167-68.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 80, est. IV/117.

<sup>9</sup> Morin-Jean, 1913, p. 125-26.

<sup>10</sup> Follmann-Schultz, 1988, p. 106, est. 46/392.

<sup>11</sup> Fremersdorf, 1967, p. 96, est. 88.

<sup>12</sup> Clairmont, 1967, p. 72, est. XXVI/267; *VITRUM...*, 1990, p. 75, fig. 32.

<sup>13</sup> Fremersdorf, 1967, p. 82, est. 59, p. 106-07, est. 107.

<sup>14</sup> Isings, 1957, p. 103.

<sup>15</sup> Fremersdorf, 1959, p. 41, est. 18.

<sup>16</sup> *VITRUM...*, 1990, p. 163, fig. 183.

<sup>17</sup> Alarcão e Alarcão, 1965, p. 80, est. IV/110 e 112.

No caso vertente é impossível, porém, assegurar terem estes dois fragmentos pertencido aos n.ºs 12 e 13, podendo antes terem feito parte de garrafas idênticas às de Colónia, publicadas por Fremersdorf<sup>18</sup>, de que reproduzimos, na Fig. 2, o modelo apresentado por Isings.

A taça n.º 14 será considerada abaixo, visto ser tecnologicamente aparentada com os pratos n.ºs 17 a 20 e, em particular, com os n.ºs 17 e 18. As taças n.ºs 15 e 16 são formas do Baixo-Império, quiçá já do período suevo ou visigótico (séculos IV-VI). Os paralelos conhecidos deste horizonte cronológico são numerosos<sup>19</sup>, mas tal forma não figura na morfologia de Morin-Jean nem na tipologia de Isings.

### **Pratos (n.ºs 17 – 22)**

Os pratos n.ºs 17 a 20, bem assim como a taça n.º 14, pertencem ao grupo da vidraria romana moldada e, seguidamente, polida.

Os n.ºs 17 e 18 ostentam as ranhuras internas, gravadas à roda, que são observáveis em certas outras formas abertas, quer se trate de taças – como é o caso das de Conimbriga<sup>20</sup>, de Augst e de Kaiseraugst e Fishbourne<sup>21</sup> – quer de pratos de aba, como se verifica entre o espólio de Doura-Europos<sup>22</sup> e, de novo, de Augst e Kaiseraugst, alguns dos quais feitos segundo a técnica de *millefiori*<sup>23</sup>.

Sendo as datações apresentadas pelos vários autores discrepantes, é provável que a prática das ranhuras gravadas internamente tenha sido de uso desde os finais do séc. I (Conimbriga e Fishbourne) até meados do século III (Augst e Kaiseraugst), tendo percorrido toda a dinastia flávia (Doura-Europos)<sup>24</sup>.

Não foi possível determinar o diâmetro do bordo n.º 14. O mesmo sucedeu com um fragmento de Nîmes<sup>25</sup> que, pela orientação da parede, constitui o paralelo mais próximo do bordo de Évora.

O prato covo n.º 20, de aba em forma de acento circunflexo, ou aspa, não ocorre nem na morfologia de Morin-Jean nem na tipologia de Isings. Os autores do estudo dos pratos deste tipo encontrados em Conimbriga recorreram aos trabalhos de D. B. Harden sobre os exemplares da mesma forma de Karanis. Este autor distinguiu um tipo IBI e um tipo IBII que localizou, cronologicamente, no século II<sup>26</sup>. Estamos em presença de mais uma forma que, fabricada talvez em Alexandria e exportada para o Ocidente, terá copiado bacias de metal do início do Império<sup>27</sup>. O n.º 21 será o pé de um destes pratos. O n.º 22 assemelha-se à forma Isings 22, datável do século II<sup>28</sup>.

### **Garrafas e frascos (n.ºs 23 – 26)**

A asa n.º 23 pertenceu verosimilmente a uma garrafa, cilíndrica ou prismática, correspondente às formas 50 ou 51 de Isings. Estas formas estão documentadas a partir de meados do século I, foram fabricadas ao longo do século II e prolongaram-se, embora aparentemente com menor frequência, até ao século III<sup>29</sup>.

---

<sup>18</sup> Fremersdorf, 1959, pp. 42-43, est. 19 e 23.

<sup>19</sup> Alarcão e Alarcão, 1965, pp. 120-21, est. VIII-IX; *Fouilles...*, 1976, p. 193, est. XLII/203 e 212; *VITRUM...*, 1990, p. 168, fig. 190.

<sup>20</sup> *Fouilles...*, 1976, p. 161, est. XXXIV/19-21.

<sup>21</sup> Rütli, 1991, Vol. II, p. 40, est. 38/809, 818, 820-23.

<sup>22</sup> Cunliffe, 1971, p. 328, fig. 137/14.

<sup>23</sup> Clairmont, 1967, p. 28, est. II/65, 72, 77.

<sup>24</sup> Rütli, 1991, Vol. I, p. 132, fig. 88.

<sup>25</sup> Sternini, 1991, est. 56/314.

<sup>26</sup> Citado por Alarcão e Alarcão, 1965, p. 59-61 e 75-76, est. III e IV.

<sup>27</sup> Alarcão e Alarcão, 1965, p. 60.

<sup>28</sup> Isings, 1957, p. 38.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 63-68.

O unguentário nº 24 segue o tipo 19 de Morin-Jean<sup>30</sup> e a forma 84 de Isings<sup>31</sup> que, em Conimbriga, foi datada da época flávia ao séc. III<sup>32</sup>. Os fragmentos 25A e 25B devem ter feito parte de um frasco ovóide, da forma 93 de Isings, decorado nos finais do século II ou no século III com cordões serpentiformes aplicados em relevo.

Quanto ao nº 26, sobre cuja classificação enquanto romano paira alguma reserva – um bordo em aresta viva tê-la-ia afastado –, pode aproximar-se da *ampulla* de corpo globular retida por Morin-Jean (tipo 40) e Isings (formas 104a ou 104b)<sup>33</sup>. Dois paralelos a referir correspondem à forma 101a de Goethert-Polaschek (séc. IV)<sup>34</sup> e uma *ampulla* de Autun atribuída à mesma centúria<sup>35</sup>.

## CATÁLOGO

Nº 1 – Taça. Copa hemisférica. Prensada em molde. Vidro transparente verde pálido (Methuen 26 A3). EVR.GOU.1575.

Nº 2 – Taça. Bordo engrossado pelo exterior. Copa sobre o hemisférico. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 96 mm EVR.GOU.278.

Nº 3 – *Idem*. Ø 114 mm EVR.GOU.ÁREA 577. ZONA 13.

Nº 4 – *Idem*. Ø 114 mm EVR.GOU. ÁREA 594. CORTE 13.

Nº 5 – *Idem*. Cor original indefinível, dadas a opacificação e irisão da matéria. Ø 118 mm EVR.GOU. ÁREA 621. CORTE 13.

Nº 6 – *Idem*. Bordo em forma de cabeça de fósforo, esvasado, sublinhado por duas caneluras. Copa hemisférica. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 114 mm EVR.GOU. ÁREA 323. CORTE 12.

Nº 7 – Taça (?). Copa sobre o hemisférico (?), decorada por dois fios aplicados, em relevo. Sopragem livre. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 30 C5). Ø c. 80 mm EVR.GOU. ÁREA 1459.

Nº 8 – Taça. Bordo engrossado pelo lado interno. Copa troncocónica baixa. Sopragem livre. Vidro transparente incolor muito alterado e irisado. Ø 98 mm EVR.GOU. ÁREA 977. ZONA 16.

Nº 9 – *Idem*. Cor original indefinível, dada a alteração da matéria. Ø 214 mm EVR.GOU.282.

Nº10 – Taça. Bordo em forma de cabeça de fósforo, esvasado, sublinhado por uma canelura. Copa sobre o hemisférico (?). Sopragem livre. Vidro transparente incolor esverdeado (Methuen 26 A2). Ø 112 mm EVR.GOU. ÁREA 334.

Nº11 – Taça. Sopragem livre. Decorada por motivos geométricos gravados à roda. Vidro transparente incolor, irisado. EVR.GOU.ÁREA 745. Testemunho entre os cortes 9 e 13.

Nº12 – Copo (?). Bordo trapezoidal. Decorado por um fio aplicado em relevo. Sopragem livre. Cor original indefinível, dadas a opacificação e a irisão da matéria. Ø 78 mm. EVR.GOU. ÁREA 645. CORTE 13.

Nº13 – *Idem*. Bordo em forma de cabeça de fósforo. Decorado por um fio aplicado em relevo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 86 mm EVR.GOU. ÁREA 366.

Nº14 – Taça (?). Paredes esvasadas, internamente sulcadas por uma ranhura gravada à roda. Vidro moldado. Cor original indefinível, dada a alteração da matéria. Ø indeterminável EVR.GOU. ÁREA 323. CORTE 12.

Nº15 – Taça. Bordo engrossado pelo lado externo. Paredes esvasadas em S. Sopragem livre. Cor original indefinível, dadas a opacificação e irisão da matéria. Ø 156 mm EVR.GOU.ÁREA 1017. ZONA 18.

<sup>30</sup> Morin-Jean, 1913, p. 66 e seg.

<sup>31</sup> Isings, 1957, p. 100-101.

<sup>32</sup> Alarcão e Alarcão, 1965, p. 96-97, est. VI/154. <sup>31</sup> Morin-Jean, 1913, p. 91-93, fig. 107.

<sup>33</sup> Isings, 1957, p. 123-24.

<sup>34</sup> Goethert-Polaschek, 1977, est. 24/266.

<sup>35</sup> VITRUM..., 1990, p. 224, fig. 255.

Nº16 – *Idem*. Bordo engrossado pelo lado interno. Paredes rectas esvasadas. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, muito levemente tingido de amarelo, muito irizado, contendo numerosas bolhas de ar. ø 164 mm EVR.GOU. ÁREA 473. CORTE 14.

Nº17 – Prato. Aba oblíqua sulcada, pelo lado interno, por uma ranhura gravada à roda. Moldado. Vidro transparente incolor, completamente irizado. ø 166 mm EVR.GOU. ÁREA 945. ZONA 16.

Nº18 – *Idem*. Aba oblíqua. Copa em forma de calote esférica. Moldado. Cor original provavelmente incolor; vidro em boa medida opacificado e muito irizado. ø 190 mm EVR.GOU. ÁREA 593. CORTE 13.

Nº19 – *Idem*. Aba oblíqua. Copa verosimilmente em forma de calote esférica. Moldado. Cor original indefinível dada a alteração da matéria. ø 194 mm EVR.GOU. ÁREA 323. CORTE 12.

Nº20 – *Idem*. Bordo em forma de acento circunflexo. Copa verosimilmente em forma de calote esférica. Moldado. Cor original indefinível dada a alteração da matéria. ø 206 mm EVR.GOU. ÁREA 323. CORTE 12.

Nº21 – Pé anelar. Vidro transparente incolor, muito irizado. ø 52 mm EVR.GOU. ÁREA 745. Testemunho entre os cortes 9 e 13.

Nº22 – Prato. Bordo engrossado pelo lado externo. Paredes rectas esvasadas. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irizado. ø 132 mm EVR.GOU. ÁREA 1142.

Nº23 – Asa de garrafa. Vidro transparente verde aquamarina (Methuen 25 B6). EVR.GOU. ÁREA 1761.

Nº24 – Unguentário. Bordo em aba horizontal tubular. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, esverdeado (Methuen 26 A2), muito irizado. ø 58 mm EVR.GOU. ÁREA 1355.

Nº25 A e B – Fragmentos de parede (de frasco?). Decorados por cordões incolores espiralados aplicados em relevo sobre fundo transparente incolor, muito irizado. Sopragem livre. EVR.GOU.745. ZONA 16. Testemunho entre os cortes 9 e 13 e EVR.GOU.945.ZONA 16, respectivamente.

Nº26 – Frasco. Bocal em forma de funil. Corpo globular (?). Sopragem livre. Vidro opacificado e completamente irizado. ø 48 mm EVR.GOU.956 Testemunho entre 14 e 9.

## **B – Vidro e sociedade, da Idade Média ao século XIX**

A necessidade de contextualizar, no quotidiano de cada época, os vasos de vidro analisados motivou o apelo a fontes iconográficas e escritas, para além dos paralelos nacionais e estrangeiros coevos que, no caso dos exemplares medievais, foram todavia as únicas referências disponíveis<sup>36</sup>.

A pesquisa documental revela-se mais frutuosa do que a iconográfica, no que à vidraria do Renascimento e do Barroco respeita, mas é verdadeiramente só ao nível da alta burguesia que se multiplicam, em inventários e testamentos, as menções a peças de vidro. Por exemplo, datam de 1593 e de 1605 dois inventários de dois fidalgos da casa d’El-rei que, detentores de mobiliário de escolha e porcelanas orientais, apenas possuíam, respectivamente, “*Duvas aredomas de vydro em trezentos réis*” e “*Hu frasquo de vydro grande chapeado avalliado em oytocentos réis*”<sup>37</sup>.

Por ocasião da recepção da corte no Convento de Cristo em Tomar, no reinado de D. João III (1551), foi o paço nabantino provido de “copos de vidro”<sup>38</sup> cujo tipo resta, porém, impreciso. A demais documentação dos sécs. XVII e XVIII manipulada concorda com um quadro de utilização de recipientes em vidro bastante reduzido e limitado aos mais afortunados.

A par com produtos certamente importados, oficinas nacionais havia onde se produziam objectos de vidro. No Alentejo, refere Cadornega um “forno de vidro”, adstrito ao próprio palácio ducal de Vila Viçosa, que existiria já em 1639, ano em que o autor deixou Portugal<sup>39</sup>. Segundo o autor da *Descriçã*

<sup>36</sup> O poster de nossa co-autoria com Teresa Medici, «Mould blown decorative patterns on medieval and post medieval Portuguese glass», apresentado em Outubro de 2008 em Bruxelas, por ocasião do *Colloque de l’Association Française pour l’Étude du Verre*, a ser publicado em finais de 2009 nas Actas do mesmo convénio (*Scientia Artis*, vol. 5), é um tentame de sistematização deste tipo de decoração.

<sup>37</sup> Pires, 1897, p. 710 e 728.

<sup>38</sup> *Anais...* – 1454-1580, 1970, Vol. VII, p. 315.

<sup>39</sup> Cadornega, 1983 [1ª ed. 1683], VII-VIII e p. 89.

*da muito populoza e sempre leal Villa Viçozza...*, nas oficinas vidreiras do paço ducal “*se faziam mui bons vidros, com artefici veniziano, que era Pero Paulo...*”; saíam, pois, “*muitas cargas de vidros em zangarilhas para todas aquelas vilas e cidades do Alentejo a vender...*”<sup>40</sup>.

Vulnerável, a utensilagem em vidro foi virtualmente inexistente entre a panóplia dos equipamentos domésticos das “arraias-miúdas” de sucessivos lustres e, porque matéria-prima sem valor intrínseco digno de nota, terá demorado a conquistar os poderosos. Senão, como explicar que no dote da princesa Beatriz (1522), bem como no inventário do Cardeal D. Henrique (1558), nenhum objecto de vidro tenha sido citado?

As referências a vidros de Veneza corroboram a ideia segundo a qual só quando a posse de vidro com o *cachet* da aquisição em centros além-fronteiras de nomeada começou a entrar na construção do prestígio das famílias, os mais bem munidos se interessaram realmente por este tipo de vasos. Ulteriormente, a manufactura de Coima e as que se lhe seguiram haviam de democratizar o uso de recipientes de vidro, mas continua ignorada, em termos de localização de fornos, a origem da esmagadora maioria do vidro de fabrico nacional consumido durante as Idades Média e Moderna portuguesas.

Relativamente à variedade formal, funcional e decorativa da vidraria portuguesa, o espólio vidreiro da Casa Gouveia fornece alguns dados a tomar, doravante, em linha de conta quando se trate da análise de material homólogo.

### **Vidros medievais (N.ºs 1 – 3)**

Dos três únicos espécimes atribuíveis, com segurança, à Idade Média, o primeiro é o pé oco de um copo que, por análogo aos que provieram da França meridional, datará do séc. XIII<sup>41</sup> (Fig. 3/1). É um facto que peças análogas sobrevieram em contextos dos finais do séc. XVI e do séc. XVII, mas tal ocorreu em áreas geográficas cuja tradição estilística do vidro é substancialmente diversa da meridional<sup>42</sup>.

Os segundo e terceiro espécimes medievais são o fundo cónico nº 2 e o fragmento de parede nº 3, ambos portadores da decoração moldada em favos que foi corrente em Espanha e no Sul de França nos sécs. XIII e XIV<sup>43</sup> e cujo aparecimento, por estas datas, na Europa meridional, resulta dos contactos com o mundo muçulmano<sup>44</sup>. A natureza dos fragmentos sugere um frasco ou pequena garrafa (Fig. 3/2, Cat. N.ºs 2 & 3).

## **CATÁLOGO**

Nº 1 – Pé oco de copo de pé. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, muito irisado. EVR.GOU.1434.

Nº 2 – Frasco. Fundo cónico. Corpo globular ornado por um padrão de favos. Soprado em molde. Vidro transparente incolor, ligeiramente tingido de amarelo, irisado. ø 42 mm EVR.GOU.1744.

Nº 3 – Fragmento da parede globular do frasco nº2. Mesmo motivo decorativo. Vidro com as mesmas características. Mesma proveniência. EVR.GOU.1744. (não desenhado)

---

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 89. Este artigo foi concluído em Abril de 1998. Desde que este estudo ficou concluído, Jorge Custódio publicou uma importante obra, editada pelo IPPAR, que é a síntese do estado, no início do século XXI, da história do vidro em Portugal. Neste trabalho se pode ler mais acerca de recurso a fontes escritas da época pré-manufatureira. Nós mesmo publicámos outros estudos em que figuram transcrições de fontes de época. Os abundantes espólios vítreos do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra e do Mosteiro de S. João de Tarouca, deverão ser exaustivamente estudados e retiradas desses estudos as devidas ilações. De facto, o trabalho em equipa pluridisciplinar, que data já de há alguns anos, com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, onde são, por sistema, bem acolhidos pedidos de análise laboratorial de vidros, constitui um ponto de viragem decisivo para os estudos de espólios vítreos em Portugal.

<sup>41</sup> Foy, 1985, p. 25-26, fig. 9.

<sup>42</sup> Referimo-nos ao material de Rouen publicado por Barrera, 1990, p. 117 e 123, fig. 7/71-75.

<sup>43</sup> Navarro Palazón *et al.*, 1991, p. 72-74 e p. 259/381; D'Archimbaud, 1980, p. 465, fig.1; p. 470, fig.6; p. 467, fig. 1A e 1B; Foy, 1975, p. 118-20, fig. 5/2; Foy, 1985, p. 53, fig. 41.

<sup>44</sup> Lamm, 1928, pp. 43-44; Pinder-Wilson e Scanlon, 1987, p. 63-64, fig.8; Skik, 1971-72, p. 90, nº14 e p. 93, fig. 71.

## VIDRO COMUM DOMÉSTICO DO RENASCIMENTO E DO BARROCO

Estão ausentes deste conjunto, como dos espólios vítreos coevos provenientes de Sintra, Coimbra, Coima, Pombal e Lisboa, alguns dos vasos definidores do carácter da vidraria de finais do séc. XVI e do séc. XVII, a saber, os pés moldados em forma de balaústres ocas decorados com mascarões leoninos, bem como os pés serpentiformes e os vasos paramentados de fios de vidro trabalhado à pinça e aplicados a quente, designadamente azuis – com excepção das braceletes – e, ainda, o vidro filigranado, todos eles muito correntes na vidraria de tradição veneziana dos sécs. XVI e XVII.

O advento da moda barroca está presente em modestos exemplares de vidro gravado e raras formas poligonais, de resto ignoradas pela iconografia, enquanto se verifica a longevidade, nos sécs. XVII e XVIII, de alguns utensílios de uso médico.

### Copos e taças do século XVI (n.ºs 4 – 15)

O primeiro tipo é o dos copos troncocónicos sem pé. Pertence a este tipo o n.º 4, uma base rodeada por um cordão plissado do tipo dos que, desenvolvendo um protótipo bizantino grego<sup>45</sup>, rematam as bases dos copos cilíndricos ou campaniformes do séc. XIV na Europa meridional<sup>46</sup> e se encontram, no Renascimento e no Barroco, por toda a Europa a Norte dos Alpes<sup>47</sup> (Fig. 4/4).

O exemplar de Évora terá sido idêntico a um copo francês, da região de Metz, datado do séc. XVI<sup>48</sup>, e é provavelmente o primeiro a vir a lume em Portugal. É no tipo de trabalho à pinça, de incisões mais miúdas praticadas numa banda menos ondulante no contacto da peça com a superfície de apoio, que os cordões plissados da Idade Moderna divergem dos medievais, quando não são totalmente lisos (Fig. 4/16-17).

As copas ornadas por motivos, soprados em molde, que ostentam os n.ºs 5 e 6 da Fig. 4, são características de copos sobre o cilíndrico. Do mesmo tipo de vasos ocorreram, em contextos do séc. XVII do Convento de Cristo de Tomar, fragmentos similares aos copos destinados ao consumo de cerveja do Noroeste europeu<sup>49</sup> (Fig. 4/18).

O n.º 7 é um cabochão classicizante que ostenta uma efígie coroada de louros, quiçá à partida pintada a ouro (Fig. 4/7 e reconstituição com integração). Tais protuberâncias assumiam, a maior parte das vezes, a forma de amoras<sup>50</sup> ou de cabeças de leão, como é o caso dos que ornaram os copos venezianos anteriores a 1577 de Grez-Doiceau (Bélgica)<sup>51</sup> (Fig. 4/17), mas são conhecidos outros exemplos de efígies coroadas de louros, quer pintada<sup>52</sup>, quer sob a forma de selo de vidro aplicado em relevo<sup>53</sup>, respectivamente dos finais do séc. XV ou dos inícios do séc. XVI, e do séc. XVIII, utilizando uma gravura de entre 1520 e 1583. Tal solução decorativa resulta nitidamente da transposição para o vidro dos medalhões com efígies do Renascimento. Tratar-se-á, o cabochão de Évora, de uma peça de fabrico veneziano ou de produção nacional, *façon de Venise*?

Podem ver-se, no painel de azulejos do séc. XVII, da Capela Real de Vendas Novas (Évora), que representa a doença e a morte de S. João de Deus, dois copos e duas garrafas (Fig. 5).

A que se encontra sobre a mesa, a mais nitidamente perceptível, interessa na medida em que, tratando-se de uma garrafa globular sobre pé anelar, ilustra o modelo usual das garrafas do séc. XVI.

<sup>45</sup> Davidson, 1940, p. 299, fig. 15/1.

<sup>46</sup> Falsone, 1976, p. 122, fig. 30; Foy, 1985, p. 36, fig. 18.

<sup>47</sup> Charleston, 1972, p. 144 e 150, fig. 67/111-112.

<sup>48</sup> Cabart, 1990, fig. 4/ 52.

<sup>49</sup> Ferreira, 1994, p. 120-123, fig. 28-29; Charleston, 1972, p. 138-39, fig. 61/ 24-25.

<sup>50</sup> O único exemplar arqueológico de que temos conhecimento proveio das escavações, em Coima, da Real Fábrica. A observação deste material foi possível por deferência do Dr. Jorge Custódio.

<sup>51</sup> Thiry e De Waele, 1986, fig. 3.

<sup>52</sup> Klesse e Mayer, 1987, Catálogo, n.º9.

<sup>53</sup> Brunella e Cabart, 1990, p. 242, fig. 1/8.

Apesar da circunspeção com que deve ser considerada tal fonte iconográfica, o facto é que os copos que figuram ao lado desta garrafa são vasos sobre o cilíndrico, um, e troncocónico, outro, ambos repousando sobre pé anelar liso (Fig. 5).

O segundo tipo é o dos copos troncocónicos com pé igualmente troncocónico ou, se assim se quiser, bitroncocónicos.

Outro vaso, que restituímos na Fig. 4/9, apresenta flagrante similitude com um copo alsaciano<sup>54</sup>. Ao mesmo tipo pertence o nº 8, que se não ilustra por se apresentar ainda mais fragmentário e não ser decorado. O mesmo tipo está documentado, da França provençal<sup>55</sup> e ocidental<sup>56</sup> a Inglaterra<sup>57</sup>, por exemplares cuja cronologia vai do extremo fim do séc. XV ao séc. XVI.

Os cálices, designação que preferimos para denominar os vasos de beber cujas bases discóides são separadas das copas por estrangulamentos acentuados, pontuados, ou não, por botões, mas sem que exista propriamente um pé, constituem um terceiro tipo (Fig. 4/10-12). Finalmente, terão pertencido, a copos de pé, as bases discóides representados na Fig. 4/13-14.

Os paralelos prováveis para o único exemplar de taça, de copa baixa e paredes esvasadas, que nos é dado pensar poder identificar (Fig. 4/15), todos fragmentários e datados dos fins do séc. XV até ao séc. XVII, provêm de Itália<sup>58</sup> e de França.<sup>56</sup>

## CATÁLOGO

Nº 4 – Copo. Cilíndrico. Cordão plissado aplicado em redor da base. Sopragem livre. Vidro transparente, amarelo acinzentado (Methuen 3 B5), irisado. Ø 58 mm EVR.GOU.1456.

Nº 5 – *Idem*. Bordo sublinhado por uma canelura. Paredes ligeiramente arqueadas. Soprado em molde. Decorado por caneluras verticais. Vidro transparente, verde pálido (Methuen 26 A3). Ø 58 mm EVR.GOU.ÁREA 1414. CORTE 20.

Nº 6 – *Idem*. Bordo em forma de cabeça de fósforo. Paredes ligeiramente arqueadas. Sopragem em molde. Decorado pelo padrão de “bago de arroz”. Vidro transparente, verde acinzentado (Methuen 27 B4). Ø 66 mm EVR.GOU.1419.CORTE 20.

Nº 7 – Cabochão com efígie coroada de louros, de perfil. Moldado. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 90 mm EVR.GOU.ÁREA 1406.

Nº 8 – Copo. Bitroncocónico. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, muito irisado. EVR.GOU.ÁREA 467. (não desenhado)

Nº 9 – *Idem*. Bitroncocónico. Sopragem em molde. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 86 mm EVR.GOU.ÁREA 1406.

Nº10 – Cálice. Base cónica, de rebordo tubular inferior. Sopragem livre. Vidro transparente, verde acinzentado (Methuen 30 B2), contendo bolhas de ar. Ø 71 mm EVR.GOU.ÁREA 1408.ZONA 20.

Nº11 – *Idem*. Botão ligando a base à copa. Sopragem livre. Vidro transparente incolor muito irisado e alterado. EVR.GOU.ÁREA 1409.

Nº12 – *Idem*. Botão ligando a base à copa. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irisado. EVR.GOU.1032.ZONA 18.

Nº13 – *Idem*. Base discóide achatada de rebordo tubular inferior. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, ligeiramente tingido de amarelo, irisado. Ø 72 mm EVR.GOU.ÁREA 1017. ZONA 18.

Nº14 – *Idem*. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 92 mm EVR.GOU.ÁREA 589.CORTE 15.

Nº15 – Taça. Base cónica de rebordo tubular inferior. Paredes esvasadas. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 54 mm EVR.GOU.1374.

---

<sup>54</sup> Foy, 1985, p. 63, fig. 59.

<sup>55</sup> Barrera, 1990, pp. 117 e 120, fig. 4/28-35.

<sup>56</sup> Charleston, 1972, p. 144, fig. 66/102.

<sup>57</sup> Lamarque, 1973, p. 120, fig. 22/13.

<sup>58</sup> Barrera, 1990, p. 117, fig. 6/61; Goetz, 1990, p. 196, fig. 12/186-89.

### Copos, garrafas e outros recipientes para líquidos dos sécs. XVII e XVIII (n.ºs 16 – 35)

Os “copos de caliz”, ou “calix”, citados no teatro de cordel, designadamente para o serviço de vinho<sup>59</sup>, quer dizer, os copos de pé, são os vasos para beber mais frequentemente representados na parca iconografia portuguesa de costumes da época barroca<sup>60</sup>. Do aspecto dos mesmos testemunha também o, tardio embora, *Catálogo da Real Manufactura de Vidros da Marinha Grande*<sup>61</sup>. É todavia certo que o século XVIII foi o que viu florescer os copos maciços, despreziosos, que a listagem dos produtos do referido *Catálogo* define como “copos lizos ou moldados de aguardente (...) de quartilho para limonadas e Tavernas”<sup>62</sup> (Fig. 6/23 & 24).

Os n.ºs 16 a 18, ainda que a sua factura artesanal seja denunciada pela irregular qualidade do vidro e por aspectos técnicos como os fundos cônicos com marca de pontel, e a diminuta espessura e irregularidade das paredes, afiguram-se exemplos seiscentistas desta variedade de copos, à qual pertencerão ainda os n.ºs 19 a 21 (Fig. 6).

Para além dos paralelos estrangeiros<sup>63</sup>, há a referir os vários fundos deste tipo descobertos durante os trabalhos arqueológicos realizados na Alcáçova de Coimbra<sup>64</sup>. O espécime referenciado por Pettenati et al. é de cor “púrpura” (sic), mas desprovido de decoração. No caso do copo n.º 22 de Évora, correm fios brancos opacos, aplicados em relevo, em torno da parede daquela mesma tonalidade, isto é vinoso ou manganês (Fig. 6/22 & Fig. 7/1).

O copo n.º 23 é tecnologicamente diverso destes: feito em vidro mais espesso, mais maciço, deve atribuir-se já ao séc. XVIII, à semelhança dos exemplares de Oudenaarde<sup>65</sup>, de Portsmouth<sup>66</sup> e de Rouen<sup>67</sup> (Fig. 6/24).

A iconografia azulejar é rica em representações de vidro de mesa. De vários painéis levantámos os modelos observáveis na Fig. 9.

As garrafas n.ºs 24 e 25 (Fig. 7/2) são exemplares notáveis pela secção em cruz grega. Há, ainda, notícia de duas garrafas iguais, e intactas, embora desprovidas de contexto arqueológico: aquela que transitou do Convento do Espinheiro para o Museu Municipal de Évora e a que foi recentemente adquirida, a um antiquário de Borba, pelo colecionador de Lisboa a quem se fica a dever esta referência<sup>68</sup>.

A matéria-prima é “vidro de floresta”, seguindo pois, ainda, a tradição das oficinas medievais. Do ponto de vista tecnológico, há a notar que o bocal de cada uma destas garrafas foi soldado ao corpo soprado em molde, tendo um e o outro sido, por conseguinte, realizados em separado.

Observam-se garrafas assim conformadas na tela *A Morte do Diácono*, de Velásquez (1645-48)<sup>69</sup> e em *A Família do Artista*, de Jan Steen († 1679)<sup>70</sup>, iconografia que releva o zelo em respeitar, de forma prosaica embora, e todavia até aos mais mezinhos objectos utilitários, o ambiente barroco retratado.

Com efeito, é óbvia a filiação estética de uma forma em que se alternam panos côncavos e panos convexos que ora recolhem a luz para a difundirem logo a seguir, não deixando imobilizar-se o olhar do observador.

<sup>59</sup> A título de exemplo, veja-se Santa Rita, 1768, p. 18 – “Scena Sexta / Coralina pela ultima da esquerda, a qual/ se vay, e depois torna a sahir com huma/ garrafa, e dous côpos de caliz./ Cor. – Senhora? / Ros.-Traze huma garrafa de vinho de/ Canárias, e dous copos.”

<sup>60</sup> Em painéis azulejares que representam cenas de refeição, como os de Palácio do Correio-Mor, em Loures (Arquivo de Arte Gulbenkian) e os da Quinta do Portão de Ferro, em Camarate (Smith, 1968, fig. 187), os convivas utilizam cálices de base discóide unida à copa por um botão.

<sup>61</sup> Barros, 1969, Cat. I, est. X e Cat. II, est. XLVI.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 174.

<sup>63</sup> Pettenati et al., 1987, p. 414, fig. 4; Degré, 1995, p. 148, fig. 100/30; De Groote e Lemay, 1993, p. 412, fig. 13/11 e fig. 14.

<sup>64</sup> Ferreira, 1993, p. 421, fig. 1/3. Uma vez mais, os paralelos arqueológicos nacionais são, em 2008, bem mais numerosos. Cf. Fernandes, Lúcia e Ferreira, Manuela 2004, «Intervenção arqueológica num dos quarteirões da Baixa Pombalina de Lisboa. Estudo do espólio vítreo», *O Arqueólogo Português*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 453-489.

<sup>65</sup> De Groote e Lemay, 1993, p. 413, fig. 13/13-14 e 14.

<sup>66</sup> Fox e Barton, 1986, p. 225, fig. 140/2-8.

<sup>67</sup> Barrera, 1990, p. 118, fig. 9/105.

<sup>68</sup> Lopes, 1995, p. 14 -15.

<sup>69</sup> Paris, Museu do Louvre.

<sup>70</sup> Haia, Maritshuis.

Bem mais comum, e igualmente conforme ao gosto do séc. XVIII, é a garrafa, em forma de prisma quadrangular, a qual não é senão uma da variedade de formas poligonais na moda à época. Aquém-fronteiras, foram os níveis do terramoto de 1755 das estações de Lisboa que proporcionaram os exemplos mais diversificados desta tendência<sup>71</sup> que os frascos n.ºs 26-27 (Fig. 6) de Évora igualmente ilustram e a sociedade portuguesa partilhou com outros povos<sup>72</sup>. Observam-se, na gravura *Teniers e a Família*, buril do mesmo artista<sup>73</sup>, duas garrafas de secção quadrangular e bocal estreito. Como as línguas e as instituições, os países europeus exportaram as artes para as suas respectivas colónias, e é assim que o espanhol Antonio Pérez de Aguilar, activo no México entre 1749-69, debuxou em 1769 um frasco do tipo do de Évora em *O armário de parede do pintor*<sup>74</sup>.

Ocorre-nos que o n.º 28 possa ter sido um “viveiro para peixe”, de acordo com a menção que, no Catálogo da Real Manufatura de Vidros da Marinha Grande, explicita a função de um balão do mesmo género<sup>75</sup> (Fig. 6).

Considerados à luz da garrafaria até à data exumada de contextos portugueses datados, e já estudada<sup>76</sup>, os bocais n.ºs 29 a 34 — e o fundo cónico n.º 35 (Fig. 8), que fez parte de uma garrafa do mesmo tipo — apresentam os bordos diversamente barbelados que foram sendo de uso ao longo do séc. XVIII. Para além da evidência estratigráfica, foi levada em consideração a evolução das formas da garrafaria anglo-saxónica, incluindo a garrafaria inglesa colonial<sup>77</sup>.

O n.º 34 (Fig. 9) é, por certo, o exemplar mais antigo ou, pelo menos, aquele que corresponde ao design anterior ao dos tempos em que a garrafa cilíndrica passou a dominar de forma decisiva, monopolizando, no que toca à conservação do vinho, a produção: o seu bojo deve ter sido globular baixo, algo atarracado, respondendo à tradição seiscentista das formas largamente adoptadas na iconografia das cenas de repasto em painéis de azulejos.

Seguem-se os n.ºs 29 e 30 (Fig. 8), de aberturas anormalmente largas se comparadas com o que se tornou posteriormente de regra, e munidos de rudimentares barbelas rectangulares relativamente às quais oferecem evidente vantagem as dos n.ºs 31 a 33. Fora, pois, ultrapassado o tempo dos cordões decorativos, os quais cedem o lugar a atavios de carácter funcional.

Com o avançar das décadas de setecentos, as garrafas para vinho conjugam, quase sistematicamente, bocais mais estreitos, assim barbelados, com colos fortemente dilatados e altas paredes cilíndricas resolvidas em fundos cônicos cujos diâmetros variam entre os 80 e os 100 mm, embora raramente possam atingir os 142 mm.

As marcas de pontel que ostentam estes fundos, por vezes excepcionalmente largas (Fig. 8/35), sugerem apreciável esforço na manipulação quer do artefacto, quer da ferramenta. Na segunda metade do século, os perfis triangulares criam, em conjunto com os bordos, uma dupla ranhura para enrolamento do fio que maximiza a obturação, por meio de uma rolha, de garrafas destinadas a armazenamento em caves, na horizontal, ou a serem transportadas:

“Chigaraõ ind’ágora lá im  
baixo quatro canastradas de ca-  
ça miuda, co’ alguas seis cargas  
de garrafas de vinho...”<sup>78</sup>

<sup>71</sup> Ferreira, 1997, p. 186, est. 1 - 2.

<sup>72</sup> Ciepiela-Kubalska, 1985, p. 299, fig. 3; Charleston, 1972, p. 144-45, fig. 63/48.

<sup>73</sup> Colecção de Gravura da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>74</sup> Cidade do México, Pinacoteca Vice-real. Reproduzido, mais tarde, em FERREIRA, M. A. (2005), “O uso de vidraria em Sellium e em Tomar: as descobertas recentes em relação com a História do Vidro”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico, (Vol. 8, N.º1), p. 387-431, p. 392, fig. 3.

<sup>75</sup> Barros, 1969, Cat. I, est. XXIV.

<sup>76</sup> Ferreira, 1997, est. 2. Cf. Também nota 73.

<sup>77</sup> Ashurst, 1970, p. 116-21; Fox e Barton, 1986, p. 223-230; Dixon, 1975, p. 110-11; Hume, 1961, p. 98-105.

<sup>78</sup> Anónimo, *O Amante Jardineiro*, 1773, p. 17.

A fazer fé nas fontes escritas, e tomando em vista, de relance, a ausência de representações de garrafas em vidro comum, verde e pesado, acima de um determinado patamar social, a garrafa usada à mesa para o serviço das bebidas não seria deste tipo.

Embora a adjectivação escasseie em testamentos e inventários, as “*garrafas de vidro jaspado*” e as “*garrafas de vidro xaspiadas*” que, especifica-se no inventário dos duques de Aveiro, se destinavam a vinho<sup>79</sup>, deveriam estar mais próximas das representadas no painel de azulejos da Quinta dos Chavões (Fig. 9/3), cuja decoração se aparenta com a de algumas das que figuram no *Catálogo da Real Fábrica de Vidros...*<sup>80</sup>

Assim, também não é de excluir que as garrafas de Évora não possam ter contido outras bebidas ou outras substâncias líquidas.

## CATÁLOGO

Nº 16 – Copo. Fundo cónico ostentando marca de pontel. Cilíndrico. Sopragem livre. Vidro fino, transparente incolor, contendo numerosas minúsculas bolhas de ar. Ø 70 mm Alt. 84 mm EVR.GOU.438.

Nº 17 – *Idem*. Fundo cónico ostentando marca de pontel. Truncocónico. Vidro fino, transparente incolor, contendo numerosas minúsculas bolhas de ar, apresentando estrias da sopragem. Ø 68 mm Alt. 70 mm EVR.GOU.438.

Nº 18 – *Idem*. Truncocónico. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, leitoso, contendo algumas bolhas de ar. Ø 76 mm EVR.GOU.438.

Nº 19 – *Idem*. Cilíndrico. Sopragem livre. Vidro muito fino, transparente incolor, contendo minúsculas bolhas de ar. Ø 66 mm EVR.GOU.ÁREA 186.

Nº 20 – *Idem*. Truncocónico. Vidro fino, transparente incolor, ligeiramente irisado, apresentando estrias da sopragem. Ø 76 mm EVR.GOU.ÁREA 186.

Nº 21 – *Idem*. Truncocónico. Sopragem livre. Vidro fino, transparente incolor, ligeiramente irisado. Ø 68 mm EVR.GOU.ÁREA 438.

Nº 22 – *Idem*. Fundo cónico ostentando marca de pontel. Cilíndrico. Sopragem livre. Vidro muito fino, transparente de cor *bordeaux* ou violeta (Methuen 10 D5). Decorado por cinco fios de vidro branco opaco aplicados em relevo. Ø 74 mm Alt. 72 mm EVR.GOU.438.ZONA 10.

Nº 23 – *Idem*. Fundo raso ostentando marca de pontel. Truncocónico. Sopragem livre. Vidro grosso, transparente incolor, leitoso, contendo minúsculas bolhas de ar, irisado. Ø 48 mm EVR.GOU.438.

Nº 24 – Garrafa. Fundo cónico ostentando marca de pontel. Bocal em forma de funil. Secção em forma de cruz grega. Sopragem em molde. Vidro muito fino, transparente incolor tingido de amarelo acinzentado (Methuen, 2 B3). Ø 66 mm Alt. c. 27 mm EVR.GOU.438.

Nº 25 – *Idem*. Não é possível determinar dimensões. EVR.GOU.438.

Nº 26 – Frasco. Fundo cónico ostentando marca de pontel. Bocal esvasado; bordo biselado. Secção quadrangular. Sopragem em molde. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 29 D6). Ø do bordo – 48 mm Lado do fundo: 102 mm Alt. 272 mm EVR.GOU.438.

Nº 27 – Fragmento de garrafa de secção quadrangular. Não é possível determinar dimensões. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 29 D6). EVR.GOU.385.

Nº 28 – Balão. Bordo curto vertical. Globular. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 230 mm . EVR.GOU.383.CORTE 10.

Nº 29 – Bocal de garrafa. Bordo cortado horizontalmente sublinhado por um cordão aplicado. Sopragem livre. Vidro transparente verde azeitona (Methuen 2 D5). Ø 32 mm EVR.GOU.438.ZONA 10.

Nº 30 – *Idem*. Bordo arredondado sublinhado por um cordão aplicado. Sopragem livre. Vidro transparente verde azeitona (Methuen 2 D5). Ø 34 mm EVR.GOU.438.ZONA 10.

<sup>79</sup> Guerra, 1952, p. 115 e 121.

<sup>80</sup> Barros, 1969, Cat. I, est. XIV-XV e Cat. II, est. XLIII-XLIV.

Nº 31 – *Idem*. Bordo em forma de cabeça de fósforo sublinhado por um cordão aplicado. Sopragem livre. Vidro transparente verde azeitona (Methuen 3 D5). Ø 26 mm EVR.GOU.ÁREA 383.CORTE 10.

Nº 32 – *Idem*. Bordo em forma de cabeça de fósforo sublinhado por um cordão aplicado. Colo convexo. Sopragem livre. Vidro transparente verde-azeitona (Methuen 3 D5). Ø 28 mm EVR.GOU.ÁREA 383.

Nº 33 – *Idem*. Ø 28 mm EVR.GOU.385.CORTE 10.

Nº34 – *Idem*. Bordo em forma de aba horizontal. Colo convexo. Sopragem livre. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 29 C4), muito irisado. Ø 42 mm EVR.GOU.ÁREA 652.CORTE 15.

Nº35 – Fundo cónico de garrafa ostentando larga marca de pontel. Cilíndrico. Sopragem livre. Vidro transparente verde azeitona (Methuen 3 D6). Ø 134 mm EVR.GOU.438.

### **VIDRO GRAVADO (N.ºs 36 – 39)**

O copo poligonal gravado à roda a que pertenceram os n.ºs 38 e 39 (Fig. 10) é um exemplar típico do vidro gravado português do séc. XVIII. As formas poligonais rectas ou quebradas mereceram largo favor no período barroco e inspiraram, em primeira instância, os arquitectos, tendo também penetrado muitos dos ramos das Artes Decorativas. No vidro, mediante o emprego de moldes, era fácil criar as dinâmicas superfícies quebradas compatíveis com os princípios estéticos da época.

A restituição e planificação da composição que ornou as oito faces da copa do espécime em observação (Fig. 10/1) proporcionam o estabelecimento de paralelismos entre as soluções decorativas aqui em questão com as de outros vidros gravados nacionais, arqueológicos ou não.

A linha ondulante em torno do bordo é quase uma constante, quer em material da Casa dos Bicos ou da Baixa de Lisboa (Fig. 10/2), quer em peças das colecções do Museu Nacional de Arte Antiga<sup>81</sup> e do Museu Nacional Soares dos Reis<sup>82</sup>. Sob essa linha, uns e outros têm em comum o arranjo dos motivos segundo o princípio da repetição linear alternada, em registos verticais. Este esquema ornamental encontra-se igualmente documentado no *Catálogo da Real Fábrica...*<sup>83</sup>

O nº 37 (Fig. 10) corresponde, basicamente, à mesma matriz dos n.ºs 38-39.

### **CATÁLOGO**

Nº 36 – Fragmento de parede ostentando duas linhas paralelas gravadas à roda. Vidro transparente incolor. EVR.GOU.282.

Nº 37 – Copa poligonal de copo de pé (?). Paredes arqueadas. Soprado em molde. Decorado, abaixo do bordo, por um cordão ondulante sublinhado por uma linha recta gravados à roda. Vidro transparente incolor, contendo algumas bolhas de ar. Ø 60 mm EVR.GOU.ÁREA 438.

N.ºs38-39 – Copa octogonal de copo de pé. Paredes arqueadas. Soprado em molde. Decorado, por gravura à roda, por linhas serpentiformes alternadas com um motivo floral, em registos verticais limitados superiormente por uma linha recta acima da qual corre um cordão ondulante. Vidro transparente incolor. Ø 54 mm EVR.GOU. ÁREA 438.

### **VIDROS DE USO MÉDICO E FARMACOLÓGICO (N.ºs 40 – 51)**

Não escasseiam as fontes, quer escritas, quer iconográficas, que se reportam à forma pela qual, até ao advento da Medicina moderna, eram dispensados cuidados de saúde aos enfermos. A multiplicação de tais fontes poderá ser justificada pela angústia dos homens que, cônscios dos poucos recursos de

<sup>81</sup> *Idem*, 1979, p. 224, fig. 160.

<sup>82</sup> Agradecemos à Doutora Paula Carneiro as facilidades concedidas e as fotos cedidas.

<sup>83</sup> Barros, 1969, Cat. I, est. VII e XXI.

que dispunham para combater eficazmente o Mal de que podia ser pasto esse mistério que era o corpo, o evocavam quicá por vezes mais instintivamente do que de modo deliberado.

Os urinóis e a frascaria destinada a conter mezinhas, purgas, drogas e outros medicamentos são os recipientes deste espólio, relacionados com o diagnóstico e a cura de enfermidades, que examinaremos de seguida.

### Urinóis de diagnóstico (n<sup>os</sup> 40 - 44)

Num dos textos dramáticos de António José da Silva, representado no Teatro do Bairro Alto em 1737, um doente acamado é visitado por um impostor – de seu nome Semicúpio – que se faz passar por médico:

“Câmera – Haverá uma cama e nela estará D. Tibúrcio deitado...

(...)

Semicúpio – Pergunto se o doente fez a mija!

D. Tibúrcio – Nesta casa não há ourinol.

Semicúpio – Pois tome-as [as águas], ainda que seja numa frigideira, em todo o caso, *quia per orinis optime cognoscitur morbus*.

D. Lancerote – Ah, Senhores! Grande médico!”<sup>84</sup>

E “médico de ourinas” é a expressão empregue, num diálogo entre um paciente e um cirurgião, numa outra peça d’*O Judeu*<sup>85</sup>.

Omitido embora por Rafael Bluteau no seu Vocabulario Portuguez e Latino..., este instrumento de uroscopia foi uma peça fundamental no diagnóstico médico, por toda a Europa, desde a Idade Média (Fig. 11) e, enquanto tal, emblemático das funções dos “físicos”<sup>86</sup>.

Os croquis dos urinóis do *Catálogo da Real Fábrica...* (Fig. 12/1) serão as figurações de urinóis post-medievais mais fidedignas de que dispomos, mas a configuração dos que os trabalhos arqueológicos de campo têm trazido a luz difere substancialmente dos dois tipos fabricados, ou a fabricar, na Marinha Grande<sup>87</sup>. Todos eles são feitos em vidro transparente fino, seja perfeitamente incolor seja tingido de verde, como é o caso dos espécimes de Évora. (Fig. 13/40-42) A forma é, basicamente, a de um balão com um colo alto resolvido em aba horizontal e base convexa (Fig. 13/43-44), forma que foi adoptada pelo designer de uma embalagem para medicamentos, em papel, de uma farmácia de Madrid: reminiscência, em 1996, da urologia intuitiva. (Fig. 12/2)

### Frascos (n<sup>os</sup> 45 – 47)

Os inventários de 1771 e de 1792 da Botica do Convento de Maфра referem, respectivamente, “51 vidros pequeninos”<sup>88</sup> e “24 vidros de rolha pequena”<sup>89</sup>. Tais “vidros” serão, segundo o próprio *Inventário* de 1771, os frascos em que se guardavam “as drogas e os simples”, bem como os medicamentos preparados pelo boticário: “*Nos vidros e vasos da dita Botica se acham águas destiladas, unguentos, e outros remédios em pequena quantidade...*”<sup>90</sup>.

---

<sup>84</sup> Silva, 1737, Parte II, Cena V.

<sup>85</sup> *Idem*, 1733, Parte II, Cena V.

<sup>86</sup> Na opinião de Barrera (1993, p. 373), o urinol já é raro no séc. XVII e a sua representação iconográfica é mais consequência da carga simbólica do que da sua real importância na vida quotidiana. Em Portugal, todavia, ele tem surgido em estações arqueológicas ricas em espólios cerâmico e vítreo do séc. XVII (Alcáçova de Coimbra, Quinta da Anunciada Velha (Tomar), Rua de S. Lourenço (Lisboa).

<sup>87</sup> Barros, 1969, Cat. I, est. XIX.

<sup>88</sup> Carvalho, 1992, p. 33.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*, 1992, p. 34.

E se nestes dois inventários não foram listadas nem as matérias-primas, nem as mezinhas com elas fabricadas, já o de 1833 – no qual se voltam a mencionar vasos “... e vidro com tampas do mesmo...”<sup>91</sup> – é fértil na enumeração de substâncias vegetais, óleos essenciais, águas destiladas, sais, xaropes, espíritos, tinturas e bálsamos<sup>92</sup>. De igual modo a Botica jesuítica do Colégio de Santo Antão possuía, na 1ª metade do séc. XVIII, “... 268 recipientes de vidro com medicamentos”<sup>93</sup>.

Os frascos de Évora terão sido aqueles em que as preparações com propriedades curativas foram trazidas da botica por particulares. O teatro de cordel faz eco da utilização de frascos como contentores dos produtos adquiridos nas boticas para posterior consumo domiciliário:

“Livieta (filha) – Meu Pai, meu Pai, segure-me, que caio.

Ramigio Fafes – Dirandina, Dirandina, ajuda-me a sustella, que tornou a maldita convulsão... (...)... segura tu aqui enquanto eu vou lá ao meu quarto buscar hum espirito, para ela cheirar...

Livieta (filha) – Foi-se? Bem, confesso-te, que já me dohião as costas de estar derriada na cadeira.  
(...)

D i r a n d i n a – Mas torne à mesma, que o velho é chegado, e como vem afflicto com o vidrinho do tal espirito.

(...)

Ramigio Fafes – ... olha, Levietazinha cheira tu este frasquinho de espirito...”<sup>94</sup>

Abstraindo o carácter jocoso deste texto, encontra-se nele a acepção, consignada por Bluteau<sup>95</sup>, de “vidro” enquanto “frasco” e “frasquinho”, mas o certo é que a iconografia não concorre para o estabelecimento do facies da frascaria dos sécs. XVII e XVIII.

Mais elucidativa será a comparação das *phials* exumadas no Reino Unido (Fig. 14/1-4) — os autores ingleses conservam a designação de etimologia grega para nomear os frascos de botica — com os n.ºs 45- 46, que restituímos, respectivamente, na Fig. 13/45 & 14/45 e na Fig. 14/46; o n.º 47 (Fig. 14), por seu lado, é do tipo de um *flacon-oignon* proveniente de um contexto do séc. XVII-XVIII do Convento de Gent (Bélgica), onde apareceu relacionado com a enfermaria e práticas médicas<sup>96</sup>.

No caso da forma dos primeiros, Thompson *et al.* fizeram notar que a altura da frascaria tende a aumentar no decurso do séc. XVIII<sup>97</sup>. E, embora Ashurst haja posto em causa o valor dos frascos de farmácia para efeitos de datação, dado a forma dos mesmos pouco ter evoluído ao longo dos tempos, indica um *terminus ante quem* fixado em 1795 para os mais tardios – aqueles que foram feitos em vidro incolor – que publica<sup>98</sup>.

## VARIA (n.ºs 48 – 51)

Como os frascos precedentemente tratados, os fragmentos n.ºs 49-50 (Fig. 13) são de vidro incolor. Parece tratar-se de fragmentos de um só recipiente, mas não é líquido afirmar que tenham pertencido a um frasco. Poderão, alternativamente, ser tidos por fragmentos de um canudo para varetas, pois o recipiente afecta a forma que este tipo de vidro laboratorial conservou quase até aos nossos dias (Fig. 13/49-50).

Poderia o n.º 51 (Fig. 13) ter sido um fragmento de um utensílio de destilação, a despeito da cor azul da matéria? Funil ou bico de mamadeira? É certo que a Botica de S. Vicente de Fora possuía boiões, do séc. XVIII ou do séc. XIX, igualmente em vidro transparente azul profundo<sup>99</sup>.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 36-41.

<sup>93</sup> Basso e Neto, 1994, p. 21.

<sup>94</sup> Anónimo, *Nova e Graciosa Peça intitulada “As gírias das moças para casarem”*, s.d., p. 8-9.

<sup>95</sup> Bluteau, 1728, *Suplemento*, Vol. II. P. 482.

<sup>96</sup> Degré, 1995, p. 143, fig. 91/ 19.

<sup>97</sup> Thompson *et al.*, 1984, p. 86.

<sup>98</sup> Ashurst, 1970, p. 117, fig. 34/ 4-15.

<sup>99</sup> Basso e Neto, 1994, p. 53, fig. 69.

## CATÁLOGO

Nº 40 – Urinol. Bordo em forma de aba descaída. Colo alto troncocónico. Sopragem livre. Vidro transparente acinzentado (Methuen 27 C4), muito fino. Ø 95 mm EVR.GOU.385.

Nº 41 – *Idem*. Bordo em forma de aba soerguida. Sopragem livre. Vidro transparente verde-claro acinzentado (Methuen 26 B4), muito fino, contendo bolhas de ar. Ø 124 mm EVR.GOU.385.CORTE 10.

Nº 42 – *Idem*. Vidro transparente incolor, fino e muito irizado. Ø 98 mm EVR.GOU.ÁREA 1374.

Nº 43 – Fundo de urinol em forma de calote esférica ostentando marca de pontel. Sopragem livre. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 27 C4), contendo minúsculas bolhas de ar. EVR.GOU.385.

Nº 44 – *Idem*. Sopragem livre. Vidro transparente incolor irizado, contendo minúsculas bolhas de ar. EVR.GOU.ÁREA. 1017.ZONA 18.

Nº 45 – Frasco. Cilíndrico alto. Bordo esvasado. Sopragem livre. Vidro transparente incolor ligeiramente tingido de amarelo, contendo numerosas minúsculas bolhas de ar. Ø 20 mm Alt. c. 100 mm. EVR.GOU.385.CORTE 10.

Nº 46 – *Idem*. Bordo em aba oblíqua. Cilíndrico. Fundo ligeiramente reentrante ostentando marca de pontel. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irizado. Ø 28 mm Alt. c. 85 mm EVR.GOU.385.CORTE 10.

Nº 47 – *Idem*. Corpo em forma de cebola. Fundo cónico ostentando marca de pontel. Sopragem livre. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 29 C4). Ø 30 mm EVR.GOU.ÁREA 1118.ZONA 18.

Nº 48 – Colo cilíndrico de frasco (?). Sopragem livre. Vidro transparente incolor muito ligeiramente tingido de amarelo, com numerosas bolhas de ar. Ø 22 mm EVR.GOU. 1744. Não desenhado.

N.ºs 49-50 – Frasco (?). Colo alto. Pequeno ombro. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irizado. Ø 33 mm EVR.GOU.385.CORTE 10.

Nº 51 – Fragmento de tubo pertencente a utensílio indeterminado (Funil? Bico de mamadeira (?). Vidro muito fino, transparente azul profundo (Methuen 20 D8), irizado. Ø médio 12 mm EVR.GOU.383.CORTE 10.

### VIDRO DOS SÉCULOS XIX E XX (N.ºs 52 - 65)

Em primeiro lugar, a qualidade da matéria indicia o fabrico industrial destes vasos. Outras considerações suscitam, porém, técnicas de fabrico e soluções decorativas neles patententes.

#### Vidro soprado (N.ºs 52 – 61)

A representação de um copo do modelo dos n.ºs 55 a 57 figura na tela, de finais do século XIX, publicada por Alberto Souza, *O Botequim da Ginginha das Portas de Santo Antão*. Sentado à mesa sobre a qual tal copo foi debuxado, um “lisboeta do passado” — para usar a expressão de Souza — segura na mão a nota de banco de 1000 réis<sup>100</sup> que circulou entre 22 de Julho de 1891 e 4 de Maio de 1896<sup>101</sup>. Na impossibilidade de reproduzir esta tela, apresenta-se uma litografia em que o copo, pelo qual a ginginha é bebida, é idêntico (Fig. 15/1).

Também do extremo final de oitocentos se nos afiguram os n.ºs 63 e 64 (Fig. 16), representantes da voga em que, por essa época, esteve o vidro opaco. O primeiro pertence à categoria de vidros que se pretendeu imitarem as pedras semipreciosas e o segundo, que surgiu associado aos copos n.ºs 52-53 e 55-56 e à taça nº 60, é do tipo conhecido em italiano por *lattimo* e em francês por *verre blanc de lait*, que aqui designaremos por porcelana de vidro (Fig. 16).

Um pequeno cálice, de copa em gomos relevados, foi soprado em molde. (Fig. 16/58).

<sup>100</sup> Souza, s.d., p. 72, fig. 1894.

<sup>101</sup> *O papel-moeda em Portugal*, 1985, p. 240-41.

## Vidro prensado (Nº 59 & 62)

Fabricada em série pelo relativamente económico processo inventado na Inglaterra e nos Estados Unidos pelos finais do 1º quartel do séc. XIX, a caneca nº 59 apresenta decoração prensada que imita, a baixo custo, a decoração lapidada, relativamente grosseira, que planificámos, da produção de escolha (Fig. 15/2).

A tacinha (Fig. 16/62) corresponde à moda do vidro prensado dos finais de novecentos até à década de 30 do séc. XX. A composição externa relevada que a orna pauta-se pelo princípio genérico mais comum constatável no vidro prensado, a repetição linear simples de um motivo. Bastante vulgares são, igualmente, as bandas peroladas de enquadramento ou seccionamento da decoração que encontramos em vidro prensado de muitos países desde c. 1840<sup>102</sup>. No vidro soprado, em que se espelham as tendências revivalistas das Artes Decorativas do fim do século passado, surge amiúde o acanto, cuja estilização se pode observar na tacinha em foco.

## CATÁLOGO

Nº 52 – Copo. Troncocónico. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, contendo minúsculas bolhas de ar. Ø 76 mm EVR.GOU.ÁREA 186.

Nº 53 – *Idem*. Vidro transparente incolor ligeiramente irizado. Ø 74 mm. Não desenhado.

Nº 54 – *Idem*. Prismático. Sopragem em molde. Vidro transparente incolor. Ø 50 mm EVR.GOU.ÁREA 1017.ZONA 18. Não desenhado.

Nº 55 – *Idem*. Cilíndrico. Marca de pontel apagada no fundo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irizado. Ø 76 mm Alt. 95 mm EVR.GOU.186.

Nº 56 – *Idem*. Ø 70 mm EVR.GOU.186.

Nº 57 – *Idem*. Ø 82 mm EVR.GOU.186.

Nº 58 – Cálice. Copa soprada em molde. Vidro transparente incolor, irizado. Ø indeterminável EVR.GOU.ÁREA 1387.

Nº 59 – Caneca. Cilíndrica. Asa de rolo. Sopragem em molde. Decorada por motivos florais e geométricos organizados em registos horizontais. Vidro transparente incolor. Ø 94 mm Alt. c. 110 mm EVR.GOU.ÁREA 438.

Nº 60 – Taça. Paredes esvasadas arqueadas. Bordo engrossado pelo exterior. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irizado. Ø 128 mm EVR.GOU.ÁREA 186.

Nº 61 – *Idem*. Ø 218 mm EVR.GOU.ÁREA 438.

Nº 62 – *Idem*. Paredes rectas esvasadas. Bordo em pequena aba descaída. Pé anelar. Prensagem em molde. Decorada, pelo lado externo, por folhas de acanto estilizadas, que irradiam do centro, e por uma banda perolada ao redor do bordo. Vidro transparente incolor Ø 108 mm Alt. 22 mm EVR.GOU.385. CORTE 10.

Nº 63 – Frasco (?). Globular. Sopragem livre. Vidro opaco marmoreado de cor *beige* com laivos castanhos. Dimensões indetermináveis. EVR.GOU.ÁREA 1013.ZONA 18.

Nº 64 – Vaso indeterminado. Troncocónico. Abertura larga. Sopragem livre. Vidro opaco branco. Dimensões indetermináveis. EVR.GOU.ÁREA 186.

Nº 65 – Fragmentos de vidraça. Vidro plano, transparente incolor, ligeiramente tingido de verde. EVR.GOU.186.

---

<sup>102</sup> Spillman, 1981, pp. 60, nº 136, 190, nº 733, 326, nº1267 (americanos), 394, nº1525 (francês ou boemiano), 396, nº 1530 (alemão?), nº 397, nº1534 (russo), etc. Além de raro, o vidro prensado exumado de estações arqueológicas nacionais (Tomar, Lisboa) não tem, aparentemente, surgido em contextos coerentes.

## BRACELETES (N.ºs 66 – 78)

É costume imputar ao artesanato veneziano dos sécs. XV e XVI a autoria deste género de objectos de adorno em vidro, embora, de facto, não seja de todo líquido datá-los na ausência da sua associação significativa com outros objectos. É flagrante a semelhança, existente entre as braceletes de Évora e as peças homólogas provenientes de sepulturas muçulmanas medio-orientais coevas<sup>103</sup>, as quais, por sua vez, repetem a tradição islâmica medieval neste campo<sup>104</sup>. No mínimo, é de admitir que tais objectos de adorno, entre outros da mesma índole, tenham sido produzidos localmente, a par dos vasos utilitários.

Algumas destas braceletes ilustram aspectos essenciais da estética tradicional, ao respeitarem a utilização do vidro negro opaco<sup>105</sup> e o gosto pelo forte contraste criado por aplicações de filamentos branco opaco sobre fundos escuros. (Fig. 17/77-78) Outras são torças<sup>106</sup>, mas se exceptuarmos a bracelete n.º 78, todas têm secção circular, factor que avanta o carácter muito comum de peças cuja decoração foi desde sempre, já de si, muito corrente. No caso vertente, distinguir-se-á a peça n.º 69, cujo filamento ornamental azul-turquesa é de uma tonalidade inexistente na vidraria utilitária portuguesa do Renascimento.<sup>107</sup>

O espólio do Corte 20, de onde são oriundas seis das vinte braceletes, compreende os copos soprados em molde n.ºs 5 e 6 (Fig. 4), ambos característicos do extremo final do séc. XVI ou do séc. XVII. A concomitância de duas outras, no Corte 16, com fragmentos que tivemos que remeter para os vidros inatribuíveis e indatáveis, não é de molde a facilitar a sua interpretação.

## CATÁLOGO

N.º 66 – Bracelete. Torça. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 27 C6). Ø 54 mm EVR. GOU.ÁREA 1406.

N.º 67 – *Idem*. Torça. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 3 B6). Ø 52 mm EVR.GOU.ÁREA 824.CORTE 16.

N.º 68 – *Idem*. Torça. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 3 B6). Ø 84 mm EVR.GOU.ÁREA 1453.CORTE 20.

N.º 69 – *Idem*. Estriada. Vidro transparente azul acinzentado (Methuen 22 D6), muito irizado. Decorada por fios de vidro azul-turquesa claro (Methuen 24 A4) aplicados em espiral e em relevo. Ø 62 mm EVR.GOU.ÁREA 1421.CORTE 20.

N.º 70 – *Idem*. Lisa. Vidro opaco negro. Ø 67 mm EVR.GOU.ÁREA 1397.CORTE 20.

N.º 71 – *Idem*. Ø 60 mm EVR.GOU.ÁREA 824.CORTE 16.

N.º 72 – *Idem*. Ø 56 mm EVR.GOU.ÁREA 1411.

N.º 73 – *Idem*. Ø 50 mm EVR.GOU.ÁREA 1423.ZONA 20.

N.º 74 – *Idem*. Ø 62 mm EVR.GOU.ÁREA 1418.CORTE 20.

N.º 75 – *Idem*. Ø 76 mm EVR.GOU.ÁREA 1421.CORTE 20.

N.º 76 – *Idem*. Torça. Vidro opaco negro. Ø 56 mm EVR.GOU.ÁREA 1418.

N.º 77 – *Idem*. Estriada. Vidro opaco negro. Decorada por um fio de vidro branco opaco aplicado em espiral e em relevo. Ø 56 mm EVR.GOU.ÁREA 1409.

<sup>103</sup> Brosh, 1993, p. 292, fig. 5.

<sup>104</sup> Spaer, 1992, p. 48-50.

<sup>105</sup> Entre o material vítreo dos níveis dos sécs. XVI-XVII das escavações feitas em 1994 no Convento de Cristo, em Tomar, contam-se braceletes em vidro opaco negro. (TOM.CC.PI.Sala 2.3, 4, 5).

<sup>106</sup> Dos silos da Rua Gil Vicente, em Sintra, que deram abundante material dos sécs. XVI-XVII por nós estudado, provieram três braceletes em vidro negro opaco, uma das quais torça. (GVS 3 e 4/M/83/339,386,1536) (não publicado).

<sup>107</sup> Na data da publicação, esta asserção foi ultrapassada. Durante anos, suscitámos a questão da inexistência, em Portugal, da «decoração azul», a par com a «decoração branca», à semelhança da realidade nos demais países europeus. A primeira encontra-se, presentemente atestada em muitos espólios arqueológicos da Idade Moderna. As escavações da Casa do Infante, no Porto, foram, tanto quanto nos é dado saber, a primeira estação arqueológica de onde saiu vidro com «decoração azul».

Nº 78 – *Idem*. Lisa. Vidro opaco negro. Decorada por dois fios de vidro branco opaco aplicados longitudinalmente em relevo. Ø 70mm EVR.GOU.ÁREA 1422.CORTE 20.

### **C – VIDROS INATRIBUÍVEIS E INDATÁVEIS**

Não pertencendo a qualquer complexo do período romano, nem pela qualidade do vidro, nem por quaisquer características formais ou decorativas poderem ser datados dos séculos correspondentes, estes fragmentos serão de cronologia medieval e moderna (Fig. 19).

Alguns, e ainda assim apenas um certo número deles, não permitem mais do que conjecturas baseadas em proveniências e na associação com espécimes precedentemente examinados de forma concludente.

O bordo nº 2, cujo fundo poderá ter sido o nº 12, o fundo cónico nº 10 e a asa nº 15 surgiram nos mesmos contextos de várias braceletes, e o bocal de frasco nº 6 ocorreu no conjunto de algum material, pouco significativo, associado aos vasos da Fig. 6. Significa tal que pode apontar-se-lhes uma cronologia dos séculos XVI ou XVII?

O fragmento da base do copo de pé nº 4, soprada em molde, é demasiado exígua para permitir qualquer hipótese, e os fundos n.ºs 3, 8, 9 e 11, bem como as asas n.ºs 13-14, são pouco eloquentes.

### **CATÁLOGO**

Nº 1 – Taça. Vidro transparente incolor, irizado. Ø 128 mm EVR.GOU.385.CORTE 10.

Nº2 – *Idem*. Vidro transparente incolor, muito irizado e coberto de concreções. Ø 84 mm EVR.GOU.ÁREA 1418. CORTE 20.

Nº 3 – *Idem*. Fundo cónico. Pé anelar. Vidro transparente esverdeado (Methuen 28 A2), irizado. Ø 50 mm EVR.GOU.284.

Nº 4 – Fragmento da base de um copo de pé. Soprado em molde. Vidro transparente incolor. EVR.GOU.1013.ZONA 18.

Nº 5 – Bocal (de garrafa ou balão?). Vidro transparente incolor, ligeiramente tingido de verde, contendo minúsculas bolhas de ar. Ø 72 mm EVR.GOU.438.

Nº 6 – *Idem*. Vidro transparente amarelado (Methuen 3 B4), irizado, contendo bolhas de ar. Ø 36 mm EVR.GOU.ÁREA 1406.

Nº 7 – *Idem*. Vidro transparente incolor esverdeado (Methuen 28 A2), irizado. Ø 72 mm EVR.GOU.438.

Nº 8 – Fundo cónico com marca de pontel. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 3 B5), contendo minúsculas bolhas de ar. EVR.GOU.1456.

Nº 9 – *Idem*. Vidro transparente cinzento amarelado (Methuen 3 B2), irizado. Ø 34 mm EVR.GOU.789.CORTE 16.

Nº 10 – *Idem*. Vidro transparente azul (Methuen 21 B8), irizado, contendo minúsculas bolhas de ar. Ø 46 mm EVR.GOU.1406.

Nº 11 – *Idem*. Vidro transparente incolor esverdeado (Methuen 28 A2), irizado. Ø 60 mm EVR.GOU.ÁREA 1396.

Nº 12 – *Idem*. Vidro transparente incolor muito alterado, irizado e coberto de concreções. EVR.GOU.ÁREA 1418.CORTE 20.

Nº 13 – Asa. Vidro transparente incolor. EVR.GOU.ÁREA 438.

Nº 14 – *Idem*. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 29 B5), irizado. EVR.GOU.ÁREA 445. CORTE 13.

Nº 15 – *Idem*. Vidro transparente azul-cobalto (Methuen 22 B7). EVR.GOU.ÁREA 824.CORTE 16.

## Postfácio de Agosto de 2009

Este estudo ficou concluído em Abril de 1998. Os abundantes espólios vítreos do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra e do Mosteiro de S. João de Tarouca, uma vez exaustivamente estudados e retiradas desses estudos as devidas ilações, mediante trabalho em equipa pluridisciplinar, mormente com o recurso à Arqueometria, análise que será estendida à vidraria versada neste estudo pela Doutora Teresa Medici, no âmbito da sua tese de doutoramento, permitirá uma leitura, a mais esclarecedora luz, deste material.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

ANAIS DO MUNICÍPIO DE TOMAR – 1454-1580, (1971), vol. VII, Tomar : Câmara Municipal de Tomar

ANÓNIMO (1773), *O Amante Jardineiro*, Lisboa: Oficina de Francisco Sabino dos Santos

ANÓNIMO (s. d.), *Nova e Graciosa Peça Intitulada “As gírias das moças para cazarem”*, Lisboa: Oficina de Domingos Gonsalves

GUERRA, L. de B. (1952), *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*, Lisboa: Arquivo do Tribunal de Contas

SANTA RITA, Fr. J. de (1768), *Comédia intitulada “Mulher sabia, e prudente”*, Lisboa: Oficina de João Baptista Alvares

SILVA, A. J. da (1733), *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança*, in AMENO, F. L. (1744), *Theatro Comico Portuguez, ou Collecção das Operas Portuguezas, que se representaraõ na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa. Offerecidas a muito nobre senhora Pecunia Argentina/por Francisco Luís Ameno*, Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real

*Idem* (1737), *Guerras de Alecrim e Mangerona*, in AMENO, F. L. (1744), *Theatro Comico Portuguez, ou Collecção das Operas Portuguezas, que se representaraõ na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa. Offerecidas a muito nobre senhora Pecunia Argentina/por Francisco Luís Ameno*, Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real

### Estudos

ALARCÃO, J. et al. (1976), *Fouilles de Conimbriga*, vol. V, *Céramiques diverses et verres*, Paris: Diffusion E. de Boccard

ALARCÃO, J. e ALARCÃO, A. (1976), *Vidros romanos de Conimbriga*, Conimbriga: Museu Monográfico de Conimbriga

ASHURST, D. (1970), “Excavations at Gawber Glasshouse, near Barnsley, Yorkshire”, *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. IV, Leeds: Maney Publishing, pp. 92-140

BARRERA, J. (1990), “La verrerie médiévale et moderne – Collection Thaurin, Musée des Antiquités de Rouen”, *Revue Archéologique de l’Ouest*, vol. 7, Rennes: Association pour la diffusion des recherches archéologiques dans l’Ouest de la France, pp. 115-129

BARRERA, J. (1993), “La verrerie des fouilles de la cour Napoléon – Deuxième Partie », *Annales du 12<sup>ème</sup> Congrès de l’Association Internationale pour l’Histoire du Verre*, Amesterdão: Association Internationale pour l’Histoire du Verre, pp. 365-377

BARRELET, J. (1953), *La Verrerie en France de l’époque gallo-romaine à nos jours*, Paris: Larousse

BARROS, C. V da S. (1969), *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário – 1769-1969*, Lisboa: Fábrica-Escola Irmãos Stephens e Instituto Nacional de Investigação Industrial

*Idem* (1979) – “Vidros” in *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga – Sécs. XV-XVIII – Catálogo*, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 210-234

- BASSO, M. P. & NETO, J. M. (1994), *A Botica de S. Vicente de Fora*, Lisboa: Associação Nacional de Farmácias
- BLUTEAU, R. (1712-1728), *Vocabulario Portuguez e Latino... oferecido a elrey de Portugal D. João V*, Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus
- BROSH, Na'ama (1993), "Kohl bottles from Islamic periods excavated in Israel", *Annales du 12<sup>ème</sup> Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, Amesterdão: Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 289-295
- BRUNELLA, P. & CABART, H. (1990), "Metz – Residences Sainte-Croix – Verrerie de la fin du XV<sup>ème</sup> – début XVI<sup>ème</sup> siècle", *Revue Archéologique de l'Est et du Centre-Est – Verrerie de l'Est de la France - Fabrication et Consommation – Neuvième Supplément*, Dijon. Éditions du C.N.R.S., pp. 241-246
- CABART, H. (1990), "Metz, Espace Serpenoise – Verrerie de l'Est et du Centre-Est", *Revue Archéologique de l'Est et du Centre-Est – Verrerie de l'Est de la France - Fabrication et Consommation – Neuvième Supplément*, Dijon: Éditions du C.N.R.S., pp. 223-232
- CADORNEGA, A. de (1983), *Descripçam da muito populosa e sempre leal Villa Viçoza, Corte dos Serenissimos Duques dos Estados de Bragança e Barcellos – Escrito em este Reino de Angóla na Era de 1683*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- CARVALHO, A. de (1992), *Obra Mafrense*, Mafra: Câmara Municipal de Mafra
- CHARLESTON, R. J. (1972), "The Vessel Glass from Rosedale and Hutton" in CROSSLEY, D. W. & ABERG, F. A., "Sixteenth-century Glass Making in Yorkshire: Excavations at Furnaces at Hutton and Rosedale, North Riding, 1968-1971", *Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. 6, Leeds: Maney Publishing, pp. 107-159
- CHARLESTON, R. J. (1977-1980), "Glass of the High Medieval Period (12<sup>th</sup>-15<sup>th</sup> century)", *Bulletin de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, N<sup>o</sup> 8, Liège [?]: Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 65-76
- CIEPIELA-KUBALSKA, S. (1985), "Bouteilles du XVIII<sup>ème</sup> siècle trouvées lors des fouilles à Prague", *Annales du 9<sup>ème</sup> Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, Amsterdão: Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 291-305
- CLAIRMONT, Ch. W. (1963), *The Excavations at Dura-Europos – Final Report IV – Part V – The Glass Vessels*, New Haven: Yale University Press
- CROSSLEY, D. W. & ABERG, F. A. (1972), "Sixteenth-Century Glass Making in Yorkshire: Excavations at furnaces at Hutton and Rosedale, North Riding, 1968-1971", *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. VI, Leeds: Maney Publishing, pp. 107-159
- CUNLIFFE, B. (1971), *Excavations at Fishbourne – Vol.II: The Finds*, Londres: Society of Antiquaries
- DAVIDSON, G. (1940), "A Medieval Glass-factory at Corinth", *American Journal of Archaeology*, vol. 44, Princeton: Archaeological Institute of America, pp. 297-327
- DE GROOTE, K. & LEMAY, N. (1993), "De materiele cultuur in de Sint – Salvatorsabdijte Ename – Twee middeleeuwse latrines uit de westolengel en een 17 de – eeuwse afvalput uit de priorij (Two medieval latrines in the guesthouse and a 17<sup>th</sup> century cesspit in the priory)", *Archeologie in Vlaandere*, vol. 3, Bruxelles: Service National de Fouilles, pp. 401-418
- DEGRÉ, S. (1995), *Archéologie à Bruxelles 2 – Brasseries au Quartier Ste. Catherine*, Bruxelles: Ministère de la Région de Bruxelles-Capitale & Musées Royaux d'Art et d'Histoire
- DEMIANS D'ARCHIMBAUD, G. (1980), *Rougiers – Village médiéval de Provence*, Paris: C.N.R.S. (tese de 3<sup>o</sup> ciclo, policopiada)
- DIXON, Ph. (1975), "Excavations at Richmond Palace, Surrey", *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. 9, Leeds: Maney Publishing, pp. 103-116
- FALSONE, G. (1976), "Gli scavi allo steri di Palermo", *Atti del Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale*, vol. I, Firenze: All'Insegna del Giglio, pp. 110-122

- FERREIRA, M. A. (1993), "Du verre post-médiéval provenant de fouilles à Coimbra (Portugal)", *Annales du 12<sup>ème</sup> Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, Amsterdão: Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 421-430
- FERREIRA, M. A. (1994), "Vidro e cerâmica da Idade Moderna no Convento de Cristo", *Mare Liberum*, N° 8, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 117-200
- Idem* (1997), "Seventeenth and Eighteenth Century Glass Drinking Vessels and Bottles from Lisbon – Portugal", *Conimbriga*, vol. 36, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 183-190
- FOLLMANN-SCHULZ, A.-B. (1988), *Die römischen Gläser aus Bonn*, Colónia: Rheinland-Verlag
- FOX, R. & BARTON, K. J. (1986), "Excavations at Oyster Street, Portsmouth, Hampshire, 1967-1971", *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. 20, Leeds: Maney Publishing, pp. 31-255
- FOY, D. (1975), "L'artisanat du verre creux en Provence médiévale", *Archéologie Médiévale*, vol. V, Paris: La Découverte, pp. 103-138
- Idem* (1985), "Essai de typologie des verres médiévaux d'après les fouilles provençales et languedociennes", *Journal of Glass Studies*, vol. 27, Corning-New York: The Corning Museum of Glass, pp.18-68
- Idem* (1986), "Verres du XIV<sup>ème</sup> au XVI<sup>ème</sup> siècle provenant de la place de la cathédrale à Montauban (Tarn-et-Garonne)", *Archéologie du Midi Médiéval*, vol. 4, Carcassone: Centre d'Archéologie Médiévale du Languedoc, pp. 83-91
- FREMERSDORF, F. (1959), *Römischen Gläser mit Fadenauflege in Köln*, Colónia: Verlag der Löwe-Dr. Hans Reykers
- Idem* (1967), *Römischen Gläser mit Schliff, Bemalung und Goldauflagen aus Köln*, Colónia: Verlag der Löwe-Dr. Hans Reykers
- GIBSON, J. & EVANS, J. (1985), "Shorter contributions and Notes – Some eighteenth-century pharmaceutical vessels from London", *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, N° 19, Leeds: Maney Publishing, pp. 151-157
- GOETHERT-POLASCHEK, K. (1977), *Katalog der römischen Gläser des Rheinischen Landesmuseum*, Trier: Rheinischen Landesmuseum
- GOETZ, B. (1990), "Montbéliard, Cabaret de l'Hôtel de Ville: verrerie du premier quart du XVII<sup>ème</sup> siècle", *Revue Archéologique de l'Est et du Centre-Est – Verrerie de l'Est de la France - Fabrication et Consommation – Neuvième Supplément*, Dijon: Éditions du C.N.R.S., pp. 187-209
- GOODER, E. (1984), "Finds from Temple Balsall – Glass", *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. 18, Leeds: Maney Publishing, pp. 221-246
- HAASE, G. (1990), "Zur Bedeutung der Glashütten Heidelberg im Erzgebirge", *Annales du 11<sup>ème</sup> Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, Amsterdão: Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 373-387
- HUME, I. N. (1961), "The Glass Wine Bottle in Colonial Virginia", *Journal of Glass Studies*, vol. 3, Corning-New York: The Corning Museum of Glass, pp. 91-117
- ISINGS, C. (1957), *Roman Glass from Dated Finds*, Groeningen-Djakarta: J. B. Wolters
- KLESSE, B. & MAYR, H. (1987), *European Glass from 1500 – 1800*, Viena: Krey-Mayr & Scheriau
- KREUGER, I. (1984), "Mittelalterliches Glas aus dem Rheinland", *Bonner Jahrbücher*, N° 184, Bona: Kevelaer, pp. 505-560
- LAMARQUE, W. (1973), "The Glassware in Tuscania. 1973: Report on six pits" in WARD-PERKINS-Perkins, J. B., "Tuscania – Report 1973: on six pits", *Papers of the British School at Rome*, vol. 28, Londres: The British School at Rome, pp. 117-133
- LAMM, C. J. (1928), *Das Glass von Samarra*, Berlim: Verlag Dietrich Reimer/Ernst Vohsen
- LOPES, J. C. A. (1995), "Tem a palavra João Cláudio Lopes – Fascinado pelo vidro", *O Antiquário – Jornal de Antiguidades, Velharias e 2ª mão*, N° 2, s. I. [Lisboa?]: s. e., pp. 14-15

- MORIN-JEAN, J. (1913), *La Verrerie en Gaule sous l'Empire Romain*, Paris: Librairie Renouard – Henri Laurens Éditeur
- MOORHOUSE, S. (1972), “Medieval Distilling-Apparatus of Glass and Pottery”, *Medieval Archaeology*, vol. 16, Sheffield: Department of Prehistory & Archaeology/University of Sheffield and Society for Medieval Archaeology, pp. 79-121
- NAVARRO PALAZÓN, J. et al. (1991), *Una casa islámica en Murcia – Estudio de su ajuar (siglo XIII)*, Murcia: Centro de Estudios Arabes y Arqueológicos Ibn Arabi & Ayuntamiento de Murcia
- O PAPEL-MOEDA EM PORTUGAL, Lisboa: Banco de Portugal, 1985
- PETTENATI, S., PANTO, G. & CORTELAZZO, M. (1987), “Verres provenant des fouilles du palais *Madama* à Turin – Matériaux inédits pour l’histoire du verre dans le Piémont”, *Annales du 10<sup>ème</sup> Congrès de l’Association Internationale pour l’Histoire du Verre*, Amesterdão: Association Internationale pour l’Histoire du Verre, pp. 399-420
- PINDER-WILSON, R. H. & SCANLON, G. T. (1987), “Glass Finds from Fustat: 1972-1980”, *Journal of Glass Studies*, vol. 29, Corning-New York: The Corning Museum of Glass, pp. 60-71
- PIRES, A. T. (1897), “Materiaes para a História da Vida Urbana Portuguesa – A mobília, o vestuário e a sump-tuosidade nos séculos XVI a XVIII”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 16<sup>a</sup> Série, vol. 21, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 703-811
- RADEMACHER, F. (1933), *Die deutschen Gläser des Mittelalters*, Berlin: Verlag für Kunstwissenschaft
- RÜTTI, B. (1990-91), *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*, vols. I e II, Augst: Römermuseum
- SCHÜTTE (1976), “Mittelalterliches Glas aus Göttingen», *Zeitschrift für Archäologie des Mittelalters*, vol. 4, Bona: Habelt, pp. 101-117
- SKIK, K. (1971-72), “La collection de verres musulmans de fabrication locale conservés dans les musées de Tunisie”, *Bulletin de l’Association Internationale pour l’Histoire du Verre*, N°6, Amsterdão: Association Internationale pour l’Histoire du Verre, pp. 87-102
- SMITH, R. C. (1968), *The Art of Portugal*, Londres-Frankfurt-am-Main: Weidenfeld & Nicolson
- SOUZA, A. (s. d.), *Alfacinhas – Aos lisboetas do passado e do presente*, Lisboa: F. S.
- SPAER, M. (1992), “The Islamic Glass Bracelets of Palestine: Preliminar Findings”, *Journal of Glass Studies*, vol. 34, Corning–New York: The Corning Museum of Glass, pp. 44-62
- SPELLMAN, J. S. (1981), *American and European Pressed Glass in The Corning Museum of Glass*, Corning-New York: The Corning Museum of Glass
- THIRY, M. & DE WAELE, E. (1986), “Grez-Doiceau, château de la Motte: un ensemble de verres vénitiens du XVIème siècle”, *Activités 84 à 85 du SOS Fouilles*, N° 4, Bruxelles: Service National de Fouilles, pp. 150-160
- THOMPSON, A. et al. (1984), “Excavations at Aldgate, 1974 – The Glass”, *The Journal of the Society for Post-Medieval Archaeology*, vol. 18, Leeds: Maney Publishing, pp. 84-90
- VITRUM – LE VERRE EN BOURGOGNE (1990), Autun: Musée Rolin & Dijon: Musée Archéologique

ON-LINE

[3.bp.blogspot.com/.../s400/ginginha.jpg](http://3.bp.blogspot.com/.../s400/ginginha.jpg)

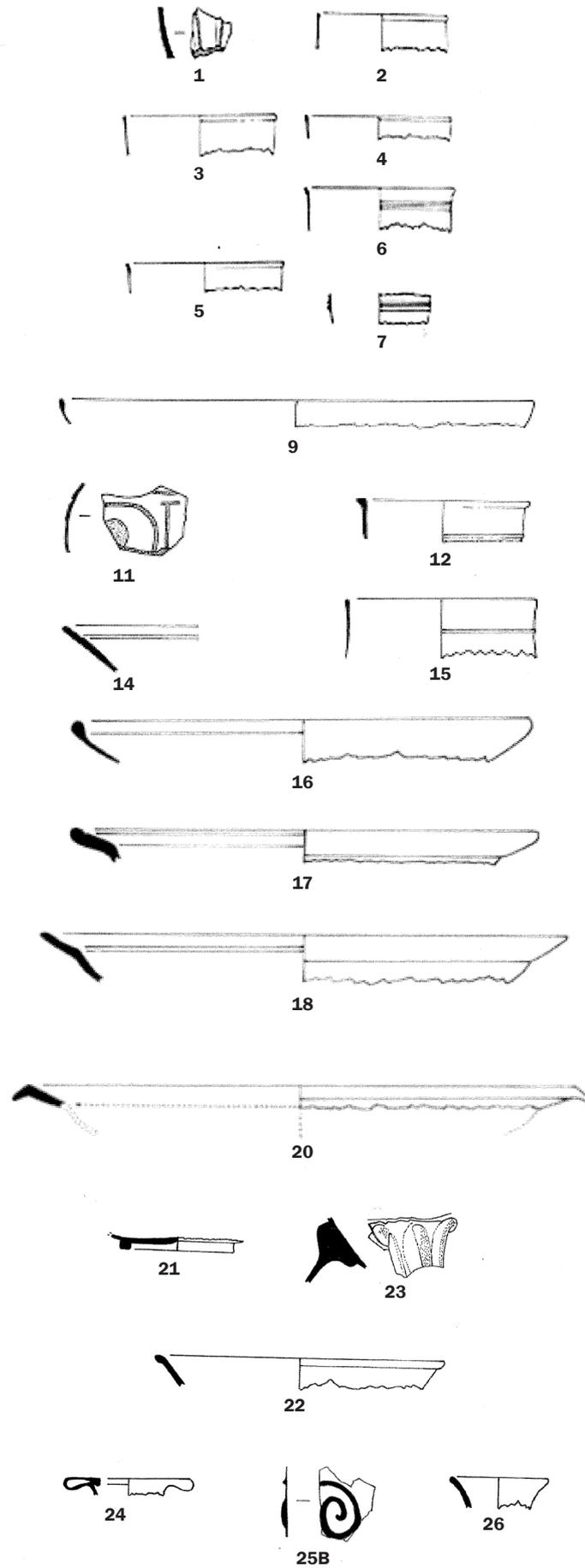


Figura 1

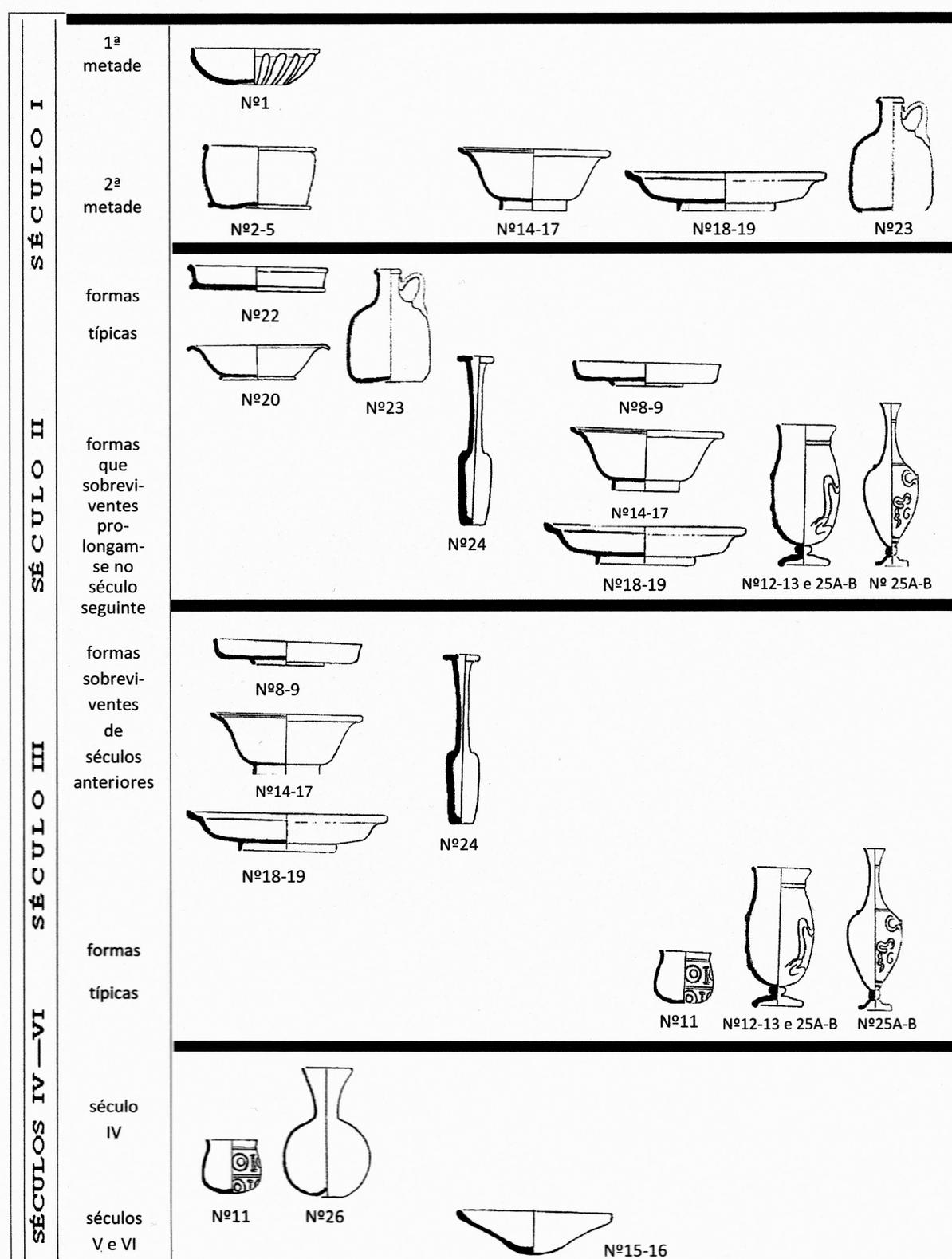


Figura 2

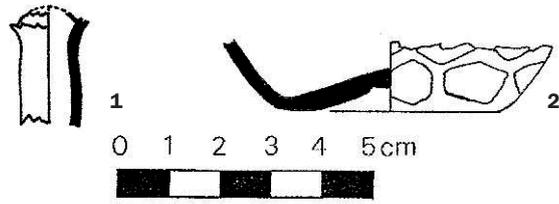


Figura 3

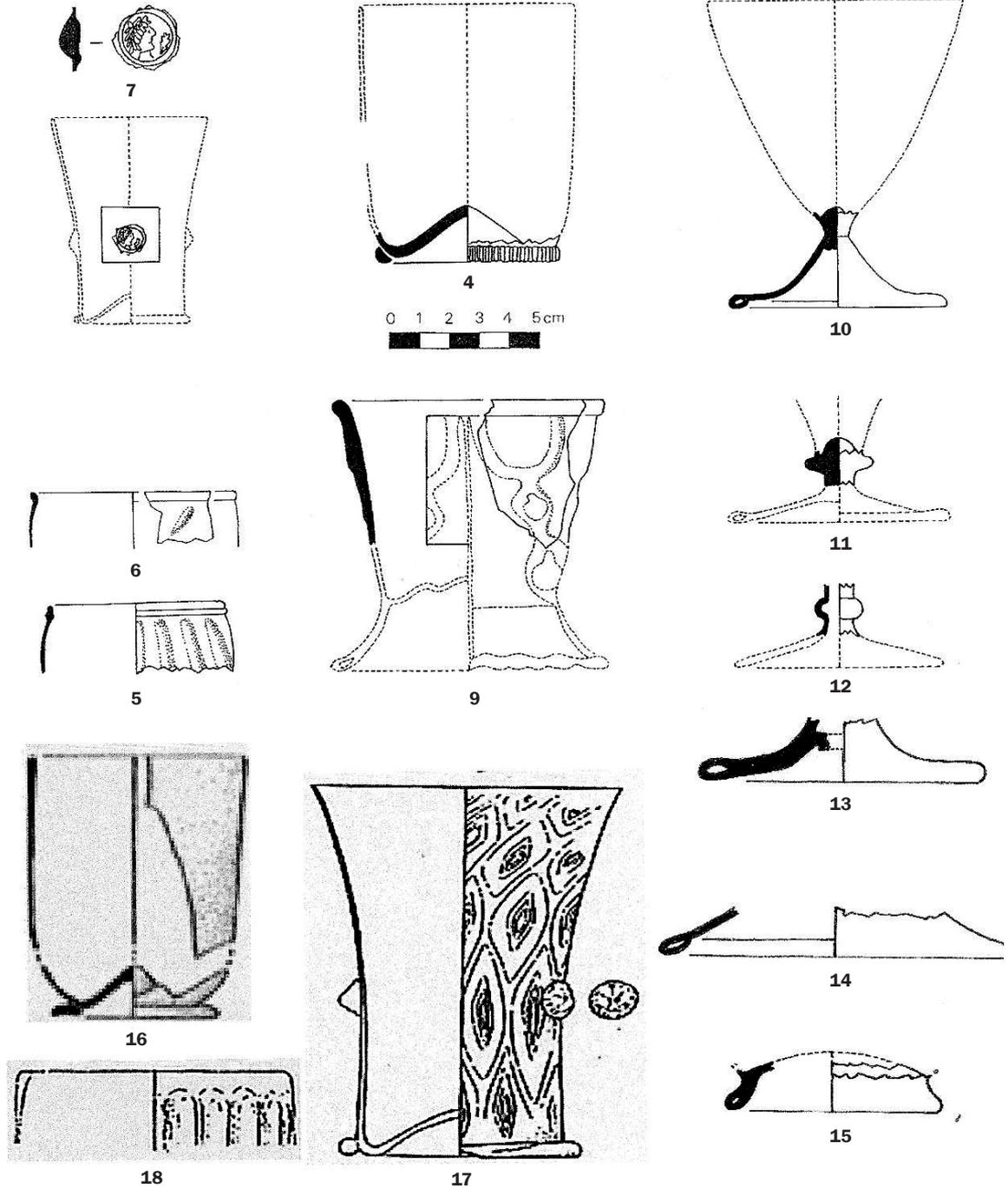


Figura 4

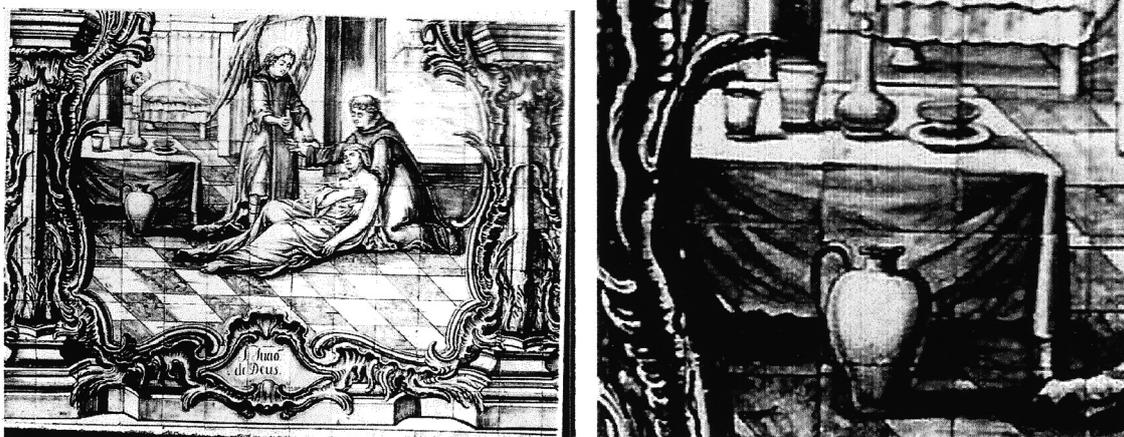


Figura 5

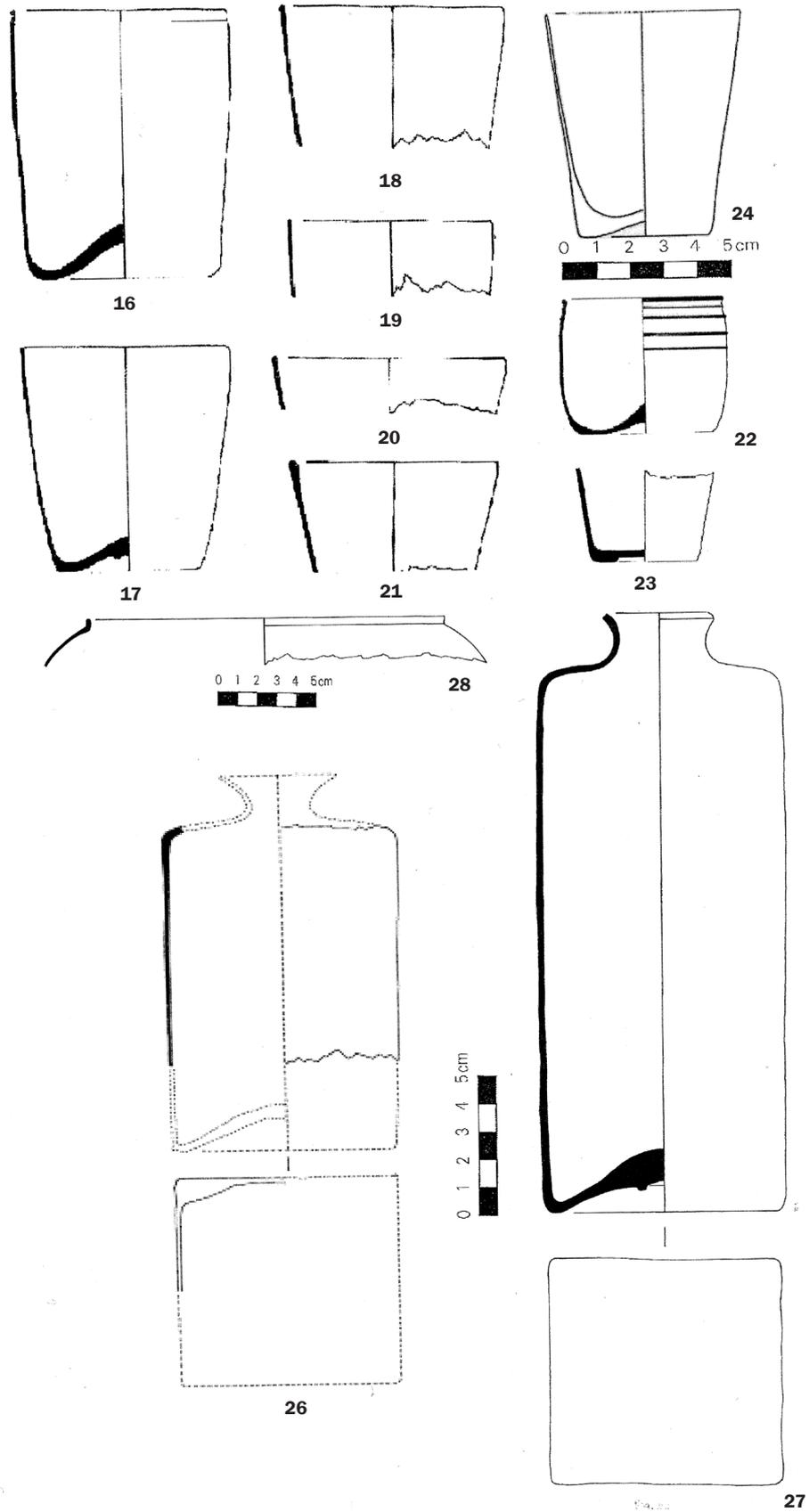
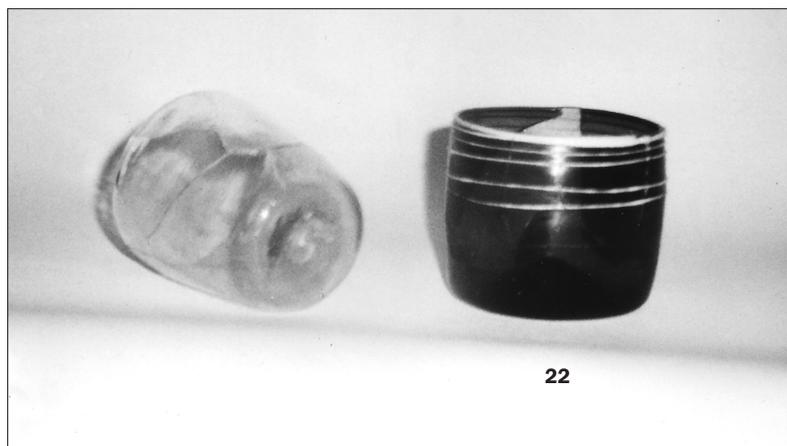


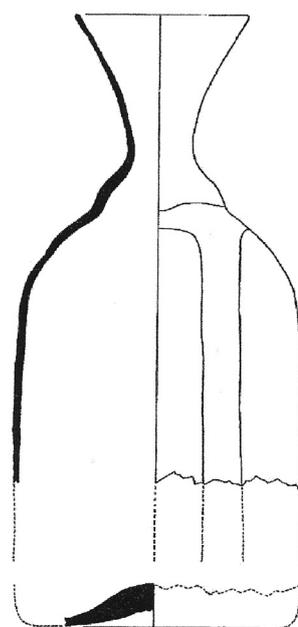
Figura 6



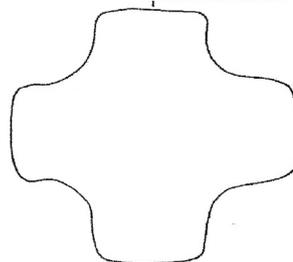
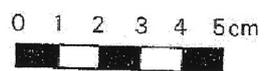
1



26



2



27

Figura 7

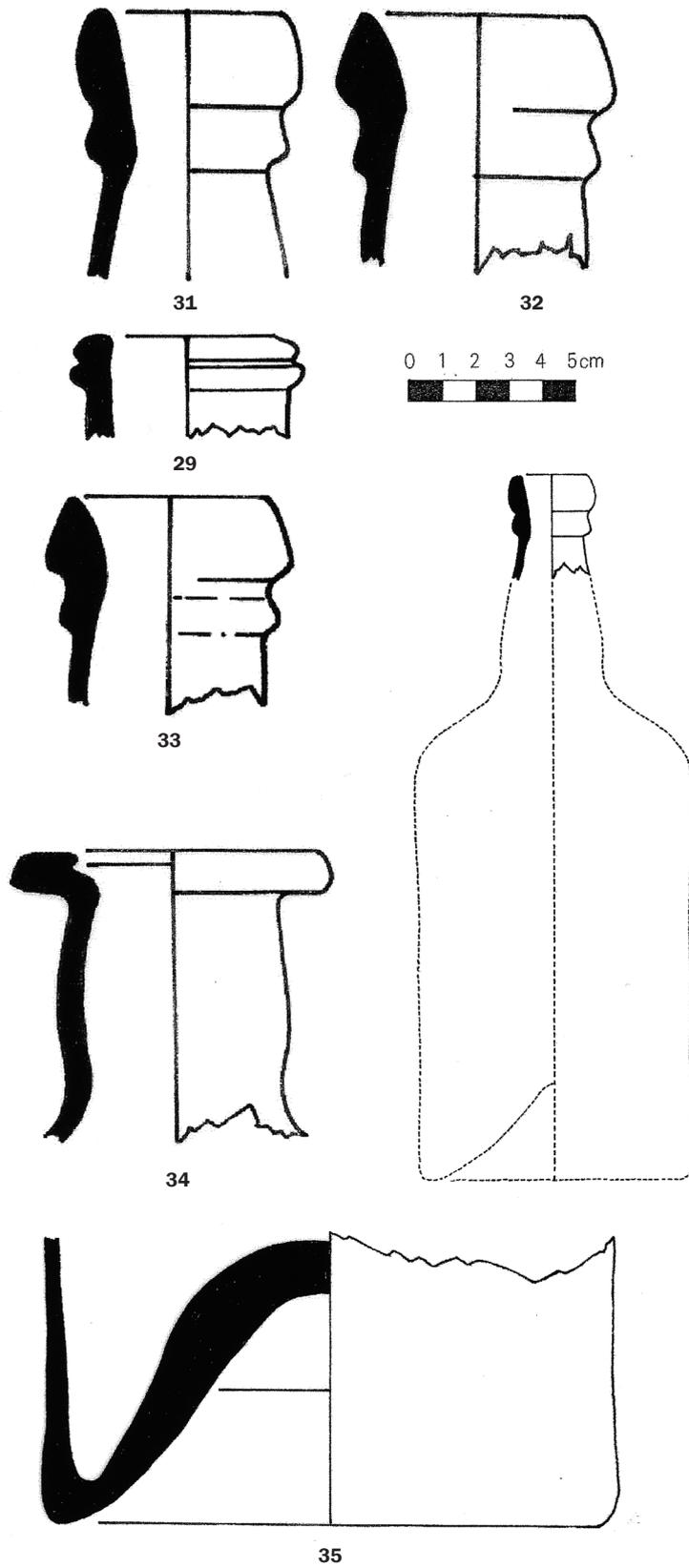
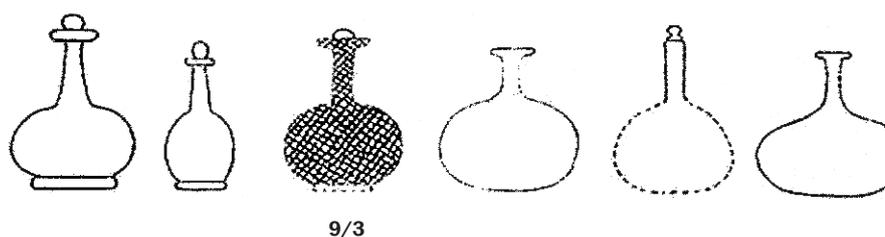
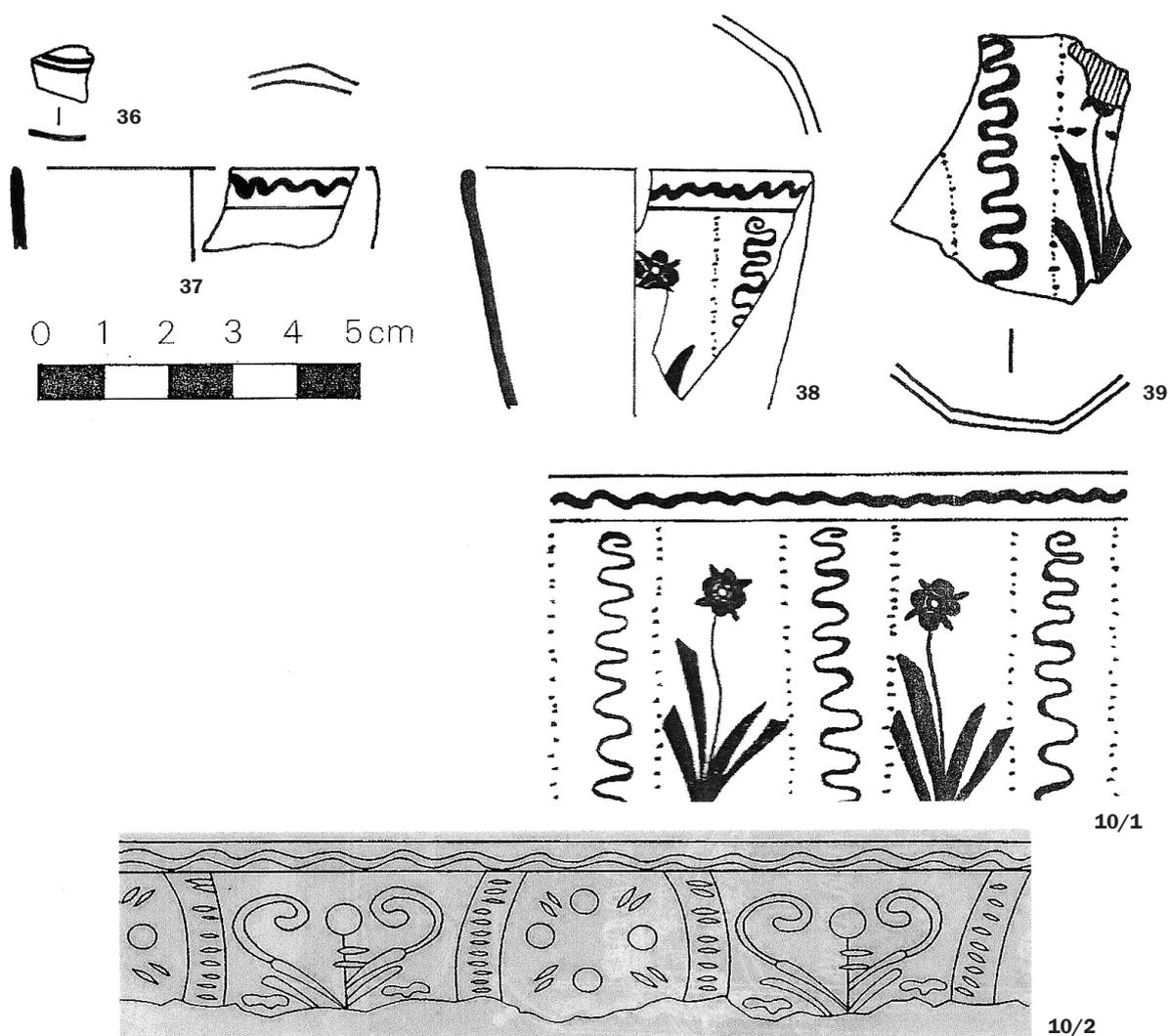


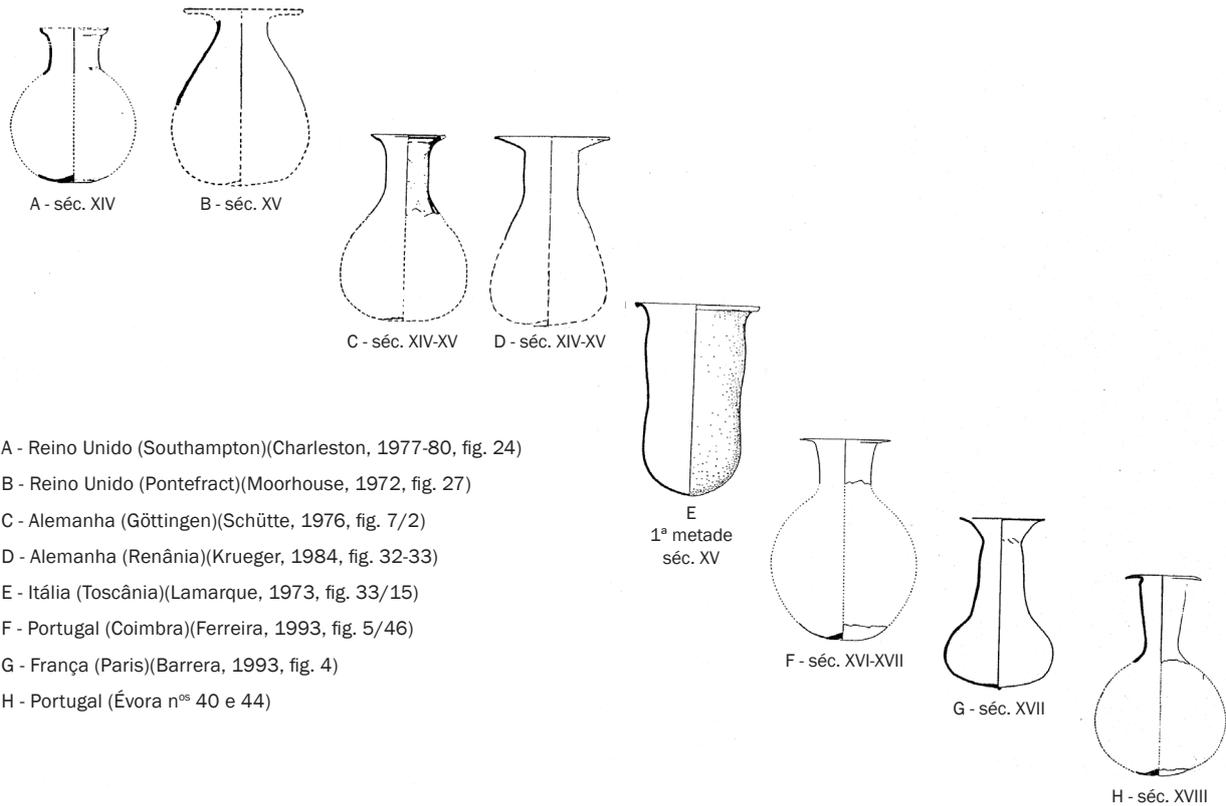
Figura 8



**Figura 9** – Iconografia de garrafaria dos séculos XVII e XVIII em painéis azulejares portugueses. (Colecção do Centro de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian) - A e A' - Capela Real de Vendas Novas, Évora; B - Palácio do Correio-Mor, Loures; C - Quinta dos Cavões, Vila Chã de Ourique, Cartaxo; D - Col. Part. Adriano Júlio Pereira, Lisboa; E - Quinta do Portão de Ferro, Camarate, Sacavém.

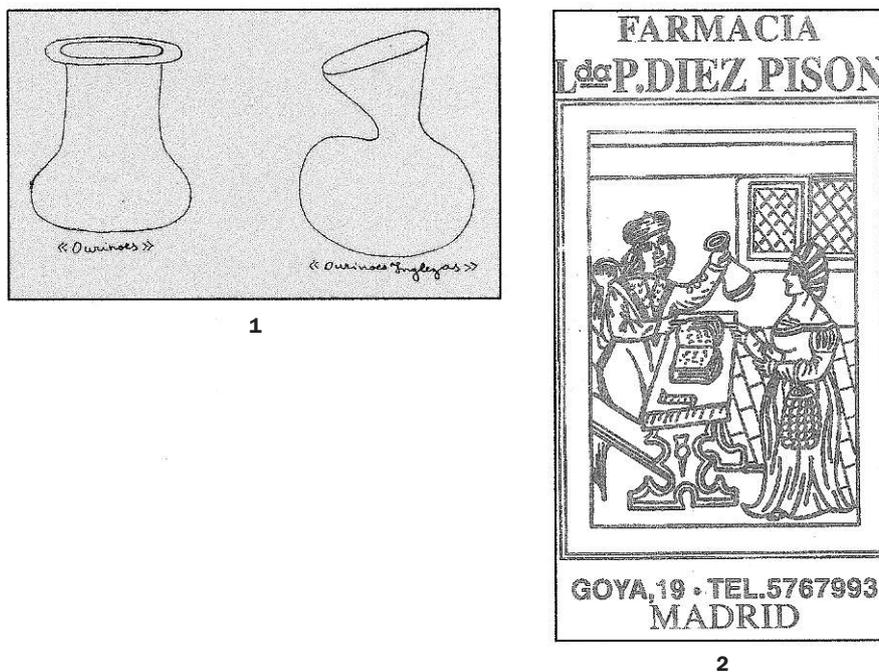


**Figura 10**



- A - Reino Unido (Southampton)(Charleston, 1977-80, fig. 24)
- B - Reino Unido (Pontefract)(Moorhouse, 1972, fig. 27)
- C - Alemanha (Göttingen)(Schütte, 1976, fig. 7/2)
- D - Alemanha (Renânia)(Krueger, 1984, fig. 32-33)
- E - Itália (Toscânia)(Lamarque, 1973, fig. 33/15)
- F - Portugal (Coimbra)(Ferreira, 1993, fig. 5/46)
- G - França (Paris)(Barrera, 1993, fig. 4)
- H - Portugal (Évora nº 40 e 44)

**Figura 11** – A Uroscopia na Europa, nas Idades Média e Moderna.  
 Testemunhos arqueológicos de urinóis dos sécs. XVI a XVII.



**Figura 12**

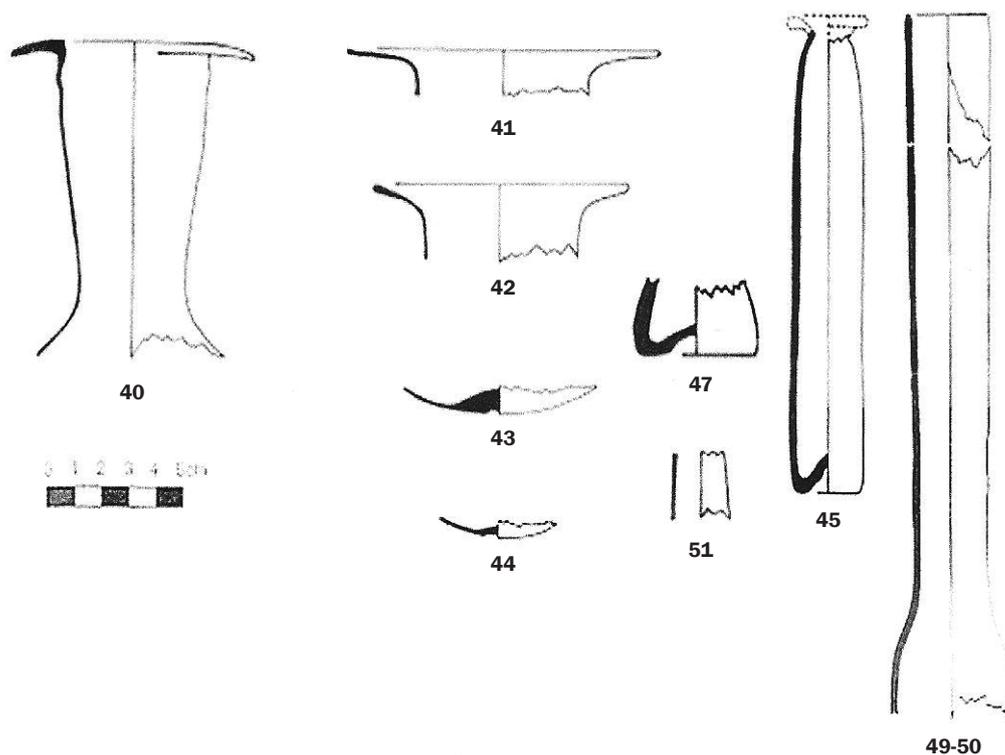


Figura 13

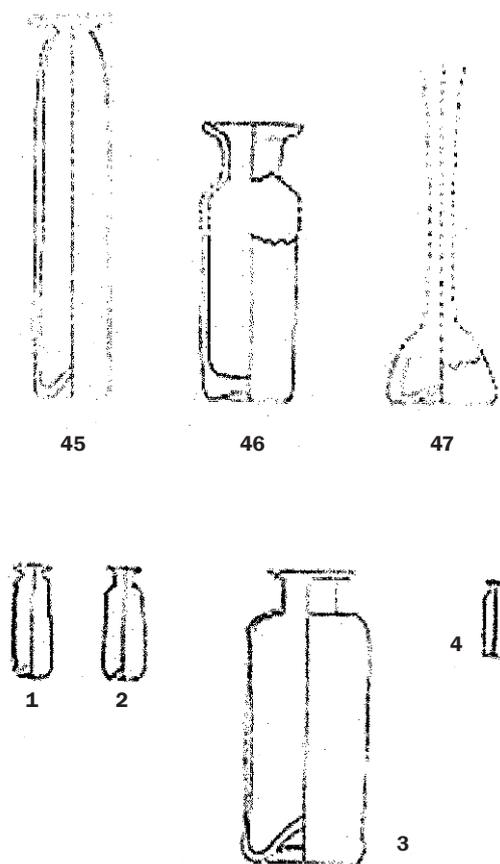


Figura 14 - Frascaria portuguesa e inglesa da uso farmacológico (Séculos XVII - XVIII).

1 - 1730-1750 (in Gooder, 1984, fig. 38/8; 2 - 1700-1720 (in Thompson et al., 1984, fig. 45/3); 3 - 1700-1730 (in Gibson e Evans, 1985, fig. 1/1); 4 - Terminus Antequem 1795 (in Ashurst, 1970, fig. 34/5).



1

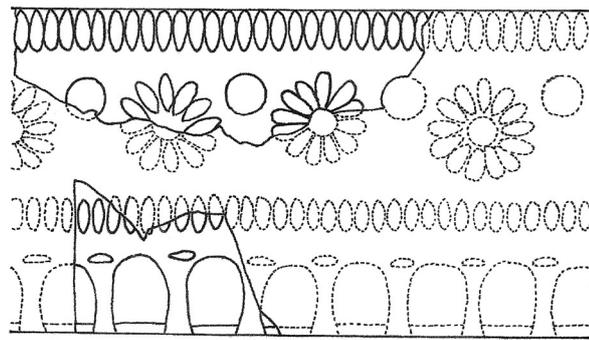
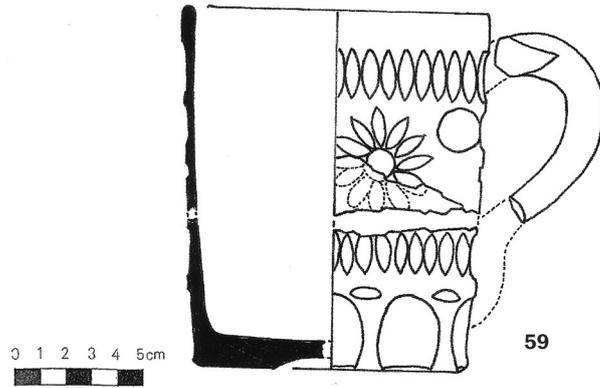


Figura 15

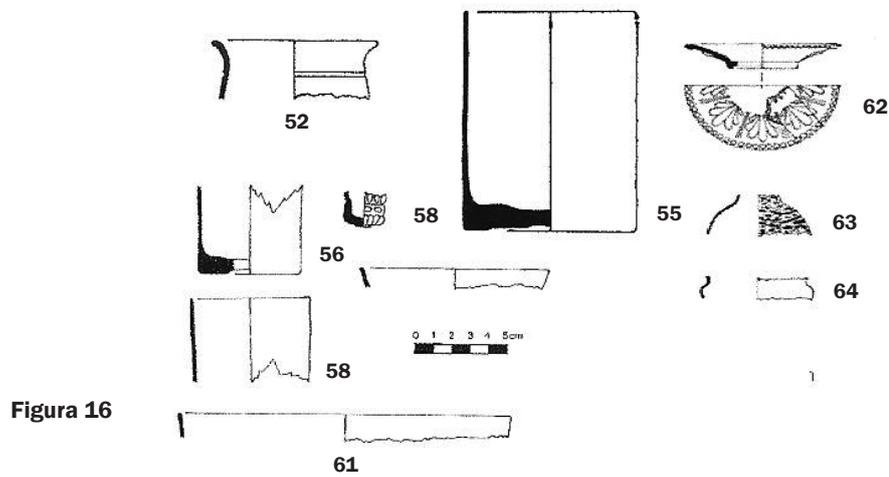


Figura 16

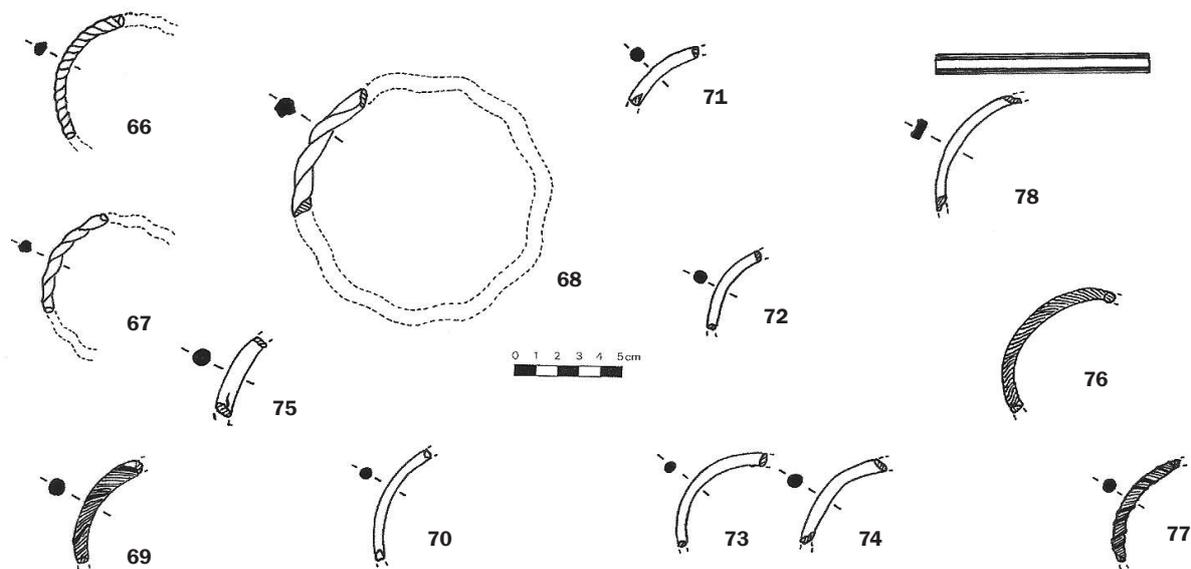


Figura 17

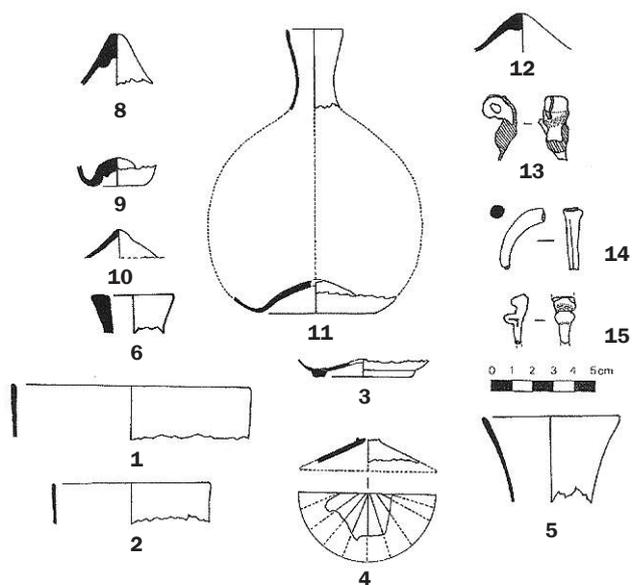


Figura 18

# A CASTELOLOGIA PORTUGUESA E A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE FORTIFICAÇÕES MEDIEVAIS EM PORTUGAL

Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO:

Pretende-se no presente texto analisar a evolução da castelologia produzida ao longo dos tempos em Portugal, a qual manifesta diversas visões temporais sobre as fortificações medievais. Para tal contextualizam-se as obras castelológicas publicadas em Portugal com a historiografia portuguesa em diferentes níveis (artístico, militar, económico, sociocultural, etc.), comparando-as também genericamente com o que se processou noutros países.

**Palavras-chave:** Portugal; Castelologia; Fortificações; Idade Média.

## ABSTRACT:

This text analyses the castelology produced over the times in Portugal, which reflects several different views relating to the medieval fortifications. Therefore, the castelologic studies published in Portugal are contextualized with the Portuguese historiography at different levels (artistic, military, economic, sociocultural, etc.), being also compared briefly with what happened in other countries.

**Keywords:** Portugal; Castelology; Fortifications; Middle Ages.

## INTRODUÇÃO

Em 1962 o historiador e arqueólogo Michel de Bouärd (1909-1989) propôs o termo “castelologia”, derivado do latim “*castellum*”, para designar a disciplina dedicada ao estudo dos castelos medievais. Por extensão, a área epistemológica da castelologia passou a englobar, além dos castelos, outros tipos de estruturas defensivas (cidades, palácios, templos, pontes, torres e outras edificações fortificadas), em períodos temporais mais prolongados que a própria Idade Média (a investigação começa frequentemente em períodos anteriores como forma de compreender circunstâncias existentes previamente, e estende-se a períodos posteriores que incluem o estudo das fortificações abaluartadas) e com uma perspectiva multidisciplinar. De facto, para compreender o edifício estudado, ainda que os aspectos arquitectónicos sejam primordiais, é necessário incluir as considerações arqueológicas, artísticas, políticas, tecnológicas, económicas, geográficas, demográficas, etc. Por esta razão a castelologia compõe-se simultaneamente de partes da historiografia da arquitectura, da arte, militar, política, económica, da tecnologia, da sociologia, da religião, da geografia e de muitas outras especialidades com diferentes objectos de estudo, metodologias de investigação e objectivos propostos que há que conciliar.

---

<sup>1</sup> Arquitecto, Doutor pela E.T.S. de Arquitectura y Geodesia, Universidad de Alcalá de Henares, Madrid

Segundo Philippe Durand, os estudos castelológicos começam por um inventário da bibliografia existente e das fontes disponíveis (documentos textuais e iconográficos antigos), ao que se segue o exame cadastral do edifício; numa segunda fase analisam-se as componentes referentes à sua implantação, formas arquitectónicas e componentes decorativas e materiais, recorrendo também a levantamentos topográficos e projectuais, desenhos e estudos axonométricos, sondagens arqueológicas, coberturas fotográficas e outros instrumentos de análise. Finalmente há que propor uma cronologia diacrónica que determine as diferentes etapas de construção, efectuar uma comparação com outros edifícios similares, analisar os contextos históricos antigos e organizar uma síntese parcial ou final<sup>2</sup>.

Elaborar um historial da castelologia portuguesa é uma tarefa delicada, visto que a disciplina é relativamente recente em Portugal – ainda que as obras publicadas sobre fortificações medievais existam já desde meados do séc. XIX. No entanto, a anamnese proposta no presente ensaio determina a necessidade de conhecer a castelologia portuguesa desde as suas origens até à actualidade. O percurso castelológico em Portugal não se fez de modo linear nem de acordo com os parâmetros actuais de investigação. Pelo contrário, se às vezes se elaboraram obras muito significativas em épocas bastante precoces, por outro lado continuaram a ser publicadas obras cujos parâmetros de investigação foram frequentemente muito rudimentares – inclusivamente na actualidade, onde em algumas obras os parâmetros diferenciam-se pouco dos seguidos no séc. XX (contudo, é importante conhecer também as circunstâncias nas quais se produziu cada obra castelológica). Como tal, redigir um panorama sobre a castelologia portuguesa significa necessariamente seguir um processo descritivo com avanços e recuos temporais, de acordo com o contexto historiográfico existente.

## **PRINCÍPIOS HISTORIOGRÁFICOS DE ÍNDOLE MEMORIALISTA, BIOGRAFISTA E DIVULGADORA**

Conforme afirma Georges Lefebvre, a historiografia foi, desde a Antiguidade Clássica, um pretexto e um meio através do qual os historiadores puderam realizar a apologia da sua própria nação e, por inerência, das suas personagens mais importantes<sup>3</sup>. A conquista de castelos, cidades amuralhadas e outras fortificações foi uma constante nas crónicas medievais, assumindo uma importância significativa como feitos históricos, conforme se pode verificar em várias crónicas de reis portugueses<sup>4</sup>. Assim, no princípio a historiografia era elaborada por cronistas que costumavam relatar acontecimentos de forma frequentemente parcial (mais do que narrar a realidade, o objectivo era geralmente exaltar pessoas, instituições e feitos considerados grandiosos), e quando não eram observadores directos, os cronistas baseavam-se em fontes orais ou escritas, muitas vezes escassas de escrupulosidade cognoscente.

A transição da Idade Média marcou uma mudança no processo historiográfico, com a tomada de consciência de que a História não era cíclica – ou seja, o Passado era algo inevitável que jamais poderia voltar e, por isso, o Presente era um tempo diferente do que já havia transcorrido. Os historiadores humanistas iniciaram um novo enfoque metodológico tentando basear-se em fontes mais diversificadas e (em princípio) credíveis. Começaram gradualmente a ser reconhecidas as temáticas regionais ou locais e a interpretar-se a História de maneira mais crítica com o fim de apreender os seus significados, considerando-os como lições para o Presente. Adicionava-se assim um crescente valor simbólico às antigui-

---

<sup>2</sup> DURAND, Philippe (2005), *La Castellologie: Étudier le Château du Moyen Âge, Histoire et Images Médiévales*, (2), Rognac, Éditions Astrolabe, pp.14-20.

<sup>3</sup> LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, p.18.

<sup>4</sup> Por exemplo, as crónicas elaboradas por Fernão Lopes (c.1380-1460), Duarte Galvão (1435-1517) ou Rui de Pina (1440-1522) entre outros.

dades<sup>5</sup>. Em Portugal observou-se em algumas obras<sup>6</sup> o crescente interesse dos estudiosos humanistas pelo Passado e pelos seus testemunhos: além de abordar a história das cidades, também se explicava a importância do património monumental existente<sup>7</sup>. Mas o maior interesse centrava-se nas obras da Antiguidade Clássica, pelo que as fortificações medievais, que haviam sido produzidas em tempos mais recentes, não eram frequentemente incluídas nesses estudos.

No entanto foram elaboradas diversas obras com o objectivo de estudar as fortificações: o recurso de reunir desenhos de fortificações foi recorrente em Portugal durante a Idade Moderna, como forma de comunicar um vasto conjunto de informações de modo sucinto e pragmático mediante uma representação holística e ao mesmo tempo atraente. Mais tarde estas compilações operativas converteram-se em fontes importantíssimas para o estudo castelológico. O exemplo mais relevante é o códice<sup>8</sup> elaborado por Duarte d'Armas (n.1465) entre 1509 e 1516. Com esse documento seria possível conhecer o estado das fortificações portuguesas a partir da capital, num período em que os engenheiros militares portugueses estariam executando sistematicamente diversas experiências práticas de fortificação mais avançadas e testadas em guerras reais<sup>9</sup>.

Francisco de Holanda (1517-1584) elaborou entre 1538 e 1541 um álbum de desenhos<sup>10</sup>, um compêndio de desenhos de diversas obras<sup>11</sup> (arquitetura, escultura, pintura, etc.) elaborados durante a sua viagem a Roma como bolsheiro régio<sup>12</sup>. Entre os desenhos do álbum encontrava-se um conjunto de quinze fortificações, demonstrando as preocupações do monarca D. João III (1502-1557) com a evolução da (geralmente considerada) arquitetura defensiva mais avançada da época. A presença destes castelos artilheiros não significa por si mesmo uma análise crítica de índole castelológica mas sim uma compilação de carácter operativo: nas suas ilustrações Francisco de Holanda elegeu fortificações de vanguarda e, mediante isso, estaria assim adquirindo conhecimentos sobre a tecnologia de fortificação, de modo a transladá-los para Portugal. Isso significa que a eleição dessas estruturas fortificadas pressupôs já uma avaliação crítica da arquitetura defensiva, ainda que o valor fosse eminentemente funcional.

Sylvie Deswarte considera o humanista português como o primeiro historiador da arte pela sua obra *Quatro Dialogos da Pintura Antigua*<sup>13</sup>, terminada em 1548. Assim como o seu contemporâneo Giorgio Vasari (1511-1574), Francisco de Holanda reconhecia a relatividade histórica, a qual originava distintas etapas históricas e consequentemente suscitava diferentes maneiras (estilos) artísticas próprias de cada etapa e inclusivamente de cada artista. Mas enquanto Giorgio Vasari não tinha considerado as

---

<sup>5</sup> A consciência do processo de mudança histórica desenvolveu-se quando os humanistas, confrontando-se com as ruínas clássicas, constatarem que a percepção de que essa civilização – e, consequentemente, o seu respectivo tempo – havia terminado definitivamente e que tinha chegado outro momento, interpondo-se entre o tempo coevo e o da Antiguidade Clássica. Esse reconhecimento de distintos períodos na história diferia do anterior pensamento de cariz medieval, que percebia a história como uma continuidade uniforme desde a Criação até à contemporaneidade. Assim, os fragmentos arruinados da Antiguidade Clássica começaram a ser reconhecidos por parte dos humanistas como relíquias memorativas do Passado [JUKILEHTO, Jukka (2006), *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Elsevier, pp.16-21].

<sup>6</sup> Por exemplo, André de Resende (1498-1573) publicou em 1553 a *Historia de Antiguidade da Cidade de Euora* [RESENDE, André de, (1553), *Historia de Antiguidade da Cidade de Euora*, Évora, Andream Burgensem], y em 1593 publicou *Libri Quator De Antiquitatibus Lusitaniae* [RESENDE, André de, (1593), *Libri Quator De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, Excudebat Martinus Burgensis Academia Typographus]; Damião de Góis (1502-1574) publicou em 1554 *Vrbis Olisiponis Descriptio* [GÓIS, Damião de (1554), *Vrbis Olisiponis Descriptio*, Évora, Andream Burgensem].

<sup>7</sup> A actividade dos humanistas portugueses era similar à actividade exercida por inumeráveis artistas como Filippo Brunelleschi Lapi (1377-1446), Donato di Betto Bardi (1386-1466) – mais conhecido como Donatello – e Tommaso Cassai Masaccio (1401-1428) que, desde o séc. XIV começaram a estudar os monumentos da Antiguidade Clássica, considerados como fontes de conhecimento sobre o Passado.

<sup>8</sup> ARMAS, Duarte d' (c.1509-1516), *Este Livro he das Fortalezas que sam Setuadas no Estremo de Portugall e Castella*, códice PT/TT/CF/159 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>9</sup> Algumas outras compilações importantes foram executadas por diversos cartógrafos portugueses, destacando-se os códices elaborados por António Bocarro (1594-c.1642) e Pedro Barreto de Resende (†1651), por João de Castro (1500-1548), por Gaspar Correia (c.1495-c.1561), por Manuel Godinho de Herédia (c.1558-1623), por João Teixeira Albernaz I (1602-1649) e por Diogo de Campos Moreno (c.1556-c.1617).

<sup>10</sup> HOLANDA, Francisco de (1538-1541), *Reinando Em Portugal El Rei Dom João III Que Deus tem Francisco d'Ollanda Passou a Italia e das Antigualhas que Vio*, códice RBME 28-I-20 da Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial.

<sup>11</sup> Várias obras de recompilação iconográfica de monumentos arquitectónicos antigos – considerados os primeiros catálogos de inventariação e conceptualização descritiva de estruturas arquitectónicas – foram produzidas também por diversos estudiosos, como por exemplo Giovanni Poggio Bracciolini (1380-1459), Flavio Biondo da Forli (1392-1463), Bartolomeo Marliani (†c.1560) e Pirro Ligorio (1513-1583).

<sup>12</sup> Francisco de Holanda havia sido bolsheiro em Roma por intermédio da política cultural de D. João III, que apoiava estudantes portugueses nos maiores centros culturais europeus.

<sup>13</sup> HOLANDA, Francisco de (1548), *Quatro Dialogos da Pintura Antigua*, códice Esp. A/2900 da Biblioteca Nacional de Portugal.

diversidades nacionais e regionais<sup>14</sup>, Francisco de Holanda admitiu as diversas variedades locais que, conseqüentemente, permitiram fixar ideais de beleza relativos<sup>15</sup>. O sistema normativo formulado por estes historiadores humanistas para estudar a arte consistia numa sequência de biografias de artistas sem a correspondente interpretação das suas obras de arte, limitando-se a descrever aspectos biográficos associados aos artistas.

Nos séculos seguintes a historiografia dedicada ao estudo da arte foi reconhecendo, além dos valores essencialmente funcionais<sup>16</sup>, os valores históricos e, bastante mais lentamente, os valores artísticos inerentes às obras de arte, além da consideração cada vez maior do valor patrimonial<sup>17</sup>. No entanto, o processo investigativo adoptado baseava-se incondicionalmente na metodologia historiográfica, sendo o estudo restringido aos valores históricos e esquecendo os valores artísticos. A historiografia portuguesa anterior ao liberalismo caracterizava-se assim por elaborar a história dos reis, dos grandes senhores e das principais instituições – sobretudo eclesiásticas – com objectivos apologéticos, mas também como formação moral e patriótica da sociedade, mediante a narrativa de feitos gloriosos e a biografia de personalidades célebres como exemplos de virtudes que deveriam de ser seguidos.

As raras obras historiográficas portuguesas que abordaram a arquitectura continuaram a seguir pressupostos memorialistas com alusões biográficas de arquitectos ou narrações históricas associadas aos edifícios, sem se deter em considerações de crítica estética. As estruturas militares continuavam a ser observadas sob um ponto de vista essencialmente utilitarista, motivando a escassez de referências. Quando estas eram mencionadas, resumiam-se a breves relatos em obras de índole generalista que narravam essencialmente eventos históricos que lhes estavam associados, conforme se pode verificar no *Diccionario Geografico[...]*<sup>18</sup> elaborado entre 1747 e 1751 por Luís Cardoso (†1769).

O advento do Iluminismo a Portugal, sobretudo durante o governo de Sebastião Carvalho e Melo (1699-1782), marquês de Pombal, ocasionou uma reforma em vários campos da vida portuguesa. O pensamento iluminista, baseando-se progressivamente em fontes mais fidedignas (análise documental e iconográfica, estudos demográficos e económicos, investigações arqueológicas, etc.), mudou o anterior carácter de essência memorialista, adquirindo assim um maior rigor. Os historiadores iluministas<sup>19</sup> começaram a coligir e classificar eventos históricos, tentando determinar as constantes e forças que actua-

---

<sup>14</sup> Germain Bazin afirma que Giorgio Vasari na realidade não elaborou uma história da arte, mas sim um romance da história da arte. A sua obra historiográfica era constituída essencialmente por biografias de artistas, limitando-se a narrar aspectos biográficos utilizando frequentemente considerações sobre o temperamento dos artistas, fábulas sobre as suas vidas e outros expedientes extravagantes. Além de continuar alguns cânones historiográficos antigos – retórica clássica e concepção de história feita por indivíduos e não por povos –, a obra pecava por conter uma agenda pessoal que motivou Giorgio Vasari a distorcer eventos de modo enganador, para demonstrar a sua teoria inicial que enaltecia uma superioridade artística florentina implícita [BAZIN, Germain (1989), *História da História da Arte: De Vasari aos Nossos Dias*, São Paulo, Martins Fontes Editora, pp.31-32].

<sup>15</sup> Mais tarde Pierre Monier (1639-1703) destacou a diferença entre as obras produzidas por culturas distintas, efectuando uma divisão dos produtos artísticos segundo critérios pré-definidos de acordo com as grandes civilizações culturais. Johann Fischer von Erlach (1656-1723) seguiu os mesmos princípios, já que se havia proposto a reconstituir a história da arquitectura mundial desde as suas origens; assim, analisou obras de distintas culturas para poder compará-las e estabelecer relações e, desse modo, poder compreendê-las. Inclusive elaborou reconstituições hipotéticas de edifícios sem bases significativamente credíveis: “restaurava” os edifícios, seguindo a definição etimológica coeva.

<sup>16</sup> A arquitectura, a tratadística teórica e a historiografia desenvolveram-se paralelamente na Idade Média, convertendo-se em instrumentos de trabalho e, simultaneamente, em documentos de estudo. Personalidades como Antonio di Pietro Averlino (c.1400-1469) – conhecido como Filarete –, Leonardo da Vinci (1452-1519), e sobretudo Francesco di Giorgio Martini (1439-1501) estudaram a arquitectura militar sob um ponto de vista funcionalista. Em Portugal foram bastante divulgadas as obras elaboradas por Luís Serrão Pimentel (1613-1679), por Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), ou por Manuel Pinto de Villalobos (†1734), entre outros.

<sup>17</sup> O progressivo processo de conceptualização da arte permitiu formar juízos críticos mais desenvolvidos sobre a estética das obras, sobrepondo-a paulatinamente aos seus valores funcionais. Por sua vez, o transcorrer fenomenológico de percepção consciente de que a sucessão do tempo possuía um sentido único motivou o estudo das obras de arte do Passado, consideradas produções realizadas em momentos irrepetíveis daquela época.

<sup>18</sup> CARDOSO, Luís (1747-1751), *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com Todas as Cousas Raras, que Nelles se Encontrão, Assim Antigas, Como Modernas*, 2 vols., Lisboa, Regia Officina Sylviana - Academia Real.

<sup>19</sup> Os mais destacados foram François-Marie Arouet (1694-1778) – mais conhecido como Voltaire – e Charles Louis de Secondat (1689-1755), barão de Montesquieu.

vam sobre as sociedades com o fim de compreendê-las mais racionalmente; a historiografia era cada vez menos a história dos grandes indivíduos e começava a converter-se na história dos povos e das nações<sup>20</sup>.

A implantação definitiva do liberalismo em Portugal em 1834 produziu novas mudanças na historiografia portuguesa: imbuídos pelo espírito do Romantismo, os primeiros liberais manifestavam um interesse pela origem da nação, matizado no estudo e divulgação de fontes originais da época medieval, onde se considerava que estavam as origens nacionais. Portugal foi, por isso, a essência da historiografia romântica portuguesa, já que além da narração de acções heróicas do povo português, importava também captar a índole pura da alma nacional como forma de apreensão das origens portuguesas. Assim como noutros países europeus, os historiadores começaram a interessar-se pela Idade Média, concedendo aos monumentos arquitectónicos um lugar preponderante como fontes historiográficas e memória das personagens ancestrais que os haviam construído e utilizado. Os castelos medievais assumiram desse modo, nas narrativas historiográficas românticas, um papel privilegiado como cenários medievais de gloriosas guerras para defesa das nações europeias<sup>21</sup>.

Sérgio Campos Matos refere que a historiografia era considerada pelos liberais como um instrumento capaz de alcançar a compreensão sobre a essência da nação. Ao reivindicar o conhecimento histórico como modo de reforçar o consenso nacional, iniciou-se assim uma tendência na historiografia portuguesa: a determinação pela difusão historiográfica era dominada maioritariamente por uma intenção doutrinária e pragmática, que obedecia ao propósito de mobilização ideológica nacionalista em detrimento do sentido reflexivo de interrogação<sup>22</sup>. Os monumentos arquitectónicos eram por isso frequentemente considerados pelos liberais como um suporte físico da matéria nacional e como testemunhos privilegiados do Passado glorioso, pelo que o estudo e protecção dos monumentos nacionais foram considerados como imperativo nacional. A estratégia historiográfica romântica para os monumentos arquitectónicos considerava que constituir-se num documento histórico era mais importante do que ser uma obra de arte<sup>23</sup>. Nesse sentido, os castelos medievais começaram a ser cada vez mais reverenciados como um símbolo de Portugal, visto que se considerava que haviam sido cenários privilegiados das batalhas pela independência nacional e defesa territorial.

Alexandre Herculano (1810-1877) foi um liberal fervoroso, imbuído nos valores românticos que se tinham consolidado durante o seu exílio em França e Reino Unido. Considerado frequentemente como uma consciência cívica nacional, a sua acção desenvolveu-se em vários campos desde a política até à literatura, incluindo a investigação histórica e o jornalismo – além de ser um precursor na relação patrimonial. Alexandre Herculano baseou a sua investigação historiográfica na análise documental de fontes

---

<sup>20</sup> A importância da história social havia sido já manifestada por Giambattista Vico (1668-1744), ao considerar que Deus governava o Mundo mediante leis da natureza e dádivas atribuídas aos homens, pelo que se poderia conhecer a História conhecendo as sociedades. Mais tarde Johann Gottfried von Herder (1744-1803) defendeu que cada povo teria um espírito próprio (*volkgeist*) individual e distinto de todos os outros, sobre o qual a vontade divina se manifestava directamente, determinando assim um caminho evolutivo próprio seguido de maneira colectiva. Finalmente Jules Michelet (1798-1874) considerava que se a história transcorria por vontade do povo através de um génio nacional, então teriam que ser estudadas as próprias manifestações do povo como fonte historiográfica. A concepção epistemológica de Michelet de que “tudo é história” motivou o redescobrimto das tradições ancestrais (arte, artesanato, costumes, folclore, etc.), as quais reflectiriam a identidade própria de cada cultura, originando especializações como a sociologia, a etnografia ou a antropologia entre outras [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp.156-212].

<sup>21</sup> Para isso contribuiu a obra de diversos autores: mais romancistas que propriamente historiadores, as suas obras de índole historiográfica costumavam apresentar narrativas romanceadas sem crítica histórica rigorosa, onde o carácter pitoresco e animado – muito do agrado popular – se sobrepunha às deduções escrupulosas e à análise de fontes credíveis. Podem-se destacar François-René (1768-1848), visconde de Chateaubriand, Walter Scott (1771-1832), Amable-Guillaume Brugière (1782-1866), barão de Barante, e Jacques Augustin Thierry (1795-1856).

<sup>22</sup> Os intelectuais românticos defendiam que só uma profunda revolução cultural poderia suscitar a construção de uma nova sociedade mais inclusiva; como tal, a historiografia constituiu-se num campo de formação imperioso na sociedade liberal com objectivo de cultivar a memória nacional histórica. Considerava-se fundamental unir o povo em torno de um Passado comum, valorizando o culto pela tradição que permitiria uma convergência, um espírito e uma memória nacionais [MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional: No Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pp.13-19].

<sup>23</sup> A consagração dos monumentos arquitectónicos como fonte documental para a historiografia romântica incluiu-se dentro de uma nova aproximação metodológica que reconhecia que as diversas nações produziram necessariamente distintas histórias, culturas, sociedades e outros âmbitos; daí que essas diferenças deveriam de ser estudadas de acordo com os seus contextos próprios.

credíveis, auxiliado por uma praxis teórica onde os fenómenos culturais, económicos, sociais e outros eram considerados parte do conteúdo histórico, como elementos caracterizadores das sociedades<sup>24</sup>.

Iniciando o seu percurso historiográfico com a publicação de narrativas históricas curtas de intenção didáctica, Alexandre Herculano terá sido o investigador português que primeiro focou – ainda que esporadicamente – as fortificações medievais como objecto de estudo, influenciando enormemente os investigadores seguintes e a própria sociedade portuguesa. Os seus ensaios protocastelológicos *Milícia na Idade Média (2<sup>o</sup>)*<sup>25</sup> e *Antigos Castellos e Alcaldes Móres*<sup>26</sup>, publicados respectivamente em 1838 e 1844 no periódico ilustrado *O Panorama*, não eram constituídos por meras descrições fácticas de eventos históricos nem tampouco se congregaram em torno de personagens célebres associadas aos castelos, evitando claramente apologias heróicas de grandes sucessos históricos. Pelo contrário, ambos os textos apresentavam preocupações de inserção contextual não só a nível cronológico mas também de âmbito económico, etimológico, sociocultural, tático-militar e arquitectónico, alguns já com um grau de rigor relativamente elevado<sup>27</sup>.

À parte a descrição formal dos castelos medievais, elaborada de uma forma genérica, Alexandre Herculano mencionou aspectos como a sua organização administrativa (impostos, cargos administrativos, relações com a população), as tácticas militares medievais, o processo evolutivo – sintético, ainda que inexacto – dos castelos medievais, e a etimologia subjacente ao próprio termo “castelo”. A obra de Alexandre Herculano, baseada em fontes documentais mais credíveis e englobando um leque temático mais vasto, afastava-se assim da historiografia composta por memórias biográficas e descritivas de monumentos arquitectónicos<sup>28</sup> que, segundo António Rosmaninho, se resumia essencialmente a uma descrição formalista sistemática dos edifícios, sem nenhuma crítica de âmbito artístico ou teórico e que habitualmente costumava narrar as vicissitudes históricas associadas ao monumento, a sua descrição física geral – quase como se fosse um inventário – e, algumas vezes, o enquadramento paisagístico<sup>29</sup>.

Paralelamente à historiografia erudita praticada por Alexandre Herculano, de base documental e crítica, desenvolveu-se uma historiografia de divulgação bastante heterogénea que incluía textos publicados na imprensa periódica oitocentista. Além da intenção pedagógica, as obras de divulgação histórica memorativa resultavam de um exercício de compilação e síntese, e não de uma investigação judiciosa: à interpretação profunda de fontes e compreensão dos eventos fundamentada numa análise rigorosa e imparcial, era contraposta uma preferência romântica pelo recurso de narrativas que, muitas vezes, se limitavam a inventariar acontecimentos ou lendas de modo apologético e pitoresco. O distanciamento dos imperativos de rigor histórico evidenciava uma dimensão pragmática, obedecendo a propósitos de utilidade cívica, política e propagandista; assim, a forma como se escreviam os textos obedecia ao objetivo essencial de agradar aos leitores e corresponder às suas apetências<sup>30</sup>.

---

<sup>24</sup> Alexandre Herculano publicou entre 1837 e 1838 vários textos intitulados *Quadros da História Portuguesa* no periódico ilustrado *O Panorama*; em 1842 publicou também diversos escritos sob o título de *Estudos de História de Portugal* no periódico *Revista Universal Lisbonense*, que se mostravam como um género híbrido entre o romance histórico e a historiografia, apresentando características de ambos. Já a sua *História de Portugal* [HERCULANO, Alexandre (1846-1853), *Historia de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Viúva Bertrand e Filhos], publicada entre 1846 e 1853, foi considerada geralmente como sendo a primeira obra portuguesa de síntese historiográfica de carácter rigoroso. Alexandre Herculano também publicou entre 1856 e 1873 a sua *Portugaliae Monumenta Historica* [HERCULANO, Alexandre (1856-1873), *Portugaliae Monumenta Historica*, 3 vols., Lisboa, Typis Academicis - Academia Scientiarum Olisiponensis], uma compilação de importantes documentos históricos portugueses.

<sup>25</sup> HERCULANO, Alexandre (1838), *Milícia na Idade Média (2<sup>o</sup>)*, *O Panorama*, 2 (38), Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, pp.18-20.

<sup>26</sup> HERCULANO, Alexandre (1844), *Antigos Castellos e Alcaldes Móres*, *O Panorama*, 8 (148), Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, pp.335-337.

<sup>27</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2008), Alexandre Herculano: A Idealização de uma Imagem do «Castelo Medieval Português», *Biblos*, série 2 (6), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.443-447.

<sup>28</sup> A obra *Diccionario Historico e Documental*[...] [VITERBO, Francisco Sousa (1899-1904), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional], publicada entre 1899 e 1904 por Francisco Sousa Viterbo (1846-1910), foi um dos exponentes máximos de obras historiográficas de âmbito biográfico relativas ao estudo da arquitectura, encontrando-se também aí mencionados alguns construtores de fortificações.

<sup>29</sup> ROSMANINHO, António (1993), *A Historiografia Artística Portuguesa de Raczyński ao Dealbar do Estado Novo (1846-1935)*, Coimbra, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Coimbra), pp.22-23.

<sup>30</sup> MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional: No Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pp.28-32.

A historiografia liberal portuguesa abordava os monumentos sob uma perspectiva historicista, ou seja, estudava os monumentos pela sua participação em eventos históricos significativos e não pela sua relevância estética. Sendo o conjunto geral de cidadãos – sem cultura formal sólida e somente capaz de ler textos simples e directos – o destinatário da atitude pedagógica que atribuía um valor cognitivo aos monumentos arquitectónicos, foi determinante a difusão de imagens que reproduziam edifícios históricos<sup>31</sup>. De maneira gradual, também os castelos medievais começaram a ser temáticas mais correntes nos textos de âmbito historiográfico. Mas o foco principal dos textos continuava a incidir sobretudo na narrativa de acontecimentos sucedidos ou relacionados com essas estruturas edificadas, sendo relativamente escassa a descrição formal dos edifícios, dos seus elementos constituintes, da sua evolução arquitectónica, das suas técnicas e materiais construtivos, dos seus autores, dos seus estilos artísticos, etc. Foi neste contexto de vulgarização historicista que surgiu a obra de Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890), o mais profícuo jornalista português do séc. XIX relativamente às temáticas abordando castelos medievais.

Vilhena Barbosa não era propriamente um historiador mas sim um divulgador de temáticas históricas e patrióticas. Os seus textos que abordaram fortificações defensivas medievais costumavam dar prioridade sobretudo aos aspectos históricos das estruturas defensivas (época de fundação, fundadores, eventos importantes que lhes estavam associados), elegidos consoante a sua importância histórica ou monumental. Os artigos publicados em diversas revistas ilustradas<sup>32</sup>, além do notório cariz propagandista, mostravam uma investigação pouco profunda, notando-se em muitos casos a ausência de fontes credíveis, o reduzido espírito crítico e a enunciação de lendas como eventos comprovados. Existia a intenção de narrar directamente a história das fortificações de uma forma atractiva, inclusivamente com a ajuda da ficção como intervenção valorativa. O objectivo patriótico de tentar motivar os leitores com o conhecimento da história pátria – neste caso, por intermédio das fortificações medievais – originou uma forma literária que pretendia numa primeira instância agradar ao leitor e corresponder às suas apetências. Somente depois de captar o seu interesse se conseguia a função formativa. A reprodução de imagens das fortificações complementava os textos e permitia ilustrá-los, tornando-os mais atractivos e menos fastidiosos.

Essas características encontravam-se também presentes na sua obra *Monumentos de Portugal*[...] <sup>33</sup> publicada em 1886: extensos textos sobre monumentos portugueses – alguns deles fortificações medievais – que se compunham por narrativas históricas e descrições físicas em que não existia crítica artística. Noutra obra sua, *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa*[...] <sup>34</sup> publicada entre 1860 e 1862, podiam encontrar-se descrições sumárias de cidades portuguesas e dos seus monumentos, sendo alguns deles fortificações medievais. Estas obras incluíam-se numa tendência historiográfica de cariz divulgador que produzia compêndios essencialmente histórico-descritivos de monumentos e lugares de importância significativa<sup>35</sup>. Também poderia ser incluído num vasto movimento originado pelo que se acordou denominar como “antiquários”: aficionados das antiguidades que se dedicavam à recompilação e estudo (sem labor crítico profundo e, frequentemente, manipulando a informação) de obras antigas, elaborando diversos compêndios com descrições visuais e escritas das obras analisadas<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> A publicação de livros que associavam textos a gravuras de monumentos arquitectónicos havia-se estendido já por diversos países, podendo ser mencionadas as obras de Francesco Milizia (1725-1798), Antonio Bossio (1575-1629), Bernard de Montfaucon (1655-1741), Giovanni Battista Piranesi (1720-1778), Ludovico Antonio Muratori (1672-1750) e Julien-David Le Roy (1724-1803).

<sup>32</sup> Entre outros periódicos: *Archivo Pittoresco*, *Universo Pittoresco*, *A Ilustração Luso-Brazileira*, *O Occidente*, *Artes e Letras*, e *Panorama Photographico de Portugal*.

<sup>33</sup> BARBOSA, Inácio de Vilhena (1886), *Monumentos de Portugal: Históricos Artísticos e Archeológicos*, Lisboa, Castro & Irmão Editores.

<sup>34</sup> BARBOSA, Inácio de Vilhena (1860-62), *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que Teem Brasão d'Armas*, 3 vols., Lisboa, Typographia do Panorama.

<sup>35</sup> Por exemplo, podem-se mencionar a obra *Monumentos Nacionaes* [LEAL, José Mendes (1868), *Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza], publicada em 1868 por José Mendes Leal (1818-1886), ou a obra *Portugal Antigo e Moderno*[...] [LEAL, Augusto Pinho (1873-1890), *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira] elaborada por Augusto de Pinho Leal (1816-1884) entre 1873 y 1890.

<sup>36</sup> Podem-se mencionar por exemplo obras realizadas por Andrew Coltee Ducarel (1718-1786), Francis Grose (c.1731-1791), John Britton

O recurso historiográfico de narrativas apologéticas de índole cada vez mais nacionalista e metafísica foi bastante incrementado na primeira metade do séc. XX, reagindo à forte afirmação dos nacionalismos europeus, ao pensamento positivista que costumava reduzir a Humanidade a um mero ente sem vontade própria (puramente regulamentado por leis naturais) e a acontecimentos nefastos (as duas guerras mundiais, o Grande Depressão económica, a expansão de regimes autoritários, as diversas revoluções, etc.)<sup>37</sup>. A influência historiográfica intuicionista começou a sentir-se mais vigorosamente em Portugal depois da implantação da República em 1910 e, principalmente, no período posterior à Primeira Guerra Mundial.

De um modo análogo à revolução liberal oitocentista, para os republicanos portugueses a historiografia logrou alcançar uma enorme importância como instrumento formativo para o povo, já que o aproximava dos valores pátrios. A orientação temática e a metodologia adoptada pelas tendências historiográficas intuicionistas propunham uma reacção contra a concepção racionalista, defendendo que a historiografia não era uma ciência exacta baseada só em análises de dados mas sim uma ciência da vida, o que supõe uma teoria não só com presença da razão mas também dos sentimentos<sup>38</sup>. O incremento dos sentimentos nacionalistas e providencialistas reflectiu-se na historiografia portuguesa e, logicamente, também nas obras que tratavam estruturas defensivas medievais.

Tal foi visível nas obras elaboradas por Duarte Veiga (1881-1944) e por Humberto Beça (1878-1923): Duarte Veiga publicou entre 1921 e 1939 a obra *Castelos e Monumentos Militares das Beiras*<sup>39</sup>, enquanto que Humberto Beça publicou três textos apresentados em outros tantos congressos (*Castelos de Portugal: Os Castelos das Beiras*<sup>40</sup> em 1922, *Castelos de Portugal: Os Castelos de Entre-Douro e Minho*<sup>41</sup> em 1923, e *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*<sup>42</sup> também em 1923). Nas obras de ambos os autores encontrava-se uma introdução evocativa da importância de tais monumentos arquitectónicos para a história de Portugal, como cenários de eventos importantes e gloriosos. Um tom dramático era conseguido mediante a constatação do estado ruinoso de muitas estruturas defensivas, motivando apenas os vigorosos à sua recuperação de maneira a que se preservassem esses vestígios como importantes testemunhos do valor da raça e glória portuguesas. Humberto Beça insistia ainda no facto de que os castelos medievais poderiam reconstituir a história guerreira do povo português e os traços étnicos patentes nas suas qualidades militares, bem como as distintas fronteiras que haviam existido.

Mas o corpo principal das obras era destinado à enumeração das diversas edificações defensivas mediante breves descrições formais e a narração frequentemente evocadora dos principais feitos históricos que lhes estavam associados. Os autores limitavam-se a coligir e resumir dados já conhecidos e publicados, não contribuindo com novas fontes e metodologias de investigação nem concedendo tampouco nenhuma crítica artística. O escasso rigor historiográfico reflectia-se além disso nas definições

---

(1771-1857), Augustus Charles Pugin (1762-1832), François Villemain (1790-1870), Carl Ritter (1779-1859), Georg Moller (1784-1852) e Christian Ludwig Stieglitz (1756-1836).

<sup>37</sup> Enquanto que Henri-Louis Bergson (1859-1941) se afastava dos princípios racionalistas redutores do espírito criador humano em prol de uma atitude intuicionista que aceitava o livre arbítrio da vontade humana, Oswald Gottfried Spengler (1880-1936) preconizava um modelo de civilização de várias sociedades com estados culturais distintos, as quais evoluíam segundo os ciclos de ascensão e decadência. Spengler defendia que a Idade Média havia sido uma época de florescimento cultural para a sociedade europeia, pelo que frente à crise vivida em princípios do séc. XX, havia que recuperar os valores ancestrais medievais com ajuda da fé cristã (uma das criadoras da alma europeia). O pensamento de Henri-Louis Bergson e de Oswald Gottfried Spengler foi fortemente influenciado por historiadores românticos como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Thomas Carlyle (1795-1881) ou Leopold von Ranke (1795-1886): Jean-Jacques Rousseau desprezava a razão em favor do sentimento, considerando que este era determinado de acordo com a vontade de Deus; Thomas Carlyle, que havia criticado o afastamento dos valores morais cristãos por parte da sociedade capitalista e racionalista, tentava inverter a situação mediante uma historiografia pitoresca e frequentemente falsa, enaltecendo heróis inspirados por Deus; também Leopold von Ranke defendia um papel providencialista na determinação da evolução histórica das sociedades através da inspiração dos povos por parte de Deus [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp.158-284].

<sup>38</sup> TORRAL, Luís Reis (1996), Sob o Signo da «Reconstrução Nacional», in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.227-228.

<sup>39</sup> VEIGA, Duarte (1921-1939), *Castelos e Monumentos Militares das Beiras*, 3 vols., Lisboa, Direcção dos Serviços Gráficos do Exército.

<sup>40</sup> BEÇA, Humberto (1922), *Castelos de Portugal: Os Castelos das Beiras*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

<sup>41</sup> BEÇA, Humberto (1923), *Castelos de Portugal: Os Castelos de Entre-Douro e Minho*, Famalicão, Tipografia Minerva.

<sup>42</sup> BEÇA, Humberto (1923), *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*, Porto, Tipografia Artes & Letras.

erróneas utilizadas frequentemente, na escolha sem critérios definidos dos edifícios para estudo, e nas insinuações realizadas sem provas documentais ou proposições teóricas credíveis.

As características intuicionistas, providencialistas e apologéticas enfatizaram-se consideravelmente na historiografia produzida sob o regime ditatorial subsequente à Primeira República. Num regime nacionalista, conservador, tradicionalista e fortemente influenciado pela doutrina católica, tentou-se modelar a sociedade de acordo com um protótipo idealizado de valores ancestrais, retomando os pressupostos de que a história não podia ser esquecida mas sim recordada: o revisionismo historicista sob o espírito nacionalista do regime ditatorial considerava a história como uma lição que evitaria erros do Passado e permitiria retomar e superar as glórias passadas, seguindo o rumo traçado pelo líder António de Oliveira Salazar (1889-1970)<sup>43</sup>. A historiografia oficial mostrava predilecção axiológica pelas grandes manifestações de heroísmos nacionais, como ocorrências históricas gloriosas (grandes vitórias bélicas, sacrifícios e demonstrações de religiosidade, descobrimentos e expansão ultramarina) ou importantes personagens históricos, comparando-os frequentemente com Oliveira Salazar de modo messiânico.

A investigação historiográfica realizada sob o Estado Novo favoreceu essencialmente temáticas associadas à formação de Portugal, aos descobrimentos marítimos e à restauração da independência frente a Espanha. Dentro desse âmbito, as fortificações assumiram um enorme valor figurativo e simbólico na ideologia ditatorial, visível na sua predilecção como objecto de estudo historiográfico, como estruturas propícias para sofrer intervenções restaurativas ou como cenários de manifestações propagandísticas ou culturais. Assim se explica também porque durante o Estado Novo surgiram diversas obras dedicadas ao estudo de castelos medievais, recorrendo a sínteses descritivas e memorativas. Os expoentes máximos nesse sentido foram as obras *Os Castelos na História de Portugal*<sup>44</sup>, publicada por Jorge de Figueiredo (†2010) em 1964 e, principalmente, *A Gloriosa História[...]*<sup>45</sup>, publicada em 1969 por Damião Peres<sup>46</sup> (1889-1976), ambas exclusivamente dedicadas às fortificações medievais e com claros objectivos divulgadores. Esses objectivos eram visíveis no menor rigor científico, na importância dada ao castelo de S. Mamede em Guimarães – considerado pelo regime como o berço da nação portuguesa – e na inclusão de lendas relativas a alguns dos castelos.

Os autores não realizaram nenhuma investigação especial, tendo-se limitado na generalidade a coligir numerosos dados bibliográficos, que depois conformaram as suas obras. As introduções desenvolviam mais ou menos sumariamente a evolução das fortificações ao longo dos tempos, desde a pré-história até ao advento da pirobalística e conseqüente declínio dos castelos adaptados à neurobalística, incluindo elementos de índole histórica, social, geográfica e étnica, assim como alusões a táticas poliorcéticas antigas e à administração dos castelos. Mas o foco principal das obras foi a análise individual dos distintos castelos através de textos narrativos – com frequência apologeticamente, na obra de Damião Peres – descrevendo acontecimentos históricos relevantes associados a cada castelo e efectuando descrições formais genéricas das fortificações, tudo devidamente complementado com fotografias e desenhos das estruturas defensivas ou representações de cenas históricas. A crítica artística ou castelológica continuava a ser inexistente. Apesar de tudo, de ambas as obras ressalta uma descrição física geral para os castelos medievais portugueses, segundo um modelo com características próprias supostamente bem definidas.

Mais especificamente, a obra de Jorge de Figueiredo apresentava transcrições de textos que mencionavam os diferentes castelos<sup>47</sup>, defendendo uma negação da origem racial específica dos portugueses relativamente ao resto dos povos peninsulares e concedendo assim uma maior preponderância à

---

<sup>43</sup> TORGAL, Luís Reis (1996), A História em Tempo de «Ditadura», in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORGAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.241-242.

<sup>44</sup> FIGUEIREDO, Jorge de (1964), *Os Castelos na História de Portugal*, Lisboa, Gráfica Boa Nova.

<sup>45</sup> PERES, Damião (1969), *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora.

<sup>46</sup> Damião Peres foi o director da obra *História de Portugal[...]* [PERES, Damião, *História de Portugal: Profusamente Ilustrada e Colaborada pelos mais Eminentes Historiadores e Artistas Portugueses*, Barcelos, Portucalense Editora] publicada entre 1928 e 1954, que era considerada a grande obra historiográfica produzida sob o *Estado Novo*.

<sup>47</sup> Curiosamente também apresentava um elucidário turístico com os monumentos que poderiam ser visitados nas redondezas de cada castelo abordado.

vontade do povo e ao papel desenvolvido pelas fortificações na materialização dessa obstinação. Além disso insinuava que a diferença entre os castelos portugueses e os europeus se devia ao distinto feudalismo existente em Portugal. Relativamente à obra de Damião Peres, existiu uma tentativa de clarificar as diferenças tipológicas de modo a englobar paços acastelados e fortificações de transição, demonstrando um desenvolvimento na terminologia castelológica.

De destacar que o carácter apologético associado aos castelos não se esgotou com o fim do regime nacionalista do Estado Novo: em 1986 Júlio Gil publicou *Os Mais Belos Castelos[...]*<sup>48</sup>, uma obra onde predominava uma narrativa memorativa ornamentada dos eventos históricos e lendas associadas às estruturas militares. Na obra, bastante ilustrada com fotografias e alguns alçados rigorosos, existiam poucas descrições físicas das edificações e sem nenhuma crítica artística; o público-alvo era o povo em geral, pelo que o rigor investigativo era praticamente nulo. Não obstante, em algumas caixas de texto encontravam-se definições terminológicas sintetizadas para os diferentes elementos arquitectónicos defensivos, ilustrados ainda com desenhos com perspectivas desses elementos.

As obras divulgadoras de índole monográfica sobre castelos medievais continuaram a ser produzidas paralelamente às sínteses desde princípios do séc. XX até à actualidade<sup>49</sup>. Sem crítica artística, sem um estudo judicioso sobre novas fontes documentais ou outras, sem um processo metodológico de investigação e sem contributos inovadores, estas obras de âmbito memorativo continuavam a ser meras narrativas de feitos pessoais ou de eventos históricos associados às estruturas defensivas, frequentemente em conjugação com memórias descritivas acríticas, de maior ou menor profundidade e mais ou menos apologéticas. Este tipo de obras é habitualmente desenvolvido por autores amadores e voluntaristas como resultado de demonstrações de afecto pelos monumentos locais. Situados de algum modo fora do âmbito propagandista mais oficial, reconhece-se no entanto um propósito divulgador, tentando promover os monumentos regionais numa esfera mais alargada. Esses objectivos de difusão originaram inclusivamente diversas obras de carácter turístico dedicadas às fortificações portuguesas<sup>50</sup>.

## A HISTORIOGRAFIA POSITIVISTA DA ARQUITECTURA, DE ÂMBITO METÓDICO E RACIONALISTA

Os estudos historiográficos sobre a arquitectura só começaram de forma judiciosa em Portugal a partir de meados do séc. XIX, com o surgimento da questão do manuelino enquanto estilo arquitectónico nacional por acção de Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>51</sup> (1816-1878), que algumas décadas mais

<sup>48</sup> GIL, Júlio (1986), *Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.

<sup>49</sup> Por exemplo, podem-se mencionar: *O Castelo de Alvito* [ALMEIDA, José Fialho de (1908), *O Castelo de Alvito*, Lisboa, Sociedade Astória] publicado em 1908 por José Fialho de Almeida; *O Castello da Feira[...]* [TÁVORA, Fernando de Tavares e (1917), *O Castello da Feira: Sua Descrição, sua Historia e Noticia Sobre os Condes da Feira*, Porto, Oficinas de O Comércio do Porto] publicado em 1917 por Fernando de Tavares e Távora; *Castelos do Distrito de Viana* [GUERRA, Luís de Figueiredo da (1926), *Castelos do Distrito de Viana*, in *O Instituto*, 73 (5-separata), Coimbra, Imprensa da Universidade] publicado em 1926 por Luís de Figueiredo da Guerra; *O Castelo de Bragança[...]* [TEIXEIRA, António José (1933), *O Castelo de Bragança: Notas Histórico-Descriativas*, Lisboa, Edição Shell News] publicado em 1933 por António José Teixeira; *A Sé e o Castelo de Silves* [JÚDICE, Pedro Mascarenhas (1934), *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria] publicado em 1934 por Pedro Mascarenhas Júdice; *Castelo da Feira[...]* [FERREIRA, Vaz (1939), *Castelo da Feira: Onde Nasceu Portugal*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, (separata), Coimbra, Gráfica de Coimbra] publicado em 1939 por Vaz Ferreira; *O Castelo de Vila Viçosa* [SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1961), *O Castelo de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança] publicado em 1961 por Gustavo de Matos Sequeira; *O Castelo de Guimarães* [FONTE, Barroso da (1992), *O Castelo de Guimarães*, Braga, Correio do Minho] publicado em 1992 por Barroso da Fonte; *Castelo de Óbidos* [CASTRO, Francisco Lyon de (1992), *Castelo de Óbidos*, Mem Martins, Lyon Multimédia Edições] e *Castelo de Sintra ou Castelo dos Mouros* [CASTRO, Francisco Lyon de (1996), *Castelo de Sintra ou Castelo dos Mouros*, Mem Martins, Lyon Multimédia Edições] ambos publicados em 1996 por Francisco Lyon de Castro; e *As Defesas de Lisboa[...]* [DOMINGOS, Maria, JESUS, Orlando de (2004), *As Defesas de Lisboa: Castelo de S. Jorge e a Cerca Moura*, Lisboa, Videograha] publicado em 2004 por Maria Domingos e Orlando de Jesus.

<sup>50</sup> Por exemplo, podem-se mencionar: *Castles of Portugal* [EÇA, Vicente de Almeida d' (1925), *Castles of Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo], publicado em 1925 por Vicente de Almeida d'Eça (1852-1929); *Portugal Turístico – Castelos* [VILAS, Ribeiro (1936), *Portugal Turístico - Castelos*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial], publicado em 1936 por Ribeiro Vilas; *Castelos e Fortalezas da Costa Azul* [GONÇALVES, Luís, VICTOR, Isabel (1993), *Castelos e Fortalezas da Costa Azul*, Setúbal, Região de Turismo da Costa Azul], publicado em 1993 pela Região de Turismo da Costa Azul; e *Defesas: Fortes e Castelos* [RAMALHO, Margarida Magalhães (1997), *Defesas: Fortes e Castelos*, in *Guia Expresso o Melhor de Portugal*, (17), Lisboa, Expresso], publicado em 1997 como parte do *Guia Expresso o Melhor de Portugal*.

<sup>51</sup> Francisco Varnhagen enumerou as características formais do manuelino, o suposto estilo arquitectónico português, secundado por João da Silva Leitão (1799-1854) – mais conhecido como Almeida Garrett. A temática também foi parcialmente abordada por Luís Mouzinho de Albu-

tarde Joaquim da Fonseca Vasconcelos (1849-1936) refutou mediante uma crítica mais fundamentada<sup>52</sup>. Iniciava-se assim, de modo substancialmente mais consistente, a historiografia da arquitectura em Portugal, com obras de maior profundidade que incidiam sobre temáticas específicas<sup>53</sup>. Rute Figueiredo afirma que por essa época a arquitectura havia começado a ser entendida como uma expressão materializada dos tempos culturais, sociais e ideológicos, e como tal era necessário encontrar um princípio susceptível de a definir também como expressão imediata da identidade nacional. Os estudos sobre arquitectura em Portugal assumiram – como em quase toda a Europa – a complexa função de incorporar a memória nacional na construção do seu universo discursivo, tentando fundamentar a possível existência de um estilo arquitectónico originalmente português. Por tanto, os críticos portugueses propuseram-se a encontrar a origem da arquitectura portuguesa no Passado, de modo a corresponder às necessidades de exaltação patriótica requeridas pela sociedade contemporânea<sup>54</sup>.

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos contribuiu também para a evolução historiográfica sobre a arquitectura, com destaque para a acção de Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896): em 1863 fundou-se sob o seu incentivo a Associação dos Architectos Civis, renomeada em 1872 como Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP) ao mesmo tempo que recebia o patrocínio régio. Pouco a pouco a RAACAP começou a orientar a sua actividade para os estudos histórico-arqueológicos e a defesa patrimonial, promovendo inventários e levantamentos gráficos de monumentos, excursões arqueológicas e debates sobre as intervenções patrimoniais. Em 1874 surgiu a publicação periódica do *Boletim de Architectura e Archeologia*, publicado pela RAACAP. Esta havia sido influenciada pela Sociéte Française d'Archeologie, pela Sociéte Central des Architectes de Paris e pelo Royal Institute of the British Architects. A importância de Possidónio da Silva no panorama arqueológico português foi essencial não só pelo seu papel na fundação da RAACAP ou pelas suas obras publicadas, mas também por ter iniciado a prática de efectuar levantamentos cadastrais aos monumentos arquitectónicos<sup>55</sup>.

Na sua obra *Noções Elementares de Archeologia*<sup>56</sup> publicada em 1878, Possidónio da Silva ensaiou uma primeira intenção em estabelecer uma cronologia aplicada aos distintos períodos arquitectónicos, observando-se uma busca por conhecimentos em áreas fora da arquitectura – o campo historiográfico e arqueológico, o carácter sociológico ou as noções tecnológicas (sistemas construtivos, materiais utilizados). Entre os vários tipos arquitectónicos abordados estava a arquitectura defensiva medieval. A influência francesa era evidente, visto que exceptuando alguns apontamentos esporádicos de casos portugueses, os exemplos e imagens apresentados por Possidónio da Silva eram essencialmente franceses, demonstrando assim ser uma compilação de estudos de proveniência francesa<sup>57</sup>.

---

querque (1792-1846) em relação ao mosteiro de Sta. Maria da Vitória na Batalha.

<sup>52</sup> Para Joaquim Vasconcelos a planimetria, os alçados, os perfis de elementos arquitectónicos e outros elementos construtivos eram fundamentais para definir um estilo arquitectónico, em lugar de se basear essencialmente na decoração [ROSAS, Lúcia Cardoso (1995), *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, Porto, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade do Porto), p.100]. Tendo estudado na Alemanha entre 1859 e 1865, o seu contacto com a cultura e métodos heurísticos presentes na investigação alemã concederam-lhe uma sólida formação humanística e crítica no âmbito das artes, contribuindo assim para a introdução em Portugal de bases ideológicas e metodológicas para a investigação artística [FRANÇA, José-Augusto (1999), *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora, p.517].

<sup>53</sup> Alguns dos historiadores oitocentistas da arquitectura portuguesa mais importantes foram Augusto Filipe Simões (1835-1884), Karl Albrecht Haupt (1852-1932), Augusto Maria Fuschini (1843-1911) e Gabriel Victor Pereira (1847-1911).

<sup>54</sup> FIGUEIREDO, Rute (2007), *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1839-1918)*, Lisboa, Edições Colibri, p.138.

<sup>55</sup> A autorização para efectuar os levantamentos foi concedida mediante a Portaria de 27 de Outubro de 1858, com a intenção de ser realizado um inventário dos edificios portugueses que poderiam ser classificados como monumentos nacionais. Anteriormente a Possidónio da Silva tinha-se já executado um extenso levantamento do mosteiro de Sta Maria da Vitória na Batalha, efectuado por James Cavanaugh Murphy (1760-1816). O resultado foi uma importante obra analítica, gráfica e escrita dos aspectos artísticos e sistemas construtivos aí existentes. Os levantamentos rigorosos eram por essa época uma prática frequente, com destaque para Reino Unido onde John Carter (1748-1817), por intermédio da Society of Antiquaries, foi um dos casos mais relevantes.

<sup>56</sup> SILVA, Joaquim Possidónio da (1878), *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Lallement Frères.

<sup>57</sup> Possidónio da Silva possuía uma formação realizada no estrangeiro, e foi em França que incorporou os estudos relacionados com a análise dos monumentos, com as teorias da conservação e restauro do património, e com a ciência arqueológica.

Os avanços arqueológicos<sup>58</sup> realizados no contexto europeu tinham permitido o contacto mais directo com estruturas e elementos antigos. Por outro lado, também o espírito racionalista havia originado o levantamento e catalogação de várias estruturas construídas<sup>59</sup>, permitindo que o acesso a um vasto conjunto de imagens de edifícios, apresentados nos compêndios, possibilitasse o desenvolvimento eficaz do método comparativo mediante uma interpretação iconográfica das ilustrações. Nesse sentido o movimento arqueológico francês havia já iniciado o estabelecimento dos fundamentos da historiografia positivista da arte, ao mesmo tempo que afirmava a necessidade de empreender o restauro de numerosas obras de arte antigas.

Arcisse de Caumont (1801-1873) foi seguramente um dos activistas mais destacados que possibilitaram o desenvolvimento da arqueologia francesa<sup>60</sup>. A sua importância poderia ser sublinhada sobretudo pela sua obra *Histoire Sommaire de l'Architecture[...]*<sup>61</sup>, publicada em 1836 e que, como o nome indica, promoveu também o estudo da arquitectura militar medieval: esta obra sem dúvida que constituiu a principal plataforma onde Possidónio da Silva se inspirou para elaborar a sua obra *Noções Elementares de Archeologia*. De facto, a obra representa um marco no estudo das fortificações medievais, não só pelas escrupulosas metodologias de estudo utilizadas, mas também porque estabeleceu um sistema de divisões estilísticas devidamente enquadradas e denominadas de acordo com a sua classificação cronológica<sup>62</sup> (a divisão foi elaborada segundo os estilos arquitectónicos aplicados à arquitectura religiosa). A narração de eventos históricos associados às estruturas fortificadas demonstra o emprego de fontes documentais de forma mais judiciosa, e o método comparativo utilizado para a análise dos casos estudados revelava a existência de indícios de crítica arquitectónica. O progresso metodológico era também evidente na complementaridade do estudo protocastelológico com alguns campos novos de investigação, comprovado pela análise – ainda superficial – do sistema feudal e sociedade medieval, da administração das estruturas militares, e da descrição de materiais construtivos, apontando assim novas orientações para a investigação.

Os pressupostos metodológicos seguidos por Possidónio da Silva ou Arcisse de Caumont – que tinha sido professor de Possidónio da Silva em França<sup>63</sup> – surgiram como causa dos repentinos progressos alcançados pela ciência e tecnologia, que haviam seguido os avanços racionalistas protagonizados durante o Iluminismo. A entronização do conhecimento científico mediante as metodologias comparativas<sup>64</sup>

---

<sup>58</sup> Por exemplo, as descobertas de Herculano em 1713, de Paestum em 1746 e de Pompeia em 1748, associado às escavações arqueológicas em Roma e Atenas.

<sup>59</sup> Anne-Claude-Philippe de Lévis (1692-1765), conde de Caylus, considerava necessária a presença da obra de arte para poder avaliá-la, visto que os sentimentos produzidos nos seus observadores não eram quantificáveis e tampouco poderiam ser transpostos para imagens. Estas imagens seriam meros instrumentos de trabalho, já que eram desprovidas da vivacidade existente nos originais [CHOAY, Françoise (2000), *A Alegria do Património*, Lisboa, Edições 70, pp.70-71].

<sup>60</sup> Em 1824 foi fundada por Arcisse de Caumont a Société des Antiquaires de Normandie, bem conhecida por Possidónio; dez anos mais tarde, em 1834, esta foi renomeada como Société Française d'Archéologie; a partir de 1835 promoveu a publicação do *Bulletin Monumental*, que abordava temáticas relativas aos monumentos franceses. Com esse mesmo sentido, Adolphe Napoléon Didron (1806-1867) fundou em 1844 os *Annales Archéologiques*, uma publicação periódica destinada a debater princípios arqueológicos e postulados doutrinários para o restauro artístico [BAZIN, Germain (1989), *História da História da Arte: De Vasari aos Nossos Dias*, São Paulo, Martins Fontes Editora, p.100].

<sup>61</sup> CAUMONT, Arcisse de (1838), *Histoire Sommaire de l'Architecture Religieuse, Civile et Militaire au Moyen Âge*, Paris, Chez Lance.

<sup>62</sup> Jean-François Félibien (1658-1733) tinha realizado um primeiro ensaio, distinguindo períodos dentro do que considerava como sendo um mesmo estilo. Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), que considerava imprescindível o rigor para o estudo da arquitectura, examinava os seus objectos de estudo medindo-os, catalogando-os, estudando as técnicas construtivas, os materiais, os tempos de construção, as culturas associadas, etc., comparando-os depois com outros modelos. O seu método operativo, que utilizava procedimentos comparativos de análise estilística e formal, possibilitou-lhe gerar de modo mais preciso o conceito de estilo, reconhecendo distintas épocas e períodos dentro deles. Tal fundamentação epistemológica capacitou-o para propor um esquema taxonómico de classificação da arquitectura dentro de estilos com cronologias de algum modo precisas, e com isso definir uma periodização geral da arte antiga. A sua obra foi considerada a primeira obra historiográfica empírica da arquitectura, visto que o estudo crítico incidia sobre a arquitectura como forma de arte. Johann Winckelmann preocupou-se também com a definição do vocabulário associado à historiografia artística, fundamental para comunicar dados e como instrumento consciente de interpretação [BAUER, Hermann (1983), *Historiografia del Arte*, Madrid, Tauros Ediciones, pp.84-85].

<sup>63</sup> MAIA, Maria Helena (2010), Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), in CUSTÓDIO, Jorge (Coord. de), *100 Anos de Património: Memória e Identidade (Portugal 1910-2010)*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 71.

<sup>64</sup> A gnoseologia racionalista setecentista compreendia o Mundo como um composto de matéria e espírito, onde a matéria era regida por leis naturais estabelecidas por Deus e, por isso, era imutável e fatalmente inevitável a acção por si determinada [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp.121-122]. Estas leis poderiam ser analisadas racionalmente entre si,

originou o descobrimento de relações entre diversos eventos observados, proporcionadas também pelos inventários mais rigorosos que se vinham realizando desde o Iluminismo. Devidamente organizados os resultados obtidos, poder-se-ia assim formular leis constantes pelas quais se regeria a Natureza. A constatação das relações de causa-efeito e de que, mediante a aplicação de equações científicas aos indícios existentes se poderia conhecer o Passado, matizou substancialmente o movimento positivista<sup>65</sup>. Além disso, considerava-se que se era teoricamente possível estabelecer as leis que dirigiam a evolução humana, então seria concebível poder conhecer não só o Passado mas também o Futuro, o qual já estaria predeterminado devido à constância das leis. Para isso investigou-se a sociedade recorrendo a metodologias com bases estatísticas inspiradas nas ciências experimentais, emergindo assim a sociologia como a ciência que estuda as sociedades<sup>66</sup>.

Os positivistas acreditavam que a historiografia-ciência era necessária para o estudo das sociedades: o Passado permitiria compreender o Presente e prever o Futuro, e por isso a história era encarada como uma lição. Esse determinismo expurgava as anteriores doutrinas providencialistas (os factos explicavam-se por leis naturais, sendo recusada a intervenção divina, visto que esta não se poderia comprovar cientificamente) e o papel decisivo dos indivíduos excepcionais na história (os seus actos não eram fortuitos mas sim predeterminados e condicionados pela vontade da sociedade)<sup>67</sup>. A história, no seu processo evolutivo, poderia ser determinada mediante uma ilação e relação de dados, pelo que a análise filológica dos dados contidos em documentos diversos (manuscritos, iconografia, paleografia, epigrafia) possibilitou o desenvolvimento de uma metodologia historiográfica mais eficiente, precisa e especializada que já não se baseava somente em ideias gerais. A historiografia começou a ser complementada por outras áreas do conhecimento como a sociologia, a economia, a antropologia, a política, etc.<sup>68</sup>.

Juntamente com a historiografia de carácter divulgador surgiu uma historiografia erudita, especializada e metódica, agrupada segundo duas tendências principais: uma de cariz eminentemente descritivo, fundamentada na crítica rigorosa das fontes e que enfatizava os aspectos políticos, económicos, religiosos e institucionais da história; outra de componente teórico-filosófica que ressaltava a definição de constantes históricas e antepunha os factores explicativos aos descritivos<sup>69</sup>. Dentro da historiografia erudita, a especialização e o contacto com outros campos de investigação originaram um desenvolvimento significativo da historiografia da arte. As ciências sociais, de origem positivista, começaram a influenciar o modo como a historiografia percebia a arte<sup>70</sup>.

A obra artística começou a ser conotada com o ambiente onde tinha sido produzida, relacionando-se também com o gosto e costumes da sua época: efectivamente, a obra de arte produzir-se-ia no seio de uma sociedade e de uma situação histórica específica, onde o artista era mais uma das partes ac-

---

procurando-se constantes para as interpretar. Nesse sentido a anatomia comparada proposta pelo naturalista Georges Dagobert Cuvier (1769-1832) é um bom exemplo.

<sup>65</sup> Jean-Baptiste de Monet (1744-1829), mais conhecido como cavaleiro de Lamarck, Charles Robert Darwin (1809-1882) e Ernst August Haeckel (1834-1919) foram três dos principais interlocutores do positivismo nas ciências naturais, onde as suas teorias defendiam o transformismo evolucionista gradual dos seres vivos segundo um processo de constante adaptação às condicionantes existentes.

<sup>66</sup> Considerava-se que a Humanidade, como parte da natureza, também estaria necessariamente regida pelas leis naturais; ou seja, movia-se por objectivos invariáveis provenientes do transcorrer da evolução cósmica – o progresso histórico da humanidade seria parte da materialização do evolucionismo ontológico. Ainda no séc. XIX, Edmund Burke (1729-1797), inspirado pelo pensamento romântico, defendeu que as nações evoluíam como os seres vivos, de acordo com a sua constituição social; por sua vez, Isidore Auguste Comte (1798-1857) e, mais tarde, Herbert Spencer (1820-1903), advogaram que mediante a observação da sociedade poder-se-iam determinar as leis que regeriam o seu progresso.

<sup>67</sup> CATROGA, Fernando (1977), *Os Inícios do Positivismo em Portugal: O seu Significado Político-Social*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias - Universidade de Coimbra, p.46.

<sup>68</sup> Podia-se observar isso nos estudos sobre a sociedade efectuados por Numa Fustel de Coulanges (1830-1889): as crenças, artes, hábitos, tradições e cultura popular entre outros eram também elementos definidores das sociedades e, por extensão, das nações.

<sup>69</sup> MENDES, José Amado (1996), *Desenvolvimento e Estruturação da Historiografia Portuguesa*, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.207-208.

<sup>70</sup> Para Jacob Burckhardt (1818-1897), inspirado em Johann Gottfried von Herder, existia uma forte conexão entre a arte e a cultura: esta última, considerada como expressão do *volksgeist* (espírito do povo), originava a realização da primeira, pelo que a história da arte seria também, indubitavelmente, uma história da cultura. Nesse mesmo sentido, Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893) afirmava que assim como a anatomia ou mecânica possuíam leis que as regulavam, também a arte poderia ser regida por leis: as características essenciais das artes poderiam ser explicadas analisando as condições geográficas e históricas nas quais tinham sido originadas [LEFEBVRE, Georges (1981), *O Nascimento da Moderna Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa Editora, p.260-263].

tivas. Quem encomendava as obras (poder religioso, económico, político, povo) condicionava também a produção artística; mas também o desenvolvimento técnico, os materiais existentes ou a perícia do artista encontravam-se reflectidos na obra de arte produzida<sup>71</sup>. A mera casualidade estética pessoal de cada artista era assim eliminada em favor da casualidade de cada momento histórico, e a obra de arte era considerada também um documento histórico indicador do nível da sociedade, visto responder aos imperativos e necessidades da mesma<sup>72</sup>. Estudando-se a arte poder-se-ia então conhecer a história das sociedades antigas e vice-versa. O positivismo relativo à historiografia da arte revelou além disso uma derivação determinista aplicada à estrutura material da obra artística, onde todos os fenómenos artísticos (estrutura e forma) resultariam das interacções materiais<sup>73</sup>.

Ernesto Korrodi (1870-1944), arquitecto suíço radicado em Portugal, destacou-se como autor de uma das mais substanciais e precoces obras de investigação positivistas sobre a arquitectura defensiva medieval portuguesa<sup>74</sup>, plasmada na sua monografia publicada em 1898 *Estudos de Reconstrução Sobre o Castelo de Leiria[...]*<sup>75</sup>. A posição de investigação assumida por Ernesto Korrodi aproximava-se das metodologias positivistas praticadas noutros países europeus, com ampla repercussão em Portugal. A monografia sobre o conjunto fortificado – extremamente arruinado – de Leiria havia resultado de uma vontade de restaurá-lo; como tal, era indispensável adquirir um conhecimento profundo sobre as estruturas edificadas (torre de menagem e edificações anexas, paço medieval, igrejas de Sta. Maria da Pena e de S. Pedro, burgo medieval e cerca amuralhada) antes de se propor a sua reconstituição. A investigação foi realizada seguindo os diversos recursos metodológicos provenientes de vários campos epistemológicos.

A monografia elaborada por Ernesto Korrodi compunha-se de uma breve narração dos factos históricos mais importantes associados ao conjunto fortificado, assim como a descrição formal dos elementos subsistentes. As informações gerais basearam-se em fontes documentais e em prospecções arqueológicas. Além da utilização documental e epigráfica, os processos de datação das etapas construtivas também se efectuaram seguindo uma análise formal dos elementos decorativos e estruturais remanescentes, comparando-os com outros monumentos para tentar encontrar potenciais relações. Os vestígios arqueológicos foram também observados seguindo uma metodologia de leitura de paramentos, um predecessor da arqueologia da arquitectura. Baseando-se nos resultados adquiridos, Ernesto Korrodi efectuou uma reconstituição do conjunto edificado na Idade Média, não só a nível formal mas também funcional<sup>76</sup>.

Amplas ilustrações de grande qualidade artística, técnica e informativa completavam a monografia, demonstrando um profundo conhecimento do conjunto edificado e uma familiaridade com as noções de arquitectura medieval. Os seus desenhos dividiam-se em levantamentos do conjunto arruinado subsistente (vistas em perspectiva e aéreas do conjunto, vistas parciais e vistas de pormenor) e em propostas de reconstituição gráfica de como havia sido o conjunto fortificado, sustentadas com desenhos que evidenciavam uma análise cuidada das edificações (vistas em perspectiva e aéreas do conjunto, plantas,

---

<sup>71</sup> ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLLO, Maurizio (1994), *Guia de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.36-37.

<sup>72</sup> FIGUEIREDO, Rute Pinto (2007), *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1839-1918)*, Lisboa, Edições Colibri, p.160.

<sup>73</sup> Marc-Antoine Laugier (1713-1769) havia defendido um pensamento de índole determinista aplicado à arquitectura, estabelecendo que a essência da arquitectura era a sua estrutura, a qual por sua vez determinaria a forma final resultante (composta também por elementos secundários como paredes ou outros). Para Gottfried Semper (1803-1879) o resultado formal dos produtos artísticos derivava dos materiais aplicados e técnicas de construção adaptadas a estes, pelo que o produto final era consequentemente determinado pelos materiais constituintes [BAUER, Hermann (1983), *Historiografía del Arte*, Madrid, Tauros Ediciones, p.95].

<sup>74</sup> Entre vários monumentos portugueses, Ernesto Korrodi estudou os conjuntos fortificados de Leiria, de Porto de Mós, de Pombal e de Ourém e o paço dos Duques de Bragança em Barcelos [COSTA, Lucília Verdelho (1997), *Ernesto Korrodi (1889-1944): Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.150-170].

<sup>75</sup> KORRODI, Ernesto (1898), *Estudos de Reconstrução Sobre o Castelo de Leiria – Reconstituição Gráfica de um Notável Exemplo de Construção Civil e Militar Portuguesa*, Zurique, Instituto Polygraphico.

<sup>76</sup> Reconhecendo a importância do paço senhorial situado no castelo como um dos escassos representantes ainda subsistentes de uma residência aristocrática medieval em Portugal, Ernesto Korrodi efectuou um cuidadoso estudo do edifício. Em 1944 Ernesto Korrodi publicou *A Alcáçova do Castelo de Leiria[...]* [KORRODI, Ernesto (1944), *A Alcáçova do Castelo de Leiria e sua Significação Social e Política*, *Boletim da Academia de Belas-Artes*, (13), Lisboa, Academia de Belas-Artes, pp.12-28], um texto mais elaborado dedicado ao paço do castelo.

cortes e alçados detalhados que diferenciavam o existente e o proposto, e pormenores arquitectónicos). No entanto, ainda que a obra de Ernesto Korrodi denotasse uma investigação judiciosa, a reconstrução mostrava uma idealização imaginária do conjunto edificado, propondo partes inexistentes sem dados fidedignos para apoiá-las – como também o haviam feito outros arquitectos restauradores como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), Luca Beltrami (1854-1933), Alfredo César de Andrade (1839-1915) ou Bodo Ebhardt (1865-1945) entre outros.

Eugène Viollet-le-Duc foi o expoente máximo do movimento determinista na arquitectura, acreditando que esta havia derivado de uma evolução lógica das formas existentes na natureza. A conjugação entre essas diversas formas com os materiais, tecnologias e funções daria lugar aos diferentes estilos arquitectónicos que ostentavam intrinsecamente os distintos géneros. Os sistemas estruturais possuíam um valor fundamental, actuando no conjunto edificado de uma forma holista coerente, com correspondência integral desde o mínimo detalhe até ao conjunto global. Existiria uma adequação da forma à função, da estrutura à forma, e da ornamentação ao conjunto estrutural geral, formando um sistema lógico e perfeitamente unívoco.

A unidade resultante no edifício poderia ser por isso lida genericamente, bastando para isso descodificar de forma lógica as regras estabelecidas com as quais se havia construído o edifício. Se as formas provinham de uma adaptação lógica a uma determinada função, inexoravelmente sucederia também o contrário, sendo assim viável conhecer o Passado a partir do Presente. Eugène Viollet-le-Duc supunha que era possível identificar, através de vestígios existentes e valendo-se do cada vez mais desenvolvido conhecimento científico, todo o percurso de um edifício desde a actualidade até à sua fundação. Isso tornaria possível, em última instância, fundamentar o próprio restauro de um edifício partindo de uma base concreta e exacta originada no Passado, já que se poderiam procurar de forma segura os elementos arquitectónicos que haviam sido perdidos.

A historiografia relacionada com o estudo das fortificações medievais recebeu um impulso decisivo com as contribuições de Eugène Viollet-le-Duc através de várias obras importantes para a castelologia<sup>77</sup>, que Ernesto Korrodi conhecia bem e nas quais se teria inspirado. Os estudos efectuados por Eugène Viollet-le-Duc caracterizavam-se por uma intenção didáctica, plena de voluntarismo e rigor heurístico, ainda que por vezes apresentasse incongruências derivadas da postura positivista relativa ao ideal estilístico. A metodologia empregue demonstrava uma enorme evolução relativamente aos seus predecesores, devido ao uso de fontes documentais e arqueológicas como prática sistemática, assim como a análise, catalogação e comparação entre diversas fortificações, incluindo estrangeiras. Além disso, como instrumento operativo fundamental para a investigação castelológica, houve a intenção de estabelecer um glossário prático da arquitectura defensiva<sup>78</sup>.

No conjunto de obras escritas por Eugène Viollet-le-Duc podia-se vislumbrar uma evolução dos edifícios militares ao nível histórico mas também ao nível formal, funcional e estilístico (classificação dos edifícios com base em pressupostos claros de âmbito morfológico e estilístico em lugar de somente cronológico), diferenciando-se os diferentes tipos de fortificações e apoiando-se em interpretações dentro

---

<sup>77</sup> Diversas obras de Eugène Viollet-le-Duc abordaram a temática das fortificações medievais: no *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française*[...][VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1864), *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française: Du XIéme au XVéme Siécle*, 10 vols., Paris, A. Morel/B. Buance Éditeur] publicado em 1864, podiam-se encontrar diversas definições relacionadas com a arquitectura militar; panoramas gerais sobre a arquitectura militar foram estudados no *Essai sur l'Architecture Militaire*[...][VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1854), *Essai sur l'Architecture Militaire au Moyen Age*, Paris, Librairie d'Architecture de Bance Éditeur] publicado em 1854, e na *Histoire d'une Forteresse* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1874), *Histoire d'une Forteresse*, Paris, Bibliothèque d'Éducation et de Récréation] publicada em 1874; além disso Eugène Viollet-le-Duc elaborou algumas monografias sobre fortificações, como a dedicada a Carcassonne [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1853), *Rapport Adressé à S. E. M. le Ministre d'État sur les Restes de l'Ancienne Cité de Carcassonne*, Paris, Imprimeur de J. Claye] publicada em 1853, *Description du Château de Coucy* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1857), *Description du Château de Coucy*, Paris, Bance Éditeur] e *Description du Château de Pierrefonds* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1857), *Description du Château de Pierrefonds*, Paris, Bance Éditeur], ambas publicadas em 1857, e *Description et Histoire du Château d'Arques* [VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel (1880), *Description et Histoire du Château d'Arques*, Paris, A. Morel et Cia. Éditeurs] publicada em 1880.

<sup>78</sup> A vontade de Eugène Viollet-le-Duc em estabelecer um vocabulário eficaz para a arquitectura militar foi seguida por Désiré Camille Enlart (1862-1927), que no seu *Manuel d'Archéologie Française*[...][ENLART, Désiré Camille (1902-1904), *Manuel d'Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens jusqu'à la Renaissance*, 2 vols., Paris, August Picard] publicado entre 1902 e 1904 dedicou parte significativa ao estudo das fortificações.

do campo arquitectónico (materiais existentes, sistemas de construção utilizados, funções atribuídas) e de outras áreas do conhecimento (evolução das tácticas poliorcéticas, condições histórico-políticas e socioeconómicas como a sistematização sintética do sistema feudal medieval, da administração de estruturas militares e da sociedade medieval), tentando desse modo explicar a totalidade delas.

Complementando os textos existia um conjunto muito instrutivo de ilustrações de grande qualidade que permitia expressar mais facilmente as conjecturas que propunham os textos. Se o recurso às ilustração para complementar os textos era uma prática habitual desde o séc. XIX, a obra de Eugène Viollet-le-Duc trouxe um novo tipo de ilustração mais analítico que descritivo e, por isso, mais adequado para os estudos arquitectónicos<sup>79</sup>. O auxílio interpretativo possibilitado pelas ilustrações havia já sido reconhecido anteriormente em obras historiográfica da arte, e os progressos tecnológicos em matéria visual foram desde muito cedo incorporados como ferramenta complementar para a historiografia<sup>80</sup>.

Eugène Viollet-le-Duc foi o arquitecto restaurador mais proeminente que se dedicou ao estudo da arquitectura defensiva medieval, tendência em destaque na segunda metade do séc. XIX e princípios do séc. XX. Também Luca Beltrami, no seu percurso profissional como arquitecto restaurador, interveio em algumas fortificações, pelo que necessariamente teve que estudá-las conforme se pode verificar nas suas obras *Guida Storica del Castello di Milano (1368-1894)*<sup>81</sup> publicada em 1894, ou *Il Castello di Soncino*<sup>82</sup> publicada em 1890. Como Eugène Viollet-le-Duc, Luca Beltrami possuía uma disposição positivista, acreditando ser possível reconstituir o desenvolvimento dos edifícios ao longo dos tempos analisando os distintos elementos ainda subsistentes. No entanto, enquanto Eugène Viollet-le-Duc baseava o seu estudo em observações directas, em sondagens arqueológicas e mediante metodologias comparativas entre edificações (antepunha os factores explicativos aos descritivos), Luca Beltrami utilizava essas mesmas premissas enfatizando, não obstante, a importância da vertente filológica associada às fontes documentais (tendência descritiva fundamentada em crítica de fontes, ressaltando os aspectos históricos). O mesmo pensamento filológico foi seguido também por Bodo Ebhardt, como se pode observar na sua obra *Deutsche Burgen als Zeugen Deutscher Geschichte*<sup>83</sup> publicada em 1925.

As crónicas e outros documentos do Passado e, em especial, os códices iconográficos antigos (de Duarte d'Armas, de António Bocarro, de João de Castro, etc.), foram considerados como fontes privilegiadas para extrair um conhecimento mais profundo da arquitectura fortificada portuguesa. O espanhol Manuel González Simancas (1885-1942) publicou em 1910 um estudo intitulado *Plazas de Guerra y Castillos Medievales[...]*<sup>84</sup>, utilizando como fonte documental um códice existente na Biblioteca Nacional de Madrid e cujo autor havia sido Duarte d'Armas<sup>85</sup>. González Simancas havia reconhecido a extrema im-

---

<sup>79</sup> As ilustrações patentes nas obras de Eugène Viollet-le-Duc consistiam em vistas de edifícios (em perspectiva e aéreas), estampas com sistemas e pormenores de construção, materiais, desenhos rigorosos (plantas, cortes e alçados de edifícios e das suas partes ou pormenores, assim como plantas e perfis de cidades) e esquemáticos (da geometria das fortificações modernas, de ângulos e linhas de tiro, de funcionamento de edifícios ou das suas partes), desenhos explicativos (do funcionamento de armas, reconstituições de ataques e de uniformes de soldados), produções de representações antigas, e esboços de reposição (de estruturas militares e urbanas, nas quais se incluíam frequentemente pessoas, com motivações realistas e que apelavam à imaginação dos leitores).

<sup>80</sup> Jean-Baptiste Seroux d'Agincourt (1730-1814) publicou entre 1811 e 1823 a sua *A Histoire de l'Art par les Monuments[...]* [AGINCOURT, Jean-Baptiste Seroux d' (1811-1823), *A Histoire de l'Art par les Monuments Depuis sa Décadence au IVe Siècle jusqu'à son Renouveau au XVIe Siècle*, 6 vols., Paris, Treuttel et Würtz], uma das primeiras obras historiográficas da arte, provendo-se de um número substancial de ilustrações; a Commission des Monuments Historiques francesa começou a fotografar os monumentos a partir de 1851; nesse mesmo ano Eugène Piot (1812-1890) publicou *L'Italie Monumentale* [PIOT, Eugène (1851), *L'Italie Monumentale*, Paris, La Presse], uma das primeiras obras historiográficas sobre arte cujas ilustrações eram compostas por fotografias; e a expansão da prática fotográfica suscitou a Giovanni Morelli (1816-1892) a propor uma metodologia comparativa para a análise de obras artísticas mediante fotografias.

<sup>81</sup> BELTRAMI, Luca (1894), *Guida Storica del Castello di Milano (1368-1894)*, Milão, Tipografia Ulrico Hoepli.

<sup>82</sup> BELTRAMI, Luca (1890), *Il Castello di Soncino*, Milão, Tipografia Ulrico Hoepli.

<sup>83</sup> EBHARDT, Bodo (1925), *Deutsche Burgen als Zeugen Deutscher Geschichte*, Berlim, Fr. Zillesen.

<sup>84</sup> SIMANCAS, Manuel Gonzáles (1910), *Plazas de Guerra y Castillos Medievales de la Frontera de Portugal (Estudios de Arquitectura Militar)*, Madrid, Typographia de la Revista de Archivos Bibliotecas y Museos.

<sup>85</sup> O códice madrileno seria uma das duas versões executadas por Duarte d'Armas; o outro códice, mais completo, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. O códice português ilustra 55 castelos e povoações fortificadas localizadas na raia luso-castelhana (duas vistas por cada conjunto fortificado), mais uma vista de Barcelos e três de Sintra; o códice espanhol ilustra somente 29 desses conjuntos fortificados, sem existência de plantas. No exaustivo levantamento representaram-se os conjuntos fortificados através de vistas em perspectiva complementadas com plantas, tendo sido empregue um código de simbologia com os aspectos topográficos e morfológicos do conjunto descrito e

portância do códice por conter representações iconográficas de fortificações medievais que, quando foram desenhadas, ainda estariam activas e em processo de adaptação à pirobalística. Desse modo poder-se-ia complementar o estudo sobre a evolução das estruturas fortificadas acedendo simultaneamente à nomenclatura antiga. A obra de González Simancas iniciava-se por um breve resumo introdutório sobre a evolução das fortificações ao longo dos tempos; a contextualização do códice português efectuou-se mediante a explicação da política de D. Dinis de Portugal para o estabelecimento das fronteiras entre os reinos de Portugal e de Castela, mencionando ainda a definição das linhas defensivas portuguesas de acordo com os eixos de invasão pelos exércitos invasores castelhanos.

González Simancas publicou desenhos simplificados de pequena dimensão copiados do códice, complementando-os com textos analíticos de cada ilustração. Os textos compunham-se de descrições formais dos conjuntos edificados que analisavam profundamente os elementos arquitectónicos defensivos, tentando explicar a sua forma, nome, datação, evolução e contexto, assim como os eventos históricos mais relevantes associados a cada estrutura (fundação dos conjuntos edificados, acontecimentos e personagens importantes associados às respectivas fortificações). A metodologia de estudo de González Simancas, de carácter fortemente filológico, abarcava dicionários e enciclopédias como recursos para poder estudar a evolução lexical e funcional dos elementos arquitectónicos, assim como documentos e crónicas medievais para contextualizá-los no Passado; também efectuou comparações com exemplos arquitectónicos existentes em Espanha (por vezes também de outros países), recorrendo ainda a diversas fontes secundárias historiográficas e etimológicas, e à obra de Eugène Viollet-le-Duc como obra castelológica de referência. A intenção de reconstituir a evolução construtiva dos conjuntos desenhados, mediante a análise dos elementos arquitectónicos representados (ameias, troneiras, balcões com matacões, baluartes, etc.), demonstrava uma atitude claramente positivista.

Podia-se reconhecer a incorporação de diversas áreas de investigação para além da historiografia e da arquitectura, como por exemplo a sociologia, a economia e a política. No entanto era visível a existência de uma agenda própria que distorceu o rigor da investigação: subsistia um fim educativo mas também divulgador que utilizava fórmulas literárias apelativas<sup>86</sup> e, em alguns casos, de forma apologética<sup>87</sup>. As incongruências tornavam-se mais visíveis na constante alusão e comparação dos edifícios portugueses com casos espanhóis, na utilização de bibliografia sobretudo de produção espanhola (recorrendo o mínimo às fontes portuguesas)<sup>88</sup>, e a inexistência de conhecimento *in situ* – ou pelo menos através de outras representações gráficas – dos conjuntos estudados, o que produziu alguns lapsos nas suas análises.

Também o códice de Duarte d'Armas existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi estudado por João de Almeida (1873-1953) na sua obra *Reprodução Anotada do Livro[...]*<sup>89</sup> publicada em 1943; ainda que tenha o mérito de apresentar cópias quase perfeitas dos desenhos do códice original, contribuindo assim para a sua ampla difusão, o estudo foi relativamente inconsequente. As ilustrações eram completadas somente com breves textos que narravam a história do castelo e do seu respectivo povoado, recorrendo frequentemente a lendas e a suposições pessoais. Tampouco existiam análises críticas referentes à arquitectura, às suas funções, à sua administração, etc. Poucos anos depois João de Almeida elaborou a obra *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*<sup>90</sup> entre 1945 e 1947, onde efectuou uma enumeração dos conjuntos militares portugueses desde os castros pré-históricos até às fortalezas abaluartadas modernas.

A obra não se pode de modo nenhum considerar rigorosa, já que não seguiu metodologias aceitáveis e credíveis de investigação. Era puramente intuitiva – como o autor havia aliás afirmado –, quase

---

os elementos de relevância estratégica em caso de conflito (caminhos, cursos de água, pontes, poços, edificações, núcleos urbanos, fortificações, torres, tipos de vegetação e outros elementos naturais).

<sup>86</sup> Por exemplo a introdução de algumas histórias e curiosidades, alguns juízos pessoais de valor e um enredo apelativo e fictício de espionagem na introdução, que captava a atenção do leitor.

<sup>87</sup> Existe uma intenção constante de promover a anterioridade da arquitectura ibérica relativamente às restantes arquitecturas fortificadas europeias.

<sup>88</sup> As referências históricas basearam-se quase exclusivamente na obra *Portugal Antigo e Moderno[...]* de Pinho Leal.

<sup>89</sup> ALMEIDA, João de (1943), *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa, Editorial Império.

<sup>90</sup> ALMEIDA, João de (1945-1947), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Edição do Autor.

sem terem sido consultadas obras bibliográficas, e abrangendo áreas que iam desde a arquitectura até à antropologia. A ideia do autor consistia em elaborar o roteiro de fortificações militares portuguesas, referindo os diversos tipos de fortificações que existiam, a sua importância ao longo dos tempos, as técnicas de construção utilizadas e os meios e vias de comunicação existentes entre as diversas fortificações e cidades antigas. Os textos relativos a cada fortificação encontravam-se desenvolvidos em conformidade com a informação disponível ou importância do conjunto, sendo complementados com fotografias dos edifícios fortificados ou da sua área de implantação, com levantamentos, e com desenhos (englobando alguns baseados na obra de Duarte d'Armas, e outros constituídos por plantas hipotéticas de fortificações desenhadas sobre plantas topográficas). No entanto, existia também outro objectivo: justificar a existência de Portugal como país independente dentro da Península Ibérica, demonstrando que os portugueses descendiam etnicamente de um povo diferente dos demais povos ibéricos, ou seja, de uma civilização antiga muito avançada que se tinha distribuído por um território quase coincidente com o território actual de Portugal e cuja capital se encontraria na cidade da Guarda (a sua cidade de nascimento).

A obra de João de Almeida incluía-se no contexto nacionalista que havia sido potenciado pelo Estado Novo. Como foi anteriormente mencionado, o carácter intuitivo, providencialista e nacionalista acentuou-se consideravelmente com o regime ditatorial, influenciando a historiografia produzida então. No entanto, a investigação historiográfica universitária refugiou-se em posições metodológicas próximas ao positivismo racionalista de índole narrativa e baseada em fontes documentais, evitando assim utilizar conceitos intuitivos. Os estudos historiográficos e de história da arte seguiram uma forte tendência para se debruçarem sobre temáticas centradas na arte medieval, exprimindo uma vontade ideológica de devoção ao mesmo tempo que demonstravam ânsia em obter conhecimento sobre os períodos da formação nacional.

A historiografia da arte converteu-se numa especialização historiográfica que adquiria cada vez maior importância dentro do panorama português, e foi durante o Estado Novo que se publicaram as primeiras obras historiográficas portuguesas de síntese<sup>91</sup>. Estas possuíam um carácter narrativo de contextualização histórica e descrição formal já com periodização estilística, sendo os textos complementados por profusa ilustração composta por fotografias e por desenhos. Ainda que as obras historiográficas de síntese da arte não tenham praticamente analisado a arquitectura defensiva – excepção feita a algumas fortificações mais paradigmáticas –, o carácter de síntese também se estendeu à temática das fortificações antigas. Em vários países europeus publicaram-se durante a primeira metade do séc. XX várias obras de síntese que possuíam uma índole positivista filológica dedicadas aos castelos. Estas obras<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> A primeira síntese historiográfica que abordou a arquitectura portuguesa foi *Portuguese Architecture* [WATSON, Walter Crum (1908), *Portuguese Architecture*, Londres, Archibald Constable and Company], publicada em 1908 por Walter Crum Watson (1870-1934). Bastante mais tarde, entre 1942 e 1953, foi elaborada a síntese *História da Arte em Portugal* [LACERDA, Aarão de, SANTOS, Reinaldo dos, CHICÓ, Mário Tavares (1942-1953), *História da Arte em Portugal*, 3 vols., Porto, Portucalense Editora], iniciada por Aarão Moreira de Lacerda (1890-1947) e coordenada depois do seu falecimento por Reinaldo dos Santos (1880-1970) e Mário Tavares Chicó (1905-1966). Quase simultaneamente João Barreira (1866-1961) coordenou a publicação de *Arte Portuguesa* [BARREIRA, João (1946-1951), *Arte Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Edições Excelsior], entre 1946 e 1951. Entre 1963 e 1970 Reinaldo dos Santos publicou a obra *Oito Séculos de Arte Portuguesa* [...] [SANTOS, Reinaldo, QUILHÓ, Maria Isabel (1963-1970), *Oito Séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade]; depois do seu falecimento a sua esposa Maria Irene Quilhó dos Santos terminou a obra. É importante mencionar também a obra *Inventário Artístico de Portugal* [Academia Nacional de Belas Artes (1943-1995), *Inventário Artístico de Portugal*, 17 vols., Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes], iniciada em 1943 pela Academia Portuguesa de Belas Artes com a participação de distintos investigadores; e é precioso o estudo *Historiografia da Arte em Portugal* [GONÇALVES, António Manuel (1960), *Historiografia da Arte em Portugal*, in *Boletim da Universidade de Coimbra*, 25 (separata), Coimbra, Universidade de Coimbra, pp.1-64] publicado em 1960 por António Manuel Gonçalves.

<sup>92</sup> Podem-se mencionar as obras *Royal Castles of England* [...] [SHELLEY, Henry Charles (1913), *Royal Castles of England: Comprising an Account of Those Ancient Fortresses which from the Days of William the Conqueror either were the Homes of English Sovereigns or have been Intimately Associated with the History and Romance of their Lives*, Boston, L. C. Page & Company] publicada em 1913 por Henry Charles Shelley, *The Early Norman Castles of the British Isles* [ARMITAGE, Ella Sophia (1912), *The Early Norman Castles of the British Isles*, Londres, J. Murray Publication] publicada em 1912 por Ella Sophia Armitage (1841-1931), *Burgenkunde* [...] [PIPER, Otto (1912), *Burgenkunde: Bauwesen und Geschichte der Burgen Zunächst Innerhalb des Deutschen Sprachgebietes*, Munique, Reinhard Piper] publicada em 1912 por Otto Piper (1841-1921), *Deutsche Burgen und Feste Schlösser* [...] [LANGWIESCHE, Karl Robert (1913), *Deutsche Burgen und Feste Schlösser aus Allen Ländern Deutscher Zunge*, Leipzig, Verlag Königstein im Taunus] publicada em 1913 por Karl Robert Langwiesche (1874-1931), *Les Châteaux de la Loire* [GÉBELIN, François (1927), *Les Châteaux de la Loire*, Paris, Les Beaux-Arts Edition d'Etudes et de Documents] publicada em 1927 por François Gébelin (1884-1972), e *Castillos en Castilla* [ABARCA, Juan Gamazo y (1930), *Castillos en Castilla*, Madrid, Hauser y Menet] publicada em 1930 por Juan

apresentavam sobretudo textos narrativos sobre os eventos históricos associados às fortificações, assim como a sua descrição formal completada por ilustrações, com predomínio para as fotografias. Ainda que existisse uma abertura a vários campos do conhecimento e de fontes documentais, continuava a imperar a tendência para se desenvolver uma investigação em torno dos factos político-sociais como contexto geral.

Também se publicaram em Portugal durante o Estado Novo várias obras portuguesas de síntese dedicadas às fortificações medievais, manifestando desse modo a importância que tinham os castelos para o imaginário do regime ditatorial. Jorge das Neves Larcher (1890-1945) publicou em 1933 a obra *Castelos de Portugal - Distrito de Leiria*<sup>93</sup>, e em 1935 publicou *Castelos de Portugal - Distrito de Coimbra*<sup>94</sup>, obras que, como afirma o autor, pretendiam ser de divulgação e dirigir-se ao público em geral<sup>95</sup>. Aproximadamente apela mesma época João Grave (1872-1934) elaborou a sua obra *Castellos Portuguezes*<sup>96</sup>, o primeiro estudo de síntese sobre os castelos portugueses<sup>97</sup>.

O corpo principal de ambas as obras compunha-se de textos de índole historicista que narravam – mais ou menos apologeticamente – feitos históricos associados a cada castelo, misturados com lendas e descrições formais complementadas por fotografias ou desenhos (Jorge Larcher compilou ainda textos antigos mencionando os respectivos castelos). A importância das duas obras observa-se na parte introdutória, onde se desenvolveu uma parte substancial dedicada à contextualização histórica e à evolução das fortificações desde as suas prováveis origens até à Idade Moderna, tratando inclusivamente o advento da pirobalística e conseqüente declínio dos castelos medievais. Para explicitar mais claramente a evolução das fortificações, foram explicados os eventos históricos gerais (que descreviam a importância dos castelos na formação de Portugal e a sua significação memorativa patriótica), sublinhando também a poliorcética e os aspectos administrativos com o fim de expor as razões para as transformações realizadas nas estruturas defensivas ao longo dos tempos. Assim se pôde partir para as descrições formais genéricas das várias estruturas defensivas<sup>98</sup>.

Uma vez mais este tipo de obra historiográfica positivista encontra-se ainda em alguns estudos similares actuais: por exemplo Natércia Magalhães publicou em 2008 a sua obra *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*<sup>99</sup>, onde apesar de apresentar um vasto conjunto de ilustrações esquemáticas bastante mais elaboradas (algumas com propostas de traçados de estruturas já desaparecidas), complementadas por fotografias e por uma selecção de iconografia antiga, continua a ser essencialmente uma obra de recompilação a partir de vários estudos dispersos, onde predomina um carácter filológico positivista. A narração dos eventos históricos associados às diversas fortificações, assim como a sua descrição formal, não apresentam dados substancialmente inovadores para o panorama castelológico actual.

A nível monográfico podem ser mencionadas obras cuja investigação apresentava importantes evoluções metodológicas nos processos de investigação, seja nas bases filológicas sobre documentos antigos, seja pelos levantamentos arquitectónicos, sondagens arqueológicas ou a observação directa das estruturas edificadas subsistentes. Augusto Vieira da Silva publicou em 1898 a obra *O Castello de*

---

Gamazo y Abarca (1883-1968).

<sup>93</sup> LARCHER, Jorge das Neves (1933), *Castelos de Portugal - Distrito de Leiria*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

<sup>94</sup> LARCHER, Jorge das Neves (1935), *Castelos de Portugal - Distrito de Coimbra*, Coimbra, Tipografia da Atlântida.

<sup>95</sup> É importante mencionar que Jorge Larcher foi colaborador da revista oficial para a celebração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, chamada precisamente *Revista dos Centenários* e editada mensalmente entre Janeiro de 1939 e Dezembro de 1940. Manifestando a importância que possuíam os castelos para a ideologia do Estado Novo, Jorge Larcher publicou na *Revista dos Centenários* 16 artigos monográficos sobre castelos medievais portugueses, sob a forma de resumos historiográficos ilustrados com fotografias.

<sup>96</sup> GRAVE, João (193-), *Castellos Portuguezes*, Porto, Lello & Irmão Editores.

<sup>97</sup> A importância atribuída aos castelos medievais para a memória nacional ficou patente na obra de Grave através da importância concedida ao castelo de S. Mamede em Guimarães, considerado um símbolo nacional venerado.

<sup>98</sup> Jorge Larcher publicou em 1937 o artigo *Em Defesa dos Castelos Portuguezes* [LARCHER, Jorge das Neves (1937), *Em Defesa dos Castelos Portuguezes*, *O Instituto*, 19 (separata), Figueira da Foz, Tipografia Popular] inserido na revista *O Instituto*, desenvolvendo aí uma introdução relativa à panorâmica evolutiva das fortificações e um ensaio sobre a terminologia da arquitectura militar. Além disso também propôs uma descrição geral para os castelos medievais portugueses.

<sup>99</sup> MAGALHÃES, Natércia (2008), *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*, Faro, Letras Várias Edições e Arte.

S. Jorge[...] <sup>100</sup> relativo à fortificação medieval de Lisboa, onde ficava patente o estudo filológico: além da utilização de documentos e crónicas antigas, Augusto Vieira da Silva realizou a recolha de diversas plantas antigas que representavam levantamentos na área do castelo, assim como iconografia antiga. Baseando-se nessa informação, em fontes secundárias e em observações directas (complementadas por inúmeras fotografias), Augusto Vieira da Silva pôde propor uma descrição formal das estruturas defensivas e a sua evolução histórica.

Em 1930 José Saraiva (1881-1962) e Nuno Catarino Cardoso (1887-1969) publicaram obras dedicadas a monumentos das cidades de Leiria<sup>101</sup> e de Sintra<sup>102</sup>, incluídas numa colecção patrocinada pela Associação dos Archeólogos Portuguezes que se intitulava *Monumentos de Portugal*. Entre os monumentos abordados nas obras estavam as respectivas fortificações medievais, cujas referências se compunham pela descrição formal das estruturas e pela narração dos eventos históricos associados a elas, sendo os textos complementados com fotografias, desenhos e plantas. José Saraiva aprofundou a sua análise especialmente sobre o conjunto fortificado de Leiria, comparando-o com outros edifícios, propondo cronologias das construções e explicando as funções das distintas edificações, fundamentando as suas conjecturas em variadas fontes primárias e secundárias (crónicas medievais, obras historiográficas gerais e específicas, livros de viagem, monografias sobre Leiria, periódicos, dicionários e enciclopédias, etc.).

Francisco de Lacerda Machado publicou em 1936 a obra *O Castelo dos Templários[...]*<sup>103</sup> seguindo premissas semelhantes às de Augusto Vieira da Silva. Lacerda Machado elaborou uma síntese histórica sobre as vicissitudes associadas ao castelo templário de Tomar apoiando-se em documentação antiga; além disso realizou uma análise dos elementos arquitectónicos do complexo defensivo, recorrendo a comparações com outras estruturas fortificadas para compreender a sua essência. A observação directa possibilitou a elaboração de plantas e de outros desenhos rigorosos de estudo, alguns levantamentos arquitectónicos e análises da epigrafia existente, tudo complementado com fotografias. O estudo permitiu-lhe inclusivamente confeccionar uma planta conjectural do castelo na sua origem.

Bastante mais desenvolvida foi a obra intitulada *O Castelo de Guimarães* publicada em 1933 por Luís de Pina (1901-1972)<sup>104</sup>, a qual se ocupava do castelo mais importante para a ideologia do Estado Novo. Utilizando recursos metodológicos diversos e diferentes perspectivas de análise, Luís de Pina realizou uma (inevitável) análise histórica da cidade de Guimarães (origem da cidade, aspectos morfológicos, sociológicos, económicos, urbanos, etc.), introduzindo as motivações para a fundação do castelo de S. Mamede. Centrando-se no castelo, Luís de Pina analisou judiciosamente os diferentes vestígios arquitectónicos da fortificação: a disposição do aparelho parietal da muralha e a epigrafia (símbolos) existente possibilitaram estabelecer uma datação para as diversas fases de construção; Luís de Pina aventou também a existência de estruturas já desaparecidas (existiam buracos nas partes laterais das ameias, e na parte superior exterior da torre de menagem existiam buracos para entregas de madeira, assim como vestígios de uma porta tapada que se situaria sensivelmente ao mesmo nível de possíveis estruturas exteriores). A comparação com outros castelos também propiciou a atribuição de uma data mais tardia ao paço do castelo, desmistificando-o assim como o lugar de nascimento de D. Afonso Henriques (c.1109-1185), o primeiro rei português; além disso executaram-se numerosos desenhos, fotografias, uma planta de levantamento do castelo – que continua a ser muito considerada na actualidade – e outra da cidade amuralhada, proporcionando mais informação.

---

<sup>100</sup> SILVA, Augusto Vieira da (1898), *O Castello de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*, Lisboa, Typographia do Commercio.

<sup>101</sup> SARAIVA, José (1930), *Monumentos de Portugal – Leiria: Breve Estudo Crítico das Suas Origens e Notícia Histórica*, Porto, Litografia Nacional.

<sup>102</sup> CARDOSO, Nuno Catarino (1930), *Monumentos de Portugal – Cintra: Noticia Historicó-Arqueológica e Artística do Paço da Vila, do Palácio da Pena e do Castelo dos Mouros*, Porto, Litografia Nacional.

<sup>103</sup> MACHADO, Francisco de Lacerda (1936), *O Castelo dos Templários (Origem da Cidade de Tomar)*, Tomar, Comissão de Iniciativa e Turismo.

<sup>104</sup> PINA, Luís de (1933), *O Castelo de Guimarães*, Vila Nova de Gaia, Edições Pátria.

Finalmente é inevitável mencionar as publicações periódicas da DGEMN sob o nome *Boletim da DGEMN* (131 boletins publicados entre 1935 e 1990, onde entre outros monumentos se abordaram 20 estruturas fortificadas medievais). Inicialmente com periodicidade trimestral, os boletins centravam-se nos monumentos portugueses que tinham sofrido intervenções de restauro recentemente. Os boletins eram como que um monumento gráfico à obra restauradora do regime, permitindo comprovar a obra realizada pelo Estado Novo. Os volumes apresentavam uma estrutura composta por duas partes: a primeira, textual, era constituída pela monografia histórica do edifício incidindo sobre eventos político-sociais e sobre aspectos arquitectónicos das estruturas e dos seus promotores, ao que se seguia a descrição formal do estado do edifício antes do restauro, terminando com uma lista onde se enumeravam sucintamente as intervenções restaurativas efectuadas pela DGEMN. A segunda parte do *Boletim* era constituída por elementos visuais documentando o edifício antes e depois das obras de restauro (fotografias, plantas de implantação, plantas do edificado, alçados, cortes e por vezes também pormenores arquitectónicos). As partes textuais apresentavam-se relativamente desenvolvidas a nível historiográfico, mas careciam de análise arqueológica e artística<sup>105</sup>.

## OS ESTUDOS CASTELOLÓGICOS COMO HISTORIOGRAFIA TOTAL

A partir de meados do séc. XX começou a desenvolver-se um movimento historiográfico paralelo à historiografia oficial do regime ditatorial português, frequentemente em contradição com os seus ideais. As mudanças epistemológicas da nova tendência investigadora estenderam-se também à historiografia da arte. Mário Tavares Chicó (1905-1966) foi o principal promotor, na historiografia da arquitectura portuguesa, das novas perspectivas historiográficas; estudando a arquitectura segundo as várias tipologias construtivas, tentou estabelecer diferenças estruturais e variação nas formas arquitectónicas para determinar a sua evolução estilística. Além disso Mário Chicó estudou também, conjuntamente com Carlos de Azevedo (1918-1974) e Martinho Humberto dos Reis (n.1904), aspectos da arquitectura militar construída pelos portugueses nos territórios portugueses do Estado da Índia, ampliando o âmbito geográfico da investigação historiográfica para as produções arquitectónicas portuguesas resultantes da expansão ultramarina, especialmente nos territórios que haviam estado sob domínio português<sup>106</sup>.

Mário Chicó não elaborou nenhuma obra de especial relevância para a castelologia portuguesa que estudava as estruturas fortificadas medievais; no entanto a sua actividade como investigador de história da arquitectura foi precursora em Portugal, ao introduzir as novas tendências historiográficas que então se estavam a desenvolver na Europa. Estas reflectiram-se necessariamente nos estudos castelológicos portugueses, apontando já as principais inovações epistemológicas da historiografia. Ainda que se tenham continuado a elaborar algumas obras seguindo os pressupostos historiográficos anteriores a Mário Chicó, as novas contribuições mudaram decisivamente o modo de realizar a investigação sobre fortificações medievais.

Os estudos castelológicos portugueses de tendência memorialista, biografista e divulgadora elaboraram-se efectivamente de modo geral por amadores sem preparação específica nos estudos castelológicos; as suas investigações incidiam sobretudo nos eventos históricos associados às fortificações com o

---

<sup>105</sup> A DGEMN publicou em 1949 o texto *Castelos Medievais de Portugal* [Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1949), *Castelos Medievais de Portugal: Texto Apresentado no II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos*, (separata), Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Ministério das Obras Públicas], resultante de um congresso sobre castelos efectuado na Suíça pelo Internationales Burgen Institut. Mediante a análise morfológica das imagens (desenhos de vistas e plantas) e de observações *in situ* proporcionadas pelas intervenções de restauro efectuadas pela DGEMN, foi proposta a existência de dois tipos de castelos medievais em Portugal: os castelos de planície (de forma regular e com mais linhas defensivas desenvolvidas devido à falta de defesas naturais), e os castelos de montanha (mais simples e irregulares, devido à sua adaptação à topografia existente). O texto foi utilizado por Manuel Ivo Cruz (1935-2010) na obra de índole turística *Castelos de Portugal* [CRUZ, Manuel Ivo (1960), *Castelos de Portugal*, Lisboa, Editorial Publicações Turísticas], publicada em 1950 e que foi desenvolvida para incluir também alguns eventos históricos associados aos castelos referidos.

<sup>106</sup> Os estudos castelológicos de origem europeia haviam começado a trespassar o âmbito geográfico da Europa aproximadamente na mesma época, com os estudos de Paul Deschamps (1885-1974) ou Henry-Paul Eydoux (1907-1986) sobre as fortificações dos cruzados na Terra Santa, Síria e outros territórios do Próximo e Médio Oriente.

objectivo de divulgar feitos patrióticos da história portuguesa de forma apologética; as descrições físicas dos castelos, efectuadas sem grande profundidade e sem a necessária crítica arquitectónica (complementadas por gravuras ou fotografias como simples ilustrações), tenderam a formular um protótipo genérico de fortificação medieval portuguesa. Os estudos de índole positivista, além do desenvolvimento de metodologias investigadoras de índole filológica mais rigorosas, possibilitaram uma abertura a novas contribuições de variados campos do conhecimento (sobretudo a arqueologia) e introduziram novos elementos de trabalho (desenhos rigorosos e explicativos). Os estudiosos, em geral mais capacitados profissionalmente, centraram-se em questões mais formais relacionadas com as fortificações, tentando apreender as suas formas originais e, em alguns casos, a sua evolução ao longo dos tempos.

No entanto pode-se constatar que a bibliografia dedicada ao estudo das fortificações medievais era muito limitada, visto que apesar do seu enorme valor simbólico, as estruturas defensivas continuavam a ser relativamente pouco consideradas dentro das diversas áreas de investigação: ainda que possuindo um papel fundamental a nível histórico, a arquitectura militar costumava ser considerada secundária para a arqueologia (preocupada com elementos mais longínquos), para a historiografia da arte (orientada mais para a arquitectura religiosa ou palacial) ou para os estudos arquitectónicos (as ruínas provocavam um desinteresse geral).

Mário Chicó havia compreendido as limitações epistémicas da historiografia realizada então em Portugal, cuja evolução tinha chegado a um ponto de estagnação. Necessitando de um salto metodológico e qualitativo, a sua investigação antecipou um novo rumo historiográfico em Portugal: Mário Chicó apoiou-se em contribuições multidisciplinares, que por sua vez se baseavam na diversificação de fontes e análises a partir de diferentes origens de investigação, valorizando outros aspectos (sociologia, antropologia, economia, etnografia, filosofia, etc.) além da primazia política. As novas tendências historiográficas portuguesas, aparecidas no período final do Estado Novo, permitiram abrir a investigação historiográfica dedicada às fortificações a novas direcções de estudo, metodologias de investigação, fontes históricas e bibliográficas, instrumentos e tecnologias de trabalho e relações científicas com especialistas estrangeiros<sup>107</sup>.

Ainda que pausadamente, os historiadores portugueses<sup>108</sup> começaram a seguir as prerrogativas do que se determinou designar como “Nova História”, uma tendência que se vinha desenvolvendo desde a primeira metade do séc. XX<sup>109</sup>. Se a historiografia metódica positivista anteriormente dominante aceitava e incentivava as contribuições de outros campos do conhecimento, a sua aplicação costumava fazer-se de modo empírico (aplicação racionalista dos dados obtidos pelos distintos campos de investigação) na concepção de modelos que continuavam a favorecer as vertentes histórico-política e descritiva formal, em muitos casos seguindo acriticamente significados preestabelecidos desde o Iluminismo. A nova tendência historiográfica caracterizava-se, entre outras coisas, por estimular a multidisciplinaridade que, por sua vez, produziria novos enquadramentos contextuais e contribuições temáticas, incrementando simultaneamente o estudo das estruturas mentais das sociedades e abrindo o campo de estudo a novas fontes históricas<sup>110</sup>. Já não se dava tanta importância às vertentes predeterminadas em detrimento de outras, mas antes se tentava empreender uma historiografia que dedicava a sua atenção a todos os as-

---

<sup>107</sup> MENDES, José Amado (1996), A Renovação da Historiografia Portuguesa, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.277-290.

<sup>108</sup> Diversos historiadores da arquitectura portugueses seguiram quase imediatamente as novas prerrogativas historiográficas, como por exemplo Artur Nobre de Gusmão (1920-2001), Virgílio Correia da Fonseca (1888-1944) ou José-Augusto França; entre os historiadores estrangeiros que estudaram a arquitectura portuguesa podem-se mencionar Robert Chester Smith (1912-1975), Germain Michel Bazin (1901-1990), George Alexander Kubler (1912-1996) e John Bury.

<sup>109</sup> A nova tendência historiográfica sofreu um incremento mediante os estudos de Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Benjamin Bloch (1886-1944) ao nível da história económica e social, ou de Maximilian Emil Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941) relativos à sociologia aplicada à política, religião, economia, etc.

<sup>110</sup> MENDES, José Amado (1996), A Renovação da Historiografia Portuguesa, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRAL, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.330-331.

pectos possíveis: uma espécie de “historiografia total” que, logicamente, se estendeu também ao estudo das fortificações<sup>111</sup>.

Conforme foi mencionado inicialmente, Michel de Bouârd foi um dos principais instigadores da castelologia: em 1954 Michel de Bouârd criou em Caen o Centre de Recherches Archéologiques Médiévales que, como o próprio nome indica, se dedicava a um tipo mais especializado de arqueologia – a arqueologia medieval. Sendo a arquitectura religiosa e palacial um objecto de estudo significativamente desenvolvido pela historiografia da arte, a nova disciplina arqueológica dedicou-se em muitos aspectos a uma investigação mais profunda das fortificações medievais<sup>112</sup>. De facto, frequentemente o estado arruinado dos castelos caracterizava-se pela subsistência de somente algumas estruturas arquitectónicas; ao contrário dos templos religiosos ou dos palácios, os castelos não tinham possuído usos tão lineares devido à sua obsolescência funcional, sofrendo conseqüentemente o abandono e a ruína ou significativas obras de modernização ou adaptação a novas funções.

Essa inexistência de linearidade dificultava a obtenção de conhecimentos substanciais sobre o seu Passado, pelo que fazia sentido a opção por um estudo seguindo metodologias arqueológicas de procura de vestígios dispersos e soterrados dentro e em torno das estruturas fortificadas arruinadas, tentando perceber não só os seus aspectos formais mas também adquirir meios para compreender as diferentes complexidades associadas, como vivências, funções, eventos, etc. Ao descobrir que os factos arqueológicos eram como pistas que apontavam a normas sociais, administrativas, religiosas, económicas ou outras, não só os castelos se converteram em importantes documentos históricos como também a sua envolvente próxima foi considerada um palimpsesto documental. Como tal, os estudos de arqueologia medieval começaram a expandir-se cada vez mais em associação com os estudos sociológicos e antropológicos, entre outros<sup>113</sup>.

Em 1962 o Centre de Recherches Archéologiques Médiévales organizou um colóquio internacional inteiramente dedicado ao estudo das fortificações medievais, publicando as comunicações dois anos depois no livro de actas do colóquio intitulado como *Château-Gaillard[...]*<sup>114</sup>, cuja difusão se tornou periódica. Os eventos dedicados ao estudo das fortificações multiplicaram-se nos anos seguintes por vários países europeus, incluindo Portugal: entre 1984 e 1997 a Comissão Portuguesa de História Militar organizou oito *Congressos Sobre Monumentos Militares Portugueses* com variadas temáticas dentro do campo dedicado às fortificações; em 2002 realizou-se sob a coordenação de Isabel Cristina Fernandes o *I Simpósio Internacional sobre Castelos* com a temática “*Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*”, marcando uma viragem importante nas relações entre os investigadores portugueses que se dedicavam ao estudo de fortificações medievais. O simpósio permitiu um intercâmbio de experiências entre investigadores portugueses e estrangeiros, assim como a apresentação de resultados, metodologias e problemáticas; em 2010 realizou-se o *II Simpósio Internacional sobre Castelos* com a temática “*Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Sécs. VI-XVI)*”, também sob a coordenação de Isabel Cristina Fernandes. Como Portugal partilha com Espanha inúmeras afinidades castelológicas, tal propiciou a realização de eventos com temáticas conjuntas, como o *I Simposio sobre Castillos de la Raya entre Portugal y España* realizado em 1984, ou os três *Congresos de Castellología Ibérica* realizados entre 1994 e 2005, ambos por iniciativa da Asociación Española de Amigos de los Castillos. Em todos estes eventos foram publicados os respectivos livros de actas com as comunicações efectuadas, sendo assim divulgados valiosos conhecimentos de âmbito castelológico.

---

<sup>111</sup> O conceito de “historiografia total” tinha sido preconizado por Fernand Braudel (1902-1985) e estimulado principalmente por Jacques Le Goff e por Pierre Nora.

<sup>112</sup> DURAND, Philippe (2005), *La Castellologie: Étudier le Château du Moyen Âge, Histoire et Images Médiévales*, (2), Rognac, Éditions Astrolabe, pp.14-20.

<sup>113</sup> A expansão da arqueologia medieval pode ser verificada por exemplo na criação de revistas dedicadas a essa temática: em 1957 iniciou-se a publicação de *Medieval Archaeology* no Reino Unido, seguindo-se em 1971 a revista *Archéologie Médiévale* em França, em 1973 a revista *Zeitschrift für Archæologie des Mittelalters* na Alemanha, em 1974 a revista *Archæologia Medievale* em Itália, em 1987 o *Boletín de Arqueología Medieval* em Espanha, e finalmente a revista *Arqueologia Medieval* em Portugal publicada a partir de 1992 pelo Campo Arqueológico de Mértola.

<sup>114</sup> Centre de Recherches Archéologiques Médiévales (1964), *Château-Gaillard: Études de Castellologie Européenne*, Centre de Recherches Archéologiques Médiévales - Université de Caen.

A Asociación Española de Amigos de los Castillos, fundada em 1952, demonstrava a importância que as fortificações tinham adquirido não só dentro do meio académico e científico, mas também na própria sociedade, reagindo a favor deste valiosíssimo património. As associações de defesa patrimonial relacionadas com as fortificações haviam surgido ainda em finais do séc. XIX, como o muito precoce Deutsche Burgenvereinigung fundado em 1899; em 1949 foi criado o Internationales Burgen Institut (IBI), um centro internacional para o estudo e salvaguarda dos castelos medievais que organizou diversos eventos e publicações, designadamente o seu *Bulletin*; em 1964 foi fundado o Istituto Italiano dei Castelli, em 1983 a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e em 1987 o Castle Studies Group, entre outras entidades. Dedicadas ao estudo, divulgação e preservação das fortificações, as distintas associações começaram a publicar revistas periódicas que continham desde avançados estudos inovadores até artigos voluntaristas e apologéticos, de carácter divulgador e sem novas contribuições para o conhecimento<sup>115</sup>.

A produção historiográfica dedicada ao estudo das fortificações medievais incrementou-se exponencialmente devido também à cada vez maior atenção dedicada por parte das instituições académicas, o que se reflectiu no número de artigos publicados em revistas de âmbito científico. Inclusivamente o espaço concedido à arquitectura militar foi dilatado consideravelmente nas sínteses historiográficas da arte<sup>116</sup> e nas sínteses historiográficas temáticas<sup>117</sup>, consagrando também as fortificações como um produto artístico de valor arquitectónico.

Em 1989 Rafael Moreira dirigiu a primeira síntese global dedicada às fortificações situadas em território português e de origem portuguesa no Mundo, intitulada precisamente *História das Fortificações*[...] <sup>118</sup>. Compreendendo as estruturas defensivas pré-históricas até aos sistemas fortificados do séc. XX, a obra coordenada por Rafael Moreira representava uma enorme multiplicidade disciplinar (vertentes políticas, socioeconómicas, urbanísticas, geográficas, filológicas, arqueológicas, culturais, artísticas, poliorcéticas, etc.) aplicada de modo relativamente homogéneo e pertinente; as fortificações encontravam-se distribuídas segundo os estilos arquitectónicos consagrados, sendo relatada a sua evolução arquitectónica e analisados de modo sintético os edifícios mais paradigmáticos<sup>119</sup>. As definições tipológicas começaram a ser mais consideradas, conforme se podia comprovar na enunciação de edificações fortificadas

---

<sup>115</sup> Por exemplo, a revista *Castella Marchiae* do Istituto Italiano dei Castelli, a revista *Castillos de España* da Asociación Española de Amigos de los Castillos, o *Journal* do Castle Studies Group, a revista *Burgen und Schlösser* do Deutsche Burgenvereinigung, e em Portugal a revista *Castrum: Revista de História e Castelologia* da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (só saiu o número inicial), ou a revista *CEAMA* do Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida.

<sup>116</sup> Em Portugal continuam a ser ainda fundamentais duas sínteses historiográficas da arte portuguesa: a *História da Arte em Portugal* [DIAS, Pedro (Dir. de) (1986), *História da Arte em Portugal*, 14 vols., Lisboa, Publicações Alfa] publicada em 1986 sob a direcção de Pedro Dias, e a *História da Arte Portuguesa* [PEREIRA, Paulo (Dir. de) (1995-1997), *História da Arte Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Circulo de Leitores e Autores] dirigida por Paulo Pereira, publicada entre 1995 e 1997. Em ambas as obras, profusamente ilustradas com fotografias e desenhos rigorosos, a abordagem da arquitectura militar inclui-se como parte do conteúdo artístico geral, sendo mais ou menos analisada segundo os autores dos diversos capítulos. A divisão estilística encontrava-se já perfeitamente definida, e as contextualizações efectuadas reproduziam componentes historiográficas políticas e, no caso da obra coordenada por Paulo Pereira, também componentes socioeconómicas, urbanísticas, geográficas, etc., a que se associavam algumas análises mais profundas dos casos considerados paradigmáticos.

<sup>117</sup> Por exemplo as obras *Arquitectura Manuelina* [DIAS, Pedro (1988), *Arquitectura Manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora] publicada em 1988 por Pedro Dias, e *O Legado Islâmico em Portugal* [TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago (1998), *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores e Autores] publicada em 1998 por Cláudio Torres e Santiago Macias. Em ambas as obras era visível a contextualização histórica das temáticas abordadas, onde se incluía a arquitectura militar. As referências a esta faziam-se pontualmente, com casos específicos formalmente descritos e analisados de maneira crítica, sendo o texto complementado com fotografias e desenhos rigorosos. A obra de Pedro Dias ampliou a análise de exemplos de fortificações para os territórios ultramarinos anteriormente pertencentes a Portugal.

<sup>118</sup> MOREIRA, Rafael (Dir. de) (1989), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Edições Alfa.

<sup>119</sup> Podem-se mencionar algumas obras similares realizadas noutros países, como por exemplo *Norman Castles in Britain* [RENN, Derek Frank (1968), *Norman Castles in Britain*, Londres, John Baker Publishers] publicado em 1968 por Derek Frank Renn, *Castellarium Anglicanum*[...] [KING, David Cathcart (1983), *Castellarium Anglicanum: An Index and Bibliography of the Castles in England, Wales and the Islands*, 2 vols., Millwood (New York), Kraus International Publications] publicado em 1983 por David Cathcart King, *Le Château dans la France Médiévale* [FOURNIER, Gabriel (1978), *Le Château dans la France Médiévale*, Paris, Editions Aubier Montaigne] publicado em 1978 por Gabriel Fournier, *Le Château en France* [BABELON, Jean-Pierre (Dir. de) (1986), *Le Château en France*, Paris, Éditions Berger-Levrault - Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites] publicado em 1986 sob direcção de Jean-Pierre Babelon, *Dalle Caverne ai Rifugi Blindati* [RAMELLI, Antonio Cassi (1964), *Dalle Caverne ai Rifugi Blindati*, Milán, Nuova Accademia] publicado em 1964 por Antonio Cassi Ramelli, *Castillos de España* publicado em 1979 por Carlos Sarthou Carreres, ou *Castillos de Aragón* [APARICIO, Cristóbal Guitart (1986-1988), *Castillos de Aragón*, 3 vols., Zaragoza, Librería General] publicado em 1988 por Cristobal Guitart Aparicio.

cuja principal função era religiosa ou, inclusivamente, residencial. Além de um glossário prevendo a importância da linguagem para auxiliar a transmissão de informação, a obra apresentava um conjunto excepcional de informação baseada não só em fotografias mas também em plantas de levantamento, mapas de localização, iconografia antiga, recurso a diversas fontes primárias, a sondagens arqueológicas, etc.

É pertinente afirmar-se que não só os novos estudos saíram beneficiados pelas novas tecnologias de investigação, mas também a própria divulgação do saber científico, sobretudo com o advento das tecnologias informáticas. A possibilidade de utilizar tecnologias de ressonância para realizar sondagens arqueológicas, os desenvolvimentos possibilitados por análises químicas de materiais de construção, a evolução de modelos matemáticos e físicos que tornavam viáveis os estudos estruturais, o processamento de dados de forma mais eficiente devido à informática, as inovadoras contribuições da observação documental, as aptidões derivadas da modelação tridimensional computacional e outros progressos tecnológicos fundamentais propiciaram o salto evolutivo do conhecimento castelológico, autonomizando-o por pleno direito – em Portugal de maneira mais tardia e gradualmente a partir da década de 1980.

Todas estas contribuições reflectiram-se nas distintas publicações, que se tornaram mais atractivas visualmente e mais fáceis de compreender mediante a introdução de gráficos, esquemas, mapas, ilustrações explicativas e imagens tridimensionais de estruturas fortificadas na sua forma actual ou reconstituídas num determinado momento do Passado, complementando enriquecedoramente os textos. Inclusivamente os conteúdos mudaram o seu carácter: o desenvolvimento dos campos do conhecimento mais metafísico revelaram a consciência de que também a historiografia possuía vertentes metafísicas que não podiam reduzir-se a modelos baseados em simples análises de dados, tendo que ser explicados recorrendo a modelos filosóficos mais abstractos, o que originou de algum modo uma historiografia da cultura e mentalidade de âmbito multidisciplinar.

Os novos contributos da historiografia da arte foram por isso influenciados de maneira decisiva por questões metafísicas provenientes sobretudo da tendência formalista: esta defendia que as formas das obras de arte não estavam determinadas por motivações físicas materiais mas sim por aspectos abstractos como a cultura, o espírito, a percepção individual da realidade, etc. Assim, as formas artísticas não poderiam ser compreendidas isoladamente mas sim através do conhecimento do seu contexto geral; pelo que o papel do historiador seria dar às obras de arte uma contextualização antes, durante e depois da sua criação<sup>120</sup>. O desenvolvimento do método iconológico propiciou o entendimento de que a obra de arte era um produto resultante da cultura de um povo<sup>121</sup>, pelo que os objectos de investigação da historiografia da arte deveriam de ser o estudo das transformações da consciência social (pensamento, simbologia, crenças, etc.) e a sua evolução histórica<sup>122</sup>. Sendo a actividade artística essencialmente uma actividade da imaginação, tal implicaria que a historiografia da arte seria a historiografia elaborada não por conceitos mas sim por imagens mentais, cujas mutações e novas associações originariam significados novos<sup>123</sup>. Isso era igualmente válido para a castelologia.

---

<sup>120</sup> Enquanto Jacob Burckhardt (1818-1897) elaborou estudos historiográficos inovadores dedicados à compreensão da cultura dos povos (*kulturgeschichte*), o principal mentor do formalismo aplicado à historiografia da arte seria Heinrich Wölfflin (1864-1945), que também considerava os estilos como resultado da expressão do seu tempo – diferentes épocas produziriam inevitavelmente diferentes formas artísticas –, mas aliados à subjectividade proporcionada pelo artista e o seu meio [BAUER, Hermann (1983), *Historiografía del Arte*, Madrid, Tauros Ediciones, p.166].

<sup>121</sup> Konrad Fiedler (1841-1895) havia desenvolvido em finais do séc. XIX a sua “teoria da pura visibilidade”, que determinava ser o espírito que estimulava a projecção abstracta da realidade mediante cores, linhas e volumes; se a arte enquanto representação abstracta da realidade era um produto do espírito, então havia que estudar o espírito para compreender a arte. Nesse sentido Alois Riegl (1858-1905) defendia que cada povo teria uma intuição própria do espaço e do tempo, reflectida pelas formas artísticas por si produzidas e cujas características estariam determinadas por uma vontade colectiva de arte – resultante de uma congregação da vontade de arte (*kunstwollen*) com o espírito do povo (*volkgeist*) –, permitindo assim agrupá-las em estilos segundo as suas características; e Max Dvořák (1874-1921) interpretou a historiografia da arte como um processo de entendimento da história do espírito nas suas várias vertentes.

<sup>122</sup> Abraham Moritz Warburg (1866-1929) e Erwin Panofsky (1892-1968) foram os principais fomentadores do método iconológico; Panofsky havia entendido que o mundo das imagens poderia ser ordenado, possibilitando elaborar uma historiografia da arte como historiografia das imagens, já que os conceitos mentais também poderiam materializar-se como imagens [ARGAN, Giulio Carlo (2005), *História da Arte como História da Cidade*, São Paulo, Martins Fontes Editora, p.51].

<sup>123</sup> Considerava-se que se podia estudar a historiografia da arte a partir da história e significado das imagens mentais (iconologia). Henri Focillon (1881-1943) e Rudolf Wittkower (1901-1971) aplicaram as metodologias formalista e iconológica na historiografia da arquitectura, ocasio-

O início da castelologia mudou drasticamente a relação entre os estudiosos e as ideias anteriormente estabelecidas em relação às fortificações. O trabalho conjunto de académicos provenientes das variadas áreas do conhecimento propiciou aproximações diferentes seguindo metodologias e pontos de vista distintos. As concepções preestabelecidas pelas anteriores gerações de investigadores começaram a ser questionadas – algumas desde a sua essência –, fomentando a revisão dos dogmatismos anteriores. Principalmente o próprio sentido da existência dos castelos medievais, ou seja, as suas origens, as suas reais funções e a sua importância social, política e simbólica.

Desde o princípio que os estudos de estruturas defensivas medievais se centravam exclusivamente no aspecto militar das edificações, originando estereótipos anacrónicos cujas interpretações não preenchiam satisfatoriamente as distintas problemáticas existentes. O desenvolvimento dos estudos arqueológicos, sociológicos e antropológicos permitiram que outros aspectos fora do âmbito militar pudessem ser associados aos edifícios fortificados, como por exemplo a função residencial aristocrática – João Grave e Damião Peres haviam já assinalado uma diferenciação entre os castelos militares e os paços acastelados, denominando estes últimos como “solar fortificado” e “castelo-solar” ou “moradia acastelada”. As interpretações exclusivamente militares começaram a ser questionadas, assim como a invalidez de as associar aos castelos em diversos níveis. Entre os investigadores dedicados à castelologia começou a existir uma tendência para um maior afastamento relativamente às argumentações positivistas baseadas no binómio forma/função, em prol de argumentações mais holistas que reconheciam uma multiplicidade funcional das estruturas defensivas e dos vários contextos existentes no Passado.

Carlos de Azevedo, na sua obra *Solares Portugueses*<sup>124</sup> publicada em 1969 e dedicada essencialmente à arquitectura residencial aristocrática, apresentou a evolução dos edifícios nobiliárquicos desde a Idade Média até ao período do rococó, contextualizando-os histórica, funcional e formalmente. Mas o principal contributo de âmbito castelológico oferecido por Carlos de Azevedo foi a distinção das torres senhoriais medievais que possuíam uma função eminentemente residencial, negando a função defensiva como a principal. Essa explicação foi realizada no prefácio, onde tratou a evolução dos castelos medievais e paços acastelados para concretizar a diferença. Além disso, a diferenciação efectuada permitiu deduzir a existência de um eventual simbolismo associado às residências fortificadas com formas acasteladas<sup>125</sup>.

Essa questão foi confrontada de um modo mais aprofundado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) na sua tese complementar de doutoramento intitulada *Castelologia Medieval de Entre-Douro[...]*<sup>126</sup>, apresentada em 1978. Ferreira de Almeida apoiou-se em análises de fontes documentais primárias do período medieval, indispensáveis para contextualizar de modo mais eficaz os aspectos administrativos, sociais e defensivos deste período no noroeste de Portugal. Além disso, efectuou comparações das várias fortificações com outras edificações similares em Portugal e noutros países. A sua investigação permitiu-lhe ensaiar alguns enfoques inovadores na castelologia portuguesa, especialmente a toponímia mais rigorosa, o desenvolvimento dos aspectos socioeconómicos, geoestratégicos e simbólicos associados às estruturas fortificadas, e a origem e evolução das fortificações em Portugal.

José Mattoso ofereceu igualmente um importante contributo para o entendimento do contexto político-administrativo, socioeconómico, religioso e cultural da sociedade relativamente aos inícios da

---

nando o desenvolvimento de concepções associadas ao estilo e à tipologia arquitectónica [ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLLO, Maurizio (1994), *Guia de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.37-39].

<sup>124</sup> AZEVEDO, Carlos de (1969), *Solares Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.

<sup>125</sup> Em 1979 Charles Coulson, no seu artigo *Structural Symbolism in Medieval Castle Architecture* [COULSON, Charles (1979), *Structural Symbolism in Medieval Castle Architecture*, in *Journal of the British Archaeological Association*, 132, Londres, British Archaeological Association, pp.73-90] publicado no *Journal of the British Archaeological Association*, havia sugerido que o aspecto fortificado das edificações não significaria necessariamente uma função militar mas sim algum tipo de designio simbólico da nobreza do seu possuidor [LIDDIARD, Robert (2010), *Medieval Castles*, Coventry, History at the Higher Education Academy - University of Warwick, p.9]. Esta problemática havia surgido primeiro no Reino Unido, França e Alemanha não só por questões etimológicas, mas também porque a sua evolução possuiu características distintas de Portugal e outros países: seja por diferenças no modelo feudal, seja pelas motivações políticas inerentes, seja pela geografia ou outras.

<sup>126</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro e Minho: Desde as Origens a 1220*, Porto, Texto Polycopiado (Tese Complementar de Doutoramento - Universidade do Porto).

formação de Portugal: as suas investigações arquivísticas permitiram-lhe consultar numerosas crónicas medievais, chancelarias régias, cartulários, inquirições e ordenações, de que resultou parcialmente a publicação em 1988 da obra *Identificação de um País[...]*<sup>127</sup>. Baseando-se nas noções adquiridas, publicou em 1988 a obra *Castelos de Portugal[...]*<sup>128</sup>, uma breve síntese de carácter divulgador dedicada às fortificações medievais portuguesas, sendo talvez o principal contributo a divisão das fortificações de acordo com parâmetros diversos dos seguidos anteriormente: a distribuição efectuou-se conforme as épocas históricas marcadas por distintas políticas régias e evoluções da poliorcética (anteriormente classificavam-se segundo períodos cronológicos, e depois pelos estilos artísticos).

A investigação paleográfica foi também uma das principais fontes de investigação de Humberto Baquero Moreno que, uma vez mais, partindo de temáticas de algum modo marginais à castelologia, logrou formalizar uma perspectiva do papel desenvolvido pelas fortificações medievais em Portugal: os seus estudos, publicados em inúmeros artigos, incidiram sobre temas como o municipalismo medieval, as relações fronteiriças entre os reinos de Portugal e Castela na Idade Média, a administração de castelos, as ordens militares na sociedade medieval, os coutos de homiziados fronteiriços, a demarcação da raia portuguesa, etc. A contribuição de Baquero Moreno permitiu apreender melhor a política fronteiriça prosseguida pelos reis portugueses nessa época, na qual os castelos medievais desempenharam um papel fundamental para a definição das fronteiras portuguesas<sup>129</sup>. Além disso, iniciou-se um estudo mais efectivo dos aspectos relacionados com a administração das fortificações medievais e a sua preponderância nas vivências sociais na Idade Média.

O papel desempenhado pelas fortificações medievais como parte de uma política estratégica mais ampla que a edificação individualizada foi apontada por António Pires Nunes na sua obra *O Castelo Estratégico Português[...]*<sup>130</sup>, publicada em 1988. A sua obra constituiu uma síntese das fortificações desde a pré-história até às fortificações abaluartadas, tentando conciliar elementos analíticos de várias proveniências, algo facilmente perceptível pela sua bibliografia; destacando a análise (complementada por esquemas explicativos) a um nível mais global, incidindo sobre a implantação das fortificações e a sua relação com as linhas naturais de penetração e invasão, associou assim esses elementos considerados fundamentais para a defesa territorial. No entanto a sua tendência metodológica continuava a ser fortemente influenciada pelo positivismo, evidente na obsessão – por vezes errada<sup>131</sup> – pelo inventário e classificação de tipos fortificados, de estruturas defensivas (em Portugal e nos seus antigos territórios ultramarinos), de políticas geoestratégicas, da evolução da poliorcética, etc.<sup>132</sup>.

<sup>127</sup> MATTOSO, José, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa.

<sup>128</sup> MATTOSO, José (1988), *Castelos de Portugal: A Memória de Pedra*, Lisboa, Correios e Telecomunicações de Portugal.

<sup>129</sup> Por exemplo, pode-se constatar a importância das fortificações fronteiriças na sua obra *Demarcações de Fronteiras* [MORENO, Humberto Baquero (2003), *Demarcações de Fronteiras*, 3 vols., Porto, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense Infante D. Henrique] publicada em 2003.

<sup>130</sup> NUNES, António Pires (1988), *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar - Estado-Maior do Exército.

<sup>131</sup> É ainda importante mencionar o seu *Dicionário de Arquitectura Militar* [NUNES, António Pires (2005), *Dicionário de Arquitectura Militar*, Lisboa, Caleidoscópio] publicado em 2005, uma obra de índole lexical dedicada à arquitectura militar e similar a obras estrangeiras como por exemplo o *An Illustrated Glossary[...]* [SPITERI, Stephen (1993), *An Illustrated Glossary of Terms Used in Military Architecture*, Leeds, Fortress Study Group] publicada em 1993 por Stephen Spiteri, o *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval* [FIGUEROA, Luis de Mora (1994), *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Cádiz, Universidad de Cádiz] publicado em 1994 por Luis de Mora Figueroa, ou o *Petit Vocabulaire du Château du Moyen Âge* [DURAND, Philippe (2001), *Petit Vocabulaire du Château du Moyen Âge*, Bordeaux, Éditions Confluences] publicado em 2001 por Philippe Durand.

<sup>132</sup> O carácter positivista mais divulgador que científico evidenciava-se na sua obra *Os Castelos Templários da Beira Baixa* [NUNES, António Pires (2005), *Os Castelos Templários da Beira Baixa*, Idanha-a-Nova, Município de Idanha-a-Nova], publicada em 2005; a uma breve contextualização histórica inicial com ênfase para a organização territorial na formação de Portugal e para a história da ordem do Templo no país, seguia-se uma síntese das fortificações no território peninsular que distinguia as fortificações em tipologias evolutivas com características próprias. Depois de analisar várias fortificações de maneira individual e sintética, propôs inclusivamente um esquema planimétrico para a constituição de um modelo de castelo, bem como um quadro cronológico com os diversos elementos arquitectónicos militares e o seu período temporal de vigência útil.

Mário Pereira publicou em 1990 a obra *Santa Maria da Feira*[...]<sup>133</sup>, dirigiu a obra *Castelos Raia da Beira*[...]<sup>134</sup> em 1988, e foi em 1991 co-autor da obra *Castelo de Elvas*<sup>135</sup> juntamente com Natália Pinto e António Nabais. Nestas obras os pressupostos de investigação seguidos apoiaram-se ainda em metodologias filológicas positivistas, onde os enfoques dos seus estudos incidiram essencialmente nos aspectos históricos associados às fortificações e na sua análise formal, tentando apreender a sua evolução física ao longo dos tempos com base em fontes antigas e através de uma panóplia de ilustrações possibilitadas pelas tecnologias mais modernas; no entanto existiram já preocupações com áreas de estudo mais diversificadas, visíveis por exemplo na abordagem a questões paisagísticas, urbanas, poliorcéticas e antropológicas (mitos e literatura), ainda que não muito aprofundadas.

Orlando Neves (1935-2005), na sua alocução *O Castelo Medieval e a Cultura Coeva*<sup>136</sup> publicada em 1987, mencionou a importância dos castelos medievais como instituições que além das funções defensivas, administrativas ou residenciais, possuíam importância social e económica, sendo também pólos aglutinadores sociológicos de índole cultural em paralelo com outra grande instituição medieval: os complexos monásticos e conventuais. Orlando Neves defendia que os conjuntos fortificados eram instituições activas de experiências comunitárias onde se reunia e convivia a população das suas proximidades. Juntamente com as feiras realizadas dentro ou na proximidade das fortificações costumavam-se realizar também actividades de lazer para os habitantes, para as cortes instaladas nos castelos ou para as próprias guarnições militares, como por exemplo os saraus de trovas, as representações teatrais ou os festivais de música. Nesse sentido, várias fortificações funcionaram como centros de produção e divulgação artística.

## AS ESPECIALIZAÇÕES MULTIDISCIPLINARES ASSOCIADAS À CASTELOLOGIA

Nas últimas duas décadas percebeu-se que as concepções da historiografia total, tentando abarcar as mais variadas perspectivas do conhecimento, se opunham aos estudos mais aprofundados, em prol de sínteses globalizantes; os aspectos mais específicos, que requeriam investigação monográfica especializada e assinalada com períodos temporais definidos, haviam sido relegados e, a pouco e pouco, começou-se a sentir uma estagnação desse modelo totalitário. Os notáveis progressos tecnológicos observados em todos os campos da investigação proporcionaram volumes inauditos de informação que não podia ser tratada em sínteses globais mas sim de modo parcial e mais profundo. Sem esquecer as contribuições provenientes das ciências mais puras (química, física, tecnologias mecânicas e outras) ou metafísicas (sociologia, psicologia, antropologia, filosofia, etc.), é fundamental mencionar o papel desempenhado pela informática: a consulta de informação através da internet de forma mais rápida, em maior quantidade e em várias localizações ao mesmo tempo, permitiu a consagração da investigação colectiva de forma mais global. Por outro lado as evoluções relativas à modelação tridimensional possibilitou desenvolver modelos cibernéticos de edificações (na contemporaneidade ou propondo soluções do Passado) nas quais inclusivamente se podia circular de modo virtual<sup>137</sup>.

Como tal, e conforme afirma José Amado Mendes, as reacções à historiografia total foram de algum modo veementes sob uma tónica pós-modernista: começou a priorizar-se o estudo de casos cada vez mais específicos (personalidades, instituições, edificações individuais, épocas definidas, etc.) em lugar de oferecer sínteses totais, e começou-se a tratar temas mais quotidianos (aspectos educativos, comportamentos sociais e familiares, relações laborais, actividades recreativas, etc.), despontando-se assim

<sup>133</sup> PEREIRA, Mário (1990), *Santa Maria da Feira: O Castelo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.

<sup>134</sup> PEREIRA, Mário (Dir. de) (1988), *Castelos Raia da Beira: Distrito da Guarda*, Guarda, Museu da Guarda - Instituto Português do Património Cultural.

<sup>135</sup> PEREIRA, Mário, PINTO, Natália, NABAIS, António (1991), *Castelo de Elvas*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.

<sup>136</sup> NEVES, Orlando (1987), *O Castelo Medieval e a Cultura Coeva*, Lisboa, Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos.

<sup>137</sup> Por exemplo, veja-se o estudo efectuado por Miguel Alves Gata apresentado em 2007, intitulado *Tecnologia 3D Aplicada à Recuperação*[...] [GATA, Miguel Alves (2007), *Tecnologia 3D Aplicada à Recuperação Virtual de Património Histórico: Castelo de Freixo de Espada à Cinta*, Porto, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade do Porto)].

uma historiografia aplicada<sup>138</sup>. Além disso os historiadores e outros eruditos começaram a considerar que o modelo baseado na teoria racionalista composta essencialmente sobre fontes históricas se havia esgotado<sup>139</sup>: as novas fórmulas de investigação, que valorizavam cada vez mais as fontes não escritas e as contribuições do conhecimento de índole metafísico, começaram a dar importância a obras cuja narrativa textual aceitava também teorias e modelos explicativos formulados com hipóteses – algumas bastante imaginativas –, criando enredos atraentes e ao mesmo tempo abrindo novas perspectivas de estudo<sup>140</sup>.

A valorização de vários tipos de fontes originou cada vez mais especializações com distintas metodologias; por exemplo a arqueologia, que antes havia sido considerada um ramo especializado da historiografia, fragmentou-se por sua vez em diversas especialidades fruto da necessidade de especialização que se ia sentindo cada vez mais<sup>141</sup>. Em relação às fortificações, grande parte apresentava sobreposições estratigráficas como um dos problemas principais para o seu estudo. Ao longo dos tempos as obras sofreram reconstruções de partes destruídas devido a conflitos bélicos e a obras de modernização face aos desenvolvimentos poliorcéticos e às readaptações funcionais. As diversas campanhas de obras realizadas por distintos promotores em distintos tempos, com distintas tecnologias e por distintas circunstâncias, geraram um aglomerado de fábricas de difícil análise.

Como afirma Margarida Magalhães Ramalho, se anteriormente a historiografia da arquitectura se baseava sobretudo em fontes documentais, iconográficas, arqueológicas e ao recurso sistemático a metodologias comparativas que procuravam estabelecer paralelos estilísticos, a introdução de um conceito onde as fortificações eram observadas como objectos multiestratificados fomentou a adopção de metodologias arqueológicas aplicadas directamente sobre as estruturas edificadas. Pretendia-se com a arqueologia da arquitectura<sup>142</sup> que o próprio edifício pudesse contar a sua história, cuja interpretação permitiria reconstituir a sequência temporal da sua construção e posteriores modificações. As fortificações, mais do que modelos construídos num determinado momento, começaram a ser estudadas como resultado singular de diversas acções únicas realizadas ao longo dos tempos<sup>143</sup>.

---

<sup>138</sup> As novas problemáticas e metodologias historiográficas encontravam-se já estudadas em diversas obras estrangeiras de síntese, como por exemplo: *Châteaux Forts*[...] [CHÂTELAIN, André (1983), *Châteaux Forts: Images de Pierre des Guerres Médiévales*, Paris, Rempart] publicada em 1983 por André Châtelain, *Châteaux Forts et Fortifications en France* [MESQUI, Jean (1997), *Châteaux Forts et Fortifications en France*, Paris, Flammarion] publicada em 1997 por Jean Mesqui, *Les Châteaux-forts* [DURAND, Philippe (2009), *Les Châteaux-forts*, Paris, Editions Jean-Paul Gisserot] publicada em 2009 por Philippe Durand, *Castillos Señoriales en la Corona de Castilla* [COOPER, Edward (1991), *Castillos Señoriales en la Corona de Castilla*, 4 vols., Salamanca, Junta de Castilla y León] publicada em 1991 por Edward Cooper, *Castilla y León*[...] [FERNÁNDEZ, José de Castro, GUERRA, Fernando Cobos (1998), *Castilla y León: Castillos y Fortalezas*, León, Edilesa] publicada em 1998 por Fernando Cobos Guerra e José de Castro Fernández, *Castles and Landscapes* [CREIGHTON, Oliver (2002), *Castles and Landscapes*, London, Continuum] publicada em 2002 Oliver Creighton, *Castles in Medieval Society* [COULSON, Charles (2003), *Castles in Medieval Society*, Oxford, Oxford University Press] publicada em 2003 por Charles Coulson, *Castles in Context*[...] [LIDDIARD, Robert (2005), *Castles in Context: Power, Symbolism and Landscape, 1066 to 1500*, Macclesfield, Windgather Press] publicada em 2005 por Robert Liddiard, *Il Castello in Italia*[...] [CACIAGLI, Giuseppe (1979), *Il Castello in Italia: Saggio d'Interpretazione Storica dell'Architettura e dell'Urbanistica Castellana*, Florença, Giorgi & Gambi] publicada em 1979 por Giuseppe Caciagli, *Scudi di Pietra*[...] [LUIZI, Riccardo (1996), *Scudi di Pietra, I Castelli e l'Arte della Guerra tra Medioevo e Rinascimento*, Roma - Bari, Editori Laterza] publicada em 1996 por Riccardo Luisi, *Proteggere e Dominare*[...] [SETTIA, Aldo Angelo (1999), *Proteggere e Dominare: Fortificazioni e Popolamento nell'Italia Medievale – Fortificazioni e Popolamento nell'Italia Medievale*, Roma, I Libri di Viella] publicada em 1999 por Aldo Angelo Settia, *Burgen und Wohntürme des Deutschen Mittelalters*[...] [KRAHE, Friedrich-Wilhelm (1996), *Burgen und Wohntürme des Deutschen Mittelalters: Grundriss-Lexikon*, 2 vols., Estugarda, Jan Thorbecke Verlag] publicada em 1996 por Friedrich-Wilhelm Krahe, *Burgen – Symbole der Macht*[...] [ZEUNE, Joachim (1999), *Burgen – Symbole der Macht: Ein Neues Bild der Mittelalterlichen Burg*, Regensburg, Verlag Friedrich Pustet] publicada em 1999 por Joachim Zeune, e *Wörterbuch der Burgen*[...] [BÖHME, Horst Wolfgang, FRIEDRICH, Reinhard, SCHOCK-WERNER, Barbara (2004), *Wörterbuch der Burgen, Schlösser und Festungen*, Estugarda, Verlag Philipp Reclam] publicada em 2004 por Horst Wolfgang Böhme, Reinhard Friedrich e Barbara Schock-Werner.

<sup>139</sup> Giulio Carlo Argan (1909-1992) foi um dos principais promotores da tendência historiográfica que efectuou a síntese entre a historiografia formalista e a historiografia de carácter sociológico, de que resultou o movimento historiográfico aplicado.

<sup>140</sup> MENDES, José Amado (1996), A Renovação da Historiografia Portuguesa, in CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado, TORRALBA, Luís Reis, *História da História em Portugal: Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, p.342-343.

<sup>141</sup> As especializações associadas à arqueologia tinham já resultado, numa primeira fase, na arqueologia medieval, arqueologia industrial e arqueologia náutica entre outras.

<sup>142</sup> A arqueologia da arquitectura desenvolveu-se inicialmente em Itália, principalmente sob os auspícios de Francesco Doglioni e Roberto Parenti; mais tarde também em Espanha se começaram a realizar estudos inovadores, com destaque para os realizados por Luis Caballero Zoreda.

<sup>143</sup> RAMALHO, Margarida Magalhães (2002), Arqueologia da Arquitectura: O Método Arqueológico Aplicado ao Estudo e Intervenção em Património Arquitectónico, in *Património: Estudos*, (3), Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, p.19.

Mário Jorge Barroca foi talvez quem aplicou mais proficuamente em Portugal as metodologias de arqueologia da arquitectura às fortificações, o que lhe permitiu datar aspectos associados aos castelos da Feira (Santa Maria da Feira), de Soure, de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), de Trancoso e especialmente de S. Mamede em Guimarães<sup>144</sup>. Mediante a análise estratigráfica, Mário Barroca estabeleceu não só cronologias bastante coerentes das etapas de construção das estruturas defensivas, mas também algumas aproximações formais concernentes a essas etapas, mediante a análise dos aparelhos construtivos, dos materiais utilizados, dos elementos arquitectónicos erigidos, das indicações oferecidas por vestígios remanescentes e por análises epigráficas<sup>145</sup>, etc. A essas observações adicionou uma intensa investigação documental que lhe proporcionou um conjunto de materiais paleográficos fundamentais para elaborar uma das obras castelológicas mais profícuas realizada em Portugal nos últimos tempos, a qual se encontra disponível em numerosos artigos publicados em várias revistas e colectâneas científicas<sup>146</sup>.

Sob a influência de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Barroca acrescentou um progresso decisivo à sua obra, desenvolvendo consideravelmente muitas das temáticas que já haviam sido anteriormente iniciadas: no seu artigo *Torres, Casas-Torres[...]*<sup>147</sup> publicado em 1998, Mário Barroca expôs claramente o papel residencial que possuíam as torres senhoriais, assim como o impacto do *ius crene-landi* nas edificações aristocráticas em Portugal. As origens das fortificações medievais portuguesas, até aqui relativamente obscuras, foram expostas por Mário Barroca de um modo explícito, permitindo inclusivamente promover um processo cronológico de tipificação das estruturas militares de acordo com a evolução das condicionantes político-administrativas, socioeconómicas, poliorcéticas, tecnológicas, geoestratégicas, culturais, etc. e possibilitando propor uma evolução das fortificações suportada em evidências convincentes<sup>148</sup>. Mário Barroca analisou também o papel desempenhado pela ordens militares actuantes em Portugal para compreender as suas influências na edificação de fortificações<sup>149</sup>.

---

<sup>144</sup> Em relação ao castelo de S. Mamede, veja-se *O Castelo de Guimarães* [BARROCA, Mário Jorge (1996), *O Castelo de Guimarães*, in *Património: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, (1), Cascais, Patrimonia - Associação de Projectos Culturais e Formação Artística, pp.17-28] publicado em 1996.

<sup>145</sup> A sua dissertação de doutoramento, defendida em 1996 e publicada quatro anos depois [BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia], versou sobre essa temática.

<sup>146</sup> A obra castelológica de Mário Barroca encontra-se parcialmente sintetizada em *Da Reconquista a D. Dinis* [BARROCA, Mário Jorge (2003), *Da Reconquista a D. Dinis*, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir. de), *Nova História Militar de Portugal*, 1, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.21-161], incluída na *Nova História Militar de Portugal* publicada em 2003 sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.

<sup>147</sup> BARROCA, Mário Jorge (1998), *Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)*, in *Revista de História das Ideias*, vol.19, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.39-103.

<sup>148</sup> Por exemplo: *Castelos Românicos Portugueses[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2001), *Castelos Românicos Portugueses (Séc. XII e XIII)*, in PÉREZ, Xosé Carlos Valle, RODRIGUES, Jorge (Coord. de), *Romanico: En Galicia y Portugal / Em Portugal e Galiza*, A Coruña - Lisboa, Fundación Pedro Barrié de la Maza - Fundação Calouste Gulbenkian, pp.89-111] publicado em 2001; *Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior* [BARROCA, Mário Jorge (2000), *Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior*, in FERREIRA, Maria do Céu, MARQUES, António Augusto, OSÓRIO, Marcos, PERESTRELO, Manuel Sabino (Ed. de), *Beira Interior - História e Património: I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, pp.215-238] publicado em 2000; *Castelos Medievais Portugueses[...]* [BARROCA, Mário Jorge (1998), *Castelos Medievais Portugueses: Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)*, in BARRIO, Juan Antonio, PLIEGO, José Cabezuolo (Ed. de), *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Alicante, Sociedad Española de Estudios Medievales - Ayuntamiento de Alicante - Universidad de Alicante, pp.13-30] publicado em 1998; *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa* [BARROCA, Mário Jorge (1998), *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*, in *História*, série 2, 15 (tomo 1), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.801-822] publicado em 1998, *Os Castelos* [BARROCA, Mário Jorge (1992), *Os Castelos*, in MATOS, Maria António Pinto de (Coord. de), *Nos Confins da Idade Média: Arte Portuguesa (Séculos XII - XV)*, Porto, Instituto Português de Museus - Secretaria de Estado da Cultura, pp.51-57] publicado em 1992.

<sup>149</sup> Por exemplo: *Castelos da Ordem de Santiago* [BARROCA, Mário Jorge (2002), *Castelos da Ordem de Santiago*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela] publicado em 2002; *Os Castelos das Ordens Militares[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2002), *Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV)*, in FERNANDES, Isabel Cristina (Coord. de), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa, Edições Colibri, pp.535-548] publicado em 2002; *A Ordem do Hospital[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2001), *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)*, in JORGE, Vitor Oliveira (Coord. de), *III Congresso de Arqueologia Peninsular: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, 7, Porto, Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, pp.187-211] publicado em 2001; *Os Castelos dos Templários em Portugal[...]* [BARROCA, Mário Jorge (2001), *Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no Séc. XII*, in *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, (22), Barcelona, Universitat de Barcelona, pp.213-227] publicado em 2001; *A Ordem do Templo[...]* [BARROCA, Mário Jorge (1996), *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII*, in *Portvgalia*, (17-18), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.171-209] publicado em 1996.

Finalmente, apontou a extrema importância concedida aos castelos sob o ponto de vista simbólico, visto que a visibilidade territorial dos castelos possuía, de facto, um propósito essencial para a estruturação do território não só administrativa mas também mentalmente<sup>150</sup>.

Os aspectos essenciais associados ao ponto de vista territorial foram também mencionados por Helena Catarino na sua dissertação de doutoramento *O Algarve Oriental[...]*<sup>151</sup>, defendida em 1997. O trabalho possuía uma forte componente inovadora sobre uma das temáticas abordadas: a arquitectura militar muçulmana, que no entanto continuava a ser praticamente desconhecida no panorama académico português – apesar dos importantes estudos que já haviam sido efectuados principalmente por Cláudio Torres. Apesar da permanência de numerosas estruturas defensivas com origens ou contribuições muçulmanas no sul de Portugal, a arquitectura militar muçulmana continuava a ser pouco estudada, ao passo que a dos cristãos se encontrava num estado avançado de conhecimento.

Noutro sentido, Helena Catarino defendeu que as sondagens arqueológicas não se deveriam de limitar somente às estruturas defensivas e à sua envolvente imediata; pelo contrário, as prospecções deveriam de se estender aos povoados circundantes, valorizando aspectos como as características das casas, urbanismo, actividades económicas e produtivas, a ocupação humana dos solos, a administração e distribuição social, etc. Mediante esses fundamentos poderiam deduzir-se conjecturas sobre as modificações que teriam sofrido as comunidades ao longo dos tempos, afectando igualmente as fortificações próximas. Também seria possível analisar o modo como se relacionavam as populações contíguas não só com a estrutura defensiva mas também entre si, com o meio ambiente circundante e com outras áreas territoriais limítrofes<sup>152</sup>.

Tal significa que se estaria frente a uma espécie de arqueologia da paisagem, quiçá uma nova especialização dentro da arqueologia dedicada ao estudo das relações entre a ocupação humana e a modificação do espaço através dos tempos. Outra especialização da arqueologia é o que se decidiu denominar como arqueologia experimental, cujos principais contributos castelológicos se encontram actualmente centrados no estaleiro de Guédelon perto de Treigny (França). Guédelon é um formidável laboratório ao ar livre que ambiciona recriar os processos arquitectónicos e tecnologias da construção que poderiam ter existido na Idade Média. Ao contrário da arqueologia convencional cuja metodologia se apoia mais em fórmulas de catalogação dos vestígios existentes, na arqueologia experimental parte-se do vazio documental absoluto para os produtos finais novos, tentando obter conclusões sobre a viabilidade de hipotéticas metodologias e processos criativos, construtivos, administrativos e organizativos antigos mediante experiências, observações e correcções executadas segundo parâmetros antigos em modelos novos similares aos do Passado. Em Guédelon está a ser construído um paço acastelado do séc. XIII utilizando os materiais ali disponíveis e com tecnologias supostamente medievais, tudo como se fosse um estaleiro medieval<sup>153</sup>.

Também é essencial compreender a forma como as fortificações condicionavam o espaço urbano, e nesse sentido realizaram-se recentemente vários estudos morfológicos para tentar compreender esse aspecto, recorrendo frequentemente à análise de fotogrametria e de cartas urbanas como forma de tentar compreender a evolução da forma urbana e o papel desenvolvido pelas fortificações existentes. Podem-se mencionar por exemplo os estudos efectuados por Amélia Aguiar Andrade, Walter Rossa e Maria Luísa Trindade entre outros<sup>154</sup>. No entanto, a arquitectura militar não condicionava os espaços urbanos

---

<sup>150</sup> BARROCA, Mário Jorge (2003), *Uma Paisagem com Castelos*, in OLIVEIRA, Vítor Jorge (Ed. De), *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapólis*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.173-181.

<sup>151</sup> CATARINO, Helena Gomes (1997), *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, 3 vols., Coimbra, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra).

<sup>152</sup> CATARINO, Helena Gomes (1997), *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, 3 vols., Coimbra, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra), pp.148-150.

<sup>153</sup> Além do sítio na internet < <http://www.guedelon.fr> >, podem-se consultar as obras *Guédelon* [DURAND, Philippe (Dir. de) (2005), *Guédelon*, Plouédern, Éditions Jean-Paul Gisserot] de Philippe Durand, e *Guédelon[...]* [DARQUES, Thierry (2009), *Guédelon: Ils Bâtissent un Château Fort - Les Travaux de Saison en Saison*, Treigny, Guédelon] de Thierry Darques.

<sup>154</sup> Por exemplo Amélia Aguiar Andrade publicou em 2001 a obra *A Construção Medieval do Território* [ANDRADE, Amélia Aguiar (2001), *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte], e em 2003 a obra *Horizontes Urbanos Medievais* [ANDRADE, Amélia Aguiar (2003),

e territoriais de um modo somente físico: a sua presença – sobretudo os castelos e paços acastelados – representava também o poder dominante associado, transformando-se em imagens mentais plenas de significados e criando, além de condicionantes físicas, hierarquias políticas, socioculturais e outras.

As estruturas fortificadas constituíam-se assim como documentos materiais cujo valor era mais que arquitectónico, artístico, tecnológico ou outros: enquanto edificações assumidamente multifuncionais (defensivas, residenciais, governativas, simbólicas, estruturantes urbanística e territorialmente), eram também testemunhos privilegiados para transmitir conhecimentos sobre os diversos aspectos do Passado a elas associados. Rita Costa Gomes defendeu em 1994 a sua dissertação de doutoramento; publicada no ano seguinte com o título *A Corte dos Reis de Portugal*[...] <sup>155</sup>, a sua obra abordou também questões relacionadas com as particularidades associadas aos castelos medievais, como a sua organização administrativa, o seu papel na vigilância e defesa do reino, a sua função urbanística estrutural, etc. Rita Costa Gomes evidenciou o erro de atribuir aos castelos medievais funções essencialmente políticas e militares segundo uma macroescala que desprezava as suas importantes relações com a população, com as formas de autoridade, e com a organização espacial à escala urbana. Esses aspectos foram transmitidos nas suas obras *Castelos da Raia*[...] <sup>156</sup>, publicadas em 1996 e 2003: em ambas as obras existia uma breve – mas completa – contextualização que tratava temáticas como o historial político e geoestratégico, o povoamento raiano, a administração territorial, os condicionamentos materiais, a importância económica e simbólica, a evolução poliarcética, etc. recorrendo a múltiplas ilustrações (fotografias, iconografia antiga, plantas de castelos, esquemas gráficos, mapas e outros recursos visuais).

Na sua dissertação de doutoramento apresentada em 1993 e publicada dois anos depois sob o título *Paços Medievais Portugueses*[...] <sup>157</sup>, José Custódio Vieira da Silva estudou uma temática que se entrecruzava com os estudos de Rita Costa Gomes e de Mário Barroca em alguns pontos, sobretudo nos aspectos relativos à residência aristocrática. Com efeito, José Custódio Vieira da Silva também analisou o simbolismo associado aos paços medievais nobiliários, abordando-os inclusivamente desde a sua etimologia e evolução semântica. José Custódio Vieira da Silva comparou as edificações residenciais portuguesas com outras estrangeiras e com os alcáceres, os seus antecedentes de origem muçulmana que em muitos casos haviam sido adoptados pelos monarcas portugueses. A importância do estudo protagonizado por José Custódio Vieira da Silva para a castelologia é acentuada pelas distinções efectuadas sobre os diversos tipos de paços medievais portugueses que, além dos acastelados e das torres senhoriais (*domus fortis*) aristocráticas ou associadas a mosteiros, eram também constituídos por paços civis, alcáceres edificados em castelos, paços episcopais e edificações administrativas (palácios de justiça e paços municipais). Cada um possuiria simbolismos diferentes dentro dos contextos onde se inseriam. Para auxiliar a explicar a variedade formal e o seu funcionamento, José Custódio Vieira da Silva baseou-se em fontes documentais e iconográficas antigas e num vasto conjunto de ilustrações compostas por fotografias e levantamentos rigorosos.

Rosa Varela Gomes, na sua dissertação de doutoramento intitulada *Silves (Xelb)*[...] <sup>158</sup> e defendida em 1999, abordou também questões relacionadas com os espaços urbanos amuralhados e os edifícios apalaçados e fortificados de origem muçulmana, mais especificamente os existentes em Silves. Com base em documentação e iconografia antiga, na análise dos vestígios arqueológicos e na comparação com outros casos similares, Rosa Varela Gomes pôde efectuar uma contextualização histórica de Silves

---

*Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte]; Walter Rossa publicou em 2002 a obra *A Urbe e o Traço: Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*, Coimbra, Livraria Almedina]; e Maria Luísa Trindade defendeu em 2010 a sua dissertação de doutoramento intitulada *Urbanismo na Composição de Portugal* [TRINDADE, Maria Luísa, *Urbanismo na Composição de Portugal*, 2 vols., Coimbra, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra)].

<sup>155</sup> GOMES, Rita Costa (1995), *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa Difel.

<sup>156</sup> GOMES, Rita Costa (2003), *Castelos da Raia: Trás-os-Montes*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico; GOMES, Rita Costa (2002), *Castelos da Raia: Beira*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

<sup>157</sup> SILVA, José Custódio Vieira da (1995), *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

<sup>158</sup> GOMES, Rosa Varela (1999), *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Arqueologia e História (Séculos VIII-XIII)*, 5 vols., Lisboa, Texto Polycopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade Nova de Lisboa).

desde a pré-história à época islâmica, abordando áreas como os estudos político-religiosos e socioculturais, a geologia e orografia, o clima, os usos do solo, a paisagem, a fauna e flora, os recursos naturais, a rede de fortificações territoriais islâmicas em torno de Silves e o seu povoamento, o quotidiano e a ergologia das populações locais, o funcionamento dos elementos arquitectónicos, as evolução das fases construtivas das fortificações e outros edifícios (banhos, mesquita, alcácer e, sobretudo, a alcáçova), etc. A sua obra apresenta inúmeras plantas, cortes, alçados e perfis, assim como desenhos de prospecções, de reconstituições e de análise dos aparelhos murários<sup>159</sup>.

Ainda dedicado à arquitectura defensiva de origem muçulmana, Basilio Pavón Maldonado publicou em 1993 a crónica *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas[...]*<sup>160</sup>, a qual se apresenta apoiada em fotografias, ilustrações, fontes documentais e analogias com fortificações similares em Espanha, tentando analisar de modo sintético as fortificações muçulmanas existentes em Portugal. Pavón Maldonado havia sido autor de outros estudos<sup>161</sup> sobre arquitectura e urbanismo bastante mais desenvolvidos que, apesar de analisar maioritariamente casos espanhóis, também incide sobre alguns portugueses.

A abordagem efectuada por João Gouveia Monteiro na sua dissertação de doutoramento, defendida em 1997 e publicada um ano depois com o nome *A Guerra em Portugal[...]*<sup>162</sup>, constava de uma análise sobre o panorama bélico português no período situado aproximadamente desde o advento da pirobalística, com as suas implicações para as estruturas defensivas, até ao início das fortificações de transição. A investigação levada a cabo não se limitou à análise das fortificações: de facto este aspecto era só uma das componentes do seu estudo, que abarcava desde as evoluções poliorcéticas até às particularidades associadas às fortificações, passando pela sua administração, a sua contextualização histórica, geoestratégica, política e socioeconómica – além dos aspectos não directamente relacionados com as fortificações, como o estudo do armamento bélico medieval, as tácticas de guerra, a vida militar, etc.<sup>163</sup>.

A sua investigação de doutoramento concedeu-lhe as bases necessárias para publicar *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média[...]*<sup>164</sup> em 1999, mostrando parcialmente o seu anterior estudo mas focando as fortificações da raia portuguesa em finais da Idade Média. Como ponto de partida, Gouveia Monteiro baseou-se na obra de Duarte d'Armas (como o haviam feito anteriormente Manuel González Simancas e João de Almeida), mas as enormes diferenças entre si são facilmente perceptíveis. Enquanto que João de Almeida se havia limitado a enumerar e narrar eventos históricos e González Simancas havia produzido essencialmente uma análise formal da evolução das fortificações a partir do códice, Gouveia Monteiro efectuou um estudo bastante mais complexo de contextualização nas mais variadas vertentes, desde a evolução formal das fortificações até aos aspectos administrativos, sociológicos, geoestratégicos, construtivos e outros associados a elas, explicando assim de forma perceptível as vicissitudes evolutivas das diversas estruturas defensivas. Seguindo Mário Barroca, Gouveia Monteiro logrou distribuir os castelos segundo tipos específicos, prestando também atenção às residências e templos religiosos fortificados. Curiosamente, a análise pormenorizada dos elementos arquitectónicos principais, como havia feito González Simancas antes (com menos detalhe), motivaram-no a propor também

---

<sup>159</sup> Rosa Varela Gomes, em co-autoria com Mário Varela Gomes, publicou em 2004 a obra *O Ribat da Arrifana[...]* [GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela (1999), *O Ribat da Arrifana (Aljezur - Algarve)*, Aljezur, Município de Aljezur], que segue pressupostos semelhantes ao seu doutoramento, ainda que substancialmente menos desenvolvidos.

<sup>160</sup> MALDONADO, Basilio Pavón (1993), *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas: Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe.

<sup>161</sup> MALDONADO, Basilio Pavón (1999), *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Ciudades y Fortalezas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; MALDONADO, Basilio Pavón (1992), *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, MAPFRE.

<sup>162</sup> MONTEIRO, João Gouveia (1998), *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias.

<sup>163</sup> O estudo encontra-se sintetizado em *De D. Afonso IV[...]* [MONTEIRO, João Gouveia (2003), *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os Desafios da Maturidade*, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir. de), *Nova História Militar de Portugal*, 1, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, pp.163-287], incluído na *Nova História Militar de Portugal* publicada em 2003 sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Gouveia Monteiro também publicou em 2002, conjuntamente com Maria Leonor Pontes, a obra de síntese *Castelos Portugueses* [MONTEIRO, João Gouveia, PONTES, Maria Leonor (2002), *Castelos Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico], em parte baseada nos estudos de Mário Barroca.

<sup>164</sup> MONTEIRO, João Gouveia (1999), *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Lisboa, Edições Colibri.

um modelo hipotético para os castelos medievais portugueses de finais da Idade Média, ainda que não em perfil mas somente em planta.

Já em 2010 Nuno Villamariz Oliveira publicou a obra *Castelos Templários em Portugal*[...] <sup>165</sup> baseada na sua tese de mestrado defendida em 2000, onde além do enquadramento histórico e análise das fortificações templárias (com enorme suporte na obra de Mário Barroca), realizou uma análise dos contributos da história da arte para a historiografia dos templários, mencionou os mitos e a pseudo-história associada à Ordem do Templo, analisou a evolução dos sistemas defensivos no território português da pré-história à Idade Média, e efectuou analogias com as fortificações templárias na Terra Santa, ilustrando a obra com fotografias, plantas e imagens antigas, assim como com valiosas plantas de levantamento e reconstituição das fortificações.

Conforme se mencionou anteriormente, a especialização dos estudos historiográficos provocou a elaboração de investigações mais específicas de índole monográfica sobre edificações ou personalidades. O incremento dessas investigações mais profundas originou um vasto número de obras com estas características, potenciando o estabelecimento de relações mais eficazes quando se analisam comparativamente no seu conjunto global, algo que a historiografia de tendência totalitária não podia fazer eficientemente, já que a elaboração de sínteses que englobassem várias áreas do conhecimento não permitia tratá-las a todas de um modo conveniente. As obras monográficas traziam assim importantes contributos no campo cognitivo: a investigação sobre documentação antiga, arqueológica e outras revelaram novas fontes primárias; as recentes tecnologias aplicadas aos objectos de estudos produziram novos subsídios e direcções de investigação; e também a divulgação da produção científica mediante várias publicações e expedientes visuais operantes tornaram possível a circulação do conhecimento.

Depois das monografias positivistas de Ernesto Korrodi, Luís de Pina ou Augusto Vieira da Silva, as monografias mais recentes dispuseram-se a seguir os conceitos epistemológicos da historiografia total mas aplicada somente a um conjunto edificado muito mais restrito para cada estudo; enquanto que as obras mais antigas analisavam essencialmente questões formais e eventos históricos, as novas investigações incluíam perspectivas metafísicas sociológicas, simbólicas, culturais e vivenciais, assim como aspectos administrativos e outros. Num primeiro momento destacou-se a obra *O Castelo da Feira*[...] <sup>166</sup> publicada em 1989 por José Mattoso, Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus; nela se abordou de forma inédita a problemática concernente às próprias questões memorativas como tendência historiográfica, assim como o papel desempenhado pelo castelo da Feira no âmbito regional sob vários aspectos (demográficos, administrativos, simbólicos, etc.), noções também fortemente baseadas em fontes documentais primárias. Mais tardias, as obras *Introdução à História do Castelo de Leiria* <sup>167</sup> publicada em 1995 por Saul António Gomes, *O Recinto Amuralhado de Évora* <sup>168</sup> publicada em 2004 por Miguel Pedroso de Lima com base na sua tese de mestrado defendida em 1996, *O Castelo de Santa Maria*[...] <sup>169</sup> publicada em 2001 por Maria Helena Barreiros, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide* <sup>170</sup> publicada em 2005 por Pedro Cid, e *Castelo de Palmela*[...] <sup>171</sup> publicada em 2004 por Isabel Cristina Fernandes com base na sua tese de mestrado defendida em 2001, apresentaram problemáticas e metodologias epistemológicas similares à anteriormente mencionada <sup>172</sup>.

<sup>165</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz (1999), *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)*, Lisboa, Ésquilo.

<sup>166</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar, KRUS, Luís, MATTOSO, José Gonçalves (1989), *O Castelo da Feira: A Terra de Santa Maria nos Séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa.

<sup>167</sup> GOMES, Saul António (1995), *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

<sup>168</sup> LIMA, Miguel Pedroso (1996), *O Recinto Amuralhado de Évora: Subsídios para o Estudo do seu Traçado*, Évora, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Évora).

<sup>169</sup> BARREIROS, Maria Helena (2001), *O Castelo de Santa Maria da Feira (Séculos X a XX): Formas e Funções*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.

<sup>170</sup> CID, Pedro de Aboim Inglês (2005), *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

<sup>171</sup> FERNANDES, Isabel Cristina (2004), *Castelo de Palmela: Do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, Edições Colibri

<sup>172</sup> Poder-se-ia mencionar também a obra *Da Vila Cercada à Praça de Guerra*[...] [CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2002), *Da Vila Cercada à Praça de Guerra: Formação do Espaço Urbano em Almeida (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte] publicada em 2002 por Margarida Tavares da Conceição; no entanto, e como o próprio nome indica, os aspectos relativos à fortificação medieval só foram estudados parcialmente, já que se deu prioridade à fortificação abaluartada.

Estes estudos mostraram vários campos de investigação sobre os diversos aspectos históricos, simbólicos, formais, etc. associados às fortificações; mas um dos aspectos que se destacavam – sobretudo na obra de Helena Barreiros – era a observação das questões relacionadas com as fortificações desde o surgimento das preocupações patrimoniais. Nos últimos tempos começaram a ser tidas em conta as contribuições académicas elaboradas sob uma perspectiva claramente distinta das anteriores: se desde o séc. XIX os restauradores de monumentos favoreceram os estudos de fortificações como parte do seu processo de intervenção nos restauros, em finais do séc. XX começaram a efectuar estudos precisamente sobre esses restauros realizados num Passado mais próximo. Efectivamente, é fundamental compreender nos estudos castelológicos as circunstâncias ocorridas na sua origem e durante a sua evolução posterior, pelo que desse modo faz sentido estudar os restauros como parte do processo evolutivo das fortificações<sup>173</sup>.

Os estudos com essas características começaram de forma parcial integrados em investigações de amplitude maior. Lucília Verdelho publicou em 1997, a partir dos seus estudos de mestrado e doutoramento, as obras *Ernesto Korrodi[...]*<sup>174</sup> e *Alfredo de Andrade[...]*<sup>175</sup>, dois estudos monográficos sobre o pensamento e obra de dois importantes arquitectos do panorama português. A actividade de ambos envolveu a componente restauradora de monumentos, incluindo o restauro de castelos medievais. A investigação de Lucília Verdelho não incidiu directamente sobre as fortificações em si mesmas; no entanto, a importância dos seus estudos radicava na subtil apropriação de indícios de uma cultura própria existente no seio dos arquitectos e que influenciaria mais tarde as suas acções restauradoras. Esse aspecto também se distingue na tese de mestrado defendida por Ana Santos Jorge em 1991, intitulada *The Old Burgo of Castelo de Vide[...]*<sup>176</sup>, ainda que de forma menos perceptível: o objecto de estudo não era a obra de um arquitecto, mas sim um conjunto urbano fortificado<sup>177</sup>.

Os estudos dedicados às intervenções patrimoniais em fortificações começaram de forma consistente com a dissertação de doutoramento *Herança Cultural e Práticas de Restauro[...]*<sup>178</sup>, defendida no ano 2000 por Domingos Almeida Bucho<sup>179</sup>. No entanto os estudos de Domingos Bucho foram bastante superficiais e eminentemente descritivos das acções de restauro efectuadas, ainda que tenha associado uma ampla compilação de dados documentais. Neste último aspecto a acção de Domingos Bucho foi similar à dos filólogos positivistas, reunindo documentação de diversas fontes primárias e secundárias que resultavam em estudos situados principalmente ao nível formal. O estudo dos restauros efectuados nas fortificações portuguesas do Alto Alentejo foi de certo modo trivial e essencialmente descritivo, sem uma crítica construtiva hábil a nível teórico<sup>180</sup>. Também a tese de mestrado defendida em 2008 por Luís Mi-

---

<sup>173</sup> Uma vez mais, os arquitectos que realizaram intervenções patrimoniais nas fortificações também começaram a investigá-las, ainda que seguindo já as novas metodologias epistemológicas e abordando também os restauros patrimoniais protagonizadas em tempos passados. Podem-se mencionar arquitectos como Fernando Cobos Guerra, Bernard Fonquernie ou Paolo Marconi entre outros.

<sup>174</sup> COSTA, Lucília Verdelho da (1997), *Ernesto Korrodi (1889-1944): Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa.

<sup>175</sup> COSTA, Lucília Verdelho da (1997), *Alfredo de Andrade (1839-1915): Da Pintura à Invenção do Património*, Lisboa, Vega.

<sup>176</sup> JORGE, Ana Santos (1991), *The Old Burgo of Castelo de Vide, Portugal: Safeguard and Conservation*, Lovaina, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Katholieke Universiteit Leuven).

<sup>177</sup> Luís Campos Paulo também abordou, na sua tese de mestrado defendida em 2006 e intitulada *Távira Islâmica[...]* [PAULO, Luís Campos (2006), *Távira Islâmica: A Cidade e o Território*, Lisboa, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa), a questão das fortificações de Távira sob o ponto de vista urbano, ainda que menos aprofundado.

<sup>178</sup> BUCHO, Domingos Almeida (2000), *Herança Cultural e Práticas de Restauro Arquitectónico Durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)*, Évora, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Évora).

<sup>179</sup> A dissertação de Domingos Bucho foi parcialmente publicada nas obras *Fortificações de Marvão[...]* [BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Marvão: História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede] em 2001, *Fortificações de Campo Maior[...]* [BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Campo Maior: História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede] em 2002 e *Fortificações de Castelo de Vide[...]* [BUCHO, Domingos Almeida, *Fortificações de Castelo de Vide: História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede] em 2004.

<sup>180</sup> Miguel Tomé dedicou um notável capítulo às intervenções em castelos por parte da DGEMN na sua obra *Património e Restauro em Portugal[...]* [TOMÉ, Miguel (2002), *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP Publicações], e também Isabel Cristina Fernandes desenvolveu um artigo significativo dedicado a esse mesmo assunto intitulado *La Restauración de los Castillos de Portugal[...]* [FERNANDES, Isabel Cristina (2005), *La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX)*, in COOPER, Edward (Ed. de), *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, pp.157-194], e que se encontra publicado no livro de actas do simpósio *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos* publicado em 2005.

guel Correia e publicada dois anos depois com o título *Castelos em Portugal*[...] <sup>181</sup>, apresentou problemas similares à dissertação de Domingos Bucho: a obra abordou a maioria das questões mais pertinentes anteriormente referidas a nível castelológico, sejam os aspectos de contextualização histórica, sejam as perspectivas formais das fortificações e a sua evolução, sejam ainda os argumentos que se centravam no panorama patrimonial português; no entanto, a redefinição do material conhecido mediante novos códigos não contribuiu com conhecimentos significativamente inovadores, neste caso visto que a obra derivou essencialmente da recompilação de vários autores a que se adicionaram algumas estatísticas e fotomontagens.

As teses de mestrado de Susana Cunha, de Susana Dias, de Teresa Furtado e de Inês Santos (intituladas *As Fortificações de Estremoz*[...] <sup>182</sup>, *A Torre de Belém no Contexto Romântico*[...] <sup>183</sup>, *O Castelo de Almourol*[...] <sup>184</sup> e *Intervenções de Reabilitação em Património Construído*[...] <sup>185</sup>, respectivamente defendidas em 2004, 2005, 1996 e 2008), apresentaram-se significativamente mais desenvolvidas nas análises efectuadas, principalmente devido ao seu carácter monográfico que incidiu sobre as intervenções de restauro realizadas nas fortificações de Estremoz, de S. Vicente em Belém (Lisboa), e de Almourol e de Alter do Chão. Enquanto que os fundamentos pressupostos pela última das investigações se incluíam menos no âmbito castelológico (o enquadramento encontrava-se claramente situado no campo do restauro arquitectónico), as outras investigações apresentavam duas contribuições pertinentes sobre as intervenções patrimoniais: a adaptação de fortificações medievais a novas funções no primeiro caso, e no segundo e terceiro casos o contexto cultural e simbólico onde se davam os restauros.

Os estudos de Inês Santos e de Teresa Furtado começaram a aproximar-se dos procedimentos historiográficos que interagem com processos relacionados com a percepção mental da realidade por parte das pessoas, sob uma perspectiva próxima à teoria das ideias e da cultura mental. Essa perspectiva de investigação foi significativamente mais desenvolvida pelo autor do presente artigo na sua tese de mestrado «*Este Antigo Castelo*[...]» <sup>186</sup>, defendida em 2007. A principal contribuição do estudo foi o enfoque concedido às questões da imagética concernente aos castelos medievais em Portugal. Analisando um extenso inventário de iconografia presente na imprensa periódica oitocentista em Portugal, e cruzando as ilações resultantes com as acções patrimoniais que se haviam desencadeado durante o séc. XIX, foi possível mostrar um conjunto de nexos relativos à existência de uma previsível imagem cultural do castelo medieval português; esta imagem influenciaria então o modo como a sociedade portuguesa percebia mentalmente as estruturas defensivas <sup>187</sup>. Como tal, enquanto que os estudos anteriores mostravam como as sociedades medievais compreendiam metafisicamente (na vertente simbólica, cultural, organizativa, de segurança, etc.) as fortificações, a investigação do presente autor incidiu sobre épocas mais recentes, ou seja, sobre o modo como as pessoas assimilariam mentalmente as fortificações medievais já não como estruturas defensivas actuantes funcionalmente, mas sim pelo seu valor patrimonial como testemunhos do Passado.

---

<sup>181</sup> CORREIA, Luís Miguel (2010), *Castelos em Portugal: Retrato do seu Perfil Arquitectónico (1509-1949)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

<sup>182</sup> CUNHA, Susana Barbosa (2004), *As Fortificações de Estremoz: História, Arquitectura e Restauro – A Adaptação do Castelo a Pousada*, Évora, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Évora).

<sup>183</sup> SANTOS, Inês Fernandes (2005), *A Torre de Belém no Contexto Romântico de Oitocentos: O Restauro e o Imaginário Neomanuelino*, Lisboa, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade de Lisboa).

<sup>184</sup> FURTADO, Teresa Pinto (1996), *O Castelo de Almourol – Monumento e Imaginário*, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa).

<sup>185</sup> DIAS, Susana Gomes (2008), *Intervenções de Reabilitação em Património Construído: Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão*, Lisboa, Texto Policopiado (Tese de Mestrado - Universidade Técnica de Lisboa).

<sup>186</sup> Ernst Josef Gombrich (1909-2001) utilizava os resultados mais recentes da psicologia contemporânea para analisar o processo de percepção, ou seja, o modo como as pessoas apreendem as informações que chegam do mundo visível onde vivem e actuam, processo de interpretação que permite extirpar incessantemente as suas ilusões, pondo em prova as suas impressões e conhecimento do Mundo [BAZIN, Germain (1989), *História da História da Arte: De Vasari aos Nossos Dias*, São Paulo, Martins Fontes Editora, p.262].

<sup>187</sup> SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2012), *Anamnesis del Castillo como Bien Patrimonial: Construcción de la Imagen, Forma y (Re)Funcionalización en la Rehabilitación de Fortificaciones Medievales en Portugal*, Alcalá de Henares, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidad de Alcalá).

Já no início de 2012 o presente autor defendeu a sua dissertação de doutoramento intitulada *Anamnesis del Castillo como Bien Patrimonial[...]*<sup>188</sup>, onde efectuou o historial das fortificações medievas portuguesas como bens patrimoniais. A investigação foi desenvolvida segundo três vertentes fundamentais e complementares entre si: foram estudados e assimilados aspectos essenciais de ordem conceptual relativos às fortificações medievas, com a pesquisa incidindo sobre a evolução etimológica e semântica de alguns termos fundamentais com base na lexicografia, na castelologia, na iconografia e nas artes visuais, o que permitiu vislumbrar a génese de uma imagética cultural relativa a um previsível modelo de “castelo medieval português”; contextualizou-se a evolução teórica e prática de âmbito patrimonial focando as fortificações medievas e as suas múltiplas dimensões (cultural, ideológica, simbólica, etc.); e por último foi analisado um conjunto de premissas teóricas e empíricas aplicadas actualmente aos bens culturais, com relevância para os directamente relacionados com as fortificações medievas, tendo-se estudado o impacto ocasionado em casos de estudo concretos motivados por intervenções recentes de reabilitação arquitectónica, de adaptação funcional, e pela ampliação da problemática patrimonial a outras perspectivas de índole urbanística e intangível.

Para terminar é necessário mencionar que os estudos castelológicos portugueses ultrapassaram o âmbito geográfico de Portugal: ainda que o período analisado tenha sido já imediatamente posterior à Idade Média, em diversos estudos foi abordada parcialmente a temática das fortificações de transição de origem portuguesa em vários dos seus antigos territórios ultramarinos<sup>189</sup>.

---

<sup>188</sup> Por exemplo, a obra *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* [PAULINO, Francisco Faria (Coord. de) (1994), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses] publicada em 1994 sob coordenação de Francisco Faria Paulino preludeu investigações posteriores bastante mais profundas que continuaram as prerrogativas historiográficas mais recentes, com destaque para as obras *Castelo da Mina[...]* [FERREIRA, Carlos Antero (2007), *Castelo da Mina: Da Fundação às Representações Iconográficas dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte] publicada em 2007 por Carlos Antero Ferreira, *Implantação da Cidade Portuguesa[...]* [CORREIA, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da Tomada de Ceuta a Meados do Século XVI*, Porto, FAUP Publicações] publicada em 2008 por Jorge Correia, *Fortalezas – Estado Português da Índia[...]* [TEIXEIRA, André (2008), *Fortalezas – Estado Português da Índia: Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História] publicada também em 2008 por André Teixeira, e a dissertação de doutoramento *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico[...]* [CAMPOS, João de Sousa (2009), *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico – Ormuz, Keshm e Larak*, Coimbra, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra)] defendida em 2009 por João de Sousa Campos.

<sup>189</sup> Por exemplo, a obra *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* [PAULINO, Francisco Faria (Coord. de) (1994), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses] publicada em 1994 sob coordenação de Francisco Faria Paulino preludeu investigações posteriores bastante mais profundas que continuaram as prerrogativas historiográficas mais recentes, com destaque para as obras *Castelo da Mina[...]* [FERREIRA, Carlos Antero (2007), *Castelo da Mina: Da Fundação às Representações Iconográficas dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte] publicada em 2007 por Carlos Antero Ferreira, *Implantação da Cidade Portuguesa[...]* [CORREIA, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da Tomada de Ceuta a Meados do Século XVI*, Porto, FAUP Publicações] publicada em 2008 por Jorge Correia, *Fortalezas – Estado Português da Índia[...]* [TEIXEIRA, André (2008), *Fortalezas – Estado Português da Índia: Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História] publicada também em 2008 por André Teixeira, e a dissertação de doutoramento *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico[...]* [CAMPOS, João de Sousa (2009), *Arquitectura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico – Ormuz, Keshm e Larak*, Coimbra, Texto Policopiado (Dissertação de Doutoramento - Universidade de Coimbra)] defendida em 2009 por João de Sousa Campos, e a dissertação de doutoramento *Dispositivos do Sistema [...]* [MENDIRRATA, Sidh Losa (2012), *Dispositivos do Sistema Defensivo da Provincia do Norte do Estado da India: 1521-1739*, Coimbra] defendida em 2012 por Sidh Losa MENDIRRATA.



## AINDA SOBRE OS CERIEIROS DE PENAFIEL E O FABRICO DE CERA EM RIBAS (LAGARES)

Teresa Soeiro<sup>1</sup>

### RESUMO:

Complemento ao artigo publicado no número anterior desta revista sobre a actividade dos cerieiros e a instalação de lagares de cera no município de Penafiel, com novos dados relativos aos proprietários do centro produtor de Ribas (Lagares) e possível identificação do seu lagar. Anexo genealógico da família detentora (por Eduardo Vasconcelos).

**Palavras-chave:** cerieiros, lagar de cera, Ribas - Lagares, Penafiel

### ABSTRACT:

Complement to the article, which was published in this magazine last issue, on the beeswax chandler occupation and installation of beeswax presses in Penafiel district. This additional information shows new data about the owners of the production center in Ribas (Lagares). Genealogical appendix of the holding family (by Eduardo Vasconcelos).

**Key-words:** Beeswax chandler, beeswax press, Penafiel, Ribas - Lagares

Quando, no anterior volume desta revista (nº 31-32), dedicámos um artigo aos cerieiros de Penafiel<sup>2</sup>, cruzando testemunhos documentais com a identificação da unidade produtiva de Sebolido, comprovada pelos materiais remanescentes do lagar de cera de Cancelos, não fomos capazes de encontrar idêntica correspondência material para a *fábrica* de Ribas, ainda que esta seja consistentemente referenciada nos inquéritos do século XIX (Fig.1).

Em 1823, o Corregedor da Comarca de Penafiel respondia ao inquérito da Junta do Comércio, sobre a existência de fábricas na área da sua jurisdição, mencionando uma unidade de cerieiro instalada no lugar de Ribas, freguesia de Lagares, propriedade de António da Rocha, onde trabalhava também seu pai, Manuel da Rocha, e um servente. Continuava em actividade no ano de 1881, quando se realizou o Inquérito Industrial, dedicada à refinação de cera e fabrico de velas, absorvendo a produção local de matéria prima ( $\pm$  600kg de cera), a que somava uma quantidade pelo menos quatro vezes superior adquirida no Porto. Fabricava cerca de 3000kg de velas brancas e amarelas (20%).

Como reportámos no artigo, deslocámo-nos algumas vezes a Ribas, em busca deste lagar e de recordações da lavra da cera, sem resultados, perda de memória idêntica à que se verificava em Sebolido,

---

<sup>1</sup> UP/FLUP - CITCEM

<sup>2</sup> SOEIRO, Teresa - A propósito de um lagar de cera e da actividade dos cerieiros em Penafiel. *Portugália*. Nova série. Porto, vol. 31-32 (2010-2011), p. 183-215.

onde mesmo perante a prensa de feixe sobre a broca e pia, ninguém conseguiu identificar o fim a que se destinavam.

Editada a *Portugália* e disponibilizada em suporte digital, não tardou a recebermos uma preciosa ajuda para fazer avançar a investigação, corroborando hipóteses então levantadas sobre a relação entre os detentores dos três lagares de cera mencionados, bem como permitindo a localização da unidade de Ribas, que em vão tínhamos procurado.

\*

Sabemos agora, por indicação de Eduardo de Vasconcelos<sup>3</sup>, que os dois homens identificados em 1823 possuíam casa na Silveira (ver anexo 1), lugar de Ribas (freguesia de Lagares, município de Penafiel), hoje à face da estrada que liga Galegos a Ordins, entroncamento da rua de Ribas com a avenida de Ordins (Fig.2).

Isolada e rodeada pelos seus campos, esta boa casa de lavoura, que data pelo menos do século XVIII, apresenta um edificado sucessivamente transformado para alargamento e qualificação da habitação e estruturas de produção, entre as quais destacamos os lagares para o vinho, no piso térreo, o engenho de azeite e alambique, em edifício próprio, e o engenho de maçar linho, de tracção animal (roda a meia altura), que ficava do outro lado da estrada, em construção vandalizada e destruída há não muitos anos.

Como que formando um segundo pátio ou quinteiro, contíguo ao conjunto anterior, pudemos ver a antiga casa de caseiro e as cortes para o gado. Um pouco mais afastado, em construção isenta, fica o lagar que agora nos interessa<sup>4</sup>, tendo como referência as coordenadas 41° 08' 07,32''N e 8° 20' 28,88''W. Existia ainda um outro pequeno edifício com duas divisões, já demolido, junto do portão de acesso.

O lagar encontra-se assim num edifício de planta sensivelmente quadrangular ( $\pm 4,6 \times 4,3$ m), situado no limite de uma plataforma, erguido em grandes blocos de granito colocados sem muito apuro, usando como apoio alguns penedos ali existentes, prática que também se verifica nos anexos para cortes, onde há mesmo penedos cortados de dois lados opostos, por forma a ganharem a largura da parede em que se integram (Fig. 3).

No piso inferior, parcialmente enterrado, o aparelho é mais irregular, de pedra seca apenas com a face externa regularizada e algumas juntas tomadas. A porta, voltada a sudeste e em cota inferior ao terreno envolvente, está protegida por uma parede de contenção de terras. Acede-se descendo três degraus. Este espaço, que não chega aos 20m<sup>2</sup> úteis, tem apenas mais uma abertura de iluminação, pequena fresta a meia altura, na parede sudoeste, junto do lagar. O chão será térreo, embora difícil de vislumbrar tal o avolumar de restos de madeira, por aqui se guardar e partir lenha (Fig. 4).

O sobrado possui entrada independente no alçado nordeste, maciço estruturado sobre um penedo, com patim protegido por guardas laterais para o qual se sobe vencendo três degraus. Dispõe de uma janela para sudoeste. O soalho, sobre barrotes, foi feito de novo. A cobertura, de quatro águas, é em telha marselha, com pronunciado beiral de lousa (Fig. 5).

No interior do piso térreo deparamos com um original lagar e respectiva prensa de feixe, instalados em paralelo e próximo da parede sudoeste, estando as argolas que articulam o feixe da prensa embutidas na parede contígua, oposta à porta (Fig. 6).

O lagar é formado a partir de uma única pedra, tratando-se de uma massa granítica, à semelhança dos demais penedos vizinhos, que foi escavada. Esta cavidade assume contorno ovalado junto da borda, com eixos de 167x110cm, mas vai-se tornando circular à medida que nos aproximamos do fundo, onde tem cerca de um metro de diâmetro. A profundidade atingida ronda os 76cm, apresentando-se a parede vazada junto do fundo, lateralmente, para criar uma bica por onde o conteúdo passaria à lagareta. A face

---

<sup>3</sup> Agradecemos encarecidamente o cuidado deste estudioso que, tendo lido o texto da *Portugália*, prontamente estabeleceu contacto, não só apontando a localização deste original lagar, como dispendo-se a partilhar informação obtida no decorrer da sua investigação e ainda relatos colhidos propositadamente junto de familiares próximos. De sua autoria é o Anexo 1, relativo à genealogia desta família, nas gerações que mais nos interessam.

<sup>4</sup> Agradecemos a Abílio Moreira Lopes, proprietário desta instalação, a possibilidade de a estudar.

exterior do lagar, nesta direcção, está cortada, perdendo a forma arredondada do penedo original, para mais facilmente nela se encostar a referida lagareta.

Independente do penedo anterior, a pia/lagareta foi trabalhada num bloco de granito quadrangular, ficando a cavidade, de ângulos interiores arredondados, com 83x50x28cm.

A prensa de feixe (Fig. 7) apresenta-se igual às das muitas instalações de lagares de vinho e azeite desta região. A trave ou feixe é um tronco sumariamente facetado, com o topo por trás do lagar articulado em argolas de pedra salientes da parede. Neste caso, a trave usada, com 350cm de comprimento e 30/40cm de espessura, parece uma solução de recurso, menos volumosa e não ocupando o vão da parede entre as argolas. Mesmo estas podem não ser as originais, uma vez que se apresentam bastantes grosseiras e no paramento do edifício vemos, reutilizados, outros blocos mais bem talhados, com o furo para o eixo, mas partidos. Uma pedra pousada sobre a parte saliente destas argolas reforça a capacidade de suportar a pressão exercida pela trave, quando em esforço.

Próximo da extremidade livre da trave encaixa o parafuso de madeira, ajustado pelas conchas providas, na face interna, com a fêmea ou negativo da rosca (Fig. 8). Esta, com compasso é de 9cm, cobre dois terços do parafuso, sendo o terço inferior de secção quadrangular, vazado ao centro, na vertical, para receber o veio de ferro que o prende ao peso com a ajuda de uma travessa de ferro quadrangular colocada na horizontal. Um outro orifício, circular e horizontal, permite a introdução da vara sobre a qual um ou mais homens exerceriam a força que o faria rodar para levantar ou baixar o feixe.

O peso, de granito, que completa o sistema, está hoje parcialmente enterrado nos resíduos lenhosos que se acumulam sobre o chão térreo. Parece cilíndrico, com a parede algo abaulada, medindo 74cm de diâmetro por mais de 50cm de alto. No topo superior mostra o rasgo em duplo chanfro onde encaixa a peça de madeira que prende a cabeça do veio. Porque está montado, não vemos o veio, aquele remate ou as anilhas de protecção, sistema bem conhecido que permite rodar o parafuso e baixar a trave sem mover o peso, até o levantar<sup>5</sup>.

O conjunto feixe/parafuso/peso apresenta-se com inclinação anómala e forçada, que vai deformando as peças, por ter oscilado lateralmente. Este desalinhamento não sucederia se estivessem montadas as virgens, prumos de madeira que no caso em estudo se apoiavam em dois rasgos abertos no penedo/lagar, pelo exterior do rebordo, indo a outra extremidade certamente firmar-se nos barrotes que suportavam o sobrado (Fig. 10).

São estes os elementos estruturais presentes, poucos para uma interpretação inequívoca. Que este lagar poderia ser utilizado para o fabrico de vinho, é uma constatação óbvia, até porque permanece na lembrança de proprietários e trabalhadores a vinificação ocasional de *vinho americano*, secundarizado face ao vinho verde para o qual se reservavam os lagares da casa.

Porém, a hipótese que nos interessa questionar prende-se com a probabilidade de ele ser propositadamente feito para aquele fim, e isso é que parece discutível, não só pela originalidade, como por a escavação do penedo constituir um maior investimento em trabalho e um acréscimo de dificuldade em relação à preparação dos habituais tampos planos em granito, não faltando matéria prima e saber para efectuar o corte de pedra, como demonstra toda a arquitectura envolvente. Também o limitado volume de uva que poderia ser processado e a dificuldade de movimentação durante a pisa, nomeadamente por causa do feixe da prensa, causam perplexidade. Parece mais fácil realizar a mesma tarefa, para tão pequenas quantidades, por exemplo, numa dorna.

Mesmo que tomemos como termo de comparação alguns lagares escavados em penedos, com cronologia proposta a partir da época romana, vemos que dificilmente os podemos aproximar deste exemplar<sup>6</sup>. Já sobre a materialidade dos lagares existentes no piso térreo das habitações e em anexos

<sup>5</sup> PEREIRA, Benjamim - *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano, 1997, p. 54-55.

<sup>6</sup> Por exemplo: ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - O passado arqueológico de Carlão - Alijó. *Portugália*. Nova série. Porto, vol. 13-14 (1992-1993), p. 239 e segs.; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; PINTO, Paulo J. Costa; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - Os lagares cavados na rocha do Castelo de Castorigo - Pegarinhos (Alijó). *Douro - Estudos & Documentos*. Porto, vol. 4 (1997), p. 15-24; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ANTUNES, João Viana; FARIA, Pedro Baére de - Rastrear das antigas ocupações humanas no território meridional da vila da Meda - *Estudos &*

das mais comuns casas rurais da época moderna, registados na documentação referente a esta região, quase nada conhecemos.

Por outro lado, as respostas dadas aos inquéritos à indústria atrás mencionados dizem-nos que em Ribas, durante o século XIX, se procedia à purificação da cera em quantidade que implicava o emprego de uma prensa de feixe. Ora, este lagar pequeno, fundo e de contorno arredondado poderia ajustar-se muito razoavelmente à prensagem de seiras carregadas de cera derretida, substituindo a *broca* de madeira que acolhe o *mandim*, usual nos lagares de cera que chegaram ou se construíram no século XX, para a qual também conhecemos alternativas como o cincho ou as tinas cilíndricas em cimento. A cera espremida cairia na pia, de onde seria recolhida e transferida para outras pias ou formas de madeira, para se obter o *pão*, ao arrefecer.

Caso estejamos perante a antiga instalação de cerieiro, o lagar do piso térreo poderia alimentar a área de fabrico das velas, instalada no sobrado e/ou no outro edifício mencionado, hoje demolido, funcionando esta indústria próximo da casa de lavoura mas em edifício próprio, isolado.

\*

Sustenta a hipótese anterior o facto de a Casa da Silveira ter pertencido a Manuel da Rocha e ao filho, António da Rocha, o industrial de velas do inquérito de 1823. Mas pode ainda interessar-nos remontar uma geração, a Águeda da Rocha, casada com Manuel Ferreira e mãe de Manuel, natural do lugar de Recarei, e ainda mais uma a António Martins, falecido em 1758, que o registo identifica como cerieiro do lugar da Costa de Recarei, então pertencente à freguesia de Sobreira (município de Paredes), isto porque aqui se localiza um dos lagares de cera referenciados, na ainda hoje denominada Casa do Cerieiro.

À época da informação, 1823, António da Rocha comandaria a actividade cerieira realizada na Casa da Silveira, em Ribas, embora fique registada a presença de seu pai, bastante idoso (nascido em 1747). Apesar de dedicado à *indústria* de transformação e comércio de produtos de cera, António Rocha surge no recenseamento militar de 1831 classificado como lavrador, casado, com quarenta e três anos, residente no lugar da Silveira<sup>7</sup>. Pouco posterior, o recenseamento eleitoral de 1836 também o designa como lavrador<sup>8</sup>, condição que alicerçaria os seus rendimentos, certamente bem mais prestigiante do que ser industrial ou negociante na província. Estaria casado com Teresa Maria Lopes Martins, natural de Sebolido, lugar de poucos eleitores, mas onde deparamos com os nomes dos seus irmãos José Lopes Martins, pároco, e Manuel Lopes Martins, lavrador, residente em Rio Mau<sup>9</sup>.

Da geração seguinte salientamos os filhos José Lopes da Rocha (n. 1824), proprietário, solteiro, que permaneceu na Casa da Silveira, em Ribas<sup>10</sup>, talvez herdando também o negócio de seu pai, já que a unidade produtiva foi considerada no Inquérito Industrial de 1881. Enquanto isso, Joaquim Lopes da Rocha, ainda nascido em Lagares (1827), fixará residência em Sebolido. Nesta freguesia, já casado, foi recenseado eleitor e elegível em 1879<sup>11</sup> e 1894<sup>12</sup>, primeiro como lavrador, com contribuição de 1\$530, passando depois a proprietário, com contribuição de 8\$270. Não sabemos se levou consigo a arte de purificar cera e fazer velas, de que o lagar de Cancelos seria testemunho.

Certamente porque o senhor da Casa da Silveira não teve descendentes, vemo-la passar para o sobrinho, José Lopes Correia da Rocha (n. 1857), filho de Joaquim. Este foi de facto, segundo a memória familiar, industrial de velas. Nasceu em 1857, em Sebolido, onde viveu excepto no período em que ocu-

---

*Documentos*. Porto, vol. 7 (1999), p. 179-207; ANTUNES, João Viana; FÁRIA, Pedro Baére de - Lagares do Alto Douro Sul. Tipologias e tecnologia - *Estudos & Documentos*. Porto, vol. 14 (2002), p. 65-77. Síntese em PEÑA CERVANTES, Yolanda - *Torcularia. La producción de vino y aceite en Hispania*. Tarragona: Institut Català d'Aqueologia Clàssica, 2010, p. 90-92 e 135-140.

<sup>7</sup> AMPNF 1753 - Livro de registo dos fogos e moradores no districto da 7ª Companhia de Ordenanças da Capitania Mor das Ordenanças de Penafiel, 1831.

<sup>8</sup> AMPNF 1604 - Livro de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para eleição de deputados na freguesia de Lagares.

<sup>9</sup> AMPNF 1619 - Livro de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para eleição de deputados na freguesia de Sebolido.

<sup>10</sup> AMPNF 1643 - Livro do recenseamento de eleitores e elegíveis, 1894.

<sup>11</sup> AMPNF 1640 - Caderno de recenseamento de eleitores e elegíveis, S. Paio, 1879.

<sup>12</sup> AMPNF 1643 - Livro do recenseamento de eleitores e elegíveis, 1894.

pou a Casa da Silveira. É recenseado em 1901<sup>13</sup> como proprietário, casado, residente em Ribas, eleitor e elegível para lugares de relevo dada a contribuição paga, 34\$101, das mais elevadas da freguesia. Sem filhos que vingassem, acabaria por trazer para sua casa uma jovem afillhada, por 1905, que aqui permaneceu depois de casada (1911) enquanto ele próprio acabaria por fixar-se em Sebolido, onde faleceu (m.1935).

Daqui por diante não voltou a haver actividade de cerieiro na Casa da Silveira, e outro tanto teria sucedido em Cancelos (Sebolido), uma vez que está apagada da memória dos residentes. Permaneceu em Recarei (município de Paredes), provável ponto de partida da diáspora familiar que traria consigo o conhecimento especializado deste ofício.

---

<sup>13</sup> AMPNF 1644 - Livro do recenseamento de eleitores e elegíveis, 1901.

# ANEXO 1

## SUPLEMENTO GENEALÓGICO

Eduardo de Vasconcelos<sup>14</sup>

### Ascendência de Manuel da Rocha Ferreira

**1. Domingos Gaspar “o Silveira”**, (faleceu a 18/11/1714 <sup>15</sup>) natural da freguesia de Lagares, concelho de Penafiel. Casou com Isabel Antónia (faleceu a 09/03/1725 <sup>16</sup>) e tiveram descendência, que segue:

**2. Manuel**, (nasceu a 15/04/1670 <sup>17</sup>) natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares, indivíduo que provavelmente se poderá identificar como sendo o Manuel António<sup>18</sup> (faleceu a 08/07/1715 <sup>19</sup>, no lugar da Silveira) que contraiu matrimónio (em 26/02/1702 <sup>20</sup>) na freguesia de Lagares, com Águeda Ferreira (nasceu a 21/04/1672 <sup>21</sup>, faleceu a 29/10/1747 <sup>22</sup>), sua conterrânea, filha de Cosme Gaspar (nasceu a 17/09/1636 <sup>23</sup>, faleceu a 17/12/1712 <sup>24</sup>) e de sua mulher Maria Ferreira (faleceu a 21/02/1693 <sup>25</sup>), casados que foram (em 18/01/1667 <sup>26</sup>) em Lagares, freguesia de naturalidade de ambos.

Cosme Gaspar era natural do lugar de Ordins, freguesia de Lagares, e filho de Gaspar Fernandes (faleceu a 16/07/1685 <sup>27</sup>) e de sua mulher Isabel Antónia (faleceu a 15/02/1647 <sup>28</sup>), casados (em 27/11/1634 <sup>29</sup>) na freguesia de Lagares, sendo seus irmãos António Gaspar (nasceu a 07/06/1635 <sup>30</sup>), Maria Gaspar (nasceu a 14/09/1638 <sup>31</sup>), Mateus Gaspar (nasceu a 21/09/1640 <sup>32</sup>) e Isabel Gaspar (nasceu a 27/02/1645 <sup>33</sup>). Sua mulher Maria Ferreira era filha de Gaspar Ferreira e de sua mulher Joana Maria.

<sup>14</sup> Genealogista, Engenheiro e descendente de Manuel da Rocha Ferreira (evasconcelos@engenheiros.pt)

<sup>15</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 228

<sup>16</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 244v.º

<sup>17</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 10

<sup>18</sup> Localizou-se na mesma freguesia de Lagares e lugar de Ribas um segundo Manuel António, que a ser filho de um outro Domingos Gaspar “Silveira” e de sua mulher Catarina Antónia, continua a não se poder considerar ser este o mesmo indivíduo procurado visto surgir como padrinho num registo de baptismo (de Manuel a 03/06/1712) identificado como filho de Catarina Antónia viúva (e não como marido de ...), logo seria provavelmente solteiro nessa data, e o Domingos Gaspar seu pai teria de ter já falecido em 1712 (visto aparecer Catarina Antónia como viúva); além disso o casamento do mesmo Domingos Gaspar “Silveira” com Catarina Antónia apenas ocorreu a 23/02/1673, ou seja após o nascimento do proposto Manuel. Este Domingos Gaspar “Silveira” casado com Catarina Antónia era filho de Gonçalo Gaspar e de sua mulher Maria Brás “a Silveira”, casados que foram em 15/02/1638

<sup>19</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 229v.º

<sup>20</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fls. 277v.º e 278

<sup>21</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 11

<sup>22</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 3M, 1716-1750, fl. 272

<sup>23</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 56

<sup>24</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 226

<sup>25</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 200v.º

<sup>26</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 259v.º

<sup>27</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 190v.º

<sup>28</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 135v.º

<sup>29</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 179

<sup>30</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 55

<sup>31</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 59

<sup>32</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 62v.º

<sup>33</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 1M, 1587-1679, fl. 70

Águeda Ferreira, filha de Cosme Gaspar e de sua mulher Maria Ferreira, teve como irmãos a André Ferreira <sup>34</sup> (nasceu a 30/10/1664 <sup>35</sup>), Maria Ferreira (nasceu a 20/04/1667 <sup>36</sup>), Manuel (I) Ferreira (nasceu a 15/08/1674 <sup>37</sup>) o qual terá falecido criança, e Manuel (II) Ferreira (nasceu a 06/12/1675 <sup>38</sup>).

Manuel António e Águeda Ferreira tiveram descendência, que segue.

**3. Manuel Ferreira**, lavrador<sup>39</sup>, (nasceu a 22/05/1704 <sup>40</sup>, faleceu a 08/02/1788 <sup>41</sup>) foi natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares. Casou com Josefa Moreira (falecida a 12/03/1743 <sup>42</sup>). Após o falecimento desta, voltou a casar em segundas núpcias, (em 07/02/1746 <sup>43</sup>) na freguesia da Sobreira, com Águeda da Rocha (nasceu a 17/01/1712 <sup>44</sup>, faleceu a 02/04/1773 <sup>45</sup>) natural do lugar de Recarei, freguesia da Sobreira, concelho de Paredes, filha de António Martins (baptizado a 18/12/1678 <sup>46</sup>, faleceu a 28/06/1758 <sup>47</sup>), natural do lugar do Pinheiro, freguesia de Valbom, concelho de Gondomar, mas morador à data de seu casamento em casa do Padre Clemente da Costa, no lugar da Costa de Recarei, local onde exerceu a profissão de cerieiro<sup>48</sup>, e de sua mulher, outra Águeda da Rocha (baptizada a 26/03/1679 <sup>49</sup>, faleceu a 10/05/1737 <sup>50</sup>), natural do lugar do Outeiro de Recarei, freguesia da Sobreira, com quem casara (em 11/02/1706 <sup>51</sup>) na mesma freguesia da Sobreira. António Martins era filho de Manuel Gonçalves, natural do lugar de Vila Verde, freguesia de Valbom, e de sua mulher Maria Martins, natural do lugar do Gato, também da freguesia de Valbom, casados que foram (em 27/07/1663 <sup>52</sup>) em Valbom. Águeda da Rocha era filha de António Manuel, natural do lugar do Outeiro de Recarei, freguesia da Sobreira, e de sua mulher Feliciania Antónia, também ela natural do mesmo lugar do Outeiro de Recarei, e casados que foram (em 18/11/1659 <sup>53</sup>) nessa mesma freguesia. Foram irmãos de Águeda da Rocha, filhos dos mesmos António Manuel e Feliciania Antónia, Miguel da Rocha (baptizado a 28/09/1664 <sup>54</sup>), Isabel da Rocha (baptizada a 16/02/1670 <sup>55</sup>), Manuel da Rocha (baptizado a

---

<sup>34</sup> O registo de casamento de seus pais aponta como data para a celebração do matrimónio dos mesmos uma altura posterior à do seu nascimento, no entanto o registo de seu baptismo refere serem seus pais Cosme Gaspar e Maria Ferreira casados, pelo que provavelmente a data no registo de casamento de seus pais estará errada, já que acresce notar-se serem todos os registos de vários anos exactamente com a mesma caligrafia, o que pode revelar terem sido copiados de outro livro que se tenha deteriorado.

<sup>35</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 7

<sup>36</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 8v.º

<sup>37</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 12v.º

<sup>38</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 13

<sup>39</sup> Ocupação com que surge identificado na escritura de venda do Caneiro de Ribas, onde é comprador ("Venda que faes Manoel Lopes e sua m.<sup>er</sup> Catharina Moreira Roiz a Manoel Ferreira" - 14/03/1771) - Arquivo da Casa da Silveira, Lagares, Penafiel

<sup>40</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 74

<sup>41</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 5M, 1780-1816, fl. 210v.º

<sup>42</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fl. 264v.º

<sup>43</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 3M, 1742-1772, fl. 124

<sup>44</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 2M, 1705-1741, fls. 19 e 19v.º

<sup>45</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fl. 313

<sup>46</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Gondomar, freguesia de Valbom, Lv. 2M, 1660-1700, fl. 32

<sup>47</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 3M, 1742-1772, fl. 79v.º

<sup>48</sup> Esta sua profissão aparece indicada no registo do seu óbito

<sup>49</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 79v.º

<sup>50</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 2M, 1705-1741, fl. 289

<sup>51</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fls. 172 e 172v.º

<sup>52</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Gondomar, freguesia de Valbom, Lv. 2M, 1660-1700, fl. 109

<sup>53</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 130

<sup>54</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 44v.º

<sup>55</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 58v.º

26/02/1673<sup>56</sup>), Domingos da Rocha (baptizado a 26/07/1676<sup>57</sup>) e António da Rocha (baptizado em 11/07/1683<sup>58</sup>), todos naturais do lugar do Outeiro de Recarei, freguesia da Sobreira.

António Martins e sua mulher Águeda da Rocha, pais da Águeda da Rocha casada com o Manuel Ferreira do lugar de Ribas, foram ainda progenitores de Clemência da Rocha (nasceu a 02/11/1709<sup>59</sup>), Manuel da Rocha (nasceu a 07/06/1714<sup>60</sup>, faleceu a 06/10/1793<sup>61</sup>), Ana da Rocha (nasceu a 21/12/1718<sup>62</sup>, faleceu a 09/12/1753<sup>63</sup>) e Maria da Rocha, todos naturais do lugar de Recarei, freguesia da Sobreira. Este Manuel da Rocha, cerieiro<sup>64</sup>, veio a contrair matrimónio (em 27/11/1752<sup>65</sup>) na mesma freguesia de sua naturalidade, com Maria Nogueira (faleceu a 21/08/1793<sup>66</sup>), filha de Manuel Pais e de sua mulher Francisca Dias e deste casal não se localizou descendência<sup>67</sup>. Sua irmã Clemência da Rocha contraiu matrimónio (em 06/03/1737<sup>68</sup>), também na freguesia da Sobreira, com Caetano Nogueira, filho de Francisco Nogueira e de sua mulher Catarina Antónia do lugar do Outeiro de Recarei. Outra irmã, Ana da Rocha, contraiu matrimónio (em 14/02/1752<sup>69</sup>) também na freguesia da Sobreira, com Manuel Francisco, filho de Manuel Francisco e de sua mulher Maria Antónia, do lugar de Quintandona, freguesia de Lagares, os quais não deverão ter possuído descendência uma vez ter falecido Ana da Rocha pouco menos de dois anos após o casamento.

Manuel Ferreira e Águeda da Rocha tiveram descendência, que segue.

**4. Manuel da Rocha Ferreira** (nasceu a 26/02/1747<sup>70</sup>), natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares, indivíduo de quem segue a descendência no capítulo seguinte.

**4. Maria da Rocha Ferreira** (nasceu a 17/03/1749<sup>71</sup>), natural do lugar da Silveira, freguesia de Lagares.

**4. José (I) da Rocha Ferreira** (nascido a 23/12/1750<sup>72</sup>) natural da mesma freguesia de Lagares e lugar da Silveira, o qual terá provavelmente falecido criança.

**4. Ana da Rocha Ferreira**, (nascida a 16/05/1752<sup>73</sup>) e que, tal como seus irmãos, foi natural do lugar da Silveira.

**4. José (II) da Rocha Ferreira**, (nascido a 12/10/1755<sup>74</sup>) natural da mesma freguesia de Lagares.

---

<sup>56</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 67

<sup>57</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 75v.º

<sup>58</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 1M, 1642-1706, fl. 85v.º

<sup>59</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 2M, 1705-1741, fl. 11

<sup>60</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 2M, 1705-1741, fls. 29v.º e 30

<sup>61</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 5M, 1783-1802, fl. 208

<sup>62</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 2M, 1705-1741, fl. 46v.º

<sup>63</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fl. 279

<sup>64</sup> Aparece referenciado com essa profissão no registo do seu óbito, no do óbito de sua mulher Maria Nogueira, e também num registo de baptismo de Bernardo (22/06/1766) onde surge como padrinho juntamente com sua sobrinha Ana - Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 3M, 1742-1772, fl. 183v.º

<sup>65</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 3M, 1742-1772, fl. 32v.º

<sup>66</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 5M, 1783-1802, fl. 207v.º

<sup>67</sup> O que é ainda mais reforçado com ficar como testamenteiro de Maria Nogueira o seu sobrinho José

<sup>68</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 2M, 1705-1741, fl. 229v.º

<sup>69</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Paredes, freguesia da Sobreira, Lv. 3M, 1742-1772, fl. 131

<sup>70</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1727-1780, fls. 110 e 111

<sup>71</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fl. 118v.º

<sup>72</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fls. 125v.º e 126

<sup>73</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fl. 131

<sup>74</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1716-1780, fl. 146

3. **Maria Ferreira**, (nasceu a 04/02/1707 <sup>75</sup>) natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares.
3. **Helena Ferreira**, (nasceu a 03/11/1709 <sup>76</sup>) também natural do já referido lugar de Ribas.
2. **Domingos**, (nasceu a 31/10/1676 <sup>77</sup>) natural do mesmo lugar de Ribas.
2. **António**, (baptizado a 05/07/1689 <sup>78</sup>) também natural do já referido lugar de Ribas. Este indivíduo poderá ser o António da Silva que contrai casamento na freguesia de Lagares (em 14/06/1708 <sup>79</sup>) com Helena de Sousa, filha de Domingos de Sousa e de sua mulher do lugar de Ribas.

### Descendência de Manuel da Rocha Ferreira

1. **Manuel da Rocha Ferreira** (nasceu a 26/02/1747 <sup>80</sup>, faleceu a 24/02/1826 <sup>81</sup>), natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares, concelho de Penafiel. Casou (em 01/09/1777 <sup>82</sup>) na freguesia de Perozelo, concelho de Penafiel, com Maria Lopes (nasceu a 27/09/1751 <sup>83</sup>, faleceu a 03/02/1814 <sup>84</sup>), natural do lugar da Quintã, dessa mesma freguesia de Perozelo, filha de Domingos Fernandes (faleceu a 20/07/1775 <sup>85</sup>), natural do lugar da Portela, freguesia de Santa Marta, concelho de Penafiel, e de sua mulher, outra Maria Lopes (nasceu a 05/03/1715 <sup>86</sup>, faleceu a 27/12/1756 <sup>87</sup>), natural do lugar do Outeiro, freguesia de Vila Cova, do mesmo concelho de Penafiel, com quem contrairá matrimónio (em 28/08/1734 <sup>88</sup>) nessa mesma freguesia de Vila Cova. Foram proprietários e moradores na Casa da Silveira, lugar de Ribas, freguesia de Lagares, e também caseiros enfiteutas<sup>89</sup>. Tiveram descendência, que segue.
  2. **Maria da Rocha** (nasceu a 11/11/1774 <sup>90</sup>), natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares.
  2. **António da Rocha** (nasceu a 15/02/1787 <sup>91</sup>, faleceu a 06/05/1872 <sup>92</sup>) também natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares. Casou (em 28/10/1821 <sup>93</sup>) na freguesia de Canelas, concelho de Penafiel, com Teresa Maria Lopes Martins (nasceu a 11/10/1794 <sup>94</sup>, faleceu a 08/08/1879 <sup>95</sup>), natural do lugar de Sebolido, freguesia de Canelas, filha de

<sup>75</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 80

<sup>76</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fls. 92v.º e 93

<sup>77</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 13v.º

<sup>78</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 29v.º

<sup>79</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 2M, 1654-1729, fl. 283

<sup>80</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 4M, 1727-1780, fls. 110 e 111

<sup>81</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 6M, 1816-1831, fl. 135

<sup>82</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Perozelo, Lv. 3M, 1752-1808, fls. 168v.º e 169

<sup>83</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Perozelo, Lv. 2B, 1697-1751, fl. 120

<sup>84</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 5M, 1780-1816, fl. 275v.º

<sup>85</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Perozelo, Lv. 3M, 1752-1808, fl. 210v.º

<sup>86</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Vila Cova, Lv. 2M, 1696-1743, fl. 37v.º

<sup>87</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Perozelo, Lv. 3M, 1752-1808, fl. 193v.º

<sup>88</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Vila Cova, Lv. 2M, 1696-1743, fls. 151v.º e 152

<sup>89</sup> Manuel da Rocha Ferreira e sua mulher Maria Lopes, moradores no lugar de Ribas da Silveira, recebem o emprazamento do Casal do Cabo, sito no lugar de Ribas, freguesia de Lagares, do qual eram já caseiros, a 17 de Julho de 1781, ficando o foro acordada em dois alqueires de pão terçado e 20 reis em dinheiro a ser pago pelo São Miguel de Setembro de cada ano ("Prazo que fas Donna Clara Joana Guedes de Carvalho da Freguezia de Abragaõ a Manoel da Rocha e sua mulher Maria Lopes da Freguezia de Lagares") - Arquivo da Casa da Silveira, Lagares, Penafiel

<sup>90</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 5M, 1780-1816, fl. 12

<sup>91</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 5M, 1780-1816, fl. 24

<sup>92</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 12M, 1856-1874, N.º 9 - 1872, fl. 257

<sup>93</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 1M, 1805-1853, fl. 108v.º

<sup>94</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 5M, 1793-1818, fl. 70

<sup>95</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. O, 1875-1895, N.º 16 - 1879, fls. 26 e 26v.º

Manuel Ferreira Lopes, (nasceu a 06/11/1746 <sup>96</sup>, faleceu a 08/09/1820 <sup>97</sup>), de ocupação lavrador-proprietário, também natural do lugar de Sebolido, e de sua mulher Teresa Martins Coelho (nasceu a 19/04/1752 <sup>98</sup>, faleceu a 08/12/1839 <sup>99</sup>), natural do lugar de Ameixede, freguesia da Eja, concelho de Penafiel, com quem tinha casado (em 08/11/1773 <sup>100</sup>) na freguesia de Canelas.

Foi morador na casa n.º 23 do lugar de Ribas, freguesia de Lagares, onde veio a falecer, habitação que se deve poder identificar com a Casa da Silveira de que era proprietário, e onde exerceu a profissão de cerieiro. Tiveram descendência, que segue.

**3. Manuel Lopes da Rocha** (nasceu a 19/09/1822 <sup>101</sup>) natural da freguesia de Lagares.

**3. José Lopes da Rocha** (nasceu a 19/10/1824 <sup>102</sup>), também natural da já referida freguesia de Lagares.

**3. Joaquim Lopes da Rocha** (baptizado a 08/04/1827 <sup>103</sup>), natural da freguesia de Lagares. Casou (em 06/07/1848 <sup>104</sup>) na freguesia de Sebolido, concelho de Penafiel, com Maria de Jesus Correia da Silva e Vasconcelos (nasceu a 24/04/1826 <sup>105</sup>), natural da freguesia da Raiva, concelho de Castelo de Paiva, filha legítima do Capitão José Correia da Silva e Vasconcelos (baptizado a 20/05/1777 <sup>106</sup>, faleceu a 19/02/1853 <sup>107</sup>) e de sua mulher Cecília Correia da Rocha Guimarães e Figueiredo (nasceu a 23/03/1793 <sup>108</sup>, faleceu a 24/04/1830 <sup>109</sup>), casados que tinham sido (em 30/06/1817 <sup>110</sup>) na Capela de Nossa Senhora das Amoras, freguesia da Raiva, e moradores que foram na sua Casa do Olival de Baixo, sita no lugar de Oliveira do Arda, dessa mesma freguesia da Raiva.

Joaquim Lopes da Rocha, de ocupação proprietário, e sua mulher Maria de Jesus Correia da Silva e Vasconcelos, também proprietária, tiveram descendência, que segue.

**4. Manuel Lopes Correia da Rocha** (nasceu a 22/09/1852 <sup>111</sup>), natural da freguesia de Sebolido, o qual teve como ocupação negociante. Casou com Ana Ferreira do Vale Peixoto (nasceu a 09/12/1849 <sup>112</sup>) natural do lugar da Ufe, freguesia de Canelas, filha de Francisco José do Vale Peixoto, (nasceu a 11/04/1816 <sup>113</sup>), de ocupação proprietário, com ligação familiar à Capela de Guilhomil<sup>114</sup> sita na freguesia de Polvoreira, concelho de Guimarães, e de Teresa Maria de Jesus Ferreira (nasceu a 17/01/1817 <sup>115</sup>), de ocupação proprietária, com ligação familiar à Casa da Ufe sita na freguesia de Canelas, com quem contrairá matri-

<sup>96</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 1B, 1720-1755, fl. 284

<sup>97</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 1M, 1805-1853, fl. 208v.º

<sup>98</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia da Eja, Lv. 2M, 1722-1773, fls. 43v.º e 44

<sup>99</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 1M, 1805-1853, fl. 225v.º

<sup>100</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 4M, 1770-1802, fls. 12 e 12v.º

<sup>101</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 6M, 1816-1831, fl. 41v.º

<sup>102</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 6M, 1816-1831, fl. 53

<sup>103</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 6M, 1816-1831, fl. 69v.º

<sup>104</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 1M, 1805-1853, fls. 136v.º e 137

<sup>105</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, Registos Paroquiais, Castelo de Paiva, freguesia da Raiva, Lv. 9B, 1811-1832, fl. 147

<sup>106</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, Registos Paroquiais, Castelo de Paiva, freguesia da Raiva, Lv. 5B, 1769-1811, fl. 36v.º

<sup>107</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, Registos Paroquiais, Castelo de Paiva, freguesia da Raiva, Lv. 420, 1806-1859, fl. 138v.º

<sup>108</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, Registos Paroquiais, Castelo de Paiva, freguesia de Stª Mª de Sardoura, Lv. 6B, 1786-1802, fls. 78v.º e 79

<sup>109</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, Registos Paroquiais, Castelo de Paiva, freguesia da Raiva, Lv. 420, 1806-1859, fl. 85v.º

<sup>110</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, Registos Paroquiais, Castelo de Paiva, freguesia da Raiva, Lv. 26C, 1784-1829, fls. 74 e 74v.º

<sup>111</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 1M, 1805-1853, fls. 162 e 162v.º

<sup>112</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 3B, 1838-1852, fl. 82

<sup>113</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 6M, 1811-1838, fls. 24v.º e 25

<sup>114</sup> MACHADO, José (1899), Capella e Morgado de Guilhomil, Revista de Guimarães, Vol. XVI (N.º 2 e 3 – Abril e Julho), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 67-70

<sup>115</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 6M, 1811-1838, fls. 28v.º e 29

mónio (em 31/07/1842 <sup>116</sup>) na já referida freguesia de Canelas. Com descendência.

**4. Maria do Carmo Correia de Vasconcelos** (nasceu a 22/12/1854 <sup>117</sup>), natural do lugar e freguesia de Sebolido, veio a falecer solteira e sem descendência.

**4. José Lopes Correia da Rocha** (nasceu a 23/02/1857 <sup>118</sup>), natural do mesmo lugar e freguesia de Sebolido. Casou com Albina Soares da Rocha, (nasceu a 17/09/1855 <sup>119</sup>), natural da freguesia de Valpedre, concelho de Penafiel, filha de Francisco José da Rocha (nasceu a 17/05/1821 <sup>120</sup>) e de sua mulher Ana Maria Soares Vieira (nasceu a 15/03/1818 <sup>121</sup>), tendo sido proprietário da Casa da Silveira, sita na freguesia de Lagares, onde residiu, e teve como ocupação a industria cerieira. Não teve descendência.

**4. Ana do Espírito Santo Correia de Vasconcelos** (nasceu a 11/08/1859 <sup>122</sup>) também natural de Sebolido.

**4. Teresa de Jesus Lopes Correia da Silva e Vasconcelos** (nasceu a 02/11/1861 <sup>123</sup>) natural do mesmo lugar e freguesia de Sebolido, tal como os seus irmãos. Casou com António José Pereira da Silva, negociante, Presidente da Direcção da Associação Comercial de Penafiel<sup>124</sup>, Membro do Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Penafidelense<sup>125</sup>, Mesário da Santa Casa de Misericórdia de Penafiel<sup>126</sup>, Vereador da Câmara Municipal de Penafiel<sup>127</sup>, natural da freguesia de Santiago de Cernadelo, concelho de Lousada, e filho de Domingos José Pereira da Silva e de sua mulher Joaquina Pereira da Silva. Com descendência.

**4. Francisco Lopes Correia da Rocha** (nasceu a 02/10/1866 <sup>128</sup>), também natural de Sebolido, o qual faleceu solteiro e sem descendência.

**3. Bernardino Lopes da Rocha**, (nasceu a 30/03/1829 <sup>129</sup>), também natural da freguesia de Lagares.

**3. Gertrudes da Encarnação Lopes da Rocha** (nasceu a 09/05/1835 <sup>130</sup>), natural da mesma freguesia de Lagares, a qual contraiu matrimónio com um indivíduo de apelido Teixeira e teve daí descendência.

**3. Maria Lopes da Rocha**, que foi também natural da freguesia de Lagares. Casou com Aires de Sousa Baptista (nasceu a 05/01/1820 <sup>131</sup>), natural da freguesia de Peroze-lo, concelho de Penafiel, filho de Domingos de Sousa Baptista e de sua mulher Ana Maria Coelho. Com descendência.

<sup>116</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Canelas, Lv. 7C, 1838-1877, fls. 9 e 9v.º

<sup>117</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 2M, 1854-1859, fl. 4

<sup>118</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 2M, 1854-1859, fl. 10v.º

<sup>119</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Valpedre, Lv. 6B, 1815-1859, fl. 115

<sup>120</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Valpedre, Lv. 6B, 1815-1859, fl. 16

<sup>121</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Valpedre, Lv. 6B, 1815-1859, fl. 8v.º

<sup>122</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 2M, 1854-1859, fls. 18v.º e 19

<sup>123</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 4B, 1861, N.º 11, fls. 7 e 7v.º

<sup>124</sup> Anos de 1898 e 1899 - FERREIRA, José F. Coelho (2000), *Penafiel há Cem Anos - II (1895-1899)*, Penafiel, Livrofiel, pp. 250, 251, 332 e 333

<sup>125</sup> Ano de 1898 - FERREIRA, José F. Coelho (2000), *Penafiel há Cem Anos - II (1895-1899)*, Penafiel, Livrofiel, p. 298

<sup>126</sup> Biénio 1898-1899 - FERREIRA, José F. Coelho (2000), *Penafiel há Cem Anos - II (1895-1899)*, Penafiel, Livrofiel, p. 282

<sup>127</sup> Triénio 1890/1892, eleito pelo Partido Progressista - FERREIRA, José F. Coelho (1995), *Penafiel há Cem Anos - I (1890-1894)*, Penafiel,

Edição de Autor, pp. 39 e 43

<sup>128</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Sebolido, Lv. 6B, 1866, N.º 16, fls. 33 e 33v.º

<sup>129</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 6M, 1816-1831, fls. 77v.º e 78

<sup>130</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 7B, 1831-1853, fl. 13v.º

<sup>131</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Peroze-lo, Lv. 4B, 1806-1845, fls. 35v.º e 36

**2. Ana da Rocha** (nasceu a 03/04/1789 <sup>132</sup>), natural do lugar de Ribas, freguesia de Lagares. Casou (em 20/05/1819 <sup>133</sup>) na freguesia de Lagares, com Joaquim Nogueira, filho de Manuel Nogueira e de sua mulher Maria Coelho do lugar da Quinta, freguesia da Sobreira, concelho de Paredes.

---

<sup>132</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 5M, 1780-1816, fls. 37v.º e 38

<sup>133</sup> Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Penafiel, freguesia de Lagares, Lv. 6M, 1816-1831, fl. 115v.º

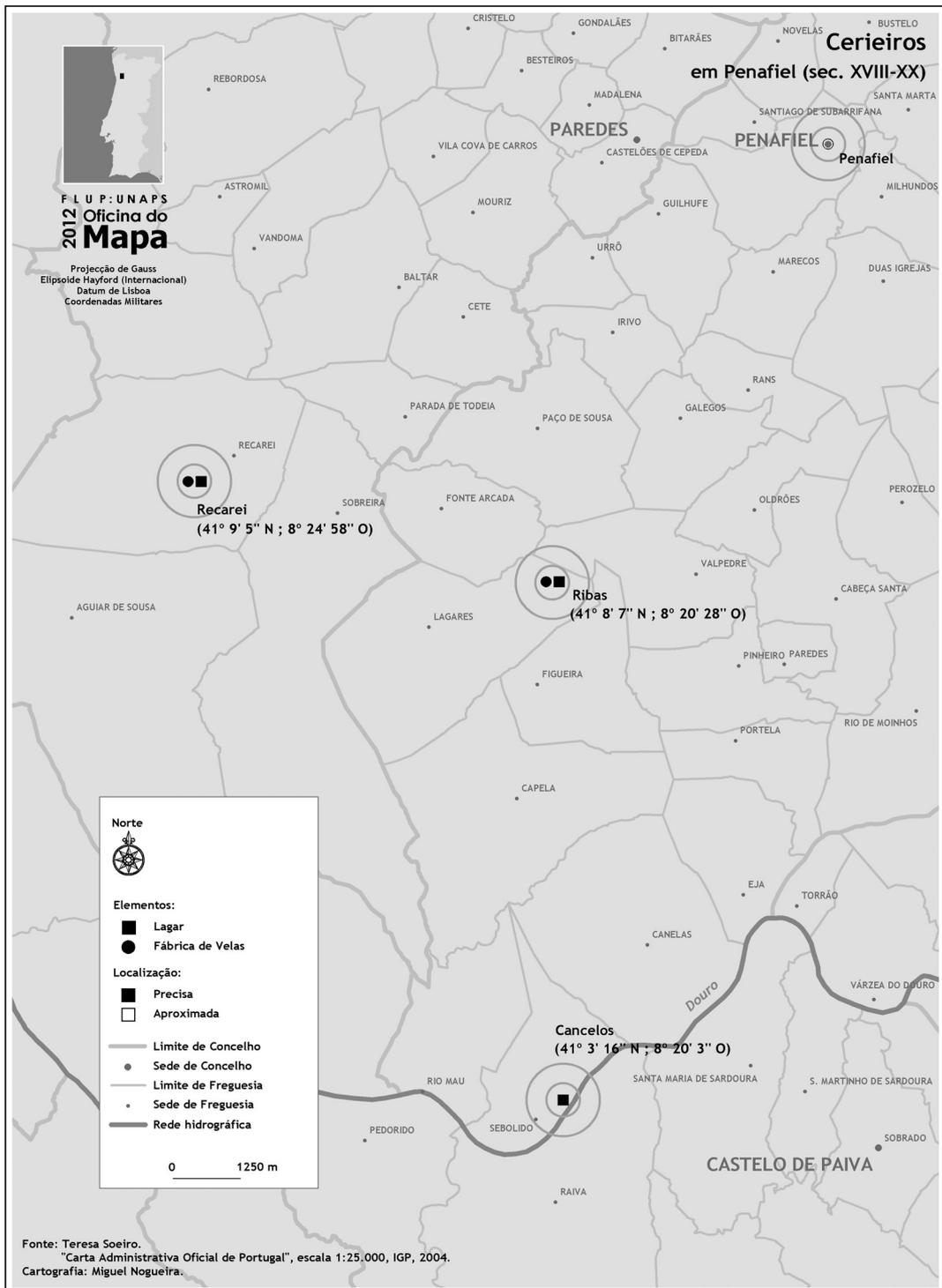
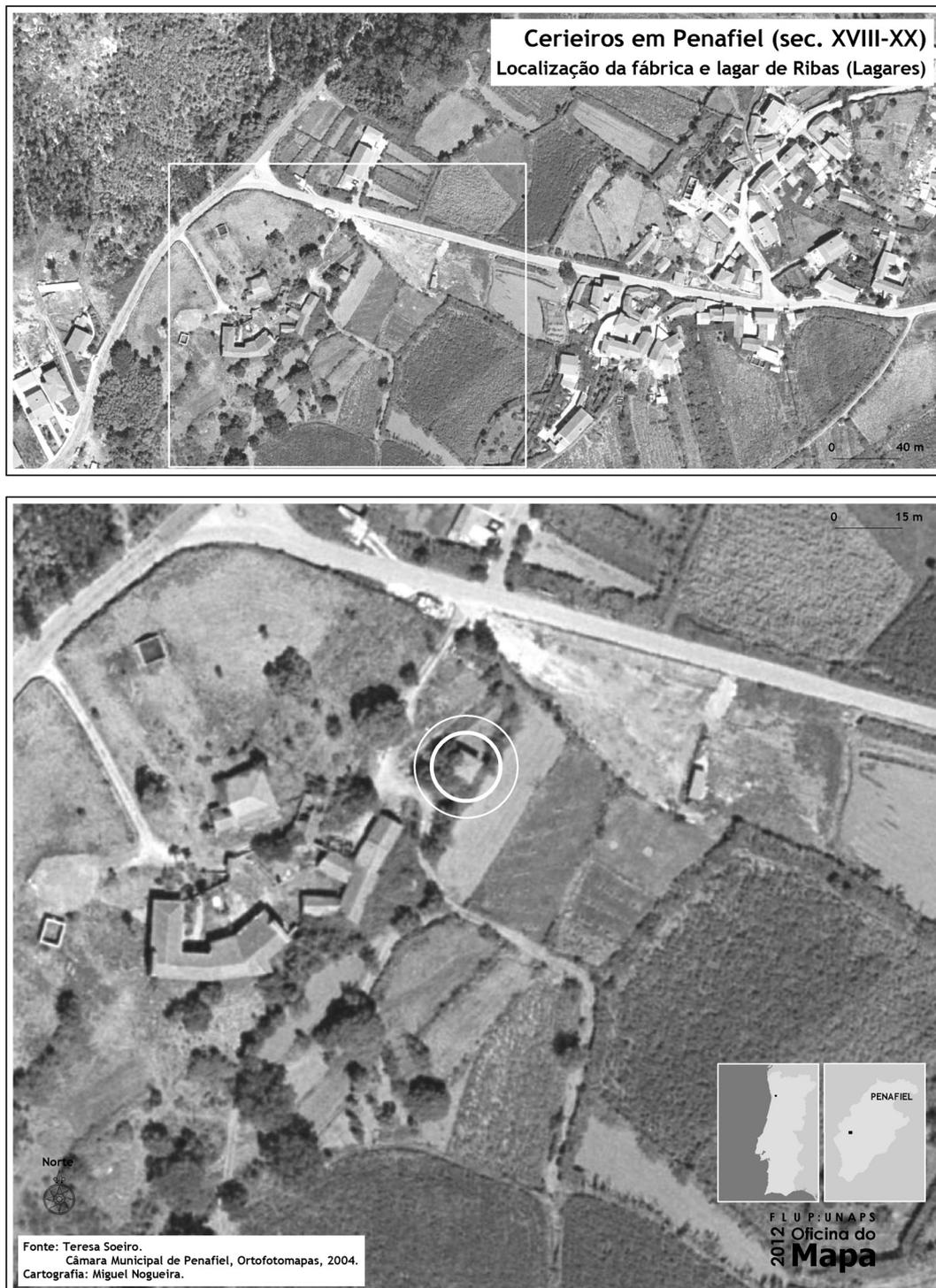


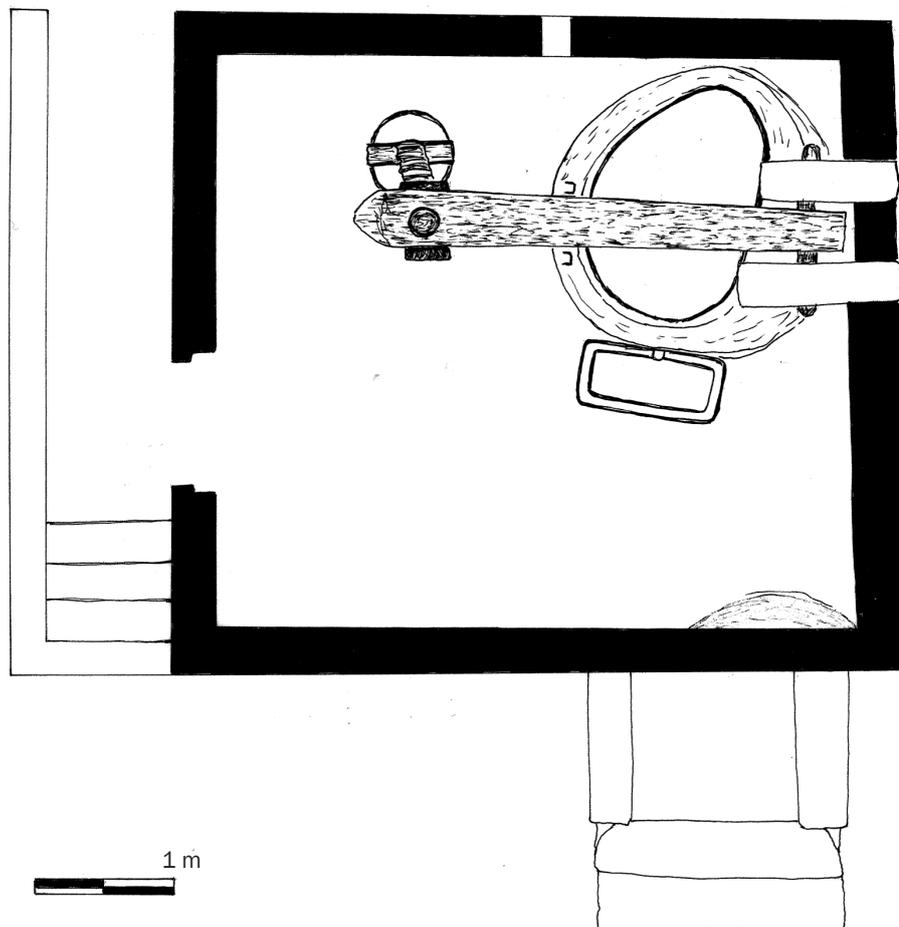
Fig. 1 – Localização dos centros cerieiros e lagares de cera na área de Penafiel



**Fig. 2** – Casa da Silveira (Ribas, Lagares), com a localização do lagar



**Fig. 3** – Conjunto edificado em que se integra a casa do lagar



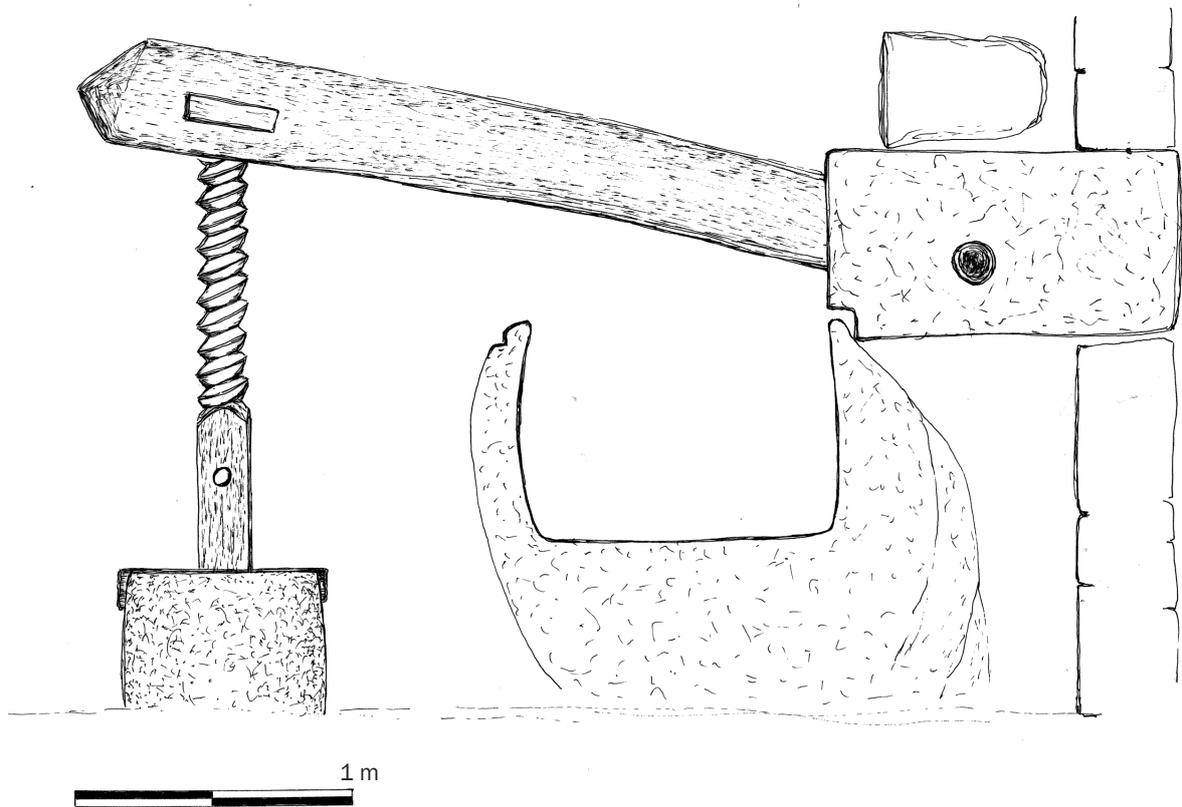
**Fig. 4** – Esquisso da planta do lagar



**Fig. 5** – Exterior do edifício do lagar



**Fig. 6** – Instalação do lagar e prensa



**Fig. 7** – Corte do lagar e prensa



**Fig. 8** – Extremidade da prensa com o fuso montado



**Fig. 9** – Ligação do peso ao fuso por sistema de duplo chanfro



**Fig. 10** – Entalhes na pedra do lagar para instalação das virgens

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

### Projecto Editorial

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é receptiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica, sendo os artigos submetidos, em versão anónima, à peritagem de especialistas de reconhecido mérito.

### Normas

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos submetidos a publicação devem ser enviados para a Redacção da revista em duas versões: A) versão própria para impressão, com o nome do(s) autor(es) identificado(s); B) versão anónima, livre de qualquer informação que identifique o(s) seu(s) autor(es), destinada a ser submetida a arbitragem. Da primeira versão (com identificação do(s) autor(es)) deve ser remetida versão digital (em CD) e uma cópia em papel. Da segunda versão deve ser remetida apenas cópia em formato digital.

2. Os ficheiros devem apresentar designações que permitam a sua clara identificação, mencionando o título ou parte do título do trabalho. Na designação do ficheiro da segunda versão (destinada ao processo de arbitragem) deve ser mencionado apenas o título do artigo e a indicação "versão para arbitragem". As imagens serão organizadas em ficheiro independente, com a mesma designação do ficheiro de texto, acrescentando-se a indicação "imagens". Não se aceitam PDFs.

3. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.

4. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens, cedendo-os à revista para sua publicação. A PORTVGALIA mantém edição em papel mas disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.

5. O texto deve ser redigido em páginas de formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página). No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.

6. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14), e o(s) autor(es), indicando-se depois de cada nome, e em linha autónoma, a filiação institucional. O título será centrado. Os autores e sua filiação institucional serão paginados à direita.

7. A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em português ("Resumo"), acompanhado de palavras-chave ("Palavras-chave"), e um resumo em inglês ("Abstract") e de palavras-chaves ("Keywords"). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave poderão ser quatro. A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados dos respectivos resumos e palavras-chave.

8. Os textos compreenderão notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se sobretudo para a indicação de referências bibliográficas. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas, numérica, deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.

9. As citações bibliográficas, em nota de pé-de-página, deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. ---).

10. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra colectiva:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do

Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), *Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola*, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma colecção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

11. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELIDO do primeiro autor, Nome Próprio, seguido da expressão “*et alii*”. Na Bibliografia podem aparecer todos os autores.

12. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.

13. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.

14. Ao longo do texto utilizar-se-à o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.

15. As imagens deverão ser organizadas em dossier, a fim de serem publicadas no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto.

16. A PORTVGALIA não publica desdobráveis nem imagens a cores.

17. As imagens devem ser digitalizadas em alta definição (300 dpi), em ficheiros de formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) ou TIF (*Tagged Image File Format*).

18. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig.3, 2).

19. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão de seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo não poderá nunca exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Redactorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.

20. Na pasta correspondente aos ficheiros de imagens deverá figurar um documento em word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.

21. Os originais devem ser enviados por correio ao cuidado do Director da revista, para a seguinte morada:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO  
PORTUGAL

22. Os originais devem ter designações que permitam uma rápida e clara identificação. Juntamente com os originais deve ser fornecido o contacto do autor (ou, no caso de artigo colectivo, do primeiro autor): morada, código postal, telefone e email.

23. A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.

24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.

25. Todos os artigos são submetidos, em versão anónima e livres de referências personalizadas, à avaliação por pares (*peer review*). Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada no site da revista, a qual é composta por duas partes: uma destinada à Comissão Editorial da PORTVGALIA; outra destinada ao(s) autor(es).

26. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) de forma igualmente anónima, devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, remetendo-o à redacção da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.

27. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.

28. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.

29. A PORTVGALIA oferece um exemplar da revista e 25 separatas por cada artigo de artigo de fundo publicado.

# ÍNDICE

## **‘MIL ROCHAS E TAL...!’: INVENTÁRIO DOS SÍTIOS DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA**

Mário Reis . . . . . 5

## **VIDRO ARQUEOLÓGICO DA CASA GOUVEIA (ÉVORA): DO VIDRO ROMANO AO VIDRO INDUSTRIAL**

Manuela Almeida Ferreira . . . . . 73

## **A CASTELOLOGIA PORTUGUESA E A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE FORTIFICAÇÕES MEDIEVAIS EM PORTUGAL**

Joaquim Rodrigues dos Santos . . . . . 107

## **AINDA SOBRE OS CERIEIROS DE PENAFIEL E O FABRICO DE CERA EM RIBAS (LAGARES)**

Teresa Soeiro . . . . . 145





